



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

LORENA MARIANE SANTOS RISSI

**TERCEIRA VIA E AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS
BRASILEIRAS: UMA INVESTIGAÇÃO SOBRE O PROGRAMA
JOVENS EMPREENDEDORES PRIMEIROS PASSOS EM
LONDRINA**

Londrina
2021



UNIVERSIDADE
ESTADUAL de LONDRINA

CENTRO DE EDUCAÇÃO, COMUNICAÇÃO E ARTES
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO



Londrina - Paraná
2021

LORENA MARIANE SANTOS RISSI

**TERCEIRA VIA E AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS
BRASILEIRAS: UMA INVESTIGAÇÃO SOBRE O PROGRAMA
JOVENS EMPREENDEDORES PRIMEIROS PASSOS EM
LONDRINA.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Estadual de Londrina – UEL, como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Prof. Dra. Maria José Ferreira Ruiz

Londrina - Paraná
2021

LORENA MARIANE SANTOS RISSI

**TERCEIRA VIA E AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS BRASILEIRAS:
UMA INVESTIGAÇÃO SOBRE O PROGRAMA JOVENS
EMPREENDEDORES PRIMEIROS PASSOS EM LONDRINA**

Dissertação/Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Estadual de Londrina – UEL, como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação.

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Prof. Dra. Maria José Ferreira
Ruiz
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Prof. Dra. Teise de Oliveira Guaranha Garcia
Universidade de São Paulo - USP

Prof. Dra. Tânia da Costa Fernandes
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Londrina, _____ de _____ de _____.

AGRADECIMENTOS

A Deus pelo cuidado, amor, sabedoria e força para superar as dificuldades, pois sem ele não conseguiria chegar até aqui. A ele toda honra e glória.

Agradeço a todos aqueles que, direta ou indiretamente, colaboraram para o cumprimento dessa etapa. Em especial, meus sinceros agradecimentos a minha orientadora, **Profª Drª Maria José Ferreira Ruiz** pela confiança, bondade, zelo e empenho em me orientar, por me ensinar com toda disposição, sempre compartilhando o melhor de si. Pelas palavras de sabedoria e incentivo.

Não poderia deixar de agradecer a Prof. Dra. Teise de Oliveira Guaranha Garcia pela leitura minuciosa do trabalho, apontamentos, indicações e questionamentos. Pelo carinho, delicadeza, confiança e envolvimento com o texto. Muito obrigada!

À Prof. Dra. Tânia da Costa Fernandes pela leitura atenta do trabalho desde o projeto, pela confiança, pelas contribuições, questionamentos e incentivo para me aprofundar cada vez mais na pesquisa. Muito obrigada!

A todos os meus Professores, em especial à Profª Drª Soraia Kfouri Salerno, por estar presente desde o começo da minha trajetória acadêmica. Pela confiança, generosidade, conselhos, sabedoria e carinho.

Aos meus familiares e amigos, principalmente as queridas Anieli Sandaniel, Polyane Primo e Cristiana Cordeiro pelo companheirismo, conselhos e apoio. E por fim, quero agradecer imensamente ao meu amado esposo, por todo carinho, cuidado, amor, companheirismo e apoio incondicional. Sem você, eu jamais teria escrito esse texto. Louvo a Deus pela sua vida.

RISSI, Lorena Mariane Santos. **Terceira Via e as políticas educacionais brasileiras**: uma investigação sobre o Programa Jovens Empreendedores Primeiros Passos em Londrina. 2021. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2021.

RESUMO

O presente trabalho tem como premissa o estudo sobre os pressupostos teóricos da Terceira Via com base nas reformulações elaboradas por Anthony Giddens, as quais ganharam proeminência no Brasil a partir da década de 1990. Optou-se por estudar as raízes teóricas e práticas da corrente política e ideológica da Terceira Via, disseminada como superação do socialismo e do liberalismo, por meio da diluição de seus principais valores. A Terceira Via se difundiu nas políticas governamentais com reflexos para a política educacional a partir das últimas décadas do século XX. O objetivo geral que se delineia é identificar os pressupostos teóricos da Terceira Via na condução da reforma do Estado brasileiro e das políticas educacionais, a partir da década de 1990 até 2017, notadamente através do Programa Jovens Empreendedores Primeiros Passos. Os objetivos específicos são: analisar o arcabouço teórico da Terceira Via a partir de um de seus idealizadores, Anthony Giddens, e os pressupostos teóricos e práticos da corrente político-econômica neoliberal através de seus precursores, Friedrich von Hayek, James M. Buchanan, Ludwig von Mises e Milton Friedman; comparar os pressupostos difundidos pela Terceira Via aos princípios da corrente político-econômica neoliberal e verificar as permanências e mudanças; identificar se a concepção da Terceira Via ocorre em conformidade com as ações do Banco Mundial, a partir da década de 1990; identificar e analisar os fundamentos do programa do SEBRAE denominado: Jovens Empreendedores Primeiros Passos (JEPP), implantado nas escolas municipais de Londrina, buscando apreender os aspectos político-ideológicos para a formação humana; identificar e analisar os valores, habilidades e competências que o Programa visa formar nos alunos dos anos iniciais do ensino fundamental das escolas municipais de Londrina e comparar os valores da Terceira Via com as propostas desse Programa. Como procedimento metodológico, utiliza-se a pesquisa bibliográfica, documental e a entrevista semiestruturada numa análise a partir da contribuição materialista histórica e dialética, com vista ao reconhecimento da Terceira Via como ideologia estruturante do pensamento e práticas da classe dominante, a qual foi norteadora da elaboração do Plano Diretor de Reforma do Estado no governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), cujo ideário era transferir, para a sociedade civil, as atividades conduzidas pelo Estado. Com o advento do governo subsequente no poder, tem-se a continuidade de políticas de mercado por meio das parcerias público-privadas. Concluímos que essas parcerias se manifestaram nas escolas municipais de Londrina por meio da materialização do Programa Jovens Empreendedores Primeiros Passos, o qual tem como base as orientações do SEBRAE, a fim de atrelar a educação escolar à prática do mundo dos negócios com vistas a formar cidadãos à imagem e semelhança de uma empresa, e, assim, com a responsabilidade de expandir seu capital humano mediante qualificações, bem como empreender meios criativos e inovadores para conseguir sobreviver num contexto de desemprego estrutural.

Palavras-chave: Terceira Via. Reforma do Estado. Políticas Educacionais. Parcerias Público-Privadas

RISSI, Lorena Mariane Santos. **Third Way and Brazilian educational policies: an investigation on the Young Entrepreneurs First Steps Program in Londrina.** 2021. Dissertation (Master's degree in Education) - State University of Londrina, Londrina, 2021.

ABSTRACT

The present work has as premise the study on the theoretical assumptions of the Third Way, from the reformulations elaborated by Anthony Giddens, which gained prominence in Brazil from the 1990s. We chose to study the theoretical and practical roots of the political and ideological current of the Third Way, disseminated as overcoming socialism and liberalism, through the dilution of its main values. The Third Way has spread in government policies with repercussions for educational policy from the last decades of the 20th century. The specific objectives are: to analyze the theoretical framework of the Third Way from one of its creators, Anthony Giddens, and the theoretical and practical assumptions of the neoliberal political-economic current through its forerunners, Friedrich von Hayek, James M. Buchanan, Ludwig von Mises and Milton Friedman; compare the assumptions disseminated by the Third Way to the principles of the neoliberal political-economic current and verify the permanence and changes; identify whether the design of the Third Way takes place in accordance with the actions of the World Bank, from the 1990s on; identify and analyse the fundamentals of the SEBRAE programme denominated: Young Entrepreneurs First Steps (JEPP), implanted in the municipal schools of Londrina, seeking to apprehend the political-ideological aspects for the human formation; identify and analyze the values, skills and competences that the Program aims to train students in the early years of elementary school in the municipal schools of Londrina and compare the values of the Third Way with the proposals of this Program. As a methodological procedure, bibliographic and documentary research and semi-structured interviews are used in an analysis based on the historical and dialectical materialist contribution, with a view to recognizing the Third Way as a structuring ideology of the thinking and practices of the dominant class, which was the guiding principle of elaboration of the State Reform Master Plan under the government of Fernando Henrique Cardoso (FHC), whose idea was to transfer the activities carried out by the State to civil society. With the advent of the subsequent government in power, there is a continuity of market policies through public-private partnerships. We conclude that these partnerships were manifested in the municipal schools of Londrina through the materialization of the Young Entrepreneurs Primeiros Passos Program, which is based on the SEBRAE guidelines, in order to link school education to the practice of the business world with a view to training citizens to the image and likeness of a company, and thus with the responsibility to expand its human capital through qualifications, as well as to undertake creative and innovative means to survive in a context of structural unemployment.

Keywords: Third Way. State reform. Educational Policies. Public-Private Partnerships

Keywords: Third Way. State reform. Educational Policies. Public and Private Partnerships.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT – Associação brasileira de normas e técnicas

ADAV - Associação Geral dos Trabalhadores Alemães

AIT - Associação Internacional de Trabalhadores

BDTD - Biblioteca digital brasileira de teses e dissertações

CACS - Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica

CAPES- Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

EUA- Estados Unidos da América

FHC – Fernando Henrique Cardoso

FIES – Fundo de Financiamento Estudantil

GBM - Grupo Banco Mundial

ICE – Instituto de Corresponsabilidade pela Educação

JEPP – Jovens Empreendedores Primeiros Passos

LULA- Luis Inácio Lula da Silva

OPEP - Organização dos Países Exportadores de Petróleo

ONGs – Organizações não governamentais

OSs – Organizações Sociais

PDE – Programa de Desenvolvimento Educacional

PAV - Programa Acelerar Para Vencer

PEI - Programa de Educação Integral de Pernambuco

PME - Programa Mais Educação

PNE - Plano Nacional de Educação

PPPs – Parcerias Público-Privadas

PROMED – Programa Federal de Melhoria e Expansão do Ensino Médio

PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

PROUNI – Programa Universidade para Todos

SDAP - Partido Social-Democrata dos Trabalhadores

SDAP - Partido Operário Socialista da Alemanha

SPD - Partido Social-Democrata da Alemanha

SEBRAE- Serviço Brasileiro de apoio às Micro e Pequenas Empresas

SEEP - Secretaria Estadual de Educação do Estado de Pernambuco

TPE- Todos pela Educação

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Levantamento de teses e dissertações sobre a Terceira Via e seus reflexos para as políticas educacionais

Quadro 2 – Jovens Empreendedores Primeiros Passos

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
1.1 Pressupostos teórico-metodológicos	17
1.2 Procedimentos da Pesquisa	23
2 AS CONTRADIÇÕES DO CAPITALISMO E SUAS IDEOLOGIAS DE SUSTENTAÇÃO	38
2.1 A DINÂMICA CAPITALISTA E SUAS ESTRATÉGIAS DE REGULAÇÃO SOCIAL	38
2.2 A CONCEPÇÃO LIBERAL DE ESTADO E EDUCAÇÃO A PARTIR DE ADAM SMITH	43
2.3 O ESTADO E O APOGEU WELFARE STATE KEYNESIANO	53
2.4 A REAÇÃO DO CAPITAL À CRISE DO PETRÓLEO: REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E O NEOLIBERALISMO	65
3 A CORRENTE TEÓRICA NEOLIBERAL: ESCOLAS, PRECURSORES E IMPLICAÇÕES PARA A EDUCAÇÃO	76
3.1 ESCOLA AUSTRIACA E A DISSEMINAÇÃO DA IDEOLOGIA NEOLIBERAL A PARTIR DOS POSTULADOS DE LUDWIG VON MISES E FRIEDRICH VON HAYEK	76
3.2 A ESCOLA DE CHICAGO E AS PRODUÇÕES NEOLIBERAIS A PARTIR DE SEU EXPOENTE MILTON FRIEDMAN	87
3.3 OS POSTULADOS NEOLIBERAIS FUNDAMENTOS NA TEORIA DA ESCOLHA PÚBLICA (<i>PUBLIC CHOICE</i>)	100
4 AS RAÍZES TEÓRICAS E PRÁTICAS DA TERCEIRA VIA	106
4.1 NÃO HÁ ALTERNATIVA? CAMINHOS TRILHADOS PELA SOCIAL-DEMOCRACIA	107
4.2 A TERCEIRA VIA A PARTIR DOS POSTULADOS DE ANTHONY GIDDENS	122
4.3 NEOLIBERALISMO E TERCEIRA VIA: RUPTURAS E CONTINUIDADES	157
5 A IMPLANTAÇÃO DO NOVO PROJETO DE SOCIABILIDADE DO CAPITAL NO BRASIL	176
5.1 A REFORMA DO APARELHO ESTATAL A MANDO DE FHC	176
5.2 O FORTALECIMENTO DA LÓGICA DE MERCADO NAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS	202
5.3 A OPÇÃO DO NEOLIBERALISMO DE TERCEIRA VIA PELO PARTIDO DOS TRABALHADORES	206
5.4 O PROTAGONISMO DO EMPRESARIADO NA EDUCAÇÃO	230
5.5 DA ASCENSÃO AO PODER, A DERROCADA PELO IMPEACHMENT: UMA ANÁLISE SOB O GOVERNO DILMA ROUSSEFF	237
6 IMPLICAÇÕES DA TERCEIRA VIA NA EDUCAÇÃO: UMA ANÁLISE A PARTIR DA PARCERIA DAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE LONDRINA COM O SEBRAE	253

6.1 AS DIRETRIZES EDUCACIONAIS DOS ORGANISMOS INTERNACIONAIS PARA A CONFORMAÇÃO MORAL, INTELECTUAL E POLÍTICA DO CIDADÃO DO NOVO TIPO.....	253
6.2 ATUAÇÃO DO SEBRAE COMO DIFUSOR DA TERCEIRA VIA NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA	268
6.3 EDUCAÇÃO E EMPREENDEDORISMO: UMA ANÁLISE A PARTIR DO PROGRAMA JOVENS EMPREENDEDORES PRIMEIROS PASSOS	273
6.4 CARACTERIZAÇÃO DO PROGRAMA JOVENS EMPREENDEDORES PRIMEIROS PASSOS EM LONDRINA.....	283
7 CONCLUSÃO	309
REFERÊNCIAS.....	318
APÊNDICES	343
APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).....	343
APÊNDICE B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).....	348
APÊNDICE C – Termo de Autorização para realização da pesquisa	350
APÊNDICE D – Roteiro da entrevista semiestruturada	351
ANEXOS	353
ANEXO A – Autorização da Secretaria Municipal da Educação para realização da pesquisa	353

1 INTRODUÇÃO

Ao longo do processo histórico, o Estado tem sido palco de conflitos entre duas vertentes políticas e ideológicas opostas, a saber, a social-democracia e o liberalismo. Os sociais-democratas defendem a efetivação de uma sociedade justa e igualitária, já os liberais propagam a suprema liberdade do mercado e o individualismo exacerbado.

A partir do discurso de superação dessas duas vertentes, por meio da diluição de seus valores, surge a estrutura de pensamento e práticas denominada como Terceira Via, sob as orientações de Anthony Giddens, o qual divulga a reforma do Estado objetivando sua modernização para prestação de serviço ágil aos consumidores, mediante redução do papel do Estado de executor direto de serviços em algumas atividades.

Sendo o campo educacional escolar relacionado à concepção de Estado subjacente, sabe-se que tal proposta tem norteado a formulação das políticas educacionais brasileiras, a partir da década de 1990, por meio da interferência do setor privado, com vistas à expansão da atuação do empresariado no campo educacional. Essas parcerias, além do âmbito nacional, têm se manifestado nas escolas municipais de Londrina por intermédio da consolidação do projeto do Serviço Brasileiro de apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) denominado Jovens Empreendedores Primeiros Passos (JEPP).

A partir desses pressupostos, surgiram algumas indagações, a saber: como e com quais estratégias a classe dominante se organizou para interferir na condução e execução da reforma do Estado brasileiro, bem como no processo de construção das políticas educacionais, a partir da década de 1990 até 2017? Quem são os sujeitos e grupos que se articulam para difundir os interesses da classe dominante no âmbito das políticas educacionais e quais conteúdos são apresentados em suas propostas para a educação? A estratégia e proposta da Terceira Via são passíveis de serem encontradas na consecução das políticas educacionais, a partir da década de 1990, ou são restritas àquele momento histórico? Como as estratégias que buscam a manutenção da hegemonia da classe dominante se constituem em políticas educacionais, nesse momento histórico?

Para chegar à compreensão desses problemas da pesquisa, o objetivo geral que se delineia é identificar os pressupostos teóricos da Terceira Via

na condução da reforma do Estado brasileiro e das políticas educacionais a partir da década de 1990 até 2017, notadamente através do Programa Jovens Empreendedores Primeiros Passos. Os objetivos específicos são: analisar o arcabouço teórico da Terceira Via a partir de um de seus idealizadores, Anthony Giddens, e os pressupostos teóricos e práticos da corrente político-econômica neoliberal por meio de seus precursores, Friedrich von Hayek, James M. Buchanan, Ludwig von Mises e Milton Friedman; comparar os pressupostos difundidos pela Terceira Via aos princípios da corrente político-econômica neoliberal e verificar as permanências e mudanças; identificar se a concepção da Terceira Via ocorre em conformidade com as ações do Banco Mundial, a partir da década de 1990; Identificar e analisar os fundamentos do Programa Jovens Empreendedores Primeiros Passos implantado nas escolas municipais de Londrina, buscando apreender os aspectos político-ideológicos para a formação humana; identificar e analisar os valores, habilidades e competências que o Programa Jovens Empreendedores Primeiros Passos visa formar nos alunos dos anos iniciais do ensino fundamental das escolas municipais de Londrina e comparar os valores da Terceira Via com as propostas desse Programa.

Em consonância com os objetivos postulados, o recorte temporal se justifica tendo em vista que os pressupostos da reforma do Estado tiveram início na década de 1990, mais notadamente no governo Fernando Henrique Cardoso (FHC) e também podem ser identificados nas políticas para a educação difundidas pelo governo de Luiz Inácio Lula da Silva (LULA), que estabelece parcerias com grupos privados empresariais como o Movimento Empresarial Todos pela Educação - TPE, que interfere frontalmente na proposição das políticas educacionais, a exemplo do Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE), que inclui o Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação (Decreto nº 6.094/2007). Essas reformas potencializam as parcerias entre o setor privado e as escolas públicas em diferentes regiões do Brasil, a exemplo, destacam-se as escolas municipais de Londrina, que a partir de 2016 aderiram ao Projeto Jovens Empreendedores Primeiros Passos do SEBRAE.

Dessa forma, a relevância desse tema é pertinente para aqueles que atuam no campo educacional devido à observância de que a classe dominante vem influenciando na condução das políticas educacionais, mediante uma concepção teórica, econômica, política e ideológica, que mascara os interesses antagônicos das

classes em conflito, em prol de uma suposta e falaciosa ampliação e aprofundamento da democracia, bem como da igualdade, justiça social e fraternidade humana, construídas sobre o modo de produção capitalista.

Tal concepção tem se manifestado nas instituições de educação básica e superior por intermédio de alianças com a sociedade civil, promovendo a atuação do setor privado na educação com vistas à formação de mão de obra para o mercado, obtenção de lucro e produção das relações de manutenção e legitimação da classe burguesa no poder.

Portanto, a disseminação desse trabalho é importante no intuito de contribuir para a formação daqueles que participam do processo educativo, de modo a compreender os meios pelos quais a ideologia¹ da classe dominante tem se materializado nas instâncias educativas.

Afinal, como bem redigiu Marx e Engels (2005, p.48), a classe que domina os meios materiais também atua no domínio das produções intelectuais, isto é, a produção material está intimamente ligada à produção intelectual. De fato, isso possibilita que tal classe elabore pensamentos, ideias e modos de agir condizentes a sua representação de mundo para manter a coesão social. Nessa direção, os autores asseveram que “os pensamentos da classe dominante são também em todas as épocas, os pensamentos dominantes”. Deste modo, compreendemos que as elaborações teóricas dominantes no capitalismo contemporâneo possibilitam a dominação dos meios privados, a legalização e legitimação da propriedade privada, a meritocracia como explicação do sucesso ou fracasso qualificado como individuais e a cultura empreendedora como epicentro da formação humana.

1.1 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS- METODOLÓGICOS

Para analisar o objeto de estudo proposto, o pesquisador deve estabelecer um percurso para trilhar a fim de averiguar o fenômeno investigado.

¹ “Dentro do campo marxista, a definição do conceito de ‘ideologia’ não é consensual”. De acordo com Larrain (2013) é possível identificar duas linhas de interpretação desse conceito. A primeira “define que a ideologia seria uma construção exclusiva da classe dominante para ocultar a realidade e, assim, exercer o domínio sobre o conjunto da sociedade. Segundo ele, a outra interpretação compreende a ideologia como construções das classes e frações de classes que expressam as concepções de mundo na dinâmica das relações sociais de produção e nas relações de poder”. (*apud* CASTRO, 2019, p. 58). Nesse trabalho, utilizamos o conceito de ideologia referenciada na obra de Marx e Engels “ideologia alemã” e nas elaborações realizadas por Chauí (2008).

Muitas são as concepções teórico-metodológicas que podem fundamentar uma determinada pesquisa, todavia, nem toda metodologia contribui para apreensão do fenômeno, além daquilo que se demonstra de forma imediata. Por isso, ao escolher uma metodologia, é necessário conhecer o seu enraizamento teórico, o qual denota a forma de compreensão dos fenômenos da realidade.

Dessa forma, a presente pesquisa tem como fundamento o método materialista histórico-dialético, a partir das contribuições de Karl Marx, o qual não publicou um texto exclusivamente sobre o método que descobrira, haja vista que o “seu interesse não incidia sobre um abstrato ‘como conhecer’, ‘mas sobre como conhecer um objeto real determinado” (NETTO, 2011, p.27). Por isso, é possível conhecer o seu método, a partir do percurso trilhado na análise da sociedade burguesa, em várias de suas obras.

No livro *Ideologia Alemã*, escrito em conjunto com Friedrich Engels e publicado em 1932, os autores partem da crítica à filosofia alemã, construída sobre o idealismo hegeliano. Apesar da discrepância entre os jovens e os clássicos hegelianos, ambos acreditavam que a consciência é autônoma em relação ao mundo real e, para transformar situações de opressão, é necessária a transformação do pensamento. De encontro ao que pregavam esses filósofos, Marx e Engels mencionam que é a realidade objetiva que determina a consciência, logo, esses autores têm como pressuposto fundamental o mundo real, ou seja, o homem em carne e osso em sua relação com a realidade objetiva. Entre outras palavras, é no processo de produção de sua subsistência material que a consciência é formada, dado que “não é a consciência que determina a vida, mas a vida é que determina a consciência”. Para compreender os produtos da consciência, ou seja, a fala, imaginação, representação e a forma como os homens se relacionam, é essencial analisar o modo pelo qual estes “produzem seus meios de vida”. Assim, “o que eles são coincide, portanto, com sua produção, tanto com o que produzem como o modo como produzem” (MARX; ENGELS, 2005, p.45).

É no processo de produção dos meios de conservação de sua sobrevivência que o ser humano faz história. Esse não é considerado um processo mecânico e estático, mas ocorre de forma dialética, permeada por avanços e recuos numa sociedade que se organiza a partir da produção. Em outras palavras, é através do modo de produção que se efetivam determinadas relações sociais. Fator esse historicamente comprovado, conforme reitera Marx e Engels (2005), na exposição

das diversas maneiras de organizações do homem em sociedade, na produção dos seus viveres; partindo das comunidades tribais até culminar na sociedade capitalista.

Por isso, a opção pelo método materialista e histórico, à luz da dialética, permite compreender que o modo de produção atual não está fadado à permanência, pois não é um sistema naturalizado, mas sim construído e reproduzido pelos homens. Todavia, a sua permanência recai na produção de instrumentos para a sua manutenção, como a disseminação de ideologias que se valem de palavras que ludibriam os trabalhadores, como participação cidadã, educação para todos e de qualidade e a divulgação do sujeito ser o seu patrão, o famoso empreendedor. Contudo, a propagação desses valores tem o intuito de maquiagem a realidade exigindo do cidadão a participação em entidades sem fins lucrativos, visando dar o mínimo aos que nada possuem, a não ser sua força de trabalho.

Esses valores são difundidos pela Terceira Via que vem influenciando a educação brasileira desde a década de 1990. A análise dessa teoria se faz relacionada com as concepções materiais que a engendram, uma vez que são produções humanas. Nesse sentido, buscamos a apreensão do objeto de pesquisa supracitado em sua concretude, posto em uma realidade que possui como peculiaridade o velamento dos determinantes políticos, sociais e econômicos, os quais contribuem para a desigualdade social.

Dessa forma, o objeto de estudo não se mostra tal como é, mas se apresenta em sua aparência fenomênica, inserido no mundo da *pseudoconcreticidade*, a qual reduz a atividade do homem à *práxis utilitária*. Por isso, para a construção do conhecimento almejado, é necessário transcender a aparência do objeto em questão, mediante a reprodução na mente do pesquisador do objeto tal como se demonstra na realidade; todavia, o pesquisador deve buscar em seu arcabouço teórico os conhecimentos que o ajudam a compreendê-lo em suas diferentes faces ao longo de seu desenvolvimento, de forma relacionada com os demais fenômenos da realidade (KOSIK, 1976).

Posto isso, “depois de alcançar aquelas ‘determinações mais simples’, ‘teríamos que voltar a fazer a viagem de modo inverso’”, até se deparar novamente com o fenômeno que se propôs a estudar, “mas desta vez não uma representação caótica de um todo, porém com uma rica totalidade de determinações e relações diversas” (NETTO, 2011, p. 11), a fim de atingir sua estrutura, de forma a perscrutar a sua essência, seus fundamentos, sua conexão com os determinantes

mais amplos que compõem a totalidade social.

Em se tratando de políticas públicas na esfera educacional, não é possível analisá-las como um universo paralelo separado dos fatores econômicos, políticos e sociais, mas sim como parte de uma determinada realidade sócio-histórica, essencialmente contraditória, produzida e reproduzida pelo homem, o que lhe atribuiu o caráter mutável.

Diante da complexidade intensificada pelo sistema societário contraditório, em que se visa apreender os determinantes estruturais das políticas educacionais, para não incorreremos o risco de uma análise superficial, esse trabalho pauta-se no uso de instrumentos categóricos, tais como delineados por Cury (2000), Netto (2011) e Subtil (2016), com o propósito de elucidar o fenômeno educativo em suas facetas, postos em uma realidade em constante movimento permeada pelas lutas de classes. Elencam-se para esse estudo as categorias metodológicas, totalidade, contradição e hegemonia, as quais, conforme aponta Cury (2000, p. 21), são “um instrumento de compreensão de uma realidade social concreta, compreensão esta que, por sua vez, só ganha sentido quando assumida pelos grupos e agentes que participam de uma prática educativa”.

Compreender o fenômeno educativo na perspectiva metodológica proposta implica vinculá-lo ao processo de produção material da sociedade. Assim, a categoria da totalidade, conforme assinala Cury (2000), vincula a educação como parte de uma totalidade concreta, que se relaciona, de forma dialética, com os demais fenômenos sociais. Conceber a educação, independente dos processos sociais que compõem a realidade, é compreendê-la como imune aos conflitos sociais e captar apenas sua representação e pretensa homogeneidade.

De fato, esse é o projeto da classe dominante, eliminar a contradição da realidade e concebê-la em sua forma naturalizada fadada a um modelo social, pois, agindo assim, oculta a especificidade historicizante da realidade, a qual é construída de acordo com a práxis humana. Dessa forma, visando romper com a teoria que denota a realidade como efetivo campo em plena harmonia, buscamos elucidar o instrumento metodológico da contradição que além de interpretar o real é parte integrante desse (CURY, 2000).

A contradição expressa que os conjuntos “das relações sociais no capitalismo são contraditórios” (CURY, 2000, p. 71) em virtude das diferentes posições ocupadas pelas classes em confronto. Essa contradição se ramifica em

todos os fenômenos sociais, inclusive, nas políticas públicas, em especial a educação, conforme delineado por Subtil (2016). A análise dos aspectos contraditórios nesse campo:

[...] supõe o entendimento de que as demandas dos grupos sociais, inseridas no texto das leis esbarram, em última instância, no papel inerente ao Estado, no modo de produção capitalista, com sua histórica função de garantir a acumulação do capital. (SUBTIL, 2016, p. 159).

Dessa maneira, cumpre ressaltar a assertiva de Cury (2000) em relação ao papel do Estado na formulação e fiscalização de leis que garantem o controle, em parte, da classe que dele se apossa. Porém, essa influência não é consubstanciada sem enfrentamento, na medida em que “o próprio processo de acumulação e concentração gera uma série de tensões que, desafiadoramente, impõem ao Estado a função de manter certo equilíbrio político e uma forma de harmonia social que satisfaçam certos interesses das classes dominadas” (CURY, 2000, p. 55). Logo, são proporcionados alguns avanços para a classe trabalhadora, mas sem implicações que modifiquem a estrutura das relações de produção. Como exemplo, cita-se a ampliação do acesso à educação em vista da necessidade de formação de habilidades específicas do trabalhador para a intensificação da extração da mais-valia, todavia, ao mesmo tempo em que favorece o capital, é uma oportunidade para a classe subalterna ter acesso ao patrimônio histórico-cultural da humanidade, o qual possibilita a compreensão dos reais determinantes das injustiças que as envolvem.

Por isso, a classe dominante busca elaborar e organizar o saber elencado na educação institucionalizada (escolar), mediante hegemonia, “enquanto direção intelectual da sociedade” (CURY, 2000, p. 54). Isso significa que no processo de desvelamento da coisa em si, o pesquisador deve se propor a conhecer as formas ideológicas burguesas² que se mistificam no âmbito da educação, especialmente as consubstanciadas por meio da elaboração de teorias pedagógicas, bem como a análise dos grupos personificados que reproduzem os discursos

² De acordo com a definição de Chauí (2008, p. 87) “a ideologia é um constructo da classe burguesa para viabilizar o exercício da dominação. Portanto, a ideologia é resultante de uma prática social onde os intelectuais ‘estão encarregados, por meio da sistematização das ideias, de transformar as ilusões da classe dominante (isto é, a visão que a classe dominante tem de si mesma e da sociedade) em representações coletivas ou universais’”. (*apud* CASTRO, 2019, p. 63).

ideológicos, relacionando-os com sua posição social.

A compreensão dessa categoria permite a afirmação da educação como partícipe da totalidade social em que a contradição se faz presente, uma vez que é palco de reprodução da luta de classes, na qual a classe dominante busca a permanência das relações de expropriação do trabalho e expansão do capital mediante a materialização da ideologia de conservação. Esta é divulgada como valores e crenças universais, objetivando a direção e dominação da classe subalterna por meio de consenso. Nesse intento, as propostas para o campo educacional, fundamentadas nas proposições da Terceira Via, são difundidas pelos organismos financeiros internacionais, tendo em vista sua aparência como organização acima das disputas de classes.

Estes consolidam a ideologia da classe dirigente para a educação através da sua função de legitimador desses valores, assumem uma forma que oculta a posição social dos seus agentes, produzindo discursos de igualdade social e socialização da educação através de parcerias com os setores privados, os quais são representados a partir do discurso de exaltação da sociedade civil.

A tendência é que as pretensões recaiam na expansão do capitalismo, uma vez que, por meio da falácia de reestruturação da democracia e participação da sociedade civil, mercantiliza a educação e deixa a população majoritária à mercê da filantropia. Todavia, ao mesmo tempo em que reproduz as relações de acumulação, ocorre a possibilidade de rompimento destas, já que o discurso de maior participação da sociedade civil pode ser apoderado pelas massas e levedar a transformação do modo de produção, pois como reitera Marx, a sociedade civil é o cenário onde ocorre o desenvolvimento histórico e as relações sociais abrangem:

[...] toda troca material dos indivíduos dentro de uma determinada fase de desenvolvimento das forças produtivas. Abrange todo o comércio e indústria de uma determinada fase e, por isso, é mais ampla que o Estado e a nação. (MARX; ENGELS, 2005, p. 63).

É nesse sentido que a categoria da hegemonia se torna imprescindível, uma vez que a organização hegemônica do desenvolvimento no cenário internacional traz a defesa dos interesses da classe burguesa, a qual formula, “em termos universais, os seus interesses particulares o que a torna porta-

voz do conjunto da humanidade, logrando, com isso, a hegemonia, isto é, a obtenção do consenso das demais classes em torno da legitimidade de sua direção” (SAVIANI, 2017, p. 37-38), visando à conservação da:

[...] exploração através de meios não econômicos. Esses mecanismos indiretos objetivarão a negação da exploração e divisão de classes, através de um discurso pretensamente universal, igualitário, e, portanto, falsamente idêntico e homogêneo. (CURY, 2000, p. 47).

Entretanto, esse processo não anula a dimensão dialética posta à educação, pois além de ser um espaço em que ocorre a reprodução das relações de produção é também um meio de apropriação do saber sistematizado, o qual instrumentaliza a classe trabalhadora para superar a realidade vigente, haja vista que “a diferença entre a realidade natural e a realidade humano-social está em que o homem pode mudar e transformar a natureza; enquanto pode mudar, de modo revolucionário, a realidade humano-social” (KOSIK, 1976, p. 18), porque além de ator é também autor das relações materiais.

Assim sendo, a opção metodológica aqui proposta, mais que um meio de compreender a realidade em suas composições mais íntimas, não se esgota em uma exposição crítica do conhecimento, pois “não é a crítica, mas a revolução, a força motriz da história, assim como da religião, da filosofia e de qualquer outro tipo de teoria” (MARX; ENGELS, 2005, p. 66). Nesse sentido, cumpre que a explicação crítica “se coloque no terreno da ‘práxis’ revolucionária”. (KOSIK, 1976, p. 18).

1.2 PROCEDIMENTOS DE PESQUISA

Cabe ao pesquisador uma postura essencialmente ativa, na qual envolve a escolha dos procedimentos analíticos, tencionando “a reprodução ideal do movimento real do objeto pelo sujeito que pesquisa” (NETTO, 2011, p. 21). Esses elementos de análise abrangem instrumentos e técnicas como: a escolha de documentos oficiais nacionais e internacionais na órbita educacional, os quais “não apenas, expressam diretrizes para a educação, mas articulam interesses, projetam políticas, produzem intervenções sociais” (EVANGELISTA, 2012, p. 52). As palavras contidas nesses documentos, longe de serem vazias, estão vinculadas à realidade

social e histórica, exprimindo uma dada concepção de mundo, as quais se caracterizam como “arena onde se confrontam aos valores sociais contraditórios; os conflitos da língua refletem os conflitos de classe no interior mesmo do sistema: comunidade semiótica e classe social não se recobrem” (BAKHTIN, 2006, p. 7).

Em se tratando de políticas educacionais, a apreensão deve transcender aquilo que se apresenta no espelhamento de nossa retina, em busca da análise dos aspectos gerais e essenciais das intencionalidades envolvidas em suas deliberações. Para isso, como procedimento metodológico, optou-se pela pesquisa bibliográfica, documental e a entrevista semiestruturada, haja vista que a escolha de técnicas de pesquisa está “diretamente relacionada com o problema a ser estudado; a escolha dependerá dos vários fatores relacionados com a pesquisa, ou seja, a natureza dos fenômenos, o objeto de pesquisa” entre outros (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 163). Por isso, objetivando “apoderar-se da matéria” (NETTO, 2011, p. 26), seguem discutidos os instrumentos metodológicos aqui elencados.

A pesquisa bibliográfica viabiliza o alcance dos objetivos almejados pelo pesquisador, uma vez que o aproxima dos conhecimentos já produzidos em relação à temática de estudo. A finalidade dessa técnica de pesquisa é “colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto” (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 183). Para tal, o pesquisador deve selecionar o material que será consultado.

Tendo em vista tais ações, a primeira etapa desse trabalho consistiu em um levantamento de dissertações e teses que versam sobre a temática proposta, no intuito de reunir conhecimento acerca das produções acadêmicas que abrangem esse estudo.

Para tanto, o trabalho mapeou produções de *stricto sensu* por meio de busca na plataforma de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), utilizando como descritores, no primeiro momento, as seguintes palavras-chave: Terceira Via, Reforma do Estado, Políticas Educacionais, Parcerias Público e Privado³, tendo sido recuperadas apenas sete

³ Entre as palavras-chave, utilizamos o operador Booleano AND, conforme destacado por Saks (2005). Denominam-se operadores Booleanos, AND (E), OR (OU) e NOT (NÃO), os quais são usados para combinar palavras-chave por ocasião na busca em bases de dados eletrônicos. O uso destes operadores pode tornar a busca mais enfocada, produzindo resultados mais precisos (SAKS, 2005 p. 8-9).

dissertações e dez teses na BDTD. Na segunda etapa, usamos os descritores Terceira Via; e Políticas Educacionais, cujo resultado abrangeu mais de 4.000 teses e dissertações. No entanto, ao analisar os títulos recuperados, verificou-se que muitas destas pesquisas não tinham relação com o presente estudo, assim, foram selecionadas vinte e oito produções científicas.

Posteriormente, a partir da análise do resumo dos trabalhos, a fim de compreender os objetivos, resultados e metodologia, constatou-se que em quatro estudos, apesar de as palavras-chave serem similares às elencadas na presente pesquisa, o conteúdo se distanciava, necessitando fazer uma nova seleção na qual consubstanciou em nove teses e quinze dissertações. Esses estudos foram separados em cinco grupos, os quais guardam, de modo geral, uma proposta de pesquisa similar, conforme segue (APÊNDICE A):

O primeiro grupo é formado por duas dissertações e uma tese, as quais abordam a atuação de uma agenda globalmente estruturada para a educação no Brasil pelo viés da Terceira Via e pelo neoliberalismo. Luiz (2017) elucida a mudança da estratégia neoliberal nos documentos educacionais propalados pelos organismos internacionais a partir da década de 1990. De um viés “econômico dos valores para um de cunho humanitário, em decorrência da inflexão do neoliberalismo ortodoxo para o neoliberalismo da Terceira Via” (LUIZ, 2017, p. 10). Essas mudanças compõem a nova roupagem do neoliberalismo, o qual abrange as questões sociais, responsabilizando a sociedade civil como agente executor das políticas sociais. Quanto aos valores humanitários difundidos pela Terceira Via, a finalidade é mascarar os reais conflitos que perpassam a sociedade capitalista, “harmonizando o convívio com a diferença econômica e cultural”. O autor conclui que da mudança de abordagem econômica para humanitária não houve significativas transformações de valores, pois ambas “possuem uma dependência sobre o modo de produção capitalista, no qual a finalidade última é a produção de mais valia e não o desenvolvimento das potencialidades humanas” (LUIZ, 2017, p. 10).

Barbieri (2018) fundamenta sua investigação nas teorizações de Karl Marx, Pierre Bourdieu, István Mészáros, Roger Dale, Albert Hirschman, Lúcia Neves e Mário Azevedo, com o intuito de demonstrar que a agenda globalmente estruturada para a educação básica vem sendo cooptada pelo Brasil através de um processo de adesão ativa, sendo que um dos agentes de propagação é o Grupo Banco Mundial

(GBM). A análise feita pela autora aponta o atrelamento da educação de qualidade com vistas ao combate à pobreza por meio da formação do cidadão ativo adaptado às novas exigências do modo de produção vigente.

Já a dissertação elaborada por Rodrigues (2006) elucida a influência dos Organismos Multilaterais de Financiamento em um programa específico no Rio Grande do Sul na gestão Olívio Dutra (1999-2003), Programa Federal de Melhoria e Expansão do Ensino Médio (PROMED). Numa abordagem gramsciana, especificamente, os conceitos de “‘revolução passiva’ e ‘hegemonia’” com vistas a reconhecer as similitudes entre a Promed e a Reforma no Ensino Médio realizada durante o governo Fernando Henrique Cardoso. A conclusão elaborada pela autora aponta que essas reformas são conduzidas pelos valores aludidos pela Terceira Via, democracia participativa, envolvimento da cidadania na condução das políticas entre outros, porém, ambos os programas se diferenciam, pois o Promed “pode ser caracterizado como um espaço de disputa entre diferentes concepções que se influenciaram mutuamente” (RODRIGUES, 2006, p. 7).

No próximo grupo, são expostos dois estudos que focaram nos fundamentos da Terceira Via transvestidos pelas concepções de cidadania ativa, materializada na defesa em maior participação social nas políticas educacionais. Garcia (2015, p.10) teve como objeto de pesquisa a investigação dos “fundamentos e função social que é atribuída à educação para a cidadania ativa nos documentos de políticas educacionais a partir da década de 1990”. A escolha por esse período, conforme menciona o autor, deve-se à mudança na redefinição do papel do Estado conduzido pela Terceira Via, a qual elucida uma forte participação social. Essa pesquisa pauta-se no materialismo histórico-dialético e conclui que a educação para a cidadania ativa visa à formação de uma consciência que se conforma com os problemas sociais advindos do capitalismo. Diferente de Garcia (2015), Costa (2012) explana os ideais acerca da concepção da participação social no contexto das políticas educacionais durante o governo de Luís Inácio Lula da Silva, analisando uma política educacional específica, a saber, o Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares, lançado em 2004. Almejando essa elucidação, a autora busca compreender a participação social na filosofia clássica a partir das produções da origem do liberalismo baseado em “Locke, Rousseau e em sua crítica às formulações de democracia e Estado de Marx e Engels e posteriormente Gramsci e Poulantzas” (COSTA, 2012, p. 7). A conclusão da autora

evidencia que essa participação social nas políticas educacionais, enaltecida pela Terceira Via, tem em vista a produção de consenso visando à coesão social, negando um projeto contra-hegemônico da classe trabalhadora.

No terceiro grupo, as discussões pairam em torno das concepções teóricas e práticas postas pela Terceira Via, por meio das parcerias público-privadas, compreendendo quatro dissertações e três teses. Essas produções investigam a redefinição do papel do Estado frente às políticas sociais, destituindo do poder público a função de garantidor dos direitos universais. A dissertação intitulada “Reforma do Estado, gerencialismo e parcerias público-privadas na educação básica: uma análise a partir de instituições escolares filantrópicas de Volta Redonda/RJ” tem como objeto de pesquisa “as estratégias de parcerias público-privadas, de modo a racionalizar gastos públicos com políticas sociais em favor do grande capital” (SOUZA, 2017, p. 8). Esse estudo pautou-se na compreensão das escolas filantrópicas do município de Volta Redonda/RJ, bem como na dinâmica das parcerias público-privadas estabelecidas com o Estado. Através da pesquisa de análise qualitativa, de caráter explicativo, por meio de entrevistas com os gestores públicos, gestores de instituições filantrópicas e membros de Conselhos de controle social, o estudo concluiu que as parcerias entre o Estado e instituições privadas servem para atender aos interesses de recomposição burguesa mediante a precarização do serviço prestado e acúmulo do capital.

Já a tese elaborada por Mezarobba (2017) investigou a relação público-privada nas instituições de educação no Brasil, tendo como pano de fundo a atuação do Banco Mundial na década de 1990 até 2014. Essa atuação influencia a definição dos projetos das escolas públicas, sendo que a participação das fundações empresariais se materializa por meio do terceiro setor, demonstrando que a intromissão do capital na educação tem o objetivo de diluir a luta de classes.

Oliveira (2018, p. 3) analisa “o projeto de formação do trabalhador que emerge com a política do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – Pronatec”, o qual abrange cursos profissionalizantes em nível de educação básica por meio de parcerias público-privadas. A pesquisa está pautada nas ramificações do Pronatec, em especial, a ação da Bolsa-Formação na cidade de Pelotas-RS, no período de 2011 a 2015. O estudo traz à tona que o Pronatec é uma política que se orienta pela concepção neoliberal da Terceira Via, e de reconfiguração do papel do Estado mediante o fortalecimento das relações com a

sociedade civil. A formação disponibilizada por esse programa, por meio da condução do setor empresarial, visa qualificar “um profissional adequado às demandas do mercado, pois sustenta o processo no ‘saber fazer’, com pouca reflexão sobre o que faz” (OLIVEIRA, 2018, p. 3).

As dissertações elaboradas por Schmidt (2017), Medeiros (2015) e Santos (2017), respectivamente, abordam a formalização da aliança entre o público e o setor privado por meio da fundação Sicredi, “A União faz a vida”, Instituto Natura na educação pública e o empreendedorismo do Instituto Empreender Endeavor. Os autores suscitam o projeto político-ideológico da Terceira Via e do neoliberalismo como condutor dessas parcerias, cujo objetivo é tornar o mercado norteador dessas políticas, submetendo a educação aos ditames do capital. Schmidt (2017) acentua que o objetivo do programa de Educação cooperativa “A União faz a Vida” é formar cidadãos cooperativos através da metodologia de projetos temáticos. Por meio da problematização das especificidades da concepção de cidadania, a qual “incita a cooperação e o empreendedorismo, incididas sobre a demanda do setor produtivo” (SCHIMIDT, 2017, p. 3) e a consequente pedagogia de projetos, forma o sujeito de maneira a responsabilizá-lo pelos problemas socioeconômicos que perpassa a sua realidade.

No caso da dissertação de Santos (2017), foi proposta a análise do conteúdo ofertado à população pelo Instituto Empreender Endeavor, com vistas a reconhecer o comprometimento de uma educação com propósitos democráticos. O autor aponta que a estratégia da Terceira Via, nesse programa, é a manutenção da hegemonia e consequente reprodução do capital, resultando na deterioração dos princípios de uma educação democrática, “proporcionando um caminho, a adaptação dos sujeitos às demandas do mercado capitalista, através da incorporação de competências socioemocionais para empreender seu próprio negócio” (SANTOS, 2017, p. 6).

Medeiros (2015, p. 3) propõe o estudo da atuação do Instituto Natura na educação pública no período de 2011 a 2013, fundamentando-se numa “leitura dialética da sociedade, adotando os conceitos de Estado ampliado e intelectuais orgânicos de Antonio Gramsci”, no intuito de reconhecer os pressupostos do capital na formação dos sujeitos, que sejam passivos ante as transformações sociais e produtivas. O autor tece considerações assegurando que esses institutos têm agido na educação pública sob o postulado da responsabilidade social, os quais também

são expostos na tese defendida por Pina (2016), o qual argumenta que a classe empresarial atua na educação apoiada no rótulo de “socialmente responsável”, disposta a se doar pelo “bem comum”. O autor esmiúça a Terceira Via como direcionadora dessas ações e concluiu que as práticas conduzidas por essa ideologia culminam em uma formação minimalista.

No próximo grupo serão expostas sete produções acadêmicas, as quais abordam a temática da Terceira Via e o neoliberalismo na gestão escolar. Duas teses e uma dissertação trazem a pesquisa por meio de um estudo de caso nas regiões nordeste e sul a respeito da atuação do Instituto Ayrton Senna e suas implicações na gestão escolar. Costa (2013) se debruça sobre o Programa Gestão Nota 10 e suas repercussões em uma escola de Pernambuco, por meio de entrevistas semiestruturadas com a equipe gestora e com os professores da Secretaria Estadual de Educação do Estado (SEEP) de Pernambuco, além de análises de documentos oficiais disponibilizados pela SEEP. O autor elucida que esse programa implica “uma redução significativa na autonomia da equipe gestora da escola” (COSTA, 2013, p. 6).

Esse programa também é ressaltado por Alves (2015) como condutor da gestão escolar da rede estadual de Imperatriz/MA. O autor, além das entrevistas realizadas com os profissionais atuantes dessa rede estadual, pauta o desenvolvimento da pesquisa abordando a origem da propriedade privada e do Estado capitalista burguês, “a fim de analisar e compreender as características das esferas privadas e públicas desde a origem do Estado moderno” (ALVES, 2015, p. 3). O autor concluiu que além dessa aliança culminar no ferimento dos preceitos democráticos da gestão escolar, pauta-se também na “propagação de índices educacionais fictícios que mascaram a realidade” a fim de cooptação ideológica dos sujeitos. Por fim, temos a inserção do Instituto Ayrton Senna na educação escolar do Rio Grande do Sul. A parceria ocorre em 2007 por meio do Programa Circuito Campeão e “propõe o gerenciamento da aprendizagem através das ferramentas de gestão gerencial” (CATEANO, 2013). A autora aponta que essas alianças visam “transformar as ações gestoras em instrumentos de manutenção da produtividade, eficiência e eficácia frente aos objetivos impostos pela sociedade capitalista” (CAETANO, 2013, p. 251).

Strasburg (2014) tecerá a adesão do Programa Mais Educação (PME) na rede municipal de São Leopoldo/RS. A análise desse programa confirma a

estrutura das ideias da Terceira Via e o discurso do não saber, propondo à escola um robustecimento de suas funções, “colocando sob sua responsabilidade a garantia de direitos sociais às crianças e adolescentes” (STRASBURG, 2014, p. 7). As produções de Silva (2011) e Fernandes (2015) confirmam a gestão proposta pelo modelo neoliberal de “Terceira Via” como gerencialista, propagada a partir da década de 1990 por meio da reforma do Aparelho do Estado a mando de FHC. Na contribuição de Fernandes (2015), o Plano Nacional de Educação (PNE) (2014-2024) não se desvia das orientações do Plano Diretor de reforma do Aparelho do Estado. No que concerne à concepção da gestão educacional, através do método materialista histórico-dialético, o autor identifica a manutenção da “lógica de responsabilização mediante desconcentração da União para os Estados, Distrito Federal e municípios”, além do entrelaçamento entre a gestão produtiva e “gestão democrática”. (FERNANDES, 2015, p. 4).

O último grupo compreende quatro dissertações e duas teses, sendo que cada uma aborda uma temática diferente sob a ótica da Terceira Via e do neoliberalismo. A pesquisa de Cardoso (2016) analisou a formação docente e discente a partir “de uma política específica da aprendizagem discente, implementada no Estado de Minas Gerais, Programa Acelerar Para Vencer (PAV)”. Trouxe à tona que, para preparar alunos exclusivamente ao trabalho simplista, esse programa demanda uma formação docente voltada “à perspectiva tecnicista, pragmática, gerencial” de acordo com o que determina o neoliberalismo da terceira via (CARDOSO, 2016, p. 8).

Santiago (2014) direciona sua pesquisa na relação entre Terceira Via e Teoria do Capital Humano, com enfoque no “Programa de Educação Integral de Pernambuco (PEI), criado em 2008, objetivando a requalificação do ensino médio nas redes públicas estaduais”. O autor se apoia nos aportes teórico-metodológicos do materialismo histórico-dialético. A análise do Programa, bem como dos documentos que lhe dão sustentação, permite evidenciar a materialização da visão empresarial na educação através de uma formação à luz do mercado de trabalho, conforme proposta pela Teoria do Capital Humano. Além de demonstrar o Estado como mediador da relação entre educação e desenvolvimento “através de medidas que visem garantir a reprodução do capital e que esse Estado está vinculado ao que se denomina de neoliberalismo de terceira via”. Como conclusão, Santiago (2014, p. 11) aponta que esse programa está alinhado com as propostas dos organismos

multilaterais para a educação.

A dissertação nomeada “Política de reconhecimento e valorização da diversidade a partir da década de 1990: uma nova forma de fomento ao individualismo” (RUSSI, 2017) versa a respeito da fundamentação ideológica do individualismo nas políticas educacionais brasileiras a partir da década de 1990. Essa nova proposta difundida para a educação constituiu-se como uma demanda do setor produtivo, abarcando a política da Terceira Via correspondente à ideologia de Pós-modernismo.

Os postulados da Terceira Via são abordados por Lamarao (2013) no Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB no município de Itaboraí, no período de 2011 a 2013. O autor, por meio do método materialista histórico, investigou as possibilidades de o CACS-FUNDEB tornar-se um instrumento em prol de uma escola pública laica, gratuita e de qualidade. Conclui-se que, apesar de o conselho servir como formador de consenso e “da sociabilidade do capitalismo financeiro”, este pode também, em alguns casos, ser utilizado pelos trabalhadores em defesa da ampliação dos seus direitos (LAMARAO, 2013, p. 3).

A última tese analisada versa sobre o “Plano de Desenvolvimento da Educação no contexto do neoliberalismo reconfigurado”. Silva (2016) aborda que a fundamentação teórica do PDE tem como premissa a Terceira Via, cujo intento é fazer com que “a escola se torne ‘menos estatal e mais pública” (SILVA, 2016, p. 4), acarretando a desobrigação do Estado para com a educação escolar. Em suma, as considerações finais apontam que os postulados da Terceira Via vêm sendo difundidos para as políticas educacionais brasileiras, desde a década de 1990, com o apoio dos organismos financeiros internacionais.

Em síntese, os autores, em sua maioria, abordam a Terceira Via como uma via do neoliberalismo que se materializa por meio das parcerias público-privadas sob o rótulo de cidadania ativa e concretização da democracia. Das teses e dissertações analisadas, dez utilizam a metodologia com fundamentação no viés marxista, sendo que as demais não abordam nos resumos o referencial teórico-prático metodológico e sim os procedimentos.

A partir desses pressupostos, a pesquisa delimitada visa contribuir com o campo acadêmico por meio das produções já existentes sobre esse assunto, partindo do princípio que, a partir do mapeamento e análise das produções encontradas, é possível suscitar as debilidades e vieses elucidados referentes à

temática. Desse modo, esse estudo busca o avanço, no que concerne aos postulados teóricos da Terceira Via, a partir do distanciamento da social-democracia clássica e fundamentação teórica e prática do que se denominou de social-democracia renovada.

Buscamos trazer à tona as permanências e mudanças das propostas político-econômicas defendidas pelos precursores neoliberais Friedrich Von Hayek, Milton Friedman, James Buchanan e Ludwig Von Mises, mediante a apreensão dos postulados teóricos da Terceira Via através de Anthony Giddens, um de seus idealizadores que, sob o emblema de reconstrução da democracia, prega a gradativa desresponsabilização do Estado para com as políticas sociais e a consequente soberania da sociedade civil. Sendo assim, são essas as contribuições que pretendemos acrescentar por meio desse estudo.

Por isso, essa pesquisa contemplou a análise dos materiais bibliográficos dos precursores da corrente político-econômica neoliberal: Friedrich von Hayek (1899-1992), James M. Buchanan (1919-2013), Ludwig von Mises (1881-1973), Milton Friedman (1912-2006) e um dos expoentes da Terceira Via, Anthony Giddens.

A pesquisa documental abrangeu os documentos da reforma do Estado na gestão de Fernando Henrique Cardoso, as informações coletadas na página da internet do Ministério da Educação que evidenciam as parcerias entre o público e o privado, o Plano de Metas do Compromisso Todos pela Educação, o Plano de Desenvolvimento da Educação: razões princípios e programas, informações da página eletrônica do SEBRAE e os materiais didáticos sobre o Programa Jovens Empreendedores Primeiros Passos destinado aos anos iniciais do ensino fundamental.

De acordo com Arretche (2001), a análise de documentos deve ser orientada pela busca dos propósitos e objetivos de seus formuladores, uma vez que os documentos disseminam orientações, visões de mundo e concepções de educação de uma determinada classe, a fim de satisfazer seus interesses. Por isso, Evangelista (2012) aponta que os documentos devem ser analisados de acordo com a posição social de quem os elaboram e disseminam, bem como do contexto sócio-histórico em que são construídos. Levando em consideração o espaço geográfico e temporal, os documentos de políticas educacionais elaborados a partir da década de 1990, relacionam-se com os discursos da ideologia que os países de grande

potência mundial vêm produzindo para os países de capitalismo periférico, culminando em uma investigação que considere:

[...] os anos de 1990 do século XX e os anos iniciais desse século no Brasil vêm sendo palco de um conjunto de reformas na educação escolar que buscam adaptar a escola aos objetivos econômicos e político-ideológicos do projeto da burguesia do capitalismo monopolista. (NEVES, 2004, p.1 *apud* EVANGELISTA, 2012, p. 54).

Nesse sentido, o papel do pesquisador, em uma postura ativa na produção do conhecimento, “localiza, seleciona, lê, relê, sistematiza, analisa as evidências que apresenta” (EVANGELISTA, 2012, p. 57). Ao selecionar, deve recorrer aos documentos de maneira a captar as palavras, tais como ampliação da democracia, participação cidadã, controle social e voluntariado, de modo a correlacioná-las com os agentes sociais que as elaboram, bem como as divulgam, haja vista que esses conceitos expressam valores da humanidade em virtude da efetivação e aceitação das formas ideológicas de ajuste à ordem dominante. Assim como reiterado por Evangelista (2012, p. 53):

Oprimidos e opressores, dominantes e dominadores podem utilizar palavras cujo significado formal seja comum. Entretanto, as marcas de sua posição social e de suas possibilidades de apropriação de bens culturais são indelévels tanto na atribuição de sentido à linguagem quanto na sua supressão.

Já em relação à pesquisa de campo como procedimento de investigação, tem-se que esta não é uma simples coleta de dados a fim de obter informações acerca do problema de pesquisa, uma vez que não basta observar os fenômenos tal como se apresentam na realidade, pois é necessário estabelecer critérios que permitam o conhecimento em sua íntima relação com os demais determinantes sociais, políticos e econômicos. Dessa forma, antes de ir a campo, é necessário estabelecer critérios e objetivos que “discriminam suficientemente o que deve ser colocado” (TRUJILLO, 1982, p. 229 *apud* MARKONI; LAKATOS, 2003, p. 186). Nesse ínterim, a estruturação da pesquisa de campo envolve a escolha do espaço geográfico a partir dos critérios que se propôs a pesquisar⁴.

⁴ A delimitação do campo inicial proposto para a realização das entrevistas era com base no cenário socioeconômico em que as escolas se encontram, no entanto, em decorrência do contexto de calamidade gerado pela Covid-19, os entrevistados se recusaram a participar, mesmo a pesquisadora

No caso desse estudo, inicialmente havíamos delimitado o campo com base no contexto socioeconômico em que as escolas estavam situadas, no entanto, nem sempre os objetivos contidos no projeto de pesquisa ocorrem conforme o planejamento, haja vista que a pesquisa de campo por contar com a participação de sujeitos é dinâmica e influenciada pelo momento presente. Em se tratando da conjuntura que estamos vivenciando em decorrência da pandemia causada pela Covid-19, o momento trouxe situações desafiadoras tanto ao pesquisador como para os sujeitos que se dispuseram a contribuir com a pesquisa científica, visto que tal situação pandêmica além de provocar inúmeras mortes também causou problemas de ordem emocional como sentimentos de impotência, ansiedade e medo, os quais afetaram muitos trabalhadores da educação, tornando o percurso da pesquisa um tanto quanto desconfortável.⁵

As projeções iniciais eram de entrevistar a assessora pedagógica da Secretaria Municipal de Educação responsável pelo Programa, dois coordenadores pedagógicos, dois diretores e dois professores que ensinam o empreendedorismo. Entretanto, nessa conjuntura, muitos profissionais da educação começaram a desenvolver a suas atividades laborais de forma remota, o que causou exaustão em decorrência das inúmeras reuniões via plataforma digital que perduraram para além do horário destinado ao trabalho formal, bem como tiveram que se adequarem para dar seguimento às atividades de ensino, adotando o uso de tecnologias as quais não foram contempladas em suas formações acadêmicas. Com isso, tivemos muitas dificuldades em realizar as entrevistas com os atores envolvidos.

Desse modo, foi necessário adotar as medidas de prevenção à Covid-19, dentre as quais se destaca a realização de entrevistas por meio de mídias digitais, como reuniões mediante videoconferência. Contudo, a maior dificuldade com a qual nos deparamos foi encontrar profissionais da educação predispostos a contribuir com esse trabalho. Diante desse quadro, a delimitação do campo foi com base na predisposição dos profissionais a participarem da pesquisa. Assim, a entrevista contemplou ao todo três escolas e cinco sujeitos, a saber: uma coordenadora pedagógica, dois diretores e duas professoras que aplicam o JEPP.

propondo a utilização de meios digitais para a coleta de dados.

⁵ Eu e meus familiares fomos acometidos pela COVID-19, o que causou a paralisação das atividades de pesquisa por um determinado tempo com vistas à recuperação da saúde.

As entrevistas foram agendadas com contatos prévios, por meio de ligações telefônicas, em dias e horários estabelecidos pelos profissionais. Das cinco entrevistas, duas ocorreram presencialmente, duas de modo remoto por meio de videoconferência e uma por questionário enviado por e-mail. As quatro entrevistas foram gravadas e transcritas mediante autorização verbal e escrita dos entrevistados através do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Sendo assim, o instrumento de coleta de dados se delineou mediante a realização de questionário e entrevista semiestruturada, a qual possibilitou um roteiro previamente elaborado a fim de atingir os objetivos propostos pela pesquisa; todavia, a entrevista não se tornou engessada por causa dos questionários básicos, mas a partir das respostas obtidas foi possível a elaboração de novas perguntas para melhor compreensão do fenômeno que se propôs a analisar (NETO, 2003). Essa compreensão é viabilizada à medida que a entrevista semiestruturada favorece “não só a descrição dos fenômenos sociais, mas também sua explicação e a compreensão de sua totalidade”, além de manter a presença consciente e atuante do pesquisador no processo de coleta de informações (TRIVIÑOS, 1987, p. 152).

Nesse sentido, além da importância de elaborar perguntas condizentes com os objetivos que se pretende alcançar, é fundamental estabelecer critérios para escolher as pessoas a serem entrevistadas, tendo em vista que os entrevistados devem ter “uma vinculação mais significativa com o problema a ser investigado” (NETO, 2003, p. 52), a fim de contemplar a totalidade do objeto em suas múltiplas facetas. Por isso, os professores escolhidos para participarem dessa pesquisa foram os aplicadores do JEPP que já passaram por capacitação realizada pelo SEBRAE.

Expostas tais considerações e proposições, cujo intento é a apreensão da totalidade que compõe o objeto de estudo, ressaltamos que é certamente impossível conhecer todos os fatos da concreticidade, nem se trata do objetivo aqui considerado. Partilhamos da perspectiva de Konder (2008, p.37), o qual expõe que:

[...] há totalidades mais abrangentes e totalidades menos abrangentes: as menos abrangentes, é claro, fazem parte das outras. A maior ou menor abrangência de uma totalidade depende do nível de generalização do pensamento dos objetivos concretos dos

homens em cada situação dada.

Dado o exposto, de acordo com o autor, entende-se que a totalidade possui níveis de abrangência. Nessa perspectiva, implica conhecer o nível de totalização que envolve o objeto pesquisado, ou seja, cumpre analisar as relações determinadoras desse objeto, as quais possibilitam desvendar os paradoxos e incoerências que denotam as reais intenções dos sujeitos de confirmação e legitimação de uma dada sociedade.

Portanto, a partir da exposição dos pressupostos teórico-metodológicos, esse trabalho está organizado em seis partes a partir da seguinte estrutura: a primeira seção, a introdução, contempla o problema contextualizado, os objetivos gerais e específicos que direcionam essa pesquisa. Abrange, ainda, o viés teórico-metodológico por meio da exposição das categorias que contribuíram para a compreensão do fenômeno pesquisado em suas diversas facetas, bem como a exposição dos instrumentos que possibilitaram o desenvolvimento desse trabalho.

Na segunda seção, são abordadas as características essenciais do capital, o qual perpassa por intensificadas crises a partir de 1929, necessitando de mecanismos ideológicos de sustentação desse sistema que redefina a relação entre capital, trabalho e Estado.

O capítulo terceiro é destinado à exposição das raízes teóricas e práticas das correntes neoliberais, bem como as propostas de seus precursores e implicações para a educação escolar.

Em continuidade, a quarta parte apresenta o percurso histórico da social-democracia que, em sua fundação, contemplou os pressupostos marxistas. Contempla também o contexto de luta entre as classes e a relação entre o Estado e o capital que impulsionou a reformulação da social-democracia, abandonando o viés de eliminação da propriedade privada, sendo tal terminologia incorporada pela Terceira Via. Esse capítulo tem como epicentro a exposição das premissas elementares da Terceira Via a partir dos referenciais de Anthony Giddens e a comparação da sua proposta nuclear com os preceitos neoliberais.

O capítulo seguinte é destinado a expor o alinhamento das políticas brasileiras às novas orientações do capital internacional, mediante a adesão da ideologia neoliberal de Terceira Via. Esse plano é compactuado no Brasil por intermédio da reforma do Estado brasileiro a mando de FHC, em 1995, produzindo

impactos para as políticas educacionais. O governo posterior ao de FHC dá continuidade a essas reformas que são contrárias ao seu discurso eleitoral. E, a partir de um golpe político, tem-se a retirada de uma presidenta eleita democraticamente para a assunção de Michel Temer, que materializa reformas neoliberais de cunho ortodoxo.

Decorrente desse movimento, o empresariado vem ditando conteúdos e formas de ensinar nas redes públicas de educação para afirmar a sua liderança política, formando sujeitos que dialoguem com a nova organização social burguesa. Assim, a sexta parte contemplou a efetivação dessas parcerias nas escolas municipais de Londrina, as quais vêm sofrendo interferências do SEBRAE, de modo a alterar o conteúdo e a forma de ensinar com base na cultura empreendedora. Nesse capítulo, além do referencial teórico e documentos que possibilitaram o conhecimento do aspecto ideológico, pedagógico e político do empreendedorismo, também contamos com a contribuição dos entrevistados com vistas a enriquecer a compreensão acerca do Programa, uma vez que a partir da fala dos sujeitos foi possível conhecer a visão que estes possuem sobre o JEPP.

2 AS CONTRADIÇÕES DO CAPITALISMO E SUAS IDEOLOGIAS DE SUSTENTAÇÃO

Nesse capítulo organizamos o caminhar histórico do capitalismo de forma a evidenciar a contradição essencial desse modo de produção, o qual por sua lógica é gerador de crises econômicas. Posto isso, tem-se a necessidade de reformas que possibilitam abrandar as crises e alavancar as taxas de acumulação. Contudo, para mascarar as crises como inerentes do capitalismo e realizar ajustes que intensificam a expropriação, a classe dominante dissemina ideologias a fim de produzirem novas sociabilidades que dialogam com os interesses burgueses. Assim, a essência das ideologias é encobrir as relações de exploração e obter o consenso em prol do capital. Por isso, apresentamos o capitalismo como uma dinâmica que modifica a gestão produtiva, as relações políticas, as formas assumidas pelo Estado em decorrência das crises cíclicas e do modo como a luta entre as classes se ascende em cada fase do capital.

2.1 A DINÂMICA CAPITALISTA E SUAS ESTRATÉGIAS DE REGULAÇÃO SOCIAL

O modo de produção capitalista pelo qual os indivíduos organizam a sua produção tem como premissa a apropriação dos meios de produção e a divisão do trabalho, o que resulta na dicotomia entre a classe de possuidores dos meios de produção e a que possui apenas sua força de trabalho. Essa, destituída dos meios que permitem a manutenção de sua vida, necessita vender o que lhe resta, a fim de garantir a sua sobrevivência. A relação que se efetiva no capitalismo tem como base a lógica mercantil, uma vez que as produções e o produtor são postos à venda para manter os meios que permitem a manutenção desse sistema. (MARX, 2013).

Nesse momento histórico, a forma de trabalho que se apresenta tende a atender aos interesses monetários de uma classe, inibindo a essência do trabalho como atividade emancipadora, prazerosa em que ocorre o desenvolvimento humano transformando-o em um fardo, através do qual ocorre a exploração do homem contra o seu semelhante. Esse fenômeno é ocasionado em decorrência da divisão de classe e da propriedade privada, as quais criaram condições para a introdução de “um ‘estranhamento’ entre o trabalhador e o trabalho, uma vez que o

produto do trabalho, antes mesmo de o trabalho se realizar, pertence à outra pessoa que não o trabalhador” (KONDER, 2008, p. 30).

Esse estranhamento irá abranger os processos pelos quais ocorre o desenvolvimento humano, em outras palavras, a objetivação e a apropriação assumem nessa sociedade formas alienadas, uma vez que os produtos da atividade do trabalho que nos diferencia dos animais tornam-se estranhos ao seu criador, ou seja, o homem não reconhece as suas produções como fruto do trabalho, nas quais imprimem sua essência, mas como se fossem produtos naturalizados. O estranhamento entre o homem e suas produções é em decorrência dessas assumirem a forma de mercadoria, a qual se manifesta como “algo enigmático e misterioso” como se vida própria tivesse. É o que Marx identifica de “fetichismo da mercadoria”, uma vez que os produtos são dotados de autonomia em relação ao produtor (VÁZQUEZ, 1968, p. 445).

Não apenas as produções humanas são transformadas em mercadoria, mas também os homens, os quais vendem sua força de trabalho para o capital (VÁZQUEZ, 1968). Esse processo é fruto das relações coisificadas, nas quais o homem converte-se em objeto e fica subordinado a esse. Nesse sentido, Duarte (2013, p. 61) menciona que “os seres humanos não dominam coletivamente as relações sociais e a elas se submetem como se fossem poderes estranhos e superiores”.

A expropriação pela classe dominante dos instrumentos e da força de trabalho da classe trabalhadora não ocorre sem o velamento das condições que permitem a superação dos mecanismos de exploração. Por isso, a classe que detém os meios de produção material é também possuidora dos meios de produção espiritual. A produção e disseminação dos valores e ideias da classe dominante visam mascarar o sistema capitalista como histórico e concebê-lo como natural, resultado do desenvolvimento humano e progresso tecnológico. Todavia, por mais que seja notório o empenho da classe dominante em esconder as contradições inerentes ao capitalismo, ao longo do desenvolvimento desse modo de produção é possível conhecer a sua outra face, em outras palavras, assim como a propriedade privada, a divisão do trabalho e a ascensão da classe burguesa são especificidades desse sistema, as crises cíclicas também fazem parte de sua dinâmica. (NETTO; BRAZ, 2012).

Conforme exposto por Netto e Braz (2012), as crises no capitalismo

não são acidentes de percurso, mas resultados do seu modo de funcionamento, o que confere a esse modo de produção o caráter instável e contraditório, uma vez que o que move o capitalista é o lucro e esse processo ao mesmo tempo em que viabiliza a acumulação da riqueza é também gerador de crises, pois o capitalista visando aumentar sua lucratividade intensifica a exploração do trabalhador mediante a expansão de sua produção em tempo reduzido, o que culmina na diminuição do número de trabalhadores necessários para produzir determinada mercadoria. Esse fenômeno faz com que o desemprego se eleve, reduzindo o número de compradores para adquirir mercadorias e alimentar o ciclo do capitalismo. Por isso,

[...] não é exagero afirmar-se que 'a razão última de todas as crises reais é sempre a pobreza e a restrição ao consumo das massas em face do impulso da produção capitalista a desenvolver as forças produtivas como se apenas a capacidade absoluta de consumo da sociedade constituísse seu limite. (MARX, 1985, p. 24 *apud* NETTO; BRAZ, 2012, p. 174).

No entanto, essas não são as únicas razões para a crise, “mas certamente elas sempre concorrem para a sua eclosão” (NETTO; BRAZ, 2012, p.174). Todavia, apesar da crise contribuir com o findar desse modo de produção “por mais brutais que sejam os seus efeitos e por mais graves que sejam as suas consequências – não têm o dom de conduzir o modo de produção capitalista (MPC) ao colapso ou a faculdade de destruí-lo” (NETTO; BRAZ, 2012, p. 175). Contudo, isso não significa que esse sistema se autorregenera, visto que é histórico, construído e reproduzido pelos agentes sociais, fatores esses comprovados em decorrência das pesquisas que expõem a sua gênese e desenvolvimento.

Na primeira fase do capitalismo, as atividades e os personagens em destaque são os comerciantes, por isso denomina-se esse estágio como capitalismo comercial. Nesse período, a expansão das relações comerciais provocou um aumento no consumo de mercadorias, as quais transformadas em dinheiro resultaram em acúmulo desse pelos comerciantes. Todavia, apesar do florescimento de uma economia de base mercantil, essa é gestada no feudalismo, cujas relações de produção e política são fundamentadas no regime feudal (NETTO; BRAZ, 2012).

O grupo dos novos ricos ganha ascensão com a vitória conquistada pela classe dominante que se perpetuou no feudalismo. Porém, esse mérito não foi exclusivo da burguesia, mas a hegemonia de suas ideias “lhe permitiu organizar o

povo (o conjunto do Terceiro Estado) e liderá-lo na luta que pôs fim ao Antigo regime.” (NETTO; BRAZ, 2012, p. 87).

Através da consolidação da burguesia no poder, a sua característica de classe revolucionária transmuta-se para conservadora, na medida em que seu objetivo não é mais a superação das amarras do feudalismo, mas a manutenção do modo de produção construído sobre os auspícios de acumulação do capital. Dada essas transformações, a classe burguesa, a fim de conservar o seu poderio, utiliza-se da figura do Estado por meio do qual valida os seus interesses. (NETTO; BRAZ, 2012).

O Estado burguês⁶ é uma das figuras que contribuirá com a dominação burguesa sobre a classe opositora que surge com a abolição do feudalismo. Com o fim do regime feudal, os servos são destituídos de seus meios de produção, restando-lhes apenas sua força de trabalho. Por outro lado, a classe burguesa possui as ferramentas e a matéria da qual o sujeito necessita para realizar a sua atividade fim, isto é, o trabalho. Essa condição produz o terreno fértil para a troca entre ambas as classes, os produtores necessitam dos meios de produção para reproduzir sua subsistência, já os possuidores precisam de trabalhadores para produção de mercadorias. O problema que permeia essa relação é que os burgueses, movidos pelo lucro, expropriam o excedente do trabalhador para acumular e gerar mais riquezas, já o trabalhador se submete a esses feitos, pois, além de viabilizar a manutenção de sua vida, acredita ser esse um acordo justo.

Essa aparência de um acordo que beneficia ambas as partes é disseminada pelo Estado burguês, o qual, mediante os seus aparatos jurídicos e ideológicos, legaliza e produz o discurso de contrato entre iguais para gerar convencimento à classe trabalhadora. Esse é um dos fatores que irá diferenciar esse modo de produção dos que os antecederam, haja vista que a expropriação da produção do produtor direto ocorreu tanto no escravismo como no feudalismo. No entanto, nessas organizações, o produto era subtraído mediante violência direta; já no capitalismo, além de não eliminar a extração por intermédio da coerção, o fenômeno que adquire relevância maior é o da coesão (SAES, 1998).

A coesão é uma das estratégias utilizadas pelos capitalistas que

⁶ Optamos por utilizar a expressão Estado burguês conforme descrita por Saes (1998, p.21) “o Estado burguês organiza de um modo particular a dominação de classe”. “O Estado burguês corresponde a relações de produção capitalista”. (SAES, 1998, p. 21).

viabilizam a reprodução das relações de produção entre os desiguais sob a representação de igualdade jurídica, pois define “os agentes da produção, produtores diretos ou proprietários, como iguais”. Essa falsa representação contempla também o resultado da troca dessa relação, a qual é disseminada como igualitária e justa, todavia, ao agir assim mascara a extorsão do sobretrabalho realizada pelo capitalista (SAES, 1998, p. 32).

A partir da compreensão de que a classe dominante usa mecanismos de coesão e coerção, mediante a figura do Estado para o cerceamento das forças e mentes da classe trabalhadora, nas próximas seções, apresentamos uma breve sistematização da relação do Estado com a classe capitalista, a fim de explanar a materialização dessa relação por meio da corporificação das ideologias no Estado que dão sustentação a esse modo de produção.

Em vista disso, serão expostos os estágios concorrencial e imperial dessa organização produtiva e a forma de Estado assumida nessas etapas, as quais contribuem para o velamento da contrariedade do capitalismo e na garantia dos mecanismos necessários à reprodução das relações do modo de produção vigente.

Para tanto, faz-se necessária a exposição do liberalismo clássico de Adam Smith, que é a raiz de sustentação ideológica da classe burguesa, a qual, fundamentada sob o lema em que conquistou o poder – igualdade, liberdade e fraternidade – remodela os seus significados para se manter como classe dominante. Após 1929, o capitalismo entra novamente em uma crise cíclica, necessitando de uma ideologia de sustentação. Assim, para amenizar os danos da crise e coibir forças opositoras, as ideias de Keynes⁷ adquirem relevância mediante a defesa de intervenção do Estado na economia. Todavia, a partir de 1960 eclode novamente uma crise de capital, e o bode expiatório é novamente o Estado, o qual precisa ser reformado para sanar os efeitos da crise. Nesse sentido, a ideologia que ganha proeminência é o neoliberalismo, que se posiciona contra as políticas de Keynes de intervenção do Estado na economia, e, também, opõem-se aos regimes compreendidos por Hayek como totalitários, incluindo o socialismo e as intervenções do Estado na economia com vistas à promoção do bem-estar social.

Os valores centrais dessa doutrina, como a liberdade individual e de mercado e a defesa da propriedade privada, são derivados do pensamento liberal

⁷ A concepção keynesiana será explanada com mais detalhes nas próximas seções.

clássico de Adam Smith e David Ricardo, os quais pregam a limitação do Estado. No entanto, como o neoliberalismo não foi capaz de contemplar, em um mesmo plano, a elevação das taxas de acumulação com a estabilidade social, uma nova faceta liberal se ascendeu, disseminando a ideia de um terceiro caminho, distante das ideias neoliberais ortodoxas e dos preceitos keynesianos de demasiada intervenção do Estado no campo econômico. Nesse sentido, as próximas seções têm como primazia discorrer os princípios elementares do liberalismo clássico, keynesiano, neoliberalismo e as influências dessas ideologias no Estado, para mostrar que tais caminhos foram a via de pavimentação para manter o capitalismo, assim como a Terceira Via, que apesar de novos ajustes, tem a mesma finalidade, manter intacta as relações de exploração do capital.

Quanto à educação escolar, essas ideologias têm se reproduzido nesse campo, uma vez que expressa a concepção de Estado subjacente. Logo, o capítulo em questão apresenta a concepção de homem, trabalho e sociedade enaltecidos pelas ideologias que dão sustentação ao regime burguês ao longo do desenvolvimento capitalista. Esses valores, ideias e crenças são manifestados em discursos pedagógicos, os quais se camuflam nas políticas educacionais.

2.2 A CONCEPÇÃO LIBERAL DE ESTADO E EDUCAÇÃO A PARTIR DE ADAM SMITH

A conjuntura político-econômica atual no Brasil evidencia um fortalecimento da direita e da extrema direita, representadas por tendências das mais diversas, desde (pseudo) liberais⁸ até por concepções fascistas⁹. Embora haja divergências entre estes grupos conservadores da classe dominante, eles estão unidos por um objetivo comum, a desregulamentação dos direitos sociais, em nome do ajuste fiscal, que altera e redefine o papel do Estado ao se passar por constantes reformas para atender essa classe, processo este que destrói o pacto social

⁸ De acordo com Francisco Marshall (2019) diferente do liberalismo em seu sentido original do século XIX o que predomina no Brasil atualmente é o pseudo-liberalismo, o qual tem por singularidade o conservadorismo do ponto de vista comportamental, ao mesmo tempo a defesa pela liberdade econômica.

⁹ Palmiro Togliati (*apud* FELIPPE, 2015, p. 453), histórico dirigente do Partido Comunista Italiano, caracterizou o fascismo como “uma nova ditadura de direita, mas de novo tipo. Além do terror, buscava o consenso e queria capturar a consciência popular. O objetivo era transformar a sociedade

materializado pela Constituição de 1988.

Essas estratégias servem para convencer a sociedade da necessidade da reforma do Estado. Tem-se a produção e divulgação do consenso da crise atrelada ao crescimento do Estado. Cury (2000, p. 13) aponta que “do antagonismo entre as classes, uma delas emerge como dominante e tenta a direção sobre o conjunto da sociedade, através do consenso” que legitime sua concepção de mundo pela exploração e redefinição de ideias, valores e crenças.

Logo, com a divulgação da crise do capital, bem como sua causa e resolutividade, é produzido o discurso pelo governo de diminuir o Estado por meio da retirada dos direitos dos trabalhadores, assim, conforme afirma Milton Friedman (2014), somente uma crise real ou pressentida produz a necessidade de mudanças, mediante reformas.

As raízes que abarcam o discurso de limitação do Estado na economia não são recentes, mas, desde a gênese ao desenvolvimento do capitalismo, a ideologia liberal se transmuta para manter o sistema vigente. Essa ideologia expressa o caráter de conservação da classe que a produz, a fim de encobrir as contradições da realidade perpetuadas pelo modo de produção que a mantém no poder. Contudo, nem sempre a especificidade da classe burguesa, aqui elucidada, foi ser conservadora, mas de oposição ao modo de organização feudal, posição essa que lhe atribuiu o caráter de classe revolucionária.

A liberdade econômica e política era o preceito dos habitantes dos burgos, os burgueses, que se opuseram ao regime dos senhores feudais em virtude das restrições impostas sobre a atividade comercial e política. Os “beneficiários da feudalidade (a nobreza fundiária e a Igreja)”, além de se configurarem como um empecilho para o desenvolvimento do comércio, mantinham sua vida de luxo em decorrência da ação parasitária imposta aos comerciantes por intermédio da cobrança de impostos e tarifas alfandegárias sobre a mercadoria (NETTO; BRAZ, 2012, p. 30).

Essas restrições e cobranças ocorriam por intermédio do Estado absolutista, o qual desempenhava o papel de conservação do modo de organização feudal, tornando-se “obstáculo para o desenvolvimento burguês. E a burguesia

tratou de removê-lo, num processo que culminou em 1789” (NETTO; BRAZ, 2012, p. 87). De classe que lutava contra o *status quo*, a burguesia transformou-se em contrarrevolucionária, a fim de manter o regime que lhe era favorável. E nada melhor do que utilizar as estratégias do antigo inimigo para adormecer os próximos revolucionários, isto é, a figura do Estado, que conforme elucida Saes (1998, p. 19):

[...] em todas as sociedades divididas em classes (escravista, feudal ou capitalista), é a organização especializada (o “poder especial de repressão”) na função de moderar a luta entre as classes antagônicas, garantindo por esse modo a conservação da dominação da classe; ou, por outra, o conjunto das instituições (mais ou menos diferenciadas, mais ou menos especializadas) que conservam a dominação de uma classe por outra.

Por isso, sob as ruínas do Estado absolutista, “abre-se o século XIX com o Estado criado pela burguesia triunfante, o Estado burguês” (NETTO; BRAZ, 2012, p. 87). Dessa forma, o Estado burguês é a forma assumida pelo Estado, correspondente às relações de produção ascendidas no capitalismo, uma vez que posto na organização política e econômica do capital é utilizado pela classe dominante com o propósito de materializar os seus anseios.

Contudo, essa estratégia não se consolidou sem a corporificação de sua ideologia no Estado, visto que a ideologia é “um ideário histórico, social e político” que desempenha a função de ocultar a realidade, e “esse ocultamento é uma forma de assegurar e manter a exploração econômica, a desigualdade social e a dominação política” (CHAUÍ, 2008, p. 8).

Por isso, a classe vigente no poder pauta-se no liberalismo, com o objetivo de tornar a sua visão de mundo aceita pela sociedade como universal. Nesse sentido, o liberalismo defendido após a revolução burguesa não é o mesmo do período em que se posicionava como rebelde ao regime que a oprimia. Conforme destaca Alves (2007), o liberalismo foi a alma filosófica da classe burguesa em seu alvorecer:

Enquanto doutrina, o liberalismo deve ser visto como a expressão mais desenvolvida da visão de mundo burguesa. Mas ela não surge do nada. Sua gênese deu-se no interior das lutas que a burguesia vinha travando contra a igreja católica e a nobreza no sentido de superar os “entraves feudais” postos ao desenvolvimento de seus negócios. No âmbito do discurso, essa classe alicerçava suas reivindicações nas liberdades individuais: liberdade de comerciar,

liberdade de produzir, liberdade de crença, liberdade de trabalho, etc. Logo, o liberalismo tendo sua doutrina formulada no século XVIII, tinha suas raízes fincadas na existência da burguesia desde as suas origens. (ALVES, 2007, p. 79-80).

Como conjunto de crenças, valores e ideias, o liberalismo é fruto da sociabilidade burguesa. É a alma filosófica que fundamenta essa nova classe, a fim de sustentar o modo de produção concernente aos interesses burgueses. Dessa forma, concordamos com a definição cunhada por Santana (1996, p. 2), a qual afirma que o “liberalismo é a expressão necessária do capitalismo e, assim, tanto quanto este, também o primeiro se diversifica em razão das contradições próprias do capitalismo”.

Nessa direção, o liberalismo é uma teoria dinâmica, multifacetada que se camufla ao longo do desenvolvimento do capitalismo, com mesclas de ideias ou fruto do contexto implantado, bem como em decorrência da luta entre as classes, modifica os discursos e utiliza palavras cuja semântica é próxima à representação dos anseios dos trabalhadores, todavia, os significados se diferenciam ao relacioná-las com as práticas sociais projetadas pela classe que a disseminam, a fim de suscitar o consenso da população para reprodução das relações que lhes permitem poderio.

Dado o exposto, começemos pela exposição do liberalismo em sua expressão clássica, visto que é base das demais formas adquiridas por essa ideologia ao longo do processo histórico do capitalismo, o qual ganhou notoriedade na fase concorrencial desse modo de produção, conhecida também como liberal ou clássico¹⁰, que terá como premissa a organização da produção “através da nascente grande indústria” (NETTO; BRAZ, 2012, p.184).

Os liberais clássicos que se dedicaram a analisar as novas relações advindas com a organização produtiva capitalista foram Adam Smith (1723- 1790) e David Ricardo (1772-1823). Muitas de suas formulações serviram para legitimar o capitalismo como resultado do progresso natural das forças produtivas e a perpetuação da classe burguesa no poder, mediante a defesa da propriedade privada e liberdade econômica.

Adam Smith reúne seus principais conceitos no livro “A riqueza das

¹⁰ “A qualificação ‘liberal’ advém da colagem da burguesia revolucionária à teoria política liberal, que exprime seus interesses”. Já “o adjetivo ‘clássico’ remete ao fato de que é então que o regime econômico burguês explicita as suas características estruturais” (NETTO; BRAZ, 2012, p. 184).

nações”, publicado em 1776. Nesse livro, o autor esclarece que a fonte de riqueza de uma nação gira em torno do trabalho:

O trabalho anual de qualquer nação é a fonte que, desde a sua origem, a supre com todas as coisas necessárias e cômodas à vida, que ela cada ano consome, e que consistem sempre ou no imediato produto desse trabalho, ou no que é comprado das outras nações por troco de tal produto. (SMITH, 2014, p. 27).

Embora Smith (2014) reconheça o trabalho como atividade central para a riqueza e o desenvolvimento de uma nação, trata-se do trabalho fragmentado, em que cada um é responsável por um ramo da produção, uma vez que, segundo o autor, “os homens são muito mais prósperos a descobrirem os mais fáceis e expeditos métodos de alcançar algum objeto quando a atenção de seus espíritos se dirige para este único objeto do que quando se dissipa em grande variedade de coisas” (SMITH, 2014, p. 39).

Dessa forma, Smith (1983) argumenta que a divisão do trabalho aumenta a capacidade produtiva humana e proporciona que todos os homens vivam da troca:

[...] uma vez plenamente estabelecida a divisão do trabalho, é muito reduzida a parcela de necessidades humanas que pode ser atendida pela produção individual do próprio trabalhador. A grande maioria de suas necessidades, ele a satisfaz permutando aquela parcela do produto de seu trabalho que ultrapassa o seu próprio consumo, por aquelas parcelas da produção alheia de que tiver necessidade. Assim sendo, todo homem subsiste por meio da troca, tornando-se de certo modo comerciante; e assim é que a própria sociedade se transforma naquilo que adequadamente se denomina sociedade comercial (SMITH, 1983 *apud* SILVA, 2010, p. 15).

Ainda de acordo com Smith (1983), a divisão do trabalho, assim como a troca, é “resultado de uma propensão existente na própria natureza dos homens”. Entretanto, para que esses fenômenos proporcionem o sucesso de uma nação, é necessária a extensão do mercado, ou em outras palavras, a aferição do sucesso de uma nação consiste na transformação de suas produções em mercadorias (SMITH, 1983 *apud* MORAES, 2000, p.8).

Nessa direção, uma nação que combina esses fatores é enriquecida com o excedente das produções do homem e, portanto, viabiliza que todos os

cidadãos exerçam a sua atividade natural, a troca, suprindo então as necessidades básicas de cada um:

Quando a divisão do trabalho é assaz estabelecida, só uma pequena parte das necessidades de qualquer homem é suprida pelo imediato produto do seu trabalho. Ele supre a maior parte das mesmas trocando a parte supérflua, isto é, a que excede as necessidades do seu próprio consumo, por iguais partes que precisa do produto do trabalho dos outros homens. Toda pessoa, assim, vive da troca e vem a ser, de algum modo, um comerciante. Então, a sociedade se constitui propriamente uma companhia de comércio. (SMITH, 2014, p. 61).

No entanto, mediante análise da historicidade do capitalismo, é possível a afirmação na contramão desse argumento, uma vez que o excedente produzido não beneficia o trabalhador, mas ao expropriador, o qual transforma esse em lucro e uma pequena porcentagem da produção é revertida em salário para que o trabalhador tenha suas condições mínimas supridas.

Assim como Smith pretendia tornar todos iguais na figura de comerciantes, o Estado burguês corrobora essa visão ao legalizar essa igualdade e conceber todos os agentes da produção como iguais, isto é, “define igualmente o proprietário dos meios de produção e o produtor direto como seres genericamente dotados de vontade subjetiva e, portanto, capazes de praticar os mesmos atos” (SAES, 1998 p. 37).

A aparente igualdade disseminada pelo Estado burguês tem como base a liberdade tão argutamente defendida por Smith. Liberdade essa entendida como livre comércio, uma vez que impulsiona o empenho do cidadão para usar a sua criatividade na atividade em que se ocupa de maneira eficiente, com o propósito de aumentar a produção e obter a recompensa fornecida pelo mercado. Por isso, segundo a doutrina liberal, o livre mercado viabiliza:

[...] um sistema ordenador (e coordenador) das ações humanas, identificadas com ofertas e demandas mediadas por um mecanismo de preços. Esse sistema social revelaria de modo espontâneo e incontestável as necessidades de cada um e de todos os indivíduos. O sistema também indicaria a eficácia da empresa e dos empreendedores, sancionando as escolhas individuais, atribuindo-lhes valores negativos ou positivos. (MORAES, 2001, p. 5).

Esse sistema que, conforme cunhou Smith, é regulado pela mão

invisível do mercado, o qual dispensaria a “mão-visível” do Estado, uma vez que cada indivíduo, buscando seus próprios interesses, estaria contribuindo para maiores vantagens à sociedade. Nesse sentido, caberia ao governo apenas três funções: “a manutenção da segurança interna e externa, a garantia da propriedade e dos contratos e a responsabilidade por serviços essenciais de utilidades públicas”. (MORAES, 2001, p. 5).

Uma das funções atribuídas por Smith ao Estado dá margem a controvérsias entre os liberais, a saber:

[...] o dever de criar e manter certas obras e instituições públicas que jamais algum indivíduo ou um pequeno contingente de indivíduos poderão ter interesse em criar e manter, já que o lucro jamais poderia compensar o gasto de um indivíduo ou de um pequeno contingente de indivíduos, embora muitas vezes ele possa até compensar em maior grau o gasto de uma grande sociedade (SMITH, 1966 p. 47 *apud* MORAES, 2000, p. 32).

Apesar de o autor não fazer menção em quais espaços de obras e instituições públicas o soberano deve se limitar em criar e manter, é certo que diz nitidamente que estas somente existiriam se não houvesse possibilidade de oferta pelo interesse privado.

Em relação à atuação do Estado na educação, embora o liberal citado não tenha se debruçado sobre esse campo, é possível compreender suas ideias fundamentais a partir de seus escritos na obra “Os gastos das instituições para a educação da juventude”. Nela o autor expõe suas projeções a respeito da atuação do Estado na configuração da educação e a formação que o jovem precisa ter para manter a sociedade sob a regulação do mercado.

Levando-se em consideração a afirmação de Saviani (1992, p. 12), a educação “é, ao mesmo tempo, uma exigência do e para o processo de trabalho, bem como é, ela própria, um processo de trabalho”. Em contradição a essa asserção, as ideias de Smith, apesar de argumentar que a educação deve atender ao processo de trabalho, defende a fragmentação e limitação dos conteúdos científicos, a fim de que a educação escolar seja correlata ao modelo de trabalho que ascende com o capitalismo, o qual reduz o homem à execução de operações simples. Decorrente disso, Smith afirma que a educação elaborada para os pobres deve buscar amenizar os efeitos gerados pelo avanço da divisão do trabalho, a

saber:

O homem que gasta toda sua vida executando algumas operações simples, cujos efeitos também são, talvez, sempre os mesmos ou mais ou menos os mesmos, não tem seu espírito inventivo no sentido de encontrar meios para eliminar dificuldades que nunca ocorrem. Ele perde naturalmente o hábito de fazer isso, tornando-se geralmente tão embotado e ignorante quanto possa ser uma criatura humana. O entorpecimento de sua mente o torna não somente incapaz de saborear ou ter alguma participação em toda conversação racional, mas também de conceber algum sentimento generoso, nobre ou terno, e, conseqüentemente, de formar algum julgamento justo até mesmo acerca de muitas das obrigações normais da vida privada. Ele é totalmente incapaz de formar juízo sobre os grandes e vastos interesses de seus pais; e, a menos que se tenha empreendido um esforço inaudito para transformá-lo, é igualmente incapaz de defender seu país na guerra. A uniformidade de sua vida estagnada naturalmente corrompe a coragem de seu espírito, fazendo-o olhar com horror a vida irregular, incerta e cheia de aventuras de um soldado. Esse tipo de vida corrompe até mesmo sua atividade corporal, tornando-o incapaz de utilizar sua força física com vigor e perseverança em alguma ocupação que não aquela para a qual foi criado. (SMITH, 2014, p. 244).

Certamente, apesar de defender com veemência o modelo de trabalho consubstanciado mediante o capitalismo, Smith reconhece que os danos causados por este comprometem as “virtudes intelectuais, sociais e marciais” dos trabalhadores, contudo, sua preocupação não é com esse sujeito que tem seu desenvolvimento comprometido, mas com as conseqüências geradas por esse para a liberdade dos demais cidadãos (SMITH, 2014, p. 244).

Por isso, a fim de evitar a desordem causada pelos trabalhadores, o autor discute as responsabilidades do Estado para com a instrução das “pessoas comuns”, os pobres, uma vez que diferente dos afortunados, que são dotados de recursos para apropriação do saber elaborado, os trabalhadores:

[...] dispõem de pouco tempo para dedicar à educação. Seus pais dificilmente têm condições de mantê-las, mesmo na infância. Tão logo sejam capazes de trabalhar, têm que ocupar-se com alguma atividade, para sua subsistência. Este tipo de atividade é geralmente muito simples e uniforme para dar-lhes pequenas oportunidades de exercitarem a mente; ao mesmo tempo, seu trabalho é tão constante e pesado que lhes deixam pouco lazer e menos inclinação para aplicar-se a qualquer outra coisa, ou mesmo para pensar nisso. (SMITH, 1996, p. 244).

Em decorrência disso, o Estado deve instruir as pessoas comuns, todavia, não mediante uma formação equivalente à dos ricos, mas que contemple apenas as “matérias mais essenciais da educação – ler, escrever e calcular” e claro, uma formação voltada para o desenvolvimento do espírito de um soldado, tendo em vista que esse cidadão não seja um empecilho para o desenvolvimento social, mas contribua com a ordem do país (SMITH, 1996, p. 246).

A necessidade de o povo ser instruído a fim de evitar a rebelião contra os seus superiores não torna o Estado obrigado a fornecer essa instrução, pois a sua atuação se limita a facilitar “essa aprendizagem elementar, criando em cada paróquia ou distrito uma pequena escola, onde as crianças possam ser ensinadas pagando tão pouco que até mesmo um trabalhador comum tem condições de arcar com este gasto” (SMITH, 1996, p. 246).

Fica evidente que esse economista argumenta a favor do autofinanciamento das instituições escolares, que essas devem arcar com seus próprios custos:

Também as instituições para a educação da juventude podem propiciar um rendimento suficiente para cobrir seus próprios gastos. Os honorários ou remuneração que o estudante paga ao mestre constituem um rendimento deste gênero. (SMITH, 1996, p. 238).

Em relação à frequência dessa população nas instituições educacionais, Smith orienta que seja utilizado o mecanismo de mercado para estimular os pobres a buscar os mais satisfatórios empenhos na apropriação do saber correlacionado a sua condição econômica. Por isso, o referido autor orienta o Estado a incentivar a concorrência entre os filhos dessa classe através da oferta de “pequenos prêmios e pequenas distinções aos filhos das pessoas comuns que neles se sobressaírem” (SMITH, 1996, p. 247).

O princípio da concorrência como parâmetro de qualidade não é apenas sugerido entre os alunos, mas abrange os profissionais da educação, pois, para Smith, esses trabalhadores se esforçam quando “a concorrência é livre, a rivalidade entre os concorrentes, que, sem exceção, se empenham em eliminar-se mutuamente do emprego, obriga cada um a procurar executar seu trabalho com certo de grau de precisão” (SMITH, 1996, p. 228).

Em contrapartida, a padronização do salário e a estabilidade

conduzem ao descompromisso do professor com o seu trabalho:

Em outras universidades, o professor está proibido de receber quaisquer honorários ou remunerações de seus alunos, constituindo seu salário a fonte exclusiva do rendimento que ele auferir de seu ofício. Neste caso, o interesse dele é frontalmente oposto a seu dever, tanto quanto isto é possível. O interesse de todo homem é viver o mais tranquilamente possível; e se os seus emolumentos forem exatamente os mesmos tanto executando como não executando algum dever muito laborioso, certamente o seu interesse – é negligenciar totalmente seu dever ou se se estiver sujeito a alguma autoridade que não lhe permite isto, desempenhá-lo de uma forma tão descuidada e desleixada quanto essa autoridade permitir. (SMITH, 1996, p. 229).

Em vista disso, a garantia do sucesso desse profissional recai no estado de medo que lhe aflige pelo temor de não receber os meios que viabilizam o seu sustento em decorrência do seu fracasso. Nesse sentido, a gratificação do professor deve ser proveniente do pagamento dos alunos, haja vista que estes irão auferir o mérito desse profissional. Todavia, a gratificação nem sempre é decorrente dessa natureza, em alguns casos os recursos são oriundos de algum doador particular, desde que não seja “tirado da receita geral da sociedade, cujo recolhimento e aplicação, na maioria dos países, cabe ao poder executivo” (SMITH, 1996, p. 228).

Desse modo, os critérios defendidos por Smith no campo educacional são os mesmos utilizados pela lógica mercantil, uma vez que, para esse autor, o ser humano se empenha em determinada atividade quando tem a necessidade de competir pelos meios de sua subsistência com os seus pares, o que levaria ao progresso da sociedade em geral. Já a atuação do Estado na educação é mínima no que se refere aos recursos financeiros, todavia o Estado deve estabelecer normas e padrões a fim de domar as camadas inferiores para obedecer cegamente aos seus superiores, bem como formar os pobres com o saber elementar e útil para a reprodução do modelo econômico, a fim de manter a sociabilidade vigente. Dado o exposto, assim como ocorre a divisão no processo de produção entre as classes, a educação segue os mesmos trilhos:

Embora, porém, as pessoas comuns não possam, em uma sociedade civilizada, ser tão bem instruídas como as pessoas de alguma posição ou fortuna, podem aprender as matérias mais essenciais da educação – ler, escrever e calcular – em idade tão

jovem, que a maior parte, mesmo daqueles que precisam ser formados para as ocupações mais humildes, têm tempo para aprendê-las antes de empregar-se em tais ocupações. Com gastos muito pequenos, o Estado pode facilitar, encorajar e até mesmo impor a quase toda a população a necessidade de aprender os pontos mais essenciais da educação. (SMITH, 1996, p. 246).

Desenvolvida as principais ideias de Smith, propõe-se a discussão de alguns conceitos defendidos pelo economista John Maynard Keynes e a consolidação desses nos Estados Unidos e na Europa depois dos anos de 1930. A importância atribuída a essa discussão refere-se à necessidade de mostrar as diferentes faces em que a classe dominante vem se apresentando ao longo do desenvolvimento do capitalismo, em decorrência de suas contradições e da dinâmica posta pela luta entre as classes.

2.3 O ESTADO E O APOGEU *WELFARE STATE* KEYNESIANO

A história nos mostra que o capitalismo é um modo de organização contraditório, pois ao mesmo tempo em que produz riqueza é gerador de crises cíclicas, culminando em misérias e destruição para a classe trabalhadora. A crise aqui referida é a de 1929, que se caracterizou devido ao número exorbitante de mercadorias em relação ao número de consumidores, ou seja, a oferta era maior que a procura; conseqüentemente os preços caíram, a produção diminuiu e logo o desemprego aumentou:

[...] a queda dos lucros, a retração geral da produção industrial e a paralisação do comércio resultaram na queda das ações da bolsa de valores e mais tarde na quebra da bolsa. Portanto, a crise de 1929 foi uma crise de superprodução. (OLIVEIRA; MORENO; DEBERTIS; NALIN; FLORENCIO, [200-], p. 7).

A autossuficiência do mercado foi colocada em xeque, a mão invisível não conseguiu coordenar a oferta, a demanda, o pleno-emprego, a produção e o consumo. A teoria que os agentes, em plena liberdade, na busca pelos seus interesses individuais contribuem para o coletivo, de forma a manter a harmonia gerada pelo mercado, entrou em contradição mediante a crise que abalou os alicerces dos países considerados potências mundiais. Período identificado como a grande depressão econômica.

Os antecedentes da crise apontavam os Estados Unidos como a maior potência mundial, superando até mesmo a Inglaterra. O título de maior economia do mundo deu-se, em grande parte, devido às vantagens obtidas após a primeira guerra mundial em decorrência da exportação de armas e munições, “além de empréstimos de capitais aos europeus” (COGGIOLA, 2011, p. 1).

O crescimento exorbitante desse país foi alinhado às mudanças na produção, mediante a vertente fordista e taylorista, as quais provocaram o aumento da produção. Com o propósito de elevar a produtividade, Ford introduziu a esteira rolante, cujo objetivo foi levar o trabalho ao trabalhador para minimizar seus movimentos. Além das mudanças técnicas no trabalho, Ford agiu no campo ideológico com o propósito de aumentar a produção e o consumo ao mesmo tempo, induzindo os próprios trabalhadores a serem os consumidores:

[...] produção de massa significava consumo de massa, um novo sistema de reprodução da força de trabalho, uma nova política de controle e gerência da força de trabalho, uma nova estética e uma nova psicologia, em suma, um novo tipo de sociedade democrática [...]. O Fordismo equivaleu ao maior esforço coletivo para criar, com velocidade sem precedentes, e com uma consciência de propósito sem igual na história, um novo tipo de trabalhador e um novo tipo de homem. Os novos métodos de trabalho são inseparáveis de um modo específico de viver e de pensar a vida. (HARVEY, 1992, p. 121).

Assim como o fordismo, o taylorismo contribuiu com a intensificação da exploração da mais-valia por meio do controle do ritmo do trabalho. Conforme sustentou Frederick Winslow Taylor, para aumentar a eficiência no trabalho é fundamental o controle por parte da gerência. Taylor, então “propôs a ideia de uma gerência que criasse, através de métodos de experimentação do trabalho, regras e maneiras padrões de executar o trabalho. Essas regras padrões seriam obtidas pela melhor equação possível entre tempo e movimento.” (RIBEIRO, 2015, p. 66).

Todavia, apesar dessas mudanças propiciarem um maior acúmulo de capital, as inúmeras contradições do capitalismo emergem em mais uma crise, uma vez que, o mercado consumidor não conseguiu acompanhar o setor produtivo, resultando na crise de 1929. Diferente das demais crises, essa foi de intensidade e abrangência maiores, haja vista que não pairou apenas nos Estados Unidos, mas atingiu os demais países, em virtude de o capitalismo estar no estágio imperial ou identificado como “fase de dominação dos monopólios”, na qual se consolidou o

sistema econômico mundial que vinculou as nações e Estados de todo o planeta, “estabelecendo um fluxo de conexões que acabou por configurar uma economia em que todos são interdependentes” (NETTO; BRAZ, 2012, p. 200).

Em momentos de crise, o desespero para amenizar os seus efeitos e a necessidade de uma nova ideologia para encobrir as falhas inerentes ao modo de produção capitalista fez com as ideias keynesianas ganhassem visibilidade. Essa vertente partiu da crítica às concepções dos liberais clássicos, pois acreditava-se que o capitalismo não tinha uma força exterior capaz de gerar processos de autoestabilização, de forma a garantir os mecanismos de sua reprodução, mas necessitava da intervenção do Estado para assegurar os êxitos econômicos. (SANTOS, 2017).

John Maynard Keynes (1883-1946), filho da elite intelectual britânica, acreditava que a ação positiva do Estado na economia buscava conter “os traços mais autodestrutivos do capitalismo, isto é, sua tendência a criar crises cíclicas e progressivamente mais amplas, efeitos externos indesejados (falhas do mercado) e impasses políticos delicados” (MORAES, 2001, p. 14).

Em oposição ao liberalismo clássico, a especificidade das propostas política e econômica de Keynes consistiu:

[...] na definição de um conjunto de medidas delineadas para reduzir ou socializar as incertezas que cercam as decisões econômicas e para impulsionar a demanda agregada via intervenção do Estado, quando a demanda privada fracassa (CARVALHO, 1999 *apud* BARUCO, 2005, p. 24).

Keynes argumentou que a interferência do Estado na política econômica tem como principais objetivos a criação do pleno emprego e a “implantação de políticas sociais que atenuassem desigualdades materiais acentuadas pelo funcionamento não monitorado do mercado” (MORAES, 2001, p. 15). Tendo em vista que para Keynes:

O capitalismo, por um lado, praticamente incapaz, por si só de alcançar e manter o pleno emprego, sendo moralmente fracassado e socialmente injusto, por outro, ele não via nenhum sistema com uma capacidade de gerar riquezas e de ser economicamente eficiente como o capitalismo. (KEYNES, 1968, p.7 *apud* LEKACHMAN, 1968, p. 7).

O problema do capitalismo, conforme escreveu esse autor, delineia-se no âmbito moral, uma vez que o progresso e a riqueza proporcionada por esse sistema viabilizaram que a ganância reinasse sobre a essência do homem, isto é, o sujeito passou a ser movido pelo amor ao dinheiro. Para Keynes, a comunidade poupa com medo de perder o dinheiro e os investidores retiram ações da Bolsa de Valores temendo a quebra, ambos os casos são interligados provocando a retração e miséria, logo “o amor ao dinheiro seria, portanto, o elemento psicológico encontrado por Keynes para explicar a existência da pobreza em meio à riqueza” (KEYNES, 1968, p. 7).

Porém, apesar de reconhecer as falhas contidas no sistema capitalista, como a sua incapacidade por si só de alcançar e manter o pleno emprego, admitia que esse sistema era o único com a capacidade de gerar riquezas e ser economicamente eficiente.

Logo, Keynes não tem como propósito a superação do capitalismo, mas propõe soluções para crises, mediante a realização de ajustes intencionando que esse sistema funcione em harmonia. Nessa direção, a solução proposta pelo referido economista foi:

[...] a de estimular a propensão a consumir da comunidade como a divisão entre o consumo e a poupança dependia de fatores objetivos e subjetivos não possíveis de serem mudados no curto prazo, o autor propõe uma redistribuição de renda para solucionar este problema, através de impostos progressivos e investimentos públicos em serviços sociais. (KEYNES, 1968, p. 9).

Nesse sentido, a propensão em consumir e a criação de um ambiente seguro para os empresários investirem devem ser o propósito das políticas governamentais a fim de manter a estabilidade do capitalismo. Assim, o Estado não deve interferir com o propósito de dismantelar a organização societária do capital:

Assumir a propriedade dos instrumentos de produção não é o que importa ao Estado. Se este puder determinar a quantidade global dos recursos destinados a aumentar esses meios e a taxa básica de remuneração para aqueles que os possuem, terá realizado tudo que é necessário. Além disso, as necessárias medidas de socialização podem ser introduzidas gradativamente e sem alterar as tradições gerais da sociedade (LEKACHMAN, 1968, p. 22).

Dessa forma, a distribuição de renda cunhada por Keynes não

deveria ser um empecilho para a acumulação do capital, mas sim um incentivo ao consumo, uma vez que “o economista afirma que ‘a lei psicológica fundamental consiste que os homens estão dispostos, de modo geral e em média, a aumentar o seu consumo à medida que a sua renda cresce, embora não em quantia igual ao aumento da renda” (KEYNES, 1996, p. 118). Por isso, a distribuição de renda não deveria seguir tanto os padrões equitativos, visto que o desafio era diminuir a desigualdade para estabilizar o capitalismo, mas sem gerar inconveniências ao processo de acumulação do capital.

De fato, o principal propósito de Keynes não era beneficiar a classe trabalhadora, mas sim a criação de meios econômicos que permitissem a reprodução do capital de forma a reduzir os impactos da crise. Não há dúvidas da sua intenção, quando questionado o porquê de não optar pelo Partido Trabalhista:

Para começar, é um partido de classe, e a classe que não é a minha. Se for perseguir interesses parciais, perseguirei os meus próprios. Quando chegar a luta de classes como tal, meu patriotismo local e pessoal, como os de qualquer outro, exceto alguns entusiastas desagradáveis, estará vinculado a meu próprio ambiente. Posso me deixar influenciar pelo que me parece justiça e bom senso, mas a luta de classes me encontrará do lado da burguesia esclarecida (KEYNES, 1972, p. 297 *apud* FONSECA, 2010, p. 441).

Pode-se observar que a dura crítica que o autor faz ao liberalismo não o torna defensor do socialismo, ao contrário, Keynes argumenta contra o socialismo por acreditar que os seguidores desse sistema manifestam “ódio e inveja” aos que possuem riqueza e poder, os quais “dificilmente se associam com os ideais para construir uma verdadeira república social” (KEYNES, 1972, p. 300-301 *apud* FONSECA, 2010, p. 442).

Portanto, o referido autor não concorda com a busca extrema da justiça social sem considerar a liberdade individual dos capitalistas, ao mesmo tempo, não defende a liberdade individual sem ponderar as desigualdades sociais. Dessa forma, Keynes irá propor uma terceira alternativa, capaz de unir eficiência econômica, justiça social e liberdade individual. A proposta pelo novo caminho busca romper com:

A polaridade capitalismo *versus* socialismo afigura-se-lhe pobre e maniqueísta; fazia-se mister construir uma *nova* alternativa, como propõe adiante, no mesmo artigo: “O Partido Liberal não deve ser

menos progressista que o trabalhista, nem menos aberto às novas ideias, nem atrasado na construção do novo mundo” (KEYNES, 1972, p. 309 *apud* FONSECA, 2010, p. 441-422).

Apesar de não expor com detalhes essa proposta, é certo que não é tão nova, conforme reiterado pelo autor, pois trata-se de estratégias visando salvaguardar o capitalismo do colapso causado por suas contradições através de ajustes que amenizem a desigualdade social, mas sem renunciar à propriedade privada do mérito e da acumulação do capital.

Esses postulados foram aderidos pelo então presidente dos Estados Unidos da América (EUA), Franklin Delano Roosevelt, nos anos 30, a fim de reduzir os efeitos da crise conhecida como a “Grande Depressão”. O pacote de reformas políticas para restaurar a economia dos EUA envolvia medidas econômicas de expansão do Estado no âmbito social e de regulação do mercado; denominou-se então esse Plano de Ação de *New Deal*.

Com base em Keynes, os objetivos traçados por Roosevelt visaram combater as crises do capital mediante a interferência do Estado na economia através de medidas de estabilização da renda e manutenção do nível de emprego. O *New Deal*, acima de tudo, foi uma estratégia de sustentação do capitalismo, tanto no que tange o econômico, como o ideológico, uma vez que a crença nesse sistema como capaz de garantir a prosperidade de todos estava em colapso, conforme demonstra Picoli (2013, p. 22), na exposição do resultado de uma pesquisa “feita pela Câmara de Comércio dos Estados Unidos em 1932 em que 90% dos consultados declaravam estar a favor da planificação econômica”. Como exemplo, podemos citar os dados elucidados por Campagna (1987):

A década de 1930, diferentemente da década de 1920, não mostrou sinais de otimismo na crença no progresso. Em vez disso, a crença nos sistemas econômico e político foi severamente abalada. Incapazes de conciliar ou mesmo explicar a deterioração constante da economia, muitos se voltaram para "ismos" alternativos na esperança de encontrar um sistema mais seguro e humano; outros começaram a perceber que a instabilidade inerente provocada pelo capitalismo e industrialização avançados ficaram perplexos. O próprio fundamento da crença em como o mundo funciona estava desmoronando, e ninguém sabia por que ou como corrigi-lo. (*apud* PICOLI, 2013, p. 22, tradução nossa).

Dessa forma, o medo do inimigo vermelho impulsionou o aparente acordo de paz entre o capital e o trabalhador através da mediação do Estado. O

próprio Keynes, em carta ao presidente Roosevelt apontou:

[...] que Roosevelt era uma esperança para todos aqueles que pretendiam resolver os problemas econômicos por meio de uma saída racional e dentro da estrutura existente. Caso falhasse, a mudança racional seria gravemente prejudicada em todo o mundo, deixando espaço para a ortodoxia e a revolução. (PICOLI, 2013, p. 21-22).

Nessa direção, o *New Deal* envolveu investimentos públicos de combate ao desemprego, criação de agências para regular o mercado e programas assistencialistas, podendo ser sintetizado nas seguintes medidas:

[...] aumento dos rendimentos agrícolas; aumento dos salários; assistência aos desempregados; estímulo à produção industrial por meio do aumento de preços; oferta de liquidez aos mercados imobiliários, seguro para depósitos bancários; construção de barragens, estradas, esgotos prédios públicos entre outros. (MARTINS, 2011, p. 22).

Conforme observado por Martins (2011 p. 24), após 1933, a ênfase do Programa se delineou na promulgação de políticas de cunho assistencialista com benefícios aos desempregados, criação de leis trabalhistas e financiamento de projetos habitacionais. Portanto, “trata-se de uma etapa caracterizada pelo bem-estar social”, todavia não como implementado nos países escandinavos, pois no caso dos EUA, a ação do Estado se inclinou em tirar o país da grande recessão, mediante políticas sociais de caráter minimalista, uma vez que os programas não contemplaram a população no âmbito geral, pois os serviços se restringiram a pequenos grupos.

Segundo Mishra (1996, p. 364), as políticas adotadas nos EUA não podem ser comparadas às políticas dos demais países de capitalismo desenvolvidos que aderiram ao *Welfare State*, uma vez que esse autor pondera que os Estados Unidos “eram e continuam a ser um Estado-providência ‘pré-moderno’ na medida em que nunca abraçaram a ideia de uma proteção social global baseada na solidariedade e cidadania sociais” (*apud* GOMES, 2006, p. 207).

O Estado de bem-estar, terminologia identificada por muitos como *Welfare State*, apesar de divergências semânticas, refere-se ao modelo de Estado que adquiriu proeminência no período pós-II Guerra Mundial. O significado de

Welfare State, conforme cunhou Gomes (2006, p. 203), pode ser compreendido como:

[...] um conjunto de serviços e benefícios sociais de alcance universal promovidos pelo Estado com a finalidade de garantir uma certa “harmonia” entre o avanço das forças de mercado e uma relativa estabilidade social, suprimindo a sociedade de benefícios sociais que significam segurança aos indivíduos para manterem um mínimo de base material e níveis de padrão de vida, que possam enfrentar os efeitos deletérios de uma estrutura de produção capitalista desenvolvida e excludente.

A origem e o desenvolvimento do *Welfare State* são motivos de divergência entre os teóricos, é certo que a convergência entre os mesmos se refere ao seu período de expansão que é o pós-guerra. As vertentes que se debruçaram a estudar o Estado de bem-estar-social¹¹ se diversificam em suas análises, resultados e raízes teóricas que lhes dão embasamento, perpassando por concepções balizadas em princípios durkheimianos, weberianos e marxistas. Esse trabalho não tem por objetivo apresentar as inúmeras obras que se dedicaram a explicar o *Welfare State*, mas elucidar as propostas marxistas, embora também não sejam homogêneas no que diz respeito aos fatores preponderantes que impulsionaram o redirecionamento do papel do Estado, em especial, no âmbito das políticas sociais.

Dentre os estudos marxistas que mais se sobressaíram, Silva (1995) elucidou os da versão funcionalista e conflitualista. O'Connor destaca-se como intelectual que defende que o sistema capitalista por ser este essencialmente contraditório, pois necessita ser regulado pelo Estado a fim de se manter. Nesse sentido, o autor argumenta que o Estado capitalista atua em duas funções contraditórias:

[...] o Estado capitalista tem de tentar desempenhar duas funções básicas e muitas vezes contraditórias: acumulação e legitimação. Isto quer dizer que o Estado deve manter ou criar condições de harmonia social. Um Estado capitalista que empregue abertamente sua força de coação para ajudar uma classe a acumular capital à custa de outras classes perde sua legitimidade e, portanto, abala a base de suas lealdades e apoios. Porém, um Estado que ignore a necessidade de assistir o processo de acumulação de capital arrisque a secar a fonte de seu próprio poder, a capacidade de produção de excedentes econômicos e os impostos arrecadados deste

¹¹ Utilizaremos os conceitos de *Welfare State* e Estado de bem-estar social como categorias sinônimas.

excedente (e de outras formas de capital). (O'CONNOR, 1977, p. 19).

Em oposição a esse autor, Navarro (1996) compreende que a versão funcionalista anula o caráter ativo da classe trabalhadora na luta contra o capitalismo. Dessa forma, para o autor, o Estado de bem-estar social é “um triunfo da classe trabalhadora, conquistado com um custo enorme de sangue, suor e lágrimas” (NAVARRO, 1996, p. 2). Nesse sentido, não considerar o conflito como fator preponderante para ascensão do *Welfare State* é, segundo Navarro (1996, p. 2), descartar “a classe trabalhadora como agente impulsionador da transformação do capitalismo, assim como o reformismo como caminho para o socialismo”.

Buscando integrar as duas concepções, Ian Gough considera como fatores impulsionadores tanto o conflito entre as classes como a consolidação de determinadas políticas sociais via o Estado de bem-estar social para preservação das relações capitalistas. Assim, Arretche (1995) define que para Gough, o *Welfare State* é uma exigência da fase em que o capitalismo se encontrará e seus benefícios são de interesse de ambas as classes sociais:

A classe trabalhadora, porque qualquer política que atenuar as dificuldades e modifique o jogo cego das forças de mercado é bem-vinda. A classe capitalista, porque isto reduz o descontentamento da classe trabalhadora, provê novas modalidades de integração e controle sobre esta classe e oferece ainda benefícios ideológicos e econômicos. (ARRETCHÉ, 1995, p. 30).

Sobre as proposições elucidadas, a concepção variante é a relação do Estado com o modo de produção capitalista. Nesse contexto, alguns teóricos partem do princípio do Estado como reprodutor dos interesses capitalistas, outros da primazia de que o Estado é influenciado pelo conflito entre as classes sociais, tendo que ceder reformas em caso de pressão de uma dessas classes.

Muitos autores marxistas se debruçaram a estudar a relação do Estado com as classes dominantes e dominadas. Apesar do objetivo em comum, o qual se delineia na superação do sistema capitalista produtor da desigualdade social, percebe-se muitas divergências em relação à compreensão do Estado de forma relacionada com esse sistema, até mesmo em obras de um mesmo autor. Por isso, o trabalho em questão não tem como premissa elucidar essas discussões, mas abordar as múltiplas faces do Estado, em decorrência dos estágios perpassados

pelo capitalismo.

O fato é que, conforme escreveu Marx e Engels (2005, p. 98), o Estado é “a forma de organização que os burgueses adotam, tanto para garantir reciprocamente a sua propriedade e a de seus interesses, quanto em seu interior como externamente”. Todavia, longe de ser uma mera máquina de reprodução dos interesses burgueses, antes mesmo da consolidação dessa classe no poder, de forma genérica, o Estado:

[...] em todas as sociedades divididas em classes (escravistas, feudal ou capitalista), é a organização especializada (o “poder *especial* de repressão”) na função de moderar a luta entre as classes antagônicas, garantindo por esse modo a conservação da dominação de classe; ou, por outra, o conjunto das instituições (mais ou menos diferenciadas, mais ou menos especializadas) que conservam a dominação de uma classe por outra. (SAES, 1998, p. 19).

Nesse sentido, o ponto de partida para análise dos fenômenos da sociedade é a luta entre as classes sociais, o que torna a realidade contraditória e em constante mudança; contudo, as forças no poder lutam para manter as relações sociais, o que denota o uso do poder político para validar seus interesses. Por isso, o Estado não pode ser um fenômeno movido por uma lei própria, enclausurado em relação à realidade, uma vez que se relaciona de forma dialética com os demais fenômenos, contribuindo para a transformação ou conservação das relações de produção.

Desse modo, é na relação com o cenário econômico, político e social que o Estado assume diferentes formas, o que, de fato, não significa que esse aparelho é passivo ante ao contexto socioeconômico nem autônomo em relação ao cenário de conflito, mas sim uma complexa máquina dotada de autonomia relativa, que não pode ser caracterizado como árbitro, acima dos confrontos entre as classes, pois, o Estado “não possui ‘poder’ próprio: mas, por outro lado, constitui o lugar contraditório de condensação de relações de forças que atravessam igualmente a classe dominante” (POULANTZAS, 1978, p. 172).

Por isso, a compreensão do Estado em sua face social perpassa pela análise do cenário em que esse ganhou conotação. O período após a Segunda Guerra Mundial foi de expansão das ideias keynesianas, uma vez que os países de capitalismo central estavam ainda temerosos com os frutos colhidos a partir da crise

de 1929. Ao mesmo tempo, eclodiram-se movimentos trabalhistas¹² em reação aos efeitos deletérios da produção em massa e da cadeia de montagem em prol da ampliação dos seus respectivos direitos. Esses manifestos, associados à ascensão dos valores socialistas, impulsionaram a classe burguesa a adotar novas estratégias de conservação da sociedade de mercado.

A necessidade de ajustes e a materialização de partidos de cunho socialista no poder culminaram em terreno fértil para a consolidação do *Welfare State*. Antes mesmo do período da Grande Depressão, países como Dinamarca e Suécia eram presididos por governos sociais-democratas, o que pode explicar, em partes, o motivo de o *Welfare State* ser consolidado nesses países de forma intensificada, unindo determinadas reivindicações da classe trabalhadora sob o modo de produção capitalista (MORO, 2014).

Moro (2014) aponta a chegada dos sociais-democratas no poder como um dos fatores que contribuíram para a expansão do Estado de bem-estar social em muitos dos países do ocidente. A proposta apresentada por eles não descartava mais a economia de mercado, pelo contrário, reforçava a lógica de mercado sem abandonar alguns anseios dos trabalhadores. Por isso, as ideias de Keynes ganharam proeminência para os sociais-democratas, uma vez que “justificavam a necessidade de gastos sociais e altos salários, agradando em sua lógica aos trabalhadores” sem, por isso, ser um empecilho para a acumulação do capital (MORO 2014, p. 40).

Nesse contexto, o objetivo principal desses partidos “passou a ser a ‘nacionalização do consumo’, em vez da antiga luta pela ‘nacionalização dos meios de produção’.” (PRZEWORSKI, 1986 *apud* MORO, 2014, p. 40). Tais objetivos estavam alinhados à necessidade posta pelas transformações do sistema produtivo mediante o fordismo, qual seja, o aumento da produção requer consumidores ávidos para alimentar o fluxo das mercadorias, em outras palavras, “o desenvolvimento intensivo das forças produtivas (em virtude, sobretudo, da inovação dos meios de produção) estava no auge, elevando a produtividade do trabalho, que, por sua vez, tinha como contrapartida” a necessidade do consumo em massa. (MORO, 2014, p. 40).

Nessa direção, o novo modelo de sociabilidade consubstanciado

¹² Ver mais a respeito das lutas travadas da classe trabalhadora contra a capitalista no Artigo: Produção e Estado de bem-estar: contexto político das reformas de Vicente Navarro.

pelo estágio monopolista do capitalismo, juntamente com o Estado em sua face social e os novos métodos de produção, empenharam-se em propagar um novo perfil de trabalhador. Quanto a esse perfil, utilizou-se o modelo do sujeito estadunidense, uma vez que:

[...] os elementos mais importantes foram baseados na individualização do ser e na ênfase da 'liberdade de escolas'. Destaca-se, nesse modelo, que a defesa da 'igualdade de oportunidades' seria mais importante do que a noção de igualdade de direitos, chegando mesmo a substituí-la. (MARTINS, 2009, p. 16).

A nova estratégia dirigida pelo capital monopolista era a disseminação de que o capitalismo poderia unir os valores de mercado, como individualismo, concorrência e meritocracia, sem para isso anular a igualdade de oportunidades por meio da qual os trabalhadores necessitavam para prosperar nessa sociedade, a qual seria fornecida pelo Estado mediante as políticas sociais. Contudo, não se trata de qualquer igualdade, mas igualdade sob os moldes de mercado, remetendo-se à ideia de oportunidade, esforço e mérito para se adequar ao novo modelo de vida posto pelo progresso do capital.

A disseminação do novo padrão de sociabilidade capitalista foi reforçada em 1944 por meio do acordo de *Bretton Woods*¹³, realizado no estado de *New Hampshire*, localizado nos Estados Unidos. Nesse evento, reuniram-se representantes de muitos países que assistiram a hegemonia lograda pelos Estados Unidos na condução política e econômica dos demais países, principalmente os de capitalismo periférico.

A nova ordem econômica mundial era pautada por regras a fim de controlar a economia de mercado. As ideias que patrocinaram essa Conferência foram as de “Keynes, representando os interesses ingleses, e Harry Dexter White, representando o governo americano” (BARUCO, 2005, p. 22). Apesar das divergências de propostas, ambos defendiam a criação de agências para regular o setor financeiro internacional, todavia, a consolidação das organizações financeiras internacionais contribuiu para que os países de grande potência mundial interferissem na condução da política e da economia dos demais países. A esse

¹³ “Durante a Conferência de *Bretton Woods*, foram criados o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional e a Organização Mundial do Comércio, instituições portadoras de instrumentos de intervenção e com capacidade para alterar decisões econômicas” (SILVA, 1995, p. 9).

respeito, Baruco (2005) expõe:

O outro conceito de "sistema de Bretton Woods" refere-se à problemática de ordem mais política do que monetária, ou seja, à atuação prática e operacional, e também "ideológica", das duas organizações econômicas internacionais criadas em 1944 para cuidar das moedas e das finanças internacionais, mas que acabam necessariamente por envolver-se na administração prática da economia dos países que a elas recorrem, o que, por sua vez, desencadeia uma série de implicações políticas (e jurídicas) (ALMEIDA, 2002 *apud* BARUCO, 2005, p. 27).

Diante de tais transformações, entre as décadas de 1940 a 1970, os países de capitalismo central vivenciaram um período de prosperidade, conhecido como "Era de Ouro", "em virtude da presença de forte crescimento econômico em todos os países do hemisfério ocidental" (MORO 2014, p. 42). Contudo, apesar da elevação das taxas de crescimento, conduzidas pelo capitalismo monopolista, este não foi capaz de conter mais uma de suas crises, rompendo com o suposto pacto entre o capital e trabalho, e novamente a parte mais afetada é a classe destituída da propriedade de seus meios de produção, a qual teve que arcar com o ônus da crise.

2.4 A REAÇÃO DO CAPITAL À CRISE DO PETRÓLEO: REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E O NEOLIBERALISMO

Em oposição às políticas adotadas inspiradas em Keynes, Hayek, em 1947, organizou uma reunião em *Mont Pèlerin*, na Suíça, convocando aqueles que partilhavam de suas ideias. Dentre estes, destacam-se Milton Friedman, Karl Popper, Lioner Robbins, Ludwig von Mises entre outros, surgindo então a sociedade de *Mont Pèlerin*. A formação do grupo ocorreu para unir forças contra o socialismo e a intervenção do Estado. A declaração de fundação da sociedade de *Mont Pelèrin* diz o seguinte:

[...] os valores centrais da civilização se acham em perigo. Em grandes extensões da superfície da terra, as condições essenciais da dignidade e da liberdade humanas já desapareceram. Noutras, acham-se sob a constante ameaça do desenvolvimento das atuais tendências políticas. A posição do indivíduo e o grupo autônomo se

acham progressivamente solapados por avanços do poder arbitrário. Mesmo o mais precioso bem do Homem Ocidental, a liberdade de pensamento e de reflexão, encontra-se ameaçado pela disseminação de credos que, reivindicando o privilégio da tolerância quando em posição minoritária, buscam apenas galgar uma posição de poder partir da qual possam suprimir e obliterar todas as concepções que não a sua. O grupo sustenta que esses desenvolvimentos vêm sendo promovidos pela ascensão de uma concepção de história que nega todos os padrões morais absolutos e de teorias que questionam o caráter desejável do regime de direito. Ele sustenta ainda que esses desenvolvimentos vêm sendo promovidos por um declínio da crença na propriedade privada e no mercado competitivo; porque, sem o poder e a iniciativa difusos associados a essas instituições, torna-se difícil imaginar uma sociedade em que se possa efetivamente preservar a liberdade (HARVEY, 2005, p. 14).

A exposição dos princípios do grupo expressa a necessidade de tornar suas ideias aceitas pela sociedade mediante a disseminação de que os valores morais e os “ideais políticos da dignidade humana e da liberdade individual” estavam ameaçados por vertentes que colocavam o capitalismo em xeque. (HARVEY, 2005, p. 7). Conforme apontado por Harvey, a aparente preocupação com esses valores viabilizou que essas crenças adquirissem o convencimento da população:

[...] assim agindo, fizeram uma sábia escolha, porque esses certamente são ideais bem convincentes e sedutores. Esses valores sustentavam essas figuras, estavam ameaçados não somente pelo fascismo, pelas ditaduras e pelo comunismo, mas também por todas as formas de intervenção do Estado que substituíssem os julgamentos de indivíduos dotados de livre escolha por juízos coletivos (HARVEY, 2005, p. 7).

As ideias propagadas por esse grupo são identificadas por Harvey (2005) como teoria das práticas político-econômicas:

[...] o neoliberalismo é em primeiro lugar uma teoria das práticas político-econômicas que propõe que o bem-estar humano pode ser melhor promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos a propriedade privada, livres mercados e livre comércio. O papel do Estado é criar e preservar uma estrutura institucional apropriada a essas práticas; o Estado tem de garantir, por exemplo, a qualidade e integridade do dinheiro. Deve também estabelecer as estruturas e funções militares, de defesa, da polícia e legais requeridas para garantir direitos de propriedade individuais e para assegurar, se necessário pela força, o funcionamento apropriado dos mercados. (HARVEY, 2005, p. 12).

A junção do prefixo “neo”¹⁴ à palavra liberalismo não é usual entre os precursores, pois estes se identificam como liberais em seu sentido originário do século XIX. O prefixo denota a propagação dos valores liberais num novo contexto histórico. Sob nova roupagem, o liberalismo clássico se expande nas décadas de 1980, produzindo novas formas estratégicas de sustentação do capitalismo.

Embora o neoliberalismo tenha surgido na década de 1940, essa corrente de pensamento começa a adquirir visibilidade nos países de capitalismo central após a crise do capitalismo avançado, eclodida em 1973¹⁵. Crise esta caracterizada por inúmeros fatores, que juntos demonstraram mais uma vez a instabilidade do capitalismo.

O esgotamento do padrão taylorista-fordista suscitou a insatisfação tanto dos trabalhadores, expressada pelo número crescente de protestos registrados na década de 1960, como por parte dos empresários, através da queda da taxa de lucro impulsionada pela quantidade de produtos defeituosos¹⁶ (BERNARDO, 2004). Esse sistema, caracterizado pela produção em massa, era garantido “pela política Keynesiana, firmada no compromisso capital e trabalho, estruturada pela regulação do Estado”, que em contrapartida, viabilizava o consumo em massa (ANDRADE, 2004, p. 2). Em consonância com esses denotadores, Braz e Netto (2012, p. 225) citam:

[...] o colapso de ordenamento financeiro mundial, com a decisão norte-americana de desvincular o dólar do ouro (rompendo, pois, com os acordos de Bretton Woods que, após a Segunda Guerra Mundial, conversibilidade do dólar em ouro) e o choque do petróleo, com a alta dos preços determinada pela *Organização dos Países Exportadores de Petróleo/OPEP*.

A soma de tais acontecimentos já não proporcionava ao capital as ferramentas necessárias para maquiagem suas contradições. Era preciso realizar

¹⁴ “Quando se utiliza o prefixo ‘neo-’, quer se dizer que, no movimento da matéria e da sociedade, há continuidade e ruptura. Em função disso, em geral, só percebemos os momentos mais fortes e salientes”. (ORSO, 2007, p. 165).

¹⁵ Embora o Chile tenha sido o primeiro país a aderir tal ideologia por meio de Pinochet, nos países de capitalismo central só será implementada nos governos de Reagan e Margaret Thatcher nos anos 1980.

¹⁶ Conforme escreve Bernardo (2004, p. 79) “taxas de abstenteísmo crescentes, atrasos e imobilizações técnicas as cadeias de montagem, quantidades significativas de produtos defeituosos, tudo isso revelava a sabotagem do sistema de trabalho”. Desencadeados a partir da década de 1960,

reformas para “reverter a queda da taxa de lucro e criar condições renovadas para a exploração da força de trabalho”. Logo, para aumentar a acumulação, o capital resolveu romper com as políticas sociais proporcionadas pelo *Welfare State*. Por isso, a estratégia foi demonizar o Estado a fim de obter o consenso da população quanto a seu redirecionamento (BRAZ; NETTO, 2012, p. 230).

O cenário era propício para a germinação dos valores neoliberais. A reestruturação produtiva¹⁷ e a suposta crise do Estado facilitavam que as propostas neoliberais adquirissem raízes. Hayek, um dos teóricos neoliberais mais influentes, serviu aos caprichos do capital monopolista a fim de “reverter a conjuntura que lhe é francamente negativa. O primeiro passo é o ataque ao movimento sindical, um dos suportes do sistema de regulação social encarnado nos vários tipos de *Welfare State*” (NETTO; BRAZ, 2012, p.227). Hayek, então descreveu as causas da crise como:

[...] localizadas no poder excessivo e nefasto dos sindicatos e, de maneira mais geral, do movimento operário, que havia corroído as bases de acumulação capitalista com suas pressões reivindicativas sobre os salários e com sua pressão parasitária para que o Estado aumentasse cada vez mais os gastos sociais (ANDERSON, 1995, p. 1).

O remédio proposto por Hayek se desdobrava no combate às organizações trabalhistas, propondo um Estado forte “em sua capacidade de romper com o poder dos sindicatos e no controle do dinheiro, mas parco em todos os gastos sociais e nas intervenções econômicas”. Para tal, era preciso manter a taxa de desemprego alta para desmobilizar tais organizações, uma vez que os trabalhadores, com medo de perderem seus empregos, aceitariam de bom grado as condições impostas pelos patrões (ANDERSON, 1995, p. 1).

O combate à classe trabalhadora ganhou vigor através das mudanças no sistema trabalhista proporcionadas pelo método flexível nos processos de trabalho, conhecido como toyotismo. De acordo com Antunes (2009, p. 49), essas mudanças na organização produtiva foram impulsionadas pela “crise do padrão de

o que denotava a insatisfação da classe trabalhadora com o sistema taylorista-fordista.

¹⁷ A reestruturação produtiva é a “expressão da reorganização do capital com vistas à retomada do seu patamar de acumulação e ao seu projeto global de dominação” (ANTUNES, 1999, p. 50).

acumulação taylorista/fordista¹⁸”, que contribuiu para o acirramento do conflito entre trabalhadores e capital nos anos de 1960 e 1970.

A resposta dos empresários à resistência dos trabalhadores foi a dispersão “da força de trabalho, em vez de concentrar em unidades produtivas gigantescas”. Graças à adesão ao método toyotista, a descentralização da força de trabalho aconteceu por meio da terceirização e subcontratação, a qual espalhava os trabalhadores em pequenas fábricas. Todavia, nem por isso o controle do processo de trabalho, por parte dos grandes conglomerados, se dispersava, uma vez que a centralização desse era possibilitada por meio da microeletrônica (BERNARDO, 2004, p. 120).

Assim sendo, as mudanças provocadas pelo toyotismo intensificaram tanto a instabilidade no emprego como a extração da mais-valia. O primeiro item é porque as empresas fornecedoras que utilizam os “empregados a tempo parcial e aos contratados a prazo permitem aos patrões uma adaptação rápida às oscilações da economia, diminuindo ou aumentando a força de trabalho, sem compromissos duradouros” (BERNARDO, 2004, p. 120). Já o segundo, ganhou vigor através das grandes mobilizações dos trabalhadores em movimentos autônomos, uma vez que impulsionaram o capitalista a utilizar o componente intelectual desse sujeito, isto é, “os capitalistas perceberam que quem sabia usar a inteligência para lutar sabia usá-la também para gerir” (BERNARDO, 2004, p. 80).

Ainda segundo esse autor, a aplicação do toyotismo aumentou a exploração do trabalhador, na medida em que o trabalhador não mais se restringe à realização de atividades repetitivas desprovidas de sentido, agora são contemplados seus conhecimentos técnicos e sua capacidade de gestão, logo “no sistema toyotista, ao mesmo tempo em que alimentam com o seu saber a mais-valia, que lhes é extraída, os trabalhadores perdem a oportunidade de usá-lo em benefício próprio” (BERNARDO, 2004, p. 84 *apud* RISSI, 2019).

Esse tipo de reorganização do trabalho cria novas formas de fragmentação da força de trabalho, a exemplo, destaca-se o emprego no domicílio em que o patrão paga pelos serviços que o sujeito realiza em sua própria casa,

¹⁸ “[...] a ‘crise do fordismo’ e a maneira pela qual as ‘personificações do capital’ procuraram superá-la com a reestruturação da economia – ficando muito aquém do sucesso esperado – somente são inteligíveis como parte de uma crise muito mais profunda do sistema como um todo. Mostra também que elas em verdade são manifestações das contradições do sistema do capital, que nenhuma quantidade de ‘toyotismo’ poderá remediar” (MÉSZÁROS, 2009 *apud* ANTUNES, 1999, p. 3).

porém, não se trata de uma vantagem para o trabalhador e sim para o capitalista, pois acarreta o aumento da produtividade e lucro para o capital, em contrapartida, o trabalhador perde muitos dos seus direitos (BERNARDO, 2004).

Esse novo método de gestão da produção, juntamente com o neoliberalismo, intensificam a exploração e fragilizam a identidade de classe dos trabalhadores, tornando a relação entre os homens tal como selvagens, competindo até o findar da vida do outro para sua sobrevivência. A propósito, o sistema de Qualidade Total¹⁹, consubstanciado pelo toyotismo, responsabiliza os trabalhadores por qualquer falha cometida na produção, de forma a tornar o trabalhador fiscalizador dos próprios colegas de profissão (BERNARDO, 2004).

Essas atitudes são reforçadas através da introjeção de valores que concebem o sujeito como colaborador da empresa, persuadindo “os operários de que eles são o fator decisivo para o êxito da fábrica” (BERNARDO, 2004, p. 92). Nesse sentido, o toyotismo atua na captação da subjetividade do sujeito sob a lógica consensual e manipulatória, a qual envolve o trabalhador a “vestir a camisa da empresa”, como se patrões e trabalhadores estivessem unidos em um só propósito, o bem-estar de todos através do aumento da produção (ANTUNES, 1995, p. 9).

Portanto, a fase do capitalismo consolidada pelo método de Toyota, a qual é identificada por acumulação flexível, enraizou-se graças às mudanças políticas e ideológicas advindas pelas proposições neoliberais. O casamento entre as forças neoliberais e a produção flexível foi favorável para ambos os casos, de forma que a consolidação de um era reforçada pela presença do outro. Não é à toa que um dos primeiros ataques neoliberais foi direcionado às políticas de regulamentação do trabalho, a fim de tornar a força de trabalho livre para se mobilizar em decorrência das necessidades do mercado.

Apesar dos diversificados ambientes pelos quais o homem perpassa ao longo da vida, que formam o seu modo de agir, pensar e falar, sabemos que é a educação escolar o fator decisivo para a conservação ou transformação das relações sociais. Em virtude disso, a classe capitalista se articula nesse campo do saber, mediante o redirecionamento do conteúdo e a forma de transmissão desse, a fim de que sejam desenvolvidas no trabalhador as competências cognitivas

¹⁹ “O *total quality control* (TQC), ou controle de qualidade total é definido como um sistema de gestão da qualidade ao produto”. Com essa técnica o trabalhador tem que cuidar minuciosamente do seu processo de trabalho e dos colegas para não ter erros, a fim de não comprometer a qualidade do

complexas emanadas do processo de reestruturação produtiva (KUENZER, 2002).

A palavra competência sobreposta no parágrafo anterior carrega em seu significado valores os quais a classe dominante vem utilizando para habilitar o cidadão para a reprodução das relações que atendem as demandas do capital. Assim como descreve Frigotto (2010, p. 33), “a educação e a formação humana terão como sujeito definidor as necessidades, as demandas do processo de acumulação de capital sob as diferentes formas históricas de sociabilidade que assumir”, em resumidas palavras, a educação tendo como eixo principal a função de formar para o trabalho, é influenciada pela forma que esse assume em tempos de acumulação flexível.

Nesse contexto, “o discurso da acumulação flexível sobre a educação aponta para a necessidade da formação de profissionais flexíveis” (KUENZER, 2007, p. 1159). Para consolidar esse tipo de formação, torna-se necessário a substituição de cursos de formação especializada pela formação geral que ocorrem em espaços escolares. É nesse íterim que os empresários começam a se posicionar em favor de uma educação básica que atenda aos novos tipos de relações de produção:

O empresariado parece estar se dando conta de que o baixo nível de escolaridade de amplas camadas da população começa a se constituir em obstáculo efetivo à reprodução ampliada do capital, em um horizonte que sinaliza para o emprego, em ritmo cada vez mais acelerado, no Brasil, de novas tecnologias de base microeletrônica e da informática assim como de métodos mais racionalizadores de organização da produção e do trabalho, na atual década. (NEVES, 1994, p. 10 *apud* FRIGOTTO, 2010, p. 160).

Dessa forma, o ambiente escolar ganha protagonismo como o lugar que irá fornecer tanto os conhecimentos necessários para o manuseio dos novos maquinários como a subjetividade ideal para a aceitação e organização desse novo padrão de acumulação do capital.

A falácia propagada nessa nova etapa de organização da produção era a de que a escola dualista²⁰ vigente no período fordista-taylorista seria superada,

produto. (OLIVEIRA; OLIVEIRA; NERY; SILVA, [200-], p. 2).

²⁰ A escola dualista exposta é em decorrência da “dualidade estrutural, tal como foi sistematizada pelos clássicos do crítico-reprodutivismo, expressou-se por meio da oferta de escolas que se

em decorrência da necessidade de capacitar o trabalhador tanto em conhecimentos manuais como intelectuais, para atender as demandas geradas pelos sistemas tecnológicos complexos. Em virtude disso:

[...] a produção e o consumo na acumulação flexível passam a demandar uma relação com o conhecimento sistematizado, ou seja, de natureza teórica, mediada pelo domínio de competências cognitivas complexas, com destaque para as competências comunicativas e para o domínio da lógica formal, que não era demandada pelo taylorismo-fordismo, cuja concepção de conhecimento fundava-se na dimensão tácita: resolver situações pouco complexas de ações aprendidas através da experiência. (KUENZER, 2007, p. 1160).

Passa a ser considerada a competência como eixo pedagógico norteador do sistema de ensino, não a competência restrita ao sentido tácito, sobretudo em amplos aspectos unindo corpo e intelecto, tal como descrito por Kuenzer:

A competência como foco na solução de problemas, contudo, não é apenas fruto da inteligência, pois para enfrentar eventos é preciso estar em expectativa, pressenti-los, sendo fundamental a dimensão da corporeidade, ou psicofísica, posto que a percepção passa pelo refinamento da relação entre os sentidos e o campo de trabalho; são ruídos dissonantes, cheiros, trepidações, cores, sabores que, repentinamente, para o trabalhador experiente, sinalizam a emergência de um evento. (DEJOURS, 1993, p. 286 *apud* KUENZER, 2007, p. 1163).

Nessa direção, o empresariado começa a suscitar um novo tipo de trabalhador, cujo comportamento corresponda ao modo de produção toyotista, a fim de manter esse sistema em funcionamento. Essa tarefa é demanda para a educação escolar, a qual passa a ter como foco a formação polivalente:

Por polivalência entende-se a ampliação da capacidade do trabalhador para aplicar novas tecnologias, sem que haja mudança qualitativa desta capacidade. Ou seja, para enfrentar o caráter dinâmico do desenvolvimento científico-tecnológico o trabalhador passa a desempenhar diferentes tarefas usando distintos conhecimentos, sem que isto signifique superar o caráter de

parcialidade e fragmentação destas práticas ou compreender a totalidade. A este comportamento no trabalho corresponde a interdisciplinaridade na construção do conhecimento, que nada mais é do que a interrelação entre conteúdos fragmentados, sem superar os limites da divisão e da organização segundo os princípios da lógica formal. Ou seja, a uma “juntada” de partes sem que signifique uma nova totalidade, ou mesmo o conhecimento da totalidade com sua rica teia de interrelações; ou ainda, uma racionalização formalista com fins instrumentais e pragmáticos calcada no princípio positivista da soma das partes. É suficiente usar os conhecimentos empíricos disponíveis sem apropriar-se da ciência, que permanece como algo exterior e estranho. (KUENZER, 2011, p. 11).

A polivalência se coloca no campo de formação rasa, a qual aborda as capacidades de abstração, soluções para problemas de forma rápida, fiscalização para controlar os colegas de equipe e fácil adaptação, tanto em novas funções dentro da empresa como para exercer novas atividades fora da empresa por meio das grandes mobilidades operadas pelo mercado de trabalho, em poucas palavras, é o trabalhador flexível capaz de operar máquinas inteligentes e que não se limita apenas a uma função, portanto, é um sujeito multitarefa (KUENZER, 2011). É sobre esse tipo de formação que os empresários se posicionam a favor.

Contudo propaga-se uma falsa ideia de que, com a reestruturação produtiva, essa classe começou a lutar em prol da democratização do ensino e da superação da fragmentação escolar. Em relação ao último item, Kuenzer esclarece que “a superação, portanto, da fragmentação no trabalho pedagógico só será possível se superada for a contradição entre a propriedade dos meios de produção e a força de trabalho.” (KUENZER, 2011, p. 4).

Essa falácia é balizada pela necessidade de qualificação do trabalhador tanto em aspecto teórico como técnico, partindo do pressuposto de que, para isso, as disciplinas escolares devem ser organizadas de forma interdisciplinar, para superar o isolamento entre os conhecimentos e a “dicotomia” entre o saber teórico e prático.

Posto isso, embora o capital compartilhe de palavras com a semântica próxima à da defesa de uma educação emancipadora, sua significância é ao todo distinta, enquanto a educação na perspectiva politécnica visa:

[...] o domínio intelectual da técnica e a possibilidade de exercer trabalhos flexíveis, recompondo as tarefas de forma criativa; supõe a superação de um conhecimento meramente empírico e de formação apenas técnica, através de formas de pensamento mais abstratas, de

crítica, de criação, exigindo autonomia intelectual e ética. Ou seja, é mais que a soma de partes fragmentadas; supõe uma rearticulação do conhecido, ultrapassando a aparência dos fenômenos para compreender as relações mais íntimas, a organização peculiar das partes, descortinando novas percepções que passam a configurar uma compreensão nova, e superior, da totalidade, que não estava dada no ponto de partida. (KUENZER, 2011, p. 11).

Em contrapartida, a formação polivalente não tem cunho político transformador a fim de formar o trabalhador em todas as áreas do conhecimento, de forma que esse possa compreender a totalidade do processo de produção e descortinar os fenômenos da realidade, disposto a elucidar as relações e contradição que deles fazem parte. Portanto, em consonância com as elaborações de Kuenzer (2011), a educação balizada pela perspectiva polivalente contempla determinados complexos cognitivos para que o trabalhador seja explorado em sua integralidade, de modo a contribuir para a valorização do capital. Questão confirmada por um dos representantes do capital industrial, o qual afirma que esse tipo de formação não se assemelha com a perspectiva marxista, mas em consonância com as necessidades de mobilidade do mercado de trabalho:

Longe de se pensar na desqualificação da força de trabalho pelo advento da informatização, o que se considera é a formação integral do técnico, que de uma certa forma vem a ser a polivalência, distinta dos princípios marxistas e ajustada à realidade do desenvolvimento da ciência e da tecnologia. Vem a ser uma visão teórico-prática que ofereça um aprofundamento do conhecimento, que possibilite a assimilação dos processos de trabalho e que ofereça múltiplas condições de acesso a emprego. A polivalência na escola deve aproximar-se da polivalência do trabalho. (BOCLIN, 1992, p. 21 *apud* FRIGOTTO, 2010, p.168).

Diante do exposto, esse processo é identificado por Kuenzer (2011) como *exclusão includente*, uma vez que exclui o trabalhador desqualificado do mercado de trabalho e depois o integra de forma precarizada, destituídos dos direitos ora conquistados. O trabalhador passa a assumir a responsabilidade de se tornar cada vez mais qualificado ante aos avanços tecnológicos e que é necessário se reinventar constantemente para manter os meios de sua subsistência.

Esse ciclo se repete na educação institucionalizada, visto que essa é considerada um dos direitos fundamentais da pessoa humana na Carta Magna, fator que viabiliza a inclusão do sujeito. No entanto, não garante uma educação de

qualidade entendida como uma formação emancipadora. Pelo contrário, sob os moldes do mercado, o trabalhador é excluído de uma educação que contemple todas as possibilidades formativas essenciais para qualquer ser humano.

Todavia, essa análise não pondera apenas na obscuridade do cenário e sim na possibilidade de iluminá-lo com vistas a sua transformação. Visto que o movimento do capital necessita que o trabalhador tenha acesso à educação básica, para formar as qualificações e conduta condizente ao sistema de trabalho, é também viabilizador para romper com a educação sob a lógica do capital, uma vez que, se antes os filhos dos trabalhadores não chegavam à escola, atualmente, grande parte desses frequentam essa instituição social.

Por isso, o próximo capítulo tem como premissa a explanação da ideologia neoliberal, contemplando as suas raízes teóricas que têm balizado o capital em sua fase de acumulação flexível. Na esfera educacional, o neoliberalismo vem disseminando a lógica mercantil para regular as instituições educacionais. A exemplo, destacam-se as novas modalidades de privatização, como a proposta de *voucher educacional* elaborada por Milton Friedman e implementada no Chile por Pinochet, a qual posteriormente foi difundida como vitrine para a América Latina. Essa proposta intensificou a desigualdade entre os ricos e pobres, transformando a educação em um produto, no qual as qualidades são de acordo com o bolso do cliente.

3 A CORRENTE TEÓRICA NEOLIBERAL: ESCOLAS, PRECURSORES E IMPLICAÇÕES PARA A EDUCAÇÃO

As raízes da teoria das práticas político-econômicas, intitulada de neoliberalismo, abarcam uma trajetória importante e necessária para a compreensão da Terceira Via que é disseminada por seus ideólogos como uma versão renovada da social-democracia, distante dos postulados neoliberais (HARVEY, 2005). Contudo, a Terceira Via e o neoliberalismo têm, como primazia, a contundente defesa pela permanência do modo de organização societário capitalista. Nesse sentido, o presente capítulo contempla as raízes e valores centrais do neoliberalismo, que em muito contribuíram para sua hegemonia. A princípio serão expostas as escolas de pensamento e práticas neoliberais, das quais fizeram parte importantes expoentes de tal ideologia.

3.1 ESCOLA AUSTRÍACA E A DISSEMINAÇÃO DA IDEOLOGIA NEOLIBERAL A PARTIR DOS POSTULADOS DE LUDWIG VON MISES E FRIEDRICH VON HAYEK

A primeira é a escola Austríaca com Ludwig von Mises e Friedrich von Hayek, posteriormente vem a escola de Chicago destacando-se Milton Friedman e por último a escola de Virgínia ou *public choice* (escolha pública) conduzida por James Mc Gill Buchanan Jr.

A escola Austríaca de economia “reúne em torno de si uma gama considerável de autores distribuídos ao longo de cinco ou mais gerações de economistas” (FEIJÓ, 2000, p. 9), dentre os quais, destaca-se Carl Menger, que publicou em 1871 o livro “Princípios da Economia Política”, obra inaugural dessa corrente econômica.

Em oposição ao princípio do *valor-trabalho*, discorrido pela Escola Clássica, a Austríaca se firmará pelo epicentro da teoria “utilidade marginal”. Substituição que, longe de ser ingênua, expressa um valor ideológico intencional, visto que se deu em decorrência da consolidação da burguesia como classe conservadora, a qual descartava os postulados da Economia Política Clássica que defendia a riqueza social como resultado do produto do trabalho, uma vez que tal

teoria “serve para investigar e demonstrar o caráter explorador do capital (representado pela burguesia) em face do trabalho (representado pelo proletariado).” (BRAZ; NETTO, 2012, p. 33).

Dessa forma, o austríaco concebe que o valor do trabalho não depende dos meios de produção e sujeitos empregados para sua produção, embora esses interfiram de certo modo:

Igualmente insustentável é a tese de que a quantidade de trabalho (ou de outros meios de produção) necessário para a reprodução dos bens representa o fator decisivo para determinar o valor de um bem. Existe grande quantidade de bens que não é possível reproduzir (por exemplo, antiguidades, pinturas de mestre antigos). Consequentemente, existem certos fenômenos da Economia em que temos o valor, mas não a possibilidade de reprodução e, por conseguinte, não é possível que um fator ligado a essa reprodução constitua elemento decisivo para se determinar o valor de um bem. Aliás, a experiência nos ensina que o valor dos meios de produção (necessário para a reprodução de certos bens, por exemplo, para a reforma de roupas fora de moda, para o conserto e adaptação de máquinas antiquadas) é muito maior do que o valor do próprio produto, e, em outros casos, ocorre o contrário. Portanto, nem a quantidade de trabalho ou de outros bens necessários para a produção, ou para a reprodução de um bem, constitui o fator decisivo para se determinar o valor dos mesmos. (MENGER, 1983, p. 305).

Esse argumento expressa a concepção engendrada por essa vertente, a qual elimina a interferência de determinados grupos e/ou classes, que buscando materializar os seus interesses individuais, interfere na determinação dos salários dos trabalhadores, tornando certas profissões economicamente mais rentáveis que outras. Essa escola reforça a ideia de que os fenômenos sociais sofrem influência apenas de sujeitos isolados, os quais, buscando satisfazer suas necessidades, contribuem para a valorização de um bem em detrimento de outro, decisões estas que são tomadas sem qualquer tipo de arbitragem (MENGER, 1983, p. 305).

O economista da terceira geração dessa Escola é Ludwig von Mises (1881-1973), um dos nomes mais conhecidos por defender o capitalismo competitivo e influenciador dos demais defensores do pensamento neoliberal. Esse ideólogo se debruçou em analisar as relações econômicas mediante a metodologia por ele aperfeiçoada. O método denominado como praxeologia parte do pressuposto de que para compreender o arcabouço econômico, o qual incluem as leis, relações de

produção e instituições sociais, é necessário analisar a ação humana individual. Por isso, Mises acredita que “a análise teórica dos processos sociais só deve considerar as ações” de cada sujeito (FEIJO, 2000, p. 104).

O autor considera que “a história e a teoria unem-se na explicação do fenômeno básico da vida social que é o indivíduo efetuando escolhas entre diferentes cursos de ação em face de sua subjetividade” (FEIJO, 2000, p. 104). Contudo, a subjetividade do sujeito não é resultado de acontecimentos externos, uma vez que o referido economista não acredita em determinantes sociais e históricos na formação do homem, pois “as relações lógicas fundamentais da mente humana” independe(m) de fatores externos. Nas palavras de Mises (1995):

Se pensamento e ação fossem realmente condicionados por lugar, tempo, raça, nacionalidade, clima, classe, etc., então seria impossível para um alemão do século XX compreender qualquer coisa lógica e da ação de um grego do tempo de Péricles. (*apud* FEIJO, 2000, p. 105-106).

Portanto, essa vertente se contrapõe à concepção marxista, posto que Marx e Engels afirmam que a análise da realidade deve contemplar o mundo objetivo, porquanto, a consciência do homem não é fruto de ideias vindas do alto para sua mente, mas sim do cenário do qual fazem parte. Melhor dizendo, “a ação humana, diferentemente do animal (que é puro instinto), é ação-consciente. Seu instinto é a consciência, mas como resultado da ação. A consciência da práxis (da realidade, para a abstração e desta para a reação)”. (MARX; ENGELS, 2011, p. 27).

As ideias de Mises não se diferem das socialistas apenas nessa questão, sobretudo em relação à importância atribuída ao sistema de mercado. Segundo o referido neoliberal, o que proporciona soberania às decisões individuais é o mercado, já que é uma esfera de criação das ações individuais as quais não devem ser reguladas para que esse espaço contemple a soberania de cada decisão do sujeito. Posto isso, o processo de mercado é definido pelo autor, como resultado da vontade dos indivíduos:

O mercado não é um lugar, uma coisa ou uma entidade coletiva. O mercado é um processo, atuado pela interação das ações dos vários indivíduos que cooperam na divisão do trabalho. As forças que determinam o estado - em constante mudança do mercado - são os julgamentos de valor desses indivíduos e suas ações, conforme dirigido por esses julgamentos de valor. [...]. O processo de mercado

é inteiramente resultante de ações humanas. Todo fenômeno de mercado pode ser rastreado até definir escolhas dos membros da sociedade de mercado. O processo de mercado é o ajuste das ações individuais dos vários membros da sociedade de mercado aos requisitos de cooperação mútua. (MISES, 2007, p. 257-258 *apud* ANGELI, 2019, p. 684, tradução nossa).

Diante dessa concepção, o mercado é o único sistema que proporciona liberdade de escolha ao indivíduo. Sendo que esse sistema só pode subsistir em uma sociedade capitalista, por isso o autor publica em 1956 o livro “Mentalidade anticapitalista”. Nesse livro, Mises realiza defesas impetuosas pelo capitalismo competitivo, alegando que esse é o único sistema capaz de diminuir a desigualdade social através do mérito de cada um, uma vez que “a economia capitalista permite que a maioria dos 20% mais pobres da população tenham a chance de, em uma década, fazerem parte dos 20% mais ricos.” (MISES, 2015, p. 15).

O capitalismo para Mises (2015) é o único modo de organização produtiva capaz de corrigir o azar de pessoas nascidas em famílias pobres, já que o resultado do trabalho nesse sistema é transformado em mercadoria e essa é usada para saciar as necessidades e vontades da população e, como recompensa, o indivíduo pode se tornar um grande empresário com uma riqueza imensurável. Basta que seja esforçado e tenha criatividade para ser bem sucedido. Nessa direção, o autor escreve que o capitalismo foi:

[...] o primeiro e único regime da história onde o indivíduo foi reconhecido como portador de sua própria vida e construtor de seu próprio destino, ao invés de tentar encaixá-lo numa ou noutra ‘classe’, e obrigá-lo, à força, a ter um destino conjunto (no capitalismo, a mesma pessoa pode, ao mesmo tempo, ser trabalhadora, especuladora e empresária) (MISES, 2015, p. 15).

Todavia, segundo Mises (2015), esse sistema só funciona de forma harmônica sem a existência de organizações que se impõe ao capitalismo para fazer uso de seus feitos em prol de certos sujeitos não merecedores. Como exemplo, o autor cita o Estado interventor que rouba dos que se esforçaram (capitalistas) para fornecer benefícios aos vagabundos (desempregados). Em relação a essa atividade, o autor utiliza a definição de Franz Oppenheimer para descrevê-la:

[...] o modo de produzir algo pode ser chamado de modo econômico de conseguir riqueza, enquanto o modo de tomar o que o outro produziu pode ser chamado de modo político – o roubo estatal ou de um bando varia muito mais na retórica do que na violência. (MISES, 2015, p. 21).

Nesse sentido, os que se posicionam contra o capitalismo são pessoas que não gostam de trabalhar e querem se aproveitar do resultado do trabalho alheio. Essa crítica, segundo Mises (2015), é dirigida, sobretudo, aos postulados marxistas, visto que, tal economista descreve as ideias de Marx como devaneios contra o sistema de criação que recompensam aqueles que trabalham:

O que Marx propõe é uma revolução em que o homem, na sua autonomia, livre-se de trabalhar para uma “classe”, a qual ele não pertence, fazendo com que toda a riqueza deixe de ser “explorada” por alguns, e passando a ser “distribuída” a outros por um poder central. Sua superstição, criada pensando em não humanos, mas em “classes” agrupadas à força, crê que toda a riqueza de perceber, portanto, algo muito óbvio em sua simplicidade: o que uma pessoa cria com o seu trabalho gera riqueza a ela mesma, sem que uma outra seja prejudicada; sem que seja preciso roubar o que um terceiro criou. (MISES, 2015, p. 11).

Ainda segundo o autor, o sujeito que se posiciona contra o capitalista é descrito como o homem massa, cujo sentimento é permeado por rancor contra os que possuem poder econômico, ao invés de se esforçar e usar a inteligência para angariar sucesso:

Este homem massa quer coisas gratuitamente ou vindas através do Estado, sem notar que está exigindo os frutos do trabalho alheio; é o homem que despreza todas as coisas sob uma retórica embotada, querendo apenas tomar o que é dos outros à força, sem qualquer mérito e sem oferecer nada em troca; é o pensador da “reparação histórica”, o intelectual da “desigualdade social” como justificativa para o saque e agressão. Não precisa ser um produtor, mas o *destruidor*. Principalmente, o destruidor político. (MISES, 2015, p. 21).

Não apenas o homem massa, mas também o referido economista, englobam todos aqueles que se aglutinam contra esse modo de produção, inclusive os intelectuais, tipificados como invejosos que se posicionam contra os bem-sucedidos, empresários em decorrência da incapacidade que possuem para saciar a massa consumista. Assim, “para se autoconsolar e restaurar sua autoafirmação”,

esses homens buscam um bode expiatório para não assumir a culpa de seu fracasso perante a sociedade. Por conseguinte, “eles sublimam seu ódio através da filosofia, uma filosofia anticapitalista de forma a submeter à voz interior inaudível que diz que o seu fracasso é totalmente culpa sua” (MISES, 2015, p. 42-43).

Para esse neoliberal, a igualdade do capitalismo é um fator que suscita inveja aos preguiçosos, os quais em nome da justiça se empenham em roubar os frutos do trabalho alheio. A igualdade do capitalismo, conforme redigiu o referido economista, “consiste no fato de que ele trata todo mundo de acordo com a sua contribuição para o bem-estar de seus semelhantes” (MISES, 2015, p. 40). Por isso, é uma igualdade de oportunidades que todos têm de ser prósperos em uma economia de mercado.

Na dinâmica capitalista, o autor defende que os papéis ocupados pelos sujeitos na orla produtiva podem ser invertidos a todo o momento, uma vez que o empenho é o fator decisivo para coroar o indivíduo. Na concepção de Mises (2015), hoje uma pessoa pode ser um proletariado e amanhã se tornar um milionário, dado que:

A igualdade perante a lei dá a você o poder de desafiar qualquer milionário. Em um mercado que não é sabotado por restrições impostas pelo governo, é exclusivamente sua culpa se você não superar o rei do chocolate, a estrela de cinema ou o campeão de boxe. (MISES, 2015, p.37).

A igualdade narrada por Mises (2015) traz a tão prometida liberdade, entendida como a oportunidade de tornar-se um empresário bem sucedido mediante o próprio esforço, ou melhor dizendo, liberdade como sinônimo de “livres para competir”:

[...] o capitalismo permite a muitos a oportunidade de mostrar iniciativa. Enquanto a rigidez de uma sociedade de status impõe a todos o desempenho invariável de uma rotina e não tolera qualquer desvio dos modelos tradicionais de conduta, o capitalismo encoraja o inovador. Lucro é o prêmio dos que são bem-sucedidos ao se desviar dos tipos de normais de procedimentos; perda é a penalidade daqueles que, por preguiça, se apegam aos métodos obsoletos. O indivíduo é livre para mostrar o que ele pode fazer melhor em comparação a outras pessoas (MISES, 2015, p. 87).

Para que as fantasiosas elaborações do referido economista se

consolidem, não basta que o reino seja capitalista. Mises (2015) defende que a gestão econômica deve ter como premissa o *laissez-faire*, enaltecendo o espírito do livre mercado e da iniciativa privada. Nesse reino, a riqueza consiste em aumentar o acúmulo do capital e o apetite insaciável das pessoas em consumir mais bens. Ambos os fatores estão associados, por isso o autor ressalta a importância de transformar tudo em mercadoria.

Essa persistência é fundamentada no discurso de que o consumo é a característica de qualquer sociedade, pois consumir é peculiar a qualquer ser humano. “Ora, consumir é o que qualquer ser humano deseja – quando se tem fome, se quer consumir comida, assim como quando se tem frio, se quer uma roupa que aqueça. Qualquer sociedade é uma sociedade de consumo, mas poucos têm o que consumir” (MISES, 2015, p. 17). No regime de mercado, não há barreiras que impeçam que determinados bens sejam transformados em mercadorias, pois “mercadoria é tudo aquilo que é desejável para alguém em algum momento” (MISES, 2015, p. 18).

O aumento do consumo, conforme propõe o economista, sanaria a desigualdade social. Basta que o capitalismo tenha liberdade para gerar a produção, em grande escala, para atender a massa consumista. Por isso, o autor enfatiza que o Estado não deve roubar o dinheiro que é dos ricos para distribuir com os preguiçosos. Agindo assim, o Estado atua como explorador imoral, uma vez que toma dinheiro do comércio sem nada produzir (MISES, 2015).

As falácias elaboradas por Mises são reforçadas pelo seu discípulo, Friedrich von Hayek (1889–1992), o representante da quarta geração de economistas austríacos. A fama de Hayek decorre tanto do Prêmio Nobel de Economia, conquistado em 1974, como pelo manifesto inaugural do neoliberalismo mediante o lançamento do livro “O caminho da Servidão”. Considerado o mentor do neoliberalismo, é “conhecido e citado em todo o mundo, formulador e sistematizador de princípios e objetivos que balizaram as intervenções políticas e econômicas de governos e sujeitos políticos coletivos no processo de reordenamento do capitalismo contemporâneo” (MARTINS, 2009, p. 33).

A defesa veemente de Hayek a favor do livre mercado como o melhor sistema já conhecido pela humanidade é devido aos meios utilizados por esse. Conforme aduz o economista, o mercado utiliza de mecanismos impessoais e anônimos que não permitem privilegiar determinados indivíduos em detrimento de

outros, por isso, a justiça viabilizada pelo mercado recai sobre o fato de que os impactos tanto positivos como negativos não são intencionais, no sentido de influenciar ou prejudicar algum sujeito por motivos pessoais (HAYEK, 2013).

Dentre os métodos utilizados pelo mercado, o autor elucida a concorrência como sendo um meio eficaz de coordenar os esforços humanos, pois “dispensa a necessidade de um ‘controle social consciente’ e oferece aos indivíduos a oportunidade de decidir se as perspectivas de determinada ocupação são suficientes para compensar as desvantagens e riscos que a acompanham”. (HAYEK, 2013, p. 67). Por isso, tal economista atribuiu a cegueira como uma virtude da concorrência, uma vez que a torna moralmente justa e a impede de praticar a discriminação:

[...] a impossibilidade de prever quem será bem-sucedido e quem fracassará, o fato de recompensas e perdas não serem distribuídas, segundo um determinado conceito de mérito ou demérito, dependendo antes da capacidade e da sorte de cada um – isso é tão importante quanto não sermos capazes de prever, na feitura das leis, quem em particular saíra ganhando ou perdendo com a sua aplicação. E a circunstância de, no regime de concorrência, o destino das diferentes pessoas ser determinado não só pela habilidade e a capacidade de prever, mas também pelo acaso e a sorte não torna isso menos verdadeiro (HAYEK, 2013 p. 135).

Diante disso, o autor critica qualquer forma de planejamento que contrarie a concorrência, principalmente as ideias que têm como objetivo o bem-estar geral da população por meio de mecanismos de redistribuição de renda. Para o neoliberal, esses valores ao invés de favorecer a sociedade irão beneficiar os indivíduos que não se esforçam para colher dos frutos do mercado. Acrescenta ainda, que os mecanismos usados pelos socialistas estão em consonância com os que visam beneficiar

[...] uma elite racial, os nórdicos, os membros de um partido ou uma aristocracia fossem beneficiados por uma maior parcela de bens e amenidades, os métodos que seríamos obrigados a empregar seriam os mesmos que empregariamos para assegurar uma distribuição igualitária. (HAYEK, 2013, p. 53).

Todavia, a concorrência não funciona de forma eficaz sem uma estrutura que lhe dê todo aparato necessário. Nesse sentido, o liberalismo não

dispensa a intervenção do Estado, apenas limita e redireciona aos interesses do capital. O Estado para os neoliberais deve:

Criar as condições em que a concorrência seja tão eficiente quanto possível, complementar-lhe a ação quando ela não o possa ser, fornecer os serviços que, nas palavras de Adam Smith, “embora ofereçam maiores vantagens para a sociedade, são, contudo, de tal natureza que o lucro jamais compensaria os gastos de qualquer indivíduo ou pequeno grupo de indivíduos”, são as tarefas que oferecem na verdade um campo vasto e indisputável para a atividade estatal. (HAYEK, 2013, p. 60).

Não há dúvida de que o Estado não é tão limitado como professam os neoliberais, pois sua ação se retira em setores passíveis de lucro, já em casos em que o gasto excede os benefícios, o Estado deve socializar com a população os custos com a produção. Logo, a principal função do Estado é criar uma estrutura legal que assegure o funcionamento do mercado:

[...] é necessário que os agentes, no mercado, tenham liberdade para vender e comprar a qualquer preço que encontre um interessado na transação, e que todos sejam livres para produzir, vender e comprar qualquer coisa que possa ser produzida ou vendida. (HAYEK, 2013, p. 58).

Por isso, Hayek (2013) enfatiza que o Estado deve garantir a propriedade privada e a liberdade de contrato, sem as quais a democracia jamais seria consolidada, visto que democracia, para o autor, reside no direito de dispor de propriedades e de escolher o que comprar e vender. Em casos que a população majoritária decide restringir essa liberdade, a democracia deve ser limitada:

De fato, essa ênfase desmedida no valor da democracia é responsável pela crença ilusória e infundada de que, enquanto a vontade da maioria for a fonte suprema do poder, este não poderá ser arbitrário. A falsa segurança que tal crença infunde em muita gente contribui sobremodo para a geral falta de consciência dos perigos que nos ameaçam. É injustificado supor que, enquanto o poder for conferido pelo processo democrático, ele não poderá ser arbitrário. Essa afirmação pressupõe uma falsa relação de causa e efeito: não é a fonte do poder, mas a limitação do poder, que impede que este seja arbitrário. (HAYEK, 2013, p. 84).

Esta afirmação é gradativamente corroborada à esfera social, dado que o Estado deve atuar como coadjuvante nessa área, a fim de possibilitar que os

indivíduos tenham liberdade para se unir na persecução de objetivos visando à provisão de assistência mínima aos que tanto necessitam. Em casos que não se encontrem indivíduos altruístas capazes de se unirem por livre espontânea vontade para ajudar o próximo, o Estado mínimo entrará em ação e assim proverá a alimentação, roupas e habitação, garantindo “a todos um mínimo suficiente para conservar a saúde e a capacidade de trabalho” (HAYEK, 2013 p. 154). Como é o caso do programa Bolsa Família, o qual oferece meios de subsistência para que o ser humano possa ter condições de trabalhar. Essa estratégia é corriqueira em países de governos populistas, cuja intenção é administrar a pobreza e angariar apoio eleitoral.

As limitações impostas ao Estado, segundo o autor, justificam-se em nome da suprema liberdade de ação individual. O epicentro das ideias de Hayek (2013) é pautado na luta contra todo tipo de sistema que se contrapõe à liberdade do mercado, sem a qual, ainda de acordo com Hayek, a liberdade política e social jamais existiu. Por isso, é necessário impedir o avanço das forças totalitárias, identificadas pelo autor como qualquer ideia próxima à da planificação socialista, incluindo partidos que defendem o crescimento das atribuições do Estado.

O livro intitulado por Hayek de “O caminho da servidão” é redigido contra todas as ideias de justiça social e igualdade, uma vez que o autor as considera como um câncer que se espalha pelo corpo inteiro e quando percebemos já é tarde para tratá-lo, ou dito de outro modo, o que ele considera como doença são os postulados socialistas²¹ que é a via mais rápida para os regimes totalitários²², que conduzem a humanidade para um único caminho, o da servidão, miséria e regressão (HAYEK, 2013).

A cura para esse mal, segundo expõe Hayek (2013), é manter a liberdade sob a qual a civilização ocidental foi erguida. Liberdade, que não se

²¹ No livro “O Caminho da Servidão” o autor relatou que quando escrevera o livro, o “socialismo significava, inequivocamente, a estatização dos meios de produção e o planejamento econômico central que ela tornava possível e necessária”, “socialismo passou a significar, sobretudo a redistribuição extensiva da renda por meio da tributação e das instituições do estado previdenciário.” (*Welfare State*). (HAYEK, 2013, p. 29).

²² Segundo Hayek (2013, p. 74) “os vários gêneros de coletivismo – comunismo, fascismo, etc. – diferem entre si quanto ao fim para o qual pretendem dirigir os esforços da sociedade. Todos eles, porém, se distinguem do liberalismo e do individualismo por pretenderem organizar a sociedade inteira e todos os seus recursos visando a essa finalidade única e por se negarem a reconhecer esferas autônomas em que os objetivos individuais são soberanos. Em suma, são totalitários na verdadeira acepção deste novo termo que adotamos para designar as manifestações inesperadas e, no entanto, inseparáveis do que uma teoria que chamamos coletivismo”.

aproxima dos valores socialistas, mas, firmada com base no liberalismo do século XIX, associada ao sistema de livre iniciativa para que sejam rompidos os grilhões que impendem o florescimento da força de mercado. Essa liberdade tem como base a filosofia que apregoa o individualismo como valor moral essencial, baseada no “respeito pelo indivíduo como ser humano, isto é, o reconhecimento e opiniões na esfera individual, por mais limitada que possa ser, e a convicção de que é desejável que os indivíduos desenvolvam dotes e inclinações pessoais”. (HAYEK, 2013, p. 40-41).

De certo modo, essa asserção é verdadeira. De fato, o liberalismo ocidental se baseia no respeito pelo outro, todavia esses valores são remodelados pelas instituições burguesas que produzem normas e condutas sociais, a fim de que o sujeito aceite que liberdade é o direito de professar diferentes crenças, de defender determinadas bases filosóficas, desde que essas não sejam conflitantes com o regime burguês. E o principal, de vender e comprar o que lhe convém. Contudo, as condições reais para que seja efetivado o direito de escolha são limitadas a determinados indivíduos. Conforme reitera a crítica marxista, “o liberalismo é o aspecto doutrinário do capitalismo”. (LOMBARDI; SANFELICE, 2007, p. 5). Em uma sociedade que busca a verdadeira emancipação social e econômica, devem-se produzir condições que visem à superação dos limites impostos pela espécie humana, o rompimento de aprisionamentos e o “liberar-se de determinações limitativas” (MARTINS, 2015, p. 44-45). Portanto, para efetivar a liberdade que viabiliza o sujeito como construtor de seu destino, é preciso superar o capitalismo, pois ao contrário do que propagam os neoliberais, liberdade se vincula às possibilidades concretas de escolhas pelo sujeito.

Dessa monta, o que é silenciado por esses teóricos é que a liberdade econômica é materializada apenas para a classe dominante, que é detentora dos meios de produção. Já os trabalhadores não possuem a liberdade de escolher o trabalho que desejam realizar, pois necessitam vender sua força de trabalho em vista de sua sobrevivência. Dessa forma, trata-se de uma falsa liberdade, na medida em que o sujeito fica à mercê do capitalista para manutenção de sua vida, mas não no sentido de socialização e sim de expropriação das suas produções, transformando tanto o criador como os objetos de sua criação em mercadoria (VÁSQUEZ, 1968).

Resta, contudo, a seguinte pergunta: que tipo de liberdade se

pretende com a implementação das propostas neoliberais, ou melhor, dizendo quem terá essa liberdade? Uma vez que, conforme Marx evidenciou: “sob o capitalismo não se libera tempo de efetiva liberdade para o desenvolvimento humano, mas tempo supérfluo subordinado ao trabalho alienado” (*apud* FRIGOTTO, 2002, p.67). Diante do exposto, é possível identificar que a liberdade prometida pelos precursores neoliberais nada mais é do que o caminho da servidão, só que diferente do que Hayek (2013) propagou sobre os caminhos que conduzem a humanidade para a servidão, no sistema neoliberal leva-se a humanidade à regressão, servidão em prol da classe detentora do capital sob as regras do mercado, no qual o homem é formado com base em um individualismo que não é construído sobre o respeito às diferenças, mas sim de acordo com a proposta de que o ser humano deve ter seus desejos e aspirações realizadas a partir de uma ideia animalésca de eliminação do outro, numa sociedade em que o vencedor é o mais forte.

3.2 A ESCOLA DE CHICAGO E AS PRODUÇÕES NEOLIBERAIS A PARTIR DE SEU EXPOENTE MILTON FRIEDMAN

A escola de Chicago destaca-se por seus expoentes Theodore Schultz e Gary Becker que tratam a respeito do capital humano, e Milton Friedman, o homem da mídia dessa escola. A partir do enfoque epistemológico, a escola de Chicago é definida, segundo Toledo (2002, p. 77 *apud* RISSI, 2017), como positivista, “dado o fato de Friedman considerar que, exceto a matemática e a lógica, a linguagem da ciência deve ser observacional, diferenciando também claramente fatos e valores”.

Essa escola contribuiu na disseminação do neoliberalismo, principalmente no Chile. Nos anos 50, seus economistas realizaram acordos de cooperação com a Universidade Católica do Chile, treinando os alunos chilenos, de acordo com a ideologia neoliberal, o que mais tarde ficariam conhecidos como *Chicago boys*, fazendo parte do quadro dirigente do governo Pinochet (1973-1989). (RISSI, 2017).

A importância da análise dessa Escola não apenas implica reconhecer sua influência nas políticas educacionais a partir das elaborações do

Consenso de Washington, mas também em virtude da atual conjuntura político-econômica brasileira, em que se faz presente no poder governantes que compartilham de concepções afins com essa Escola de pensamento. Como exemplo, destaca-se uma leva de ministros do governo Bolsonaro que estudaram em tal Escola, como um dos principais articuladores do governo, o ministro da economia Paulo Guedes²³, que muito se espelha em Milton Friedman.

O guru da Escola de Chicago, Milton Friedman, destacou-se por seu livro “Capitalismo e Liberdade”, que tem o intuito de convencer os leitores que o único sistema econômico que proporciona efetiva liberdade ao cidadão é o capitalismo competitivo. Nas palavras do autor, “o tipo de organização econômica que oferece diretamente liberdade econômica” e ao mesmo tempo promove “a liberdade política ao segregar poder econômico e poder político e, dessa maneira, permitir que um compense o outro” (FRIEDMAN, 2014 p. 12).

O capitalismo denominado pelo autor como competitivo é “o modelo operacional de uma sociedade organizada com base em trocas voluntárias”, pautada em “uma economia de troca de livre empresa privada”. (FRIEDMAN, 2014, p. 5). Esse modo de organização da sociedade, conforme Friedman escreveu, é o único capaz de promover a liberdade individual com base no liberalismo do século XIX:

À medida que se desenvolvia, em fins do século XVIII e em princípios do século XIX, o movimento intelectual que avançou sob o nome de liberalismo enfatizava a liberdade, como objeto derradeiro, e salientava o indivíduo, como entidade máxima da sociedade. Ele apoiava o *laissez-faire* no país como meio de reduzir o papel do Estado em assuntos econômicos, ampliando, assim, a função do indivíduo; também defendia o livre-comércio com o exterior, como meio de interligar os países do mundo, de maneira pacífica e democrática. Em questões políticas promovia o desenvolvimento de governos representativos e de instituições parlamentares, a diminuição dos poderes arbitrários do Estado, e a proteção das liberdades civis dos indivíduos. (FRIEDMAN, 2014, p. 5).

A defesa impetuosa do autor a favor desse tipo de liberdade decorre do avanço de forças totalitárias que, segundo Friedman, destroem a liberdade política ao centralizar as atividades econômicas. Contudo, o autor admite ser “nitidamente possível ter organizações econômicas fundamentalmente capitalistas e organizações políticas que não livres”. Porém, Friedman alega que mesmo nessas

²³ O atual Ministro da Economia obteve em 1977 o mestrado pela Universidade de Chicago e dois

exceções, jamais a tirania se compara a de um Estado totalitário socialista:

Mesmo nessas sociedades, contudo, os cidadãos desfrutavam de muito mais liberdade que os de um Estado totalitário moderno, como a Rússia ou a Alemanha nazista, onde o totalitarismo econômico se conjuga com o totalitarismo político. (FRIEDMAN, 2014, p. 12).

A história nos mostra que o economista em questão estava errado, uma vez que, no Chile, o triunfo do neoliberalismo ocorreu graças à morte de milhares de pessoas, as quais se posicionaram em favor da liberdade política. O departamento dos Estados Unidos, em 11 de setembro de 1973, descreve a situação dos direitos humanos no Chile:

[...] total de pessoas presas: 13.500; execuções, de acordo com as forças de inteligência: 320; mortos em tentativa de fuga da custódia militar: 40; total de mortos segundo cabo [comunicação] da CIA de 21 de outubro: de 2 mil a 3 mil; evadidos do Chile: aproximadamente 2 mil; número de salvo-condutos expeditos: 4.891; salvo-condutos não atendidos: 408; registrados no [Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos] UNHRC para imigração definitiva: 2.019 (ESTADOS UNIDOS, 1973 *apud* SIQUEIRA, 2009, p. 37).

A liberdade argumentada pelo referido economista não é compatível com a liberdade somada a partir do outro, a fim de atingir um bem que não se limite a um sujeito, mas que seja usufruído pela sociedade. Pelo contrário, Friedman redige que as grandes invenções foram realizadas por ações individuais sem a influência de uma soma de sujeitos:

[...] os grandes avanços da civilização, na arquitetura ou na pintura, nas ciências ou na literatura, na indústria ou na agricultura, nunca emanaram de governos centralizados. Colombo não partiu em busca de novo caminho para a China em resposta à imposição majoritária do parlamento, embora tenha sido financiado em parte por um monarca absoluto. Newton e Leibnitz; Edison e Bohr; Shakespeare, Milton e Pasternak; Whitney, McCormick, Edison e Ford; Jane Addams, Florence Nightingale e Albert Schweitzer; nenhum desses desbravadores ampliou as fronteiras do conhecimento humano em resposta a diretrizes governamentais. Suas realizações foram frutos do gênio individual, de visões minoritárias obstinadas, do clima social propício à variedade e à diversidade. (FRIEDMAN, 2014, p. 4).

O tipo de liberdade defendido por Friedman é concernente ao direito de ter, comprar ou vender qualquer produto, incluindo a força de trabalho. Caso os indivíduos que possuem o poder aquisitivo para tal transação se sintam ameaçados pela maioria, cabe ao Estado silenciá-la mediante seu aparato jurídico. Dado que o autor considera que “a regra da maioria é expediente, não princípio básico” (FRIEDMAN, 2014, p. 28).

Na análise de Friedman, os promotores da sociedade livre são os mecanismos do mercado. Nesse ínterim, reside sua proposta central, a qual se baseia na defesa de que “ambas as partes numa troca poderiam beneficiar-se e que, enquanto a cooperação fosse estritamente voluntária, nenhuma troca ocorreria a menos que ambas as partes de fato se beneficiassem” (FRIEDMAN; FRIEDMAN, 1980, p. 15), tendo sido identificada pelo autor como a técnica de *cooperação voluntária*. A partir dessa compreensão, Friedman descreve que:

Ao confiar, sobretudo, na cooperação voluntária e no empreendimento privado, tanto na atividade econômica quanto em iniciativas diversas, podemos garantir que o setor privado atue como contrapeso dos poderes do setor público e como proteção eficaz da liberdade de expressão, de religião e de pensamento. (FRIEDMAN, 2014, p. 3).

No entendimento do autor, esse tipo de troca se baseia na vontade livre dos envolvidos, excluindo qualquer tipo de coesão por parte do Estado ou de determinados indivíduos, visto que o mercado sem nenhuma barreira que o impeça de transitar é comparado a um deus supremo, que não faz acepção de pessoas e nem age de forma intencional para favorecer alguma classe ou grupo específico, desde que:

[...] se preserve com eficácia a liberdade de troca, o aspecto central da organização de mercado da atividade econômica é evitar interferências mútuas em relação à maioria das atividades. O consumidor é protegido contra coerções dos vendedores pela existência de outros vendedores dos quais comprar. O vendedor é protegido contra coerções dos consumidores pela existência de outros consumidores aos quais vender. O emprego é protegido contra a coerção dos empregadores pela existência de outros empregadores para os quais trabalhar. E o mercado age assim de maneira impessoal, sem autoridade central. (FRIEDMAN, 2014, p. 17).

O autor acrescenta ainda que o mercado é impessoal, na medida em que separa as atividades econômicas de opiniões políticas e ainda respeita a opinião das pessoas quanto à escolha de seus empregados, como a preservação do direito que o empregador deve ter por optar por um funcionário negro ou branco para satisfazer sua clientela; todavia “quem discrimina paga pela discriminação”. É como se, assim dizendo, esteja “comprando” o que considera melhor “produto” (FRIEDMAN, 2014, p. 114):

[...] é difícil compreender que a discriminação possa ter qualquer implicação, além de ser a “preferência” de alguém com a qual nem sempre se concorda. Não consideramos “discriminação” – pelo menos no mesmo sentido odioso – a atitude de alguém que se dispõe a pagar preço mais alto para ouvir este em vez daquele cantor, embora tenhamos em tal conta a atitude de outro que aceita pagar preço mais alto para ser servido por pessoa desta e não daquela cor de pele. A diferença entre os dois casos é que em um compartilhamos a preferência, enquanto no outro, não. Há, em princípio, alguma diferença entre o gosto que leva uma dona de casa a preferir um negro a um branco ou um branco a um negro, exceto o fato de nos simpatizarmos e concordamos com uma preferência, o que talvez não ocorra em relação à outra? Não estou afirmando que todos os gostos são igualmente bons. Ao contrário, acredito piamente que a cor da pele de alguém ou que a crença religiosa de seus pais não é, em si, razão para que receba tratamento diferente; que as pessoas devem ser julgadas pelo que são e pelo que fazem, não por essas características externas. Lamento o que me parece ser preconceito e mesquinhez de pessoas cujos gostos são diferentes do meu a esse respeito, e, em consequência, tenho-as em mais baixa conta. Numa sociedade que respeita a liberdade de opiniões, porém, o recurso apropriado de que disponho é tentar convencê-las de que seus gostos são maus e de que devem mudar de opinião e de comportamento, em vez de usar poderes coercitivos para impor-lhes minhas preferências e minhas atitudes (FRIEDMAN, 2014, p. 114).

Contudo, o mercado livre não elimina a atuação do governo, apenas a reduz. No reino da liberdade individual em que a riqueza é disponível para os ditos esforçados, os indivíduos se relacionam uns com os outros para buscar satisfazer os seus desejos. Nessa relação, firmam-se acordos voluntários em que os dois lados são beneficiados, porém, como nada é perfeito, alguns indivíduos invejosos por não possuírem as propriedades em que os considerados vitoriosos possuem, agem de forma violenta, saqueando os bens produzidos pelos demais ou até matando o seu semelhante. Por isso, a fim de proteger o bem mais valioso dessa sociedade – a

propriedade privada – é necessária a intervenção do Estado de forma a ditar as regras do jogo e garantir a segurança dos sujeitos e de suas propriedades.

A existência do mercado livre reduz “em muito a variedade de questões a serem decididas por meios políticos”, e assim, minimiza “a extensão em que o governo precisa participar diretamente do jogo”. (FRIEDMAN, 2014, p. 17). Nessa perspectiva, o governo não interfere em atividades lucrativas, contudo, sua ação consiste em definir, interpretar e aplicar as regras do jogo, o que inclui:

[...] proteger nossa liberdade, tanto contra os inimigos além-fronteiras, quanto contra os próprios concidadãos: manter a lei e a ordem, garantir os contratos privados, fomentar os mercados competitivos. Além dessa função precípua, o governo deve criar condições para que, em certas ocasiões, realizemos em conjunto o que seria mais difícil ou mais dispendioso executar em separado (FRIEDMAN, 2014, p. 3).

Entre as justificativas defendidas pelo autor, ressalta que a redução do Estado, além de promover a liberdade econômica e política contribui para o fortalecimento da democracia. Liberdade, entendida como direito de escolha, pois, numa sociedade em que as mercadorias são diversificadas, cabe ao sujeito decidir qual roupa usar, que tipo de propriedade comprar e o alimento que vai comer. A esse respeito, Friedman notabiliza:

[...] o papel do mercado, como já observamos, é possibilitar a unanimidade sem a conformidade, ou seja, um sistema de representação proporcional eficaz. Por outro lado, o atributo característico da ação por meio de canais políticos explícitos é a tendência de exigir ou de promover conformidade substancial. A questão típica deve ser decidida em termos de “sim” ou “não”, admitindo-se, no máximo, número bastante limitado de alternativas. (FRIEDMAN, 2014, p. 26).

Pode-se observar que o autor tem como premissa a liberdade da iniciativa privada acima de tudo, pois os demais valores fundamentais para convivência em sociedade são, para ele, consequência da materialização dessa liberdade. Assim, como Friedman defende que o conceito de justiça, liberdade e democracia devem ser compatíveis com o mercado livre, também discursa sobre a relação da igualdade e liberdade.

A igualdade para Friedman é compatível com a liberdade de

escolha, isto é, a liberdade de ter e explorar o ser humano em prol de uma minoria que, revestido pelo direito burguês, assume a forma de troca entre iguais e de benefícios igualitários para os envolvidos. Dessa forma:

A igualização e a individualização de todos os agentes da produção ganham uma expressão genérica na figura da capacidade jurídica em geral, e uma expressão específica na figura particular do contrato (ato de troca resultante de manifestação da vontade de dois sujeitos). (SAES, 1998, p. 38).

Concernente a essa forma de igualdade, identificada como formal, o economista supracitado descreve que a igualdade para ser análoga aos princípios liberais não deve ser tão igual no sentido literal da palavra, mas pautada em igualdade de oportunidade, mesmo que em alguns casos os sujeitos que por azar de terem nascido com suas capacidades físicas e mentais comprometidas, não terão a mesma igualdade de oportunidade que os demais. Por isso, o autor recomenda que estes se especializem em algo compatível com suas capacidades, visto que “como todos os ideais, a igualdade de oportunidade não pode ser realizada em sua totalidade” (FRIEDMAN; FRIEDMAN, 1980, p. 138).

A luta de Friedman é contra a igualdade de resultados, assim descrita por Marx: “a cada um de acordo com suas necessidades, de cada um de acordo com sua capacidade” (MARX *apud* FRIEDMAN; FRIEDMAN, 1980, p. 140). No entendimento do autor, esse tipo de igualdade entra em conflito com a liberdade pessoal e a prosperidade de todos, uma vez que “se o que as pessoas obtêm é determinado pela ‘equidade’, e não pelo que produzem, de onde virão os prêmios?”. (FRIEDMAN, 1980, p. 140).

Além do mais, Friedman (1980, p. 142) descreve que “a vida não é equitativa, é tentador pensar que o governo pode retificar o que a natureza produziu”, como exemplo, o autor menciona que assim como crianças ricas herdaram propriedades e bens materiais dos pais e, com isso, têm uma educação diferenciada, existem crianças pobres que herdaram geneticamente talentos em músicas e pinturas dos pais e nem por isso o governo vai deixá-las à mercê de sua herança genética, impedindo que sejam matriculadas em escolas artísticas.

Portanto, a igualdade defendida é nos moldes do mercado, a qual deve ter como premissa a desigualdade para disseminar ao mundo que a igualdade é uma conquista, advinda pelo esforço de cada um. Em resumo, a vida é como um

jogo em que todos entram com as mesmas regras, mas, no final, uns saem vitoriosos e outros perdedores em decorrência de suas habilidades e esforços, cabendo ao Estado zelar, ditar e fiscalizar as regras para que as conquistas dos vencedores não sejam saqueadas pelos perdedores.

Nesse jogo, afinal, como fica a educação institucionalizada? O Estado deve ser mínimo em campos lucrativos, no entanto, o economista alerta que não é possível a convivência em uma sociedade democrática “sem um nível mínimo de alfabetização e de conhecimentos por parte da maioria dos cidadãos e sem a aceitação generalizada de um conjunto de valores comuns” (FRIEDMAN, 2014, p. 90-91). Para Friedman, a educação serve para ambas as necessidades, e convém que o Estado atue como paternalista em raras exceções, como no caso dos indivíduos julgados como irresponsáveis, que são as crianças e os loucos. No caso dos loucos, o governo deve ser responsável pelos cuidados necessários, já em relação às crianças:

[...] são um caso mais difícil. Acreditamos que os pais, em geral, são mais capazes de proteger os filhos e de promover o desenvolvimento deles em indivíduos responsáveis, para os quais a liberdade seja apropriada. Não aceitamos, todavia, a liberdade dos pais de fazer o que quiserem com outra pessoa. As crianças são indivíduos responsáveis em embrião, e o crente na liberdade acredita na proteção dos direitos da criança. (FRIEDMAN, 2014, p. 36).

Sobre as proposições relacionadas, o autor não é a favor de o Estado fornecer diretamente a educação escolar para as crianças, mas fiscalizar se os cuidados essenciais que permitam o seu desenvolvimento saudável estão sendo oportunizados pelos pais. Em matéria de educação, o referido autor também recorre ao uso do livre mercado e da liberdade como epicentro de suas análises. Tratando-a como investimento em capital social que promove benefícios para a sociedade:

Por conseguinte, os ganhos decorrentes da educação de uma criança beneficiam não só uma criança e os pais, mas também os outros membros da sociedade. A educação de meu filho contribui para o bem-estar de todos, ao promover uma sociedade estável e democrática. Não é possível identificar os indivíduos (ou famílias) que com ela mais se beneficiam e cobrar-lhes pelos serviços prestados. (FRIEDMAN, 2014, p. 91).

Por isso, o Estado não deve se eximir nesse campo e sim atuar

como árbitro por meio do estabelecimento de normas, fiscalização e compartilhando os custos da educação, uma vez que:

Se o ônus financeiro decorrente dessa exigência de escolarização pudesse ser assumido de pronto pela grande maioria das famílias de uma comunidade, talvez ainda fosse viável e desejável exigir que os pais arcassem diretamente com os custos. Casos extremos poderiam ser atendidos por meio de subsídios especiais para famílias carentes. Muitas são as áreas nos Estados Unidos hoje em que se satisfazem essas condições. Nelas seria muito desejável impor os custos diretamente aos pais. Em vista disso, se eliminaríamos a máquina governamental hoje necessária para arrecadar impostos dos indivíduos durante toda a vida e depois restituí-los em grande parte as mesmas pessoas durante a idade escolar dos filhos; reduziria a probabilidade de que os governos administrassem escolas, questão a ser discutida mais adiante; aumentaria a probabilidade de que os subsídios às despesas escolares diminuíssem, à medida que se tornasse menos necessários em decorrência do aumento geral dos níveis de renda. Se, como agora, o governo paga a totalidade ou grande parte da escolarização, o aumento da renda simplesmente intensifica o fluxo circular de fundos, por meio da tributação, e amplia o papel do governo. Finalmente, mas, de modo algum, menos importante, impor os custos aos pais tenderia a equalizar os custos sociais e privados de ter filhos, e, assim, a promover melhor distribuição das famílias por tamanho (FRIEDMAN, 2014, p. 91).

Contudo, Friedman, como um ferrenho neoliberal, argumenta que os custos da educação arcados pelo Estado geram prejuízos aos indivíduos que não precisam da ajuda do governo para bancar a educação de seus filhos. Essas consequências são denominadas como:

[...] “efeitos de vizinhança” substanciais, ou seja, circunstâncias em que as ações de alguém impõem custos significativos a outro, dos quais não há como indenizá-lo, ou gera ganhos significativos para outra parte, pelos quais não há como cobrar-lhe – o que impossibilita trocas voluntárias (FRIEDMAN, 2014, p. 90).

Diante disso, o autor afirma que apesar de alguns pais necessitarem de ajuda financeira do Estado para fornecer a educação mínima para os seus filhos, tal direito não pode entrar em contradição com a liberdade individual, isto é, indivíduos com poder aquisitivo pagam, mediante impostos, pela educação dos demais sem serem ressarcidos, o que causaria os “efeitos de vizinhança”. Além do mais, as escolas estatizadas promovem a uniformidade e priva a liberdade de escolha dos consumidores. Contudo, o referido economista, apesar de alegar os

prejuízos que os ricos têm ao pagarem duas vezes pela educação, afirma que são os que possuem mais liberdade de escolha:

No campo da escolarização, aqueles entre nós que pertencem às classes de renda mais alta conservam a liberdade de escolher. Podemos enviar nossos filhos para escolas particulares e, na verdade, pagando duas vezes pela educação recebida – a primeira vez em impostos para custear o sistema escolar público e, a segunda em anuidades. Ou podemos resolver onde residir, com base na qualidade do sistema escolar público. Escolas públicas excelentes tendem a se concentrar nos subúrbios mais ricos das maiores cidades, onde continua muito real o controle exercido pelos pais. (FRIEDMAN; FRIEDMAN, 1980, p. 160).

Em virtude desses argumentos, Friedman propõe que o governo exija:

[...] um nível mínimo de escolarização financiada, oferecendo aos pais vales resgatáveis por determinada importância, por filho, por ano, para pagar serviços educacionais. Os pais então, teriam liberdade para gastar essa importância, e qualquer acréscimo que se dispusessem a pagar por conta própria, com a compra de serviços educacionais de instituição “credenciadas”, de sua própria escolha (FRIEDMAN, 2014, p. 93).

Para Friedman, as escolas sob o domínio do poder público são fortemente controladas pelos professores e demais profissionais da educação, o que implica em privação dos direitos dos pais, visto que, segundo o autor, quem deve decidir o que e como ensinar as crianças são os seus responsáveis:

Uma das maneiras de conseguir um grande melhoramento, de trazer de volta o aprendizado para a sala de aula, especialmente para os hoje mais desprivilegiados, é dar aos pais maior controle sobre a educação dos filhos, um controle semelhante ao que temos agora, os das classes de renda mais altas. De um modo geral, os pais têm maior interesse pela educação dos filhos e conhecimento mais íntimo de suas capacidades e necessidades do que qualquer outra pessoa. (FRIEDMAN; FRIEDMAN, 1980, p. 162).

Ao elaborar tais afirmações, o autor despreza os conhecimentos científicos necessários que o professor deve ter para exercer a profissão, não só o domínio das matérias em questão, mas também do processo de humanização, o que inclui a forma como o ser humano se apropria do conhecimento sistematizado e as

especificidades que cada um tem nesse processo. Já que os pais e não os professores que têm domínio sobre tal e os quais não adquirem por meios científicos, apenas por serem genitores, os neoliberais então deveriam propor que tanto as escolas como os professores sejam extirpados.

Entretanto, o que é proposto como solução para elevar a qualidade da educação é a liberdade de escolha mediante a proposta de cupões educacionais. Friedman ressalta que, dessa maneira, contribuiria pela melhoria da educação, na medida em que colocando o poder nas mãos dos pais para escolherem a instituição de seu agrado, fomentaria a competição entre as escolas, promovendo melhor qualidade de ensino com poucos recursos monetários, posto que, conforme o autor, é a concorrência e não a quantidade de dinheiro dispendido que irá proporcionar um ensino de qualidade:

De qualquer modo, há uma solução simples e direta: que o valor do cupom seja suficientemente menor do que o custo corrente por aluno de escola pública para manter as mesmas despesas públicas totais. A menor quantia gasta numa escola privada competitiva provavelmente proporcionaria educação de qualidade mais alta do que a quantia maior ora gasta com as escolas públicas. (FRIEDMAN; FRIEDMAN, 1980, p. 166).

A partir dessa compreensão, a lógica de mercado permeia o sistema educacional, possibilitando a exploração desse campo por parte do capital para angariar lucros, em contrapartida, os problemas educacionais seriam solucionados, uma vez que o mercado é postulado como o salvador de todos os problemas educacionais. Nesse caso em específico, Friedman (1980, p. 171) menciona que as escolas ruins sairiam do jogo, dado que “apenas as escolas que satisfizessem a seus clientes sobreviveriam – da mesma forma como acontece com restaurantes e bares”.

A indústria escolar seria composta por estabelecimentos diversos: “um bom número das novas escolas seria criado por grupos sem finalidade lucrativa. Outras teriam por móvel o lucro” o resultado dessa combinação é a fabricação do produto a gosto do cliente, uma vez que para atender a demanda dos consumidores as empresas tendem a ser mais eficientes (FRIEDMAN; FRIEDMAN, 1980, p. 17).

Quanto ao posicionamento dos professores em defesa das escolas públicas, os quais se opõem tenazmente a essa proposta, o autor faz o seguinte

destaque: “não posso entender os mestres dizendo que isso é um revólver apontado para minha cabeça, mas, no momento, eles apontam o mesmo revólver para a cabeça dos pais” (FRIEDMAN; FRIEDMAN, 1980, p. 175). Para o referido economista, tais alegações provêm de profissionais ruins que temem perder o seu emprego, pois não contarão mais com a muleta do Estado. Promovendo a competição entre as escolas, o benefício se estenderia aos professores bons, já que transferindo para o mercado, este tratará de beneficiar os profissionais talentosos de acordo com o mérito, haja vista que o problema quanto aos professores não é que sejam mal remunerados e sim que seus salários são padronizados:

[...] os maus professores são muito bem pagos, enquanto os bons professores são muito mal pagos. As escalas de salários tendem a ser uniformes, baseando-se muito mais na antiguidade e nos títulos acadêmicos que no mérito e nos resultados (FRIEDMAN, 2014, p. 99).

O Estado a que se refere Friedman (2014) é mínimo para o acesso aos bens essenciais de promoção e manutenção da vida, é o Estado descentralizador quanto ao dinheiro investido na educação, e centralizador para fiscalizar se o que está sendo ensinado é compatível com a manutenção das relações de produção. Concernente às propostas de cupões educacionais, é o Estado mínimo para o valor de vales repassados aos pais e máximo para garantir certos padrões às escolas credenciadas.

Em relação às alegações de que as propostas de *vouchers* reafirmam a segregação racial e econômica, o referido autor refuta tais afirmações com a falácia de que o problema das escolas públicas é colocar por coesão no mesmo ambiente, estudantes negros, pobres e ricos e assim aumentar o conflito entre os referidos estudantes. No caso das políticas de cupões educacionais esse problema seria sanado, visto que “ao dispuser de maior liberdade de escolha de escolas para os filhos, os pais de determinada categoria tenderão a exercer opções semelhantes, evitando assim a desejável integração de diferentes origens” (FRIEDMAN, 2014, p. 96). Em suas análises, o economista relata que a integração dessas pessoas deve ocorrer por livre escolha e não por obrigatoriedade, afirmando que:

Se as escolas se especializassem, como fazem as privadas, o

interesse comum superaria o preconceito da cor e levaria a uma integração maior do que a que ora ocorre. A interação seria real, e não simplesmente no papel. (FRIEDMAN; FRIEDMAN, 1980, p. 167).

Para o neoliberal, a educação geral deve contar com uma participação financeira mínima do Estado. Quanto à escolarização vocacional e profissionalizante, os recursos devem advir exclusivamente do indivíduo interessado, dado que:

[...] não produz efeitos de vizinhança do tipo atribuído anteriormente à educação geral. É investimento em capital humano exatamente análogo a investimentos em máquinas, em edifícios e em outras formas de capital não humano. O objetivo é aumentar a produtividade econômica do ser humano. Se surtir o efeito almejado, o indivíduo é recompensado pela sociedade de livre-empresas recebendo por seus serviços retorno superiores aos que do contrário auferiria (FRIEDMAN, 2014, p. 104).

Os atributos do mercado como salvador, restaurador da eficiência, qualidade e equidade são as alegações que o citado economista valida para a privatização da Educação Superior. A estatização desse nível de ensino, segundo Friedman, colabora com a desigualdade social. O problema reside no fato de que custos baixos ou gratuidade impulsiona os alunos a serem descomprometidos com o estudo “para eles, a escola de preparatórios é um agradável interlúdio entre a escola secundária e o primeiro emprego. Comparecer às aulas, fazer exames e obter notas que dão para passar” (FRIEDMAN; FRIEDMAN, 1980, p. 176-177). Diferente das escolas privadas em que:

Seus alunos pagam altas anuidades, que cobrem grande parte se não a maior parte do ensino. O dinheiro vem dos pais, dos próprios ganhos dos estudantes, de empréstimos, e de bolsas de estudo. O importante é que os estudantes são os principais clientes; pagam pelo que recebem e querem receber o valor correspondente por seu dinheiro. (FRIEDMAN; FRIEDMAN, 1980, p. 177).

Nesse sentido, o que eleva a qualidade e motiva os alunos a se comprometer com os estudos é o papel do mercado, denotando que o pagamento é sinônimo de comprometimento dos estudantes. Contudo, nos casos em que os estudantes não podem arcar com os custos, o governo deve financiar a educação, desde que esses indivíduos sejam capazes de “atender aos padrões de qualidades

mínimos”:

[...] para tanto, disponibilizaria determinada quantia por ano ou por prazo mais longo, desde que os fundos fossem gastos com treinamento em instituição credenciada. O indivíduo, em troca, concordaria em pagar ao governo, anualmente, no futuro, determinada porcentagem de seus rendimentos, acima de quantia específica, para cada US\$1000 que tivesse recebido do governo (FRIEDMAN, 2014, p. 108).

Tal proposta se assemelha ao programa Fundo de Financiamento Estudantil do Ensino Superior (FIES) que temos no Brasil, cujo objetivo é de financiar as mensalidades de cursos de graduação para estudantes que estejam regularmente matriculados em instituições privadas de Educação Superior (RISSI, 2017). Esse programa, embora viabilize a democratização de acesso à educação superior da população de baixa renda, é um instrumento de expansão para as instituições privadas, contribuindo para acumulação do capital no setor educacional, mediante estímulos do governo.

3.3 OS POSTULADOS NEOLIBERAIS FUNDAMENTADOS NA TEORIA DA ESCOLHA PÚBLICA (*PUBLIC CHOICE*)

A escola de Virgínia, também conhecida como *Public Choice* ou Escolha Pública, tem como principal expoente James M. Buchanan, que em 1962 em conjunto com Gordon Tullock, publicou a obra *The Calculus of Consent*, que conforme menciona Iorio (2011), estabeleceu a escolha pública como um ramo da economia.

Buchanan e Tullock analisaram todas as esferas da sociedade mediante uma visão economicista. Através dessa análise, reafirmam o sujeito como homem econômico, o qual é portador de duas características básicas: “a busca do autointeresse e a escolha racional dos meios para atingir os fins” (TONETO, 1996, p. 126). É a partir desse indivíduo que os fenômenos políticos são compreendidos, por isso, o autor pauta-se no individualismo metodológico para conduzir as suas análises:

Como nosso modelo incorpora o comportamento individual como sua

característica central, nossa “teoria” talvez possa ser melhor classificada como metodologicamente individualista. Declararemos aqui o que será necessário reiterar: A análise não depende, por sua validade lógica elementar, de qualquer motivação estritamente hedonista ou de interesse próprio dos indivíduos em seu comportamento nos processos de escolha social. O indivíduo representativo em nossos modelos pode ser egoísta ou altruísta ou qualquer combinação dos mesmos. Nossa teoria é “econômica” apenas no pressuposto de que indivíduos separados são indivíduos separados e, como tal, provavelmente têm objetivos e propósitos diferentes para os resultados da ação coletiva. (BUCHANAN; TULLOCK, 2011, p. 6, tradução nossa).

Os autores descrevem o homem como um animal racional e individualista, movido por seus interesses pessoais, o qual visualiza os demais homens não como colaboradores e sim como oponentes que buscam a consolidação dos seus desejos, mediante a eliminação dos demais indivíduos. Todavia, essa luta dos seres humanos culmina em “desperdícios de recursos, tanto com a defesa quanto com o ataque, por consequência, levando a perda da eficiência”. Fatores esses que impulsionam os sujeitos a redirecionarem as suas ações. Se antes o instrumento para saciar suas aspirações se baseava na eliminação do outro, agora os indivíduos são levados a buscar um acordo que seja conveniente para os ambos os lados. (TONETO, 1996, p. 137).

Segundos os economistas citados, os indivíduos na busca de maximizar seus interesses, estabelecem acordos consentidos, os quais ficaram conhecidos como contratos voluntários. O “contrato é sempre uma troca, só ocorrerá se ambas as partes sentirem que estão levando vantagem” (TONETO, 1996, p. 132) e, conforme reitera Smith “não é da benevolência do açougueiro que devemos esperar nosso jantar, mas sim do seu autointeresse” (TONETO, 1996, p. 126). De acordo com os economistas, para que essas relações sejam concretizadas é necessário “que os indivíduos se reconheçam como proprietários de mercadorias, assim, a relação assume a forma de uma relação entre mercadorias, onde o que importa são os termos da troca.” (TONETO, 1996, p. 126-127).

Nesse sentido, o mercado é visto como o cenário em que as relações entre os sujeitos são realizadas por meio do qual a cooperação entre os agentes acontece de forma eficiente. Contudo, a realização do contrato sob os auspícios do mercado não elimina a necessidade de instituições responsáveis por organizar a cooperação entre os envolvidos. Surge, portanto, a figura do Estado, que

deve ser o fiscalizador desses contratos, a fim de evitar que indivíduos saqueiem os bens dos outros.

Na obra *The Calculus of Consent*, os autores se pautam no princípio de que as perguntas para compreender o Estado não devem ser direcionadas pelos seguintes questionamentos: o que é o Estado? Como está organizado? E para quem?, mas sim, como o Estado deve ser, a fim garantir a liberdade, igualdade e justiça:

A teoria política preocupou-se com a pergunta: O que é o Estado? A filosofia política estendeu isso para: O que deveria ser o Estado? A “ciência” política perguntou: Como o Estado está organizado? Nenhuma dessas perguntas será respondida aqui. Não estamos diretamente interessados no que realmente é um Estado ou um Estado, mas propomos definir de maneira bem específica, mas muito breve, o que pensamos que um Estado deveria ser. (BUCHANAN; TULLOCK, 2011, p. 6, tradução nossa).

No entendimento desses autores, o Estado serve para corrigir as imperfeições do mercado. Dessa forma, sua atuação se restringe aos campos em que o mercado não consegue ser eficiente, como:

[...] na provisão de determinados bens como na correção de resultados não previstos a partir das ações dos indivíduos. As chamadas ‘falhas do mercado’ são a existência dos chamados bens públicos, a presença de externalidades, a existência de agentes inaptos a tomar decisões, a presença de economia de escala em determinados setores, que leva aos chamados monopólios naturais. A atuação do Estado deveria ser no sentido de diminuir estas falhas, de modo a permitir que a economia se aproxime o máximo possível de solução de equilíbrio geral, permitindo ganhos de bem-estar para todos, ao contrário da política distributiva. (TONETO, 1996, p. 130).

Buchanan não se distancia das propostas dos demais neoliberais. Em colaboração, o autor descreve limitações concisas ao Estado, alegando que o crescimento desse mediante a sua ação benevolente é em decorrência do:

[...] auto-interesse de eleitores, políticos e burocratas, ou seja, os economistas e cientistas políticos ligados à *Public Choice* têm procurado demonstrar que os gastos públicos e a burocracia crescem de forma significativa e ineficiente tornando a empresa pública menos eficaz que a empresa privada. (DIAS, 2010, p. 35).

As justificativas que acompanham a fala do autor se delineiam no

fato de que o Estado deve se assemelhar com a lógica do mercado para que a máquina pública seja eficiente. Contudo, para que isso ocorra, não somente os campos de atuação do Estado devem ser limitados, é necessário restringir igualmente a democracia, dado que para tais autores eficiência e democracia não combinam no mesmo plano.

De acordo com Buchanan e Tullock (2011), a democracia é uma abertura para a corrupção, meio pelo qual os indivíduos atingem seus objetivos privados e, também, instrumento de opressão contra a minoria. Dessa forma, a defesa dos autores se aplica à limitação do poder do Estado e do povo. Essas elaborações teóricas lhes atribuem como adeptos a corrente teórica contratualista:

A questão central para os contratualistas é aquela que enfatiza o problema dos limites e das formas de exercício do poder. Araújo (2003) alerta que, o que está em pauta, é o sistema democrático representativo nas sociedades ocidentais, materializado em suas instituições através de sistemas eleitorais, legislatura mono ou bicameral, procedimentos decisórios ordinários (operacionais) e procedimentos para a escolha das regras de escolha (inclusive aqueles que prevêem os mecanismos de reformas constitucionais) e que dimensiona e controla a produção do poder. (DIAS, 2010, p. 38).

A ideia básica dos autores é que, assim como no mercado, os indivíduos são movidos por seus interesses pessoais. No governo não é diferente, “se os agentes atuam no mercado no intuito de maximizar as suas próprias utilidades, porque eles deveriam agir de outra maneira no desempenho de funções públicas” (BUCHANAN; TULLOCK, 1962 *apud* BORGES, 2001, p. 161). Dentro dessa assertiva, Buchanan se posiciona contra os funcionários públicos, dado que esses usam as suas funções para concretizar os seus interesses sem se importarem “necessariamente para conquistar o máximo de bem-estar para o público” (TOLEDO, 2002, p. 79). Já os políticos “agem tão somente para conseguir rendas, poder ou prestígio derivados do exercício de cargos públicos”. (BORGES, 2001, p. 161). Disto decorre que ambos não têm como meta o bem-estar da população, mas utilizam o Estado como instrumento de consolidação dos seus objetivos pessoais. No caso do político, sobrecarrega a máquina pública, mediante programas e políticas sociais para agradar ao público que o elegerá para assim continuar no poder.

Dessa feita, as principais ideias defendidas por Buchanan são: privatizações, desregulamentação e as políticas públicas. Tais temas são de grande

importância, pois estão presente nos relatórios que o Banco Mundial vem emitindo desde os anos 80. Por exemplo, Anne Krueger foi a economista-chefe do Banco Mundial entre 1982 e 1986 e uma das criadoras da *rent-seeking*, ou busca de renda, sendo tal teoria a predileta da *public choice* para caracterizar políticas públicas:

[...] segundo essa “teoria”, o intervencionismo estatal propicia “situações de renda”, ou seja, posições na sociedade que permitem a um agente (indivíduo, empresa, grupo) capturar vantagens superiores àquelas que obteria no mercado, no reino dos preços e “custos de oportunidade”. São em suma, vantagens de posição favorecidas por artifícios legais. Daí decorrem dois males, ou perversões: esses agentes investem seus esforços e recursos mais na busca predatória de privilégios do que em aumentar o produto global; os “tomadores de decisão”, na administração pública, são “ofertadores de rendas”, isto é, empregos ou legislação em troca de benefícios monetários (corrupção) ou apoio político (MORAES, 2001, p. 27).

De tal forma, evidencia-se que de acordo com essa teoria, a regulamentação do Estado na economia cria situações propícias para o *rent-seeking* e para evitar esse mal é necessário reduzir a intervenção estatal e limitar a democracia majoritária que pode utilizar este fator para tirar proveito em seu favor.

Harvey aponta esse elemento em sua análise, quando os precursores alegam que as intervenções do Estado:

[...] nos mercados (uma vez criados) devem ser mantidas num nível mínimo, porque, de acordo com a teoria, o Estado possivelmente não possui informações suficientes para entender devidamente os sinais do mercado (preços) e porque poderosos grupos de interesse vão inevitavelmente distorcer e viciar as intervenções do Estado (particularmente nas democracias) em seu próprio benefício (HARVEY, 2005, p. 12).

Sendo assim, tem-se o argumento pela minimalização do Estado, bem como sua incapacidade de promotor direto e regulador do mercado. Nesse sentido, o Estado para ser eficiente deve se espelhar no mercado, na medida em que o funcionamento das regras de tal sistema é visto por essa escola como um referencial para que as instituições sociais também sejam orientadas por elas. Assim sendo, “a pretensão desses analistas é descobrir quais as regras constitucionais que, no plano das decisões coletivas (não mercado), mais se aproximam da perfeição exibida por essa ordem (a do mercado)” (MORAES, 2001, p. 27).

Essa corrente tem balizado as políticas educacionais a partir dos anos de 1990, mediante a ampliação do termo do que é público. Nesse sentido, cada vez mais o serviço público é transferido para a esfera privada a fim de expandir o campo de extração de lucros. Em conformidade com esses ideais, a Terceira Via vem reafirmando e ampliando tais terminologias sob o lema de que Empresas, Estado e Trabalho devem atuar em cooperação para uma sociedade de bem-estar social. Por meio de palavras próximas às de um viés revolucionário, essa ideologia tenta aparentar as relações de exploração como humanizadas. Para tal, vem se empenhando na produção de um novo consenso em que se coloca distante do neoliberalismo ortodoxo e de velhos postulados da esquerda, a fim de que a sociedade reproduza os valores burgueses de forma que os confrontos diretos sejam abrandados.

Dessa forma, no próximo capítulo evidenciamos os elementos centrais da Terceira Via, bem como a comparação desses com as premissas básicas do neoliberalismo a fim de contemplar que a Terceira Via se trata de uma revisão neoliberal em tempos de renovação da sociabilidade burguesa, para produzir condutas, pensamentos e conhecimentos em consonância com a sociedade do novo tipo, e assim gerar uma estabilidade política mais duradoura.

4 AS RAÍZES TEÓRICAS E PRÁTICAS DA TERCEIRA VIA

Apesar do avanço das forças neoliberais nos países de capitalismo central e da América Latina, como o Chile, que foi o laboratório de teste dessa ideologia, o aumento da desigualdade social, por causa do progressivo abandono da esfera social por parte do Estado, a fim de angariar mais recursos para o capital, contribuiu para a perda de legitimidade política dessa ideologia, fator que poderia corroer as bases do capital, conforme apontado por Martins (2009, p. 59):

[...] o fato é que o projeto ortodoxo neoliberal não conseguiu recuperar as taxas de crescimento do conjunto da economia e não foi capaz de gerar os determinantes objetivos e subjetivos necessários à consolidação de uma base de apoio político dentro e fora da classe dominante.

Esse cenário era fértil para que no final do século XX ocorresse a revisão do modelo societal erguido sob os auspícios neoliberais. Essa proposta se traduziu pela busca de um contrato social que contemplasse algumas das aspirações da classe trabalhadora, porém, sem fissurar a ordem capitalista, mas em diálogo com essa, a favor de lograr uma coesão social mais permanente.

A fim de expor com mais detalhes essa proposição, que no entendimento de Martins (2009, p. 60) é “uma releitura da ortodoxia neoliberal, tornando-a mais próxima da realidade do mundo contemporâneo pós-Guerra Fria”, é necessária a elucidação da base ideológica do que se denominou Terceira Via, a qual tem sua origem a partir das formulações da social-democracia. Essa, por sua vez, perpassou por transformações em sua base teórica ao longo do tempo, a fim de se adequar à ordem social vigente.

Nesse sentido, esse capítulo tem como prioridade a discussão dos princípios teóricos envolvidos com a elaboração da Terceira Via, mediante as colocações de seu defensor, Anthony Giddens. Contudo, inicialmente partimos da exposição da trajetória da social-democracia a partir de seu nascimento na Alemanha, contemplando o viés revolucionário e reformista que balizaram a sua estruturação teórica ao longo de suas transmutações, uma vez que um dos principais advogados da Terceira Via a classifica como uma renovação da social-democracia.

4.1 NÃO HÁ ALTERNATIVA? CAMINHOS TRILHADOS PELA SOCIAL-DEMOCRACIA

Muitas foram as correntes teóricas que se posicionaram contra o modo de produção capitalista, assim visando a sua destruição e consequente efetivação do modo socialista de produção. Entretanto, os percursos para a apropriação dos meios de produção e do produto pelo trabalhador diferem em opções revolucionárias e reformistas. Essa dicotomia acompanhou as organizações trabalhistas na Alemanha, a partir do século XIX, denotando não apenas caminhos diferentes, mas também percursos que se distanciaram do fim inicialmente almejado. Assim ocorreu com a social-democracia, desde seu nascedouro até consolidação e propagação de seus ideais para além do país que fora criada.

Para compreender as faces que moldaram a social-democracia, é necessário iniciar pela exposição de sua origem. Dessa forma, as raízes teóricas que influenciaram a social-democracia remontam à fundação das primeiras organizações trabalhistas na Alemanha. No ano de 1863, foi criada a Associação Geral dos Trabalhadores Alemães (ADAV), o primeiro partido socialista alemão sob a liderança de Ferdinand Lassalle (1825-1864). Para Lassalle, a organização dos trabalhadores deveria ocorrer sob a tutela do Estado, uma vez que:

[...] seria a 'vocaçãõ' e o 'destino' do Estado intervir no sentido de proporcionar meios e condições para que os operários se organizassem e se associassem livremente, especialmente através do fornecimento de capital ou empréstimos para financiar cooperativas de produção. (ANDRADE, 2007, p. 81).

Divergente dos socialistas revolucionários, Lassalle via o Estado como o único caminho para os trabalhadores terem acesso aos meios de produção e conquistar direitos políticos por intermédio do sufrágio universal. O Estado não era visto como representante da classe dominante, cujo destino seria sua completa destruição, pelo contrário:

Acreditava no potencial educador do Estado, na sua importância como meio para a constituição de um Estado operário. 'A ideia central do pensamento político de Lassalle era [...] a necessidade de o proletariado tomar conta do Estado, conquistá-lo pela força [...] do sufrágio universal.' (ROVAN, 1979, p. 25 *apud* MORO, 2014, p. 3).

No entendimento do autor, a emancipação política e econômica deveria ocorrer não pela ação dos trabalhadores e sim mediante uma instituição utilizada pela classe dominante. Nesse sentido, o Programa desse partido propunha a criação de cooperativas de produção sob a tutela do Estado, todavia “geridas de forma autônoma pelos trabalhadores” (ANDRADE, 2007, p. 81). Dito de outro modo, a frase “seja você mesmo o seu patrão”, utilizada pela ideologia que defende o empreendedorismo, tem sua raiz semântica nos postulados de Lassalle (1999 *apud* ANDRADE, 2007), o qual defendia a criação de cooperativas como forma de ampliar a participação do operário na gerência da produção e a consequente eliminação da relação patrão-empregado:

Converter a classe operária em seu próprio patrão: essa é a forma única com que se poderia superar essa cruel e férrea lei que determina o valor dos salários. [...] Se a classe operária for seu próprio patrão, desaparecerá a distinção entre salário e lucro, e com ela desaparece o salário propriamente, surgindo em seu lugar o rendimento do trabalho. A supressão do lucro empresarial da forma mais simples, pacífica e legal, ao reorganizar-se a classe operária como seu próprio empresário, mediante associações voluntárias, é o único meio de superar essa lei que, no sistema produtivo atual, distribui o rendimento da produção entre salário (apenas necessário para sustentar a vida do trabalhador) e todo o resto, que cabe ao empresário. (LASSALLE, 1999, p. 66 *apud* ANDRADE, 2007, p. 81).

Em seus escritos, Marx (1975, p. 19 *apud* MORO, 2014) se posicionou contra “a ideia de querer criar uma sociedade cooperativa com a ajuda do Estado”, pois o socialista alegava que essa estratégia inibia as ações para fomentar a emancipação da classe trabalhadora, uma vez que essa “deveria empreender esforços contra as condições de produção capitalistas e para isso não poderia contar com o Estado”. Posto isto, escreve: “no que, porém, diz respeito às actuais sociedades cooperativas, elas só têm valor na medida em que são criações dos operários, independentes, nem protegidas pelos governos, nem pelo burguês.” (MARX, 1975, p. 27 *apud* MORO, 2014, p. 20).

O Programa do partido propunha a emancipação dos operários pela criação da dependência desses, seja cultuando o próprio líder do partido, o Estado, ou o Primeiro-ministro da época, Otto von Bismarck. O anseio por um Estado nacional forte e centralizado impulsionou Lassalle a convencer os seus liderados a

apoiarem Bismarck em troca de políticas de cunho paternalista (ANDRADE, 2007). Lassalle chega a afirmar ao Primeiro-ministro que a classe operária estaria disposta a apoiar um governo ditatorial:

[Os estatutos] o convencerão claramente do quanto é verdade que a classe trabalhadora sente uma inclinação instintiva para a ditadura, caso ela possa ser, de início, corretamente convencida de que esta será exercida em seu interesse; e o quanto, apesar de todas as opiniões republicanas – ou, antes, precisamente por causa delas -, estaria, portanto, inclinada, como eu lhe disse recentemente, a considerar a Coroa, em oposição ao egoísmo da sociedade burguesa, como a representante natural da ditadura social, se a Coroa, em oposição ao egoísmo da sociedade burguesa, como a representante natural da ditadura social, se a Coroa, por seu lado, puder se dedicar a dar o passo – certamente muito improvável – de tomar uma linha revolucionária e transformar-se da monarquia das ordens privilegiadas em uma monarquia do povo, social e revolucionária. (LASSALLE *apud* MÈSZAROS, 2004, p. 370-371 *apud* ANDRADE, 2007, p. 14).

A tática política assumida por Lassalle era desprezada por Marx e Engels, os quais “passaram a dirigir-lhe diversas críticas e a alertar para o ‘caminho falso’ trilhado pela organização lassalleana”. Em resposta às “divergências teóricas e práticas entre o grupo marxista e o lassalleano”, surge a Associação Internacional de Trabalhadores (AIT), conhecida como Primeira Internacional.²⁴ (*apud* COGGIOLA, 2011, p. 169).

Diferente das assertivas lassalleanas, a Primeira Internacional trilhava o caminho para o socialismo, através do protagonismo dos próprios trabalhadores. Marx, no Manifesto Inaugural da AIT, escreveu que:

A emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores; os esforços dos trabalhadores para conquistar sua emancipação não devem tender a constituir novos privilégios, mas a estabelecer para todos os mesmos direitos e os mesmos deveres; a submissão e a dependência do trabalhador ao capital é a fonte de toda servidão: política, moral e material; por essa razão, a emancipação econômica dos trabalhadores é o grande propósito ao qual deve se subordinar todo movimento político; todos os esforços realizados até hoje fracassaram pela falta de solidariedade entre os trabalhadores das diversas profissões em cada país, e de uma união

²⁴ A Primeira Internacional “seria um prolongamento da tentativa de se criar uma Liga Comunista, cujo objetivo principal residia no estabelecimento de ‘um ponto central de comunicação e de cooperação entre as sociedades operárias dos diferentes países que aspiraram ao mesmo fim, a saber, o auxílio mútuo, o progresso e a completa libertação da classe trabalhadora1””. (MARX; ENGELS; LENIN, 1971, p. 86 *apud* ANDRADE, 2007, p. 84).

fraternal entre os trabalhadores das diversas regiões; a emancipação dos trabalhadores não é um problema simplesmente local ou nacional, mas que interessa a todas as nações civilizadas, sendo necessariamente subordinada a solução do problema ao seu concurso teórico e prático; o movimento que se desenvolve entre os operários dos países mais industriais, fazendo nascer novas esperanças, dá uma solene advertência de não o cair em velhos erros, e aconselha combinar todos os esforços ainda isolados. (MARX, 1864 *apud* COGGIOLA, 2011, p. 169).

Desse modo, o lema que embasava as ações políticas da Primeira Internacional residia na expansão do movimento socialista para todos os países, de forma que a solidariedade unisse os revolucionários no rumo da transformação social, e nessa trajetória o papel principal era ocupado pelos operários; dito de outro modo, é possível resumir a ação em poucas palavras, usando a máxima de Marx: “Proletários do Mundo, Uni-vos” (MARX; ENGELS, 2016).

A insatisfação com as deturpações socialistas disseminadas pelo grupo lassalleano, não culminou apenas na fundação da Primeira internacional, mas impulsionou, contudo, a criação de novos partidos, dentre os quais se destacou o mais conhecido, o Partido Social-Democrata dos Trabalhadores (SDAP), fundado em *Eisenach*, no ano de 1869 e cuja base teórica se delineou nas asserções marxistas (MORO, 2014).

Em tais condições, o próprio Marx não se contrapunha à criação de partidos políticos para auxiliar na consolidação da sociedade socialista²⁵, muito embora anos mais tarde Marx e Engels (1967 *apud* PRZEWORSKI, 1995) criticaram essa proposta. A questão é que Marx defendia que os partidos deveriam ser compostos apenas pela classe operária²⁶, tal como citado por Przeworski:

A orientação preconizada por Marx era uma novidade: organizar um “partido”, mas que fosse exclusivamente um partido de operários, independente de todas as outras classes, e a elas oposta. A organização do operariado “em uma classe e, conseqüentemente,

²⁵ Marx escreveu em 1864, no Manifesto de inauguração da Primeira Internacional, sobre a importância da conquista do poder político mediante a organização dos trabalhadores por meio da criação de partidos. O contexto em que escreveu foi de mudanças introduzidas pelo capital industrial, movimento esse que “arregimentava um grande número de trabalhadores, no contexto da Inglaterra do século XIX”, o que denotou uma possibilidade de revolução social conduzida pela classe trabalhadora mediante o voto universal (RUIZ; CZERNISZ; FERNANDES, 2018, p. 125).

²⁶ A organização partidária preconizada por Marx tinha o objetivo de fortalecer a classe operária, uma vez que o capitalismo impulsionava a competição entre os operários. Por isso a integração dos operários em um partido visava “fazer cessar a competição entre os operários, para que possam empreender a competição geral contra os capitalistas” (MARX, s. d., p. 194 *apud* PRZEWORSKI, 1995, p. 35).

em um partido político” fazia-se necessária para que os operários conquistassem o poder político e, na visão de Marx, não deveria e não iria afetar a autonomia da classe operária como força política. “A emancipação da classe operária deve ser”, segundo a célebre frase, “tarefa da própria classe operária”. (MARX; ENGELS, 1967, p. 144 *apud* PRZEWORSKI, 1995, p. 35).

O partido Social-Democrata alemão serviu como uma bússola para a AIT, a qual foi redefinida a partir de 1871 tendo como base os postulados desse partido. Coggiola (2011, p. 177-178) destaca que “foi uma transformação radical, de acordo com o modo de organização e o programa político da social-democracia alemã, reputada para ser o centro de atração europeia e a força motriz da Internacional renovada”. Amazonas (1981, p. 1) acrescenta ainda, que a social-democracia “nasceu como corrente revolucionária”, surgiu da necessidade de organização dos trabalhadores para unir forças contra o capitalismo. Contudo, os postulados revolucionários marxistas que guiavam o partido não perduraram por muito tempo, pois se no partido já rondavam as ideias reformistas, em 1875 essas se consolidam.

Embora, Marx e Engels argumentassem sobre as incoerências formuladas pela organização lassalleana, naquele ano, no Congresso de *Gotha*, na Alemanha, foi aprovada a unificação entre o partido da ADAV e o SDAP, “sob o nome de Partido Operário Socialista da Alemanha (*Sozialistische Deutschlands-SAPD*)” (MORO 2014, p. 5). Em conjunto, foi aprovado o Programa do Partido, conhecido como Programa de *Gotha*, cujo conteúdo buscava conciliar as aspirações dos operários por meio das estratégias de Lassalle. Marx, insatisfeito com as formulações do Programa, redige uma carta aos dirigentes do Partido intitulada como “Crítica ao Programa de *Gotha*”.

Nessa carta, Marx escreveu contra “a submissão dos socialistas revolucionários aos revisionistas lassalianos”, por considerar que o Programa estaria permeado por concepções vazias que fogem da proposta de libertação do trabalho (MARX, 2012, p. 15). O autor denuncia o fato de muitas das teses de Lassalle que enfraquecem o movimento político dos operários para destruição do capitalismo estão presentes no Programa de *Gotha*, demonstrando a concessão dos postulados socialistas em prol da união do partido. Marx (2012), indignado com a adoção das teses de Lassalle no Programa, traz à tona as controvérsias desse projeto, alegando que as estratégias utilizadas para a transição ao socialismo são portadas de

fraseologias que servem para legitimar as ações da burguesia em favor da conservação do trabalho que se apresenta na sociedade capitalista.

Como resultado, o Programa estaria guiado por um socialismo vulgar, o qual tem como alvo a distribuição de consumo, sem considerar que a luta dos trabalhadores deve residir na distribuição dos meios de produção, para assim, atacar a raiz do problema e, como consequência, sanar a desigualdade social. Nas palavras do próprio autor:

O socialismo vulgar (e a partir dele, por sua vez, uma parte da democracia) herdou da economia burguesa o procedimento de considerar e tratar a distribuição como algo independente do modo de produção e, por conseguinte, de expor o socialismo como uma doutrina que gira principalmente em torno da distribuição. (MARX, 2012, p. 29).

Posto isso, o autor suscita críticas ao retrocesso do movimento de luta alemão, não apenas por gastar suas energias de forma errada, contudo, por nacionalizar o movimento de luta dos trabalhadores. Embora seja indubitável que os trabalhadores devam se organizar internamente tendo a esfera nacional como campo imediato de luta, esta organização não deve ser de forma limitada, mas sim expansionista, a fim de levar a luta aos confins da terra, unindo os trabalhadores de todos os países. Desse modo, Marx (2012) afirma que:

A classe trabalhadora atua por sua libertação inicialmente, nos marcos do atual Estado Nacional, consciente de que o resultado necessário de seu esforço, comum a todos os trabalhadores de todos os países civilizados, será a fraternização internacional dos povos. (MARX, 2012, p. 30).

Ademais, a insatisfação de Marx foi também direcionada sobre as proposições contidas no Programa que vincula o movimento operário ao Estado, “e a ilusão de que através da negociação com o governo poder-se-ia introduzir mudanças substanciais na ordem vigente” (ANDRADE, 2007, p. 91). Assim, a estratégia de transição para o socialismo recai na figura do Estado como mantenedor das cooperações geridas pelos trabalhadores. Pensar nessa hipótese é deslocar a luta dos trabalhadores dentro dos limites impostos pelos aparelhos estatais, dito de outra forma, é como se o Estado protegesse os trabalhadores contra as leis, que por meio daquele, fora criado.

As estratégias adotadas pelo Partido Operário não perduram por muito tempo, visto que em 1878 Otto von Bismarck, na época chanceler imperial da Alemanha, decretou leis antissocialistas para conter o movimento operário no país. Essa lei tornou o partido ilegal e o impediu “de publicar jornais e revistas e de realizar propaganda, alguns de seus líderes foram presos” (MORO 2014, p. 5). A ação do governo, a fim de inibir o movimento socialista não se limitou a mecanismos de coerção, contudo buscou conciliar políticas de cunho paternalista para calar o movimento, tal como apresenta Andrade (2007):

[...] desde o início da década de 1880, Bismarck levou a cabo um programa de legislação social que incluía a criação de um sistema de seguridade social – com leis de seguro à saúde (1883), seguro por acidentes de trabalho (1884) e seguro por invalidez e velhice aos maiores de 60 anos (1889) – e a regulação das condições de trabalho. (ANDRADE, 2007, p. 95).

A ação do partido foi se remodelando de acordo com as medidas coercitivas adotadas pelo Estado. No período de 1878 a 1890, o Partido atuou na clandestinidade e se assumiu como revolucionário. Dessa forma, “várias correntes do partido que ainda sustentavam a política conciliatória de Lassalle passaram a abraçar a ideia da luta de classes”. O partido redirecionou sua tática, revendo os seus princípios e fortalecendo a identidade de classe. A atuação do Partido também se delineou em eleger representantes para disputar as eleições almejando a “organização, agitação e propaganda, capaz de demonstrar o fervor revolucionário das massas”.²⁷ (ANDRADE, 2007, p. 97).

Em 1890, após a revogação das leis antissocialistas, o partido passa a ser chamado de Partido Social-Democrata da Alemanha (SPD). Essa nova fase do partido é marcada pela influência de duas correntes teóricas divergentes. A primeira, como de costume, é a opção revolucionária, “que pressupunha uma completa transformação da sociedade e da economia”, e a segunda de orientação reformista, cujo principal expoente foi Eduard Bernstein (MORO, 2014, p. 6).

Diante disso, para se chegar ao destino pretendido, qual seja o socialismo, o Partido se defronta com três principais escolhas:

²⁷ Nesse período em que ocorria o aumento do proletariado, em virtude do desenvolvimento industrial, “os socialistas possuíam a firme convicção de que ganhariam as eleições, que obteriam para o

[...] (1) buscar o avanço do socialismo no interior das instituições existentes na sociedade capitalista ou fora delas; (2) procurar um agente da transformação socialista exclusivamente na classe trabalhadora ou depender do apoio de diversas classes, ou mesmo de nenhuma; e (3) objetivar reformas, progressos parciais, ou dedicar todos os esforços e energias à completa abolição do capitalismo. (PRZEWORSKI, 1995, p. 16).

Sabemos que, a depender da opção escolhida, rompem-se os laços com as propostas marxistas, tendo sido essa a intenção de Bernstein. Identificado como o revisionista, o autor escolhe a via democrática representativa, a qual por si só não denota o rompimento, contudo, esse reside em suas tentativas de refutar as elaborações de Marx; por começar, Bernstein as enquadra como utópicas e sem base científica. O que impulsionou Bernstein a tirar essas conclusões foi a sua interpretação equivocada da teoria marxista, segundo escreveu Moro (2014):

Bernstein partilhava com os dirigentes do partido, sobretudo Kaustky, de uma interpretação superficial e primitiva da teoria de Marx. Essa interpretação, produto da fusão entre marxismo e darwinismo, baseava-se na ideia de que o fim da sociedade capitalista ocorreria como 'necessidade natural' após contínuas crises econômicas. (MORO, 2014, p. 9).

Com isso, conforme o desenvolvimento do capitalismo, o autor percebe que as crises não solaparam com esse sistema, uma vez que esse se reinventa para se manter, e, desse modo, "encaminha suas análises para uma revisão das teses marxistas, e coloca em questão a teoria defendida por Kautsky, em relação ao determinismo econômico, introduzindo a dúvida sobre a real possibilidade de o colapso capitalista ocorrer" (MORO 2014, p. 12).

Por esses motivos, Bernstein propõe ao partido a revisão das teses marxistas e o estabelecimento de novas táticas para se alcançar o socialismo. No entanto, a luta que se perscruta é no limite da democracia burguesa e os objetivos não são mais de revolução e sim de reformas que, somadas, culminariam em melhoria para a classe trabalhadora. Bernstein alegava que o Partido deveria empenhar-se em ganhar as eleições para obter medidas políticas e sociais que contribuíssem de forma imediata com os trabalhadores no que se refere às suas

condições de sobrevivência. Em relação a essas práticas, Rosa Luxemburgo – que foi uma revolucionária marxista – escreveu:

[...] nós forçamos o governo e os partidos burgueses a nos conceder os poucos sucessos imediatos que podem ser ganhos. Mas, se nós começamos a perseguir o que é ‘possível’ de acordo com os princípios de oportunismo, sem nos preocupar com nossos próprios princípios, e por meios de troca como fazem os estadistas, então nós iremos logo nos encontrar na mesma situação que o caçador que não só falhou em matar o veado, mas também perdeu sua arma no processo. (LUXEMBURGO, 1898 *apud* MORO, 2014, p. 14-15).

Bernstein se opõe ao socialismo científico, pois de acordo com suas análises, toda ciência deveria ser apartidária, portanto, “crê na imparcialidade do trabalho científico, na imunidade do cientista diante das influências sociais e da sua própria subjetividade, vê a produção do conhecimento como totalmente racional” (MORO 2014, p. 21). Pelo fato de o socialismo estar relacionado à classe trabalhadora e servir de embasamento para a ação desta, a crença de Bernstein o conduz a pensar na autonomia da ciência em relação aos determinantes políticos, econômicos e filosóficos, dito de outro modo, a ciência é separada das condições materiais sob as quais é produzida. Por isso, o autor enquadra o socialismo como uma questão moral, usada pela classe trabalhadora para justificar a luta pela justiça e igualdade. Nas palavras de Paim (2001, p. 8):

[...] em mãos de Bernstein o marxismo deixava de ser socialismo científico, voltando a identificar-se com a aspiração moral de melhoria da situação da classe trabalhadora, emergente na sociedade industrial, que era comum a grande parte da intelectualidade do século XIX.

O fato é que Bernstein não descartava o socialismo, mas buscava ajustá-lo à sociedade capitalista através da disseminação de que o socialismo não passa de uma bússola moral, a fim de guiar os trabalhadores sob a base econômica alicerçada sobre o capital. Nessa direção, a arena de luta para angariar direitos políticos e sociais para os trabalhadores se limita à esfera política, mais precisamente à democracia capitalista. A cautela que é possível extrair dessa sentença é a de não cair nas armadilhas das instituições burguesas, uma vez que reproduzem a esfera econômica separada da política, pois naquela o que move os indivíduos são os interesses egoístas e nessa é o bem comum, o qual é aparentado

como se fosse acima da vontade individual, assim como redigiu Przeworski (1995) ao explicar os valores da ideologia burguesa consolidados nas instituições políticas, a partir da Revolução Industrial:

O Parlamento deveria ser o fórum para a deliberação racional na busca do bem comum. Enquanto a economia era considerada o domínio da paixão gerada pelo restrito interesse próprio, a política deveria encerrar o domínio autônomo da razão. Os partidos, assim como outras divisões baseadas em agrupamentos de interesses, eram vistos como nocivos e perigosos. A política deveria manter-se acima das divisões econômicas da sociedade. (PRZEWORSKI, 1995, p. 36).

É certo que as propostas de Bernstein penetravam cada vez mais no Partido Social-Democrata Alemão, até porque essas ideias não eram encaradas como um rompimento com o socialismo. De acordo com os sociais-democratas, “as reformas imediatas constituíam ‘etapas’, no sentido de que gradualmente elas se acumulariam em direção à completa reestruturação da sociedade” (PRZEWORSKI, 1995, p. 46). Visto que, para tal Partido, não é necessário escolher entre reforma e revolução, pois uma é o trajeto necessário para alcançar a outra:

Reforma e revolução não requerem uma escolha, segundo a visão de mundo social-democrata. Para realizar a “revolução social” – expressão que, anteriormente a 1917, denotava transformação das relações sociais, mas não necessariamente uma insurreição – é suficiente seguir o caminho das reformas. (PRZEWORSKI, 1995, p. 46-47).

De fato, as eleições eram encaradas estritamente como propaganda para agitação das massas. No período que precedeu a Primeira Guerra Mundial, porém, esse preceito foi perdendo forças, e ganhando espaço a ideia de que, mediante a ascensão ao poder dos representantes da classe operária, seria possível consolidar a sociedade socialista. Esse movimento, que indicia a crescente participação do Partido Operário nas eleições, impulsionou e reorganizou a arena de luta entre as classes, a qual se transmuta para outros espaços, isto é “a luta política é conduzida não pelas massas, por intermédio da ação direta, mas em conformidade com a estrutura do Estado burguês, no estilo representativo, pela pressão exercida sobre o corpo legislativo” (LUXEMBURGO *apud* PRZEWORSKI, 1995, p. 26).

Para obter sucesso nas eleições, não bastou clamar pelos votos dos

operários²⁸, o Partido teve que fazer concessões, mudando objetivos intermediários para atingir o objetivo final. Assim, o Partido, em busca de eleitores, firma alianças com membros de outra classe. Essa estratégia é descrita por Michels em 1915, o qual aborda os motivos que levaram a social-democracia a utilizar novas ferramentas:

Por motivos predominantemente eleitorais, o partido dos operários busca apoio de elementos pequeno-burgueses da sociedade, e isso acarreta reações mais ou menos abrangentes sobre o próprio partido. O Partido Trabalhista torna-se o partido do “povo”. Seus apelos não mais se dirigem aos operários manuais, mas a “todos os produtores”, a “toda a população que trabalha”, sendo esses termos aplicados a todas as classes e camadas da sociedade, exceto aos ociosos que vivem da renda de investimentos. (MICHELS, 1915 *apud* PRZEWORSKI, 1995, p. 41).

A postura adotada pelo partido entra em conflito com o fortalecimento da identidade de classe, uma vez que os meios utilizados para atingir o fim socialista fizeram com o que o Partido adotasse terminologias produzidas pela burguesia para velar as diferenças entre os membros das classes em oposição, a exemplo, o simples fato de o Partido adotar uma propaganda como representante do povo e não mais dos operários “reinstala uma visão da política desvinculada do conceito de classe. Quando os partidos sociais-democratas tornam-se partidos ‘de toda a nação’, reforçam a visão da política como um processo de definição do bem-estar coletivo”. Reafirmando a proposta de que a sociedade é composta pelo “indivíduo-nação, e não em termos de classe”. (PRZEWORSKI, 1995, p. 43).

Corroborando essas afirmações, ao especificar as características do Estado burguês, Saes (1998, p. 31) cita o estímulo à descaracterização da identidade de classe, já que coloca no mesmo patamar todos os agentes da produção e os identifica como “habitantes de um espaço geográfico delimitado, o território. Tal coletividade é o Povo-Nação. Esta é a forma de coletividade que o Estado burguês impõe aos agentes da produção antagonicamente relacionados no processo de extorsão da mais valia”.

Apesar dos caminhos tortuosos trilhados pela social-democracia

²⁸ “A maioria que os socialistas esperavam obter nas eleições deveria ser formada por operários”, contudo a fé depositada no movimento crescente de proletarização não se concretizou, e o proletariado “jamais se tornou uma maioria numérica dos membros votantes de nenhuma sociedade. O prognóstico que os membros deslocados das velhas classes médias tornar-se-iam proletários ou

rumo ao socialismo, os sociais-democratas não consideraram que houve afastamento dos objetivos finais, apenas adaptaram a luta de acordo com as armadilhas criadas pela própria burguesia para a conservação das condições que possibilitam sua reprodução. Dessa forma, a estratégia do Partido, como bem colocou Przeworski, foi que mediante a via eleitoral “as classes dominantes podiam ser ‘vencidas em seu próprio jogo’. Os socialistas possuíam a firme convicção de que ganhariam de uma esmagadora maioria” (PRZEWORSKI, 1995, p. 30).

Nesse sentido, o Partido visava à abolição da propriedade privada, por considerar que essa, nas mãos dos capitalistas, não possibilitaria uma distribuição igualitária dos bens de consumo. Por isso, o objetivo dos sociais-democratas ao alcançar o poder era a transferência de algumas empresas para as mãos do Estado, substituindo a socialização pela nacionalização.

Entretanto, a população não via com bom grado o projeto dos sociais-democratas, o que malograva os seus planos de obter a quantidade suficiente de votos para ocupar a maioria parlamentar, de tal modo, que:

Embora os social-democratas formassem governo ou deles participassem em vários países, o resultado global dessas primeiras tentativas de socialização foi nulo: com exceção da indústria francesa de armamentos, em 1936, nenhuma empresa foi nacionalizada na Europa Ocidental por um governo social-democrata durante o período entre-guerras. (PRZEWORSKI, 1995, p. 49).

O fato é que, somente após 1930, mediante a Grande Depressão, os sociais-democratas conseguiram apoio suficiente para ampliar as políticas sociais em prol da classe trabalhadora. Contudo, o remédio era amargo, pois a base foi se remodelando cada vez mais e se aproximando das políticas de mercado. Nesse período, os sociais-democratas se apoiaram nas ideias de Keynes para que as políticas empreendidas para a classe trabalhadora lograssem apoio universalista. Diante disso, Przeworski comenta que:

A revolução Keynesiana – e foi verdadeiramente uma revolução – forneceu aos social-democratas um objetivo e, com isso, a justificativa para seu papel no governo, simultaneamente transformando o significado ideológico de políticas distributivas que

favoreciam a classe trabalhadora. (PRZEWORSKI, 1995, p. 53).

Novamente, a social-democracia empenha suas forças para consolidar uma distribuição equitativa dos bens de consumo, só que, dessa vez, a estratégia que se perpetua é por meio da gestão da economia capitalista. Em relação a essa tendência, Ohlin faz o seguinte destaque: “é na direção de uma ‘nacionalização do consumo’, em contraste com a nacionalização dos ‘meios de produção’ do socialismo marxista” que os sociais-democratas se empenharam em consolidar. (OHLIN, 1938, p.5 *apud* PRZEWORSKI, 1995, p. 54).

Pouco a pouco, as orientações marxistas vão se dissolvendo, já que a social-democracia vai se consolidando como um partido que luta apenas por melhores condições para a classe trabalhadora, ao invés de lutar contra o sistema que causa as condições deletérias para essa classe; assim, a social-democracia vai perdendo os objetivos finais almejados em sua fundação. Os sociais-democratas tiram de sua pauta o projeto de nacionalização e se apegam às políticas de controle do mercado, a fim de amenizar os seus impactos para os trabalhadores. A luta pela apropriação dos meios de produção transforma-se no empenho para regular os negócios da burguesia, pois para tal as novas ações “implicava um compromisso fundamental com aqueles que ainda eram denunciados como exploradores, mas era economicamente viável, socialmente benéfico e, talvez mais importante, politicamente praticável sob as condições democráticas” (PRZEWORSKI, 1995, p. 55).

O lema adotado pelos sociais-democratas residia no aumento da produção para saciar a fome dos capitalistas, a fim de que as sobras fossem repartidas com os trabalhadores. Nesse sentido, para não atrapalhar o rendimento do setor privado, as únicas empresas abraçadas pelo Estado eram as que estavam à beira da falência ou as que deixaram de ser economicamente rentáveis para os seus donos. Agindo assim, o Estado:

[...] dedica-se às atividades econômicas que são necessárias para a economia como um todo, e vende seus produtos e serviços principalmente a empresas privadas. Estas, por sua vez, vendem aos consumidores. Assim, o Estado não concorre com o capital privado, e fornece os insumos necessários para o funcionamento rentável da economia como um todo. (PRZEWORSKI, 1995, p. 56).

Posteriormente, com a crise do petróleo, essas práticas serviram

para corporificar as ideias dos neoliberais, os quais acusavam o fracasso do Estado em gerenciar empresas, que outrora pertenceram ao setor privado. Przeworski comentou o sucesso ideológico acarretado pela política dos sociais-democratas:

[...] criou-se uma situação em que o setor público é tristemente célebre pela ineficiência segundo critérios capitalistas, daí resultando um sério golpe contra a expansão do Estado. Ou seja, as empresas que passaram para o controle público foram, em sua maioria, aquelas que, por critérios capitalistas, mostravam-se ineficientes; agora, porém, elas parecem ser ineficientes precisamente por serem públicas. (PRZEWORSKI, 1995, p. 58).

Tão logo, os sociais-democratas já não estavam comprometidos com a realização de reformas graduais e cumulativas para embarcar no navio rumo ao socialismo, e sim com a realização de ajustes para conter a fúria dos mercados. As políticas não almejavam a destruição do capitalismo, mas sim, salvar os trabalhadores dos seus efeitos mais perversos. Em corroboração, as análises de Przeworski (1995, p. 59) salientam que:

Atenuar não implica transformar – de fato, não havendo transformações, a necessidade de atenuação torna-se eterna. Os social-democratas encontram-se na mesma situação atribuída por Marx a Louis Bonaparte: suas políticas parecem contraditórias, pois são forçados ao mesmo tempo a fortalecer a capacidade produtiva do capital e a combater seus efeitos.

Em 1959, no Congresso de *Bad Godsberg*, o Partido aprovou um Programa que rompe os laços com a base marxista. O Programa conhecido como *Godsberg* denotou o triunfalismo de algumas propostas de Bernstein, como a defesa pela aliança com partidos representantes da burguesia; para isso, atribuiu novos significados ao liberalismo, “no que respeita ao liberalismo como movimento histórico universal, o socialismo é seu herdeiro legítimo, não apenas do ponto de vista cronológico como também do ponto de vista de conteúdo social” (BERNSTEIN *apud* PAIM, 2001, p. 28).

Esse Programa redirecionou as ações dos sociais-democratas, os quais não apenas acordavam com as políticas de mercado, contudo contribuía para a sua manutenção. O afastamento e mesmo até a refutação do ideário marxista, estavam formalmente consolidados. Os objetivos foram redefinidos, não era mais intenção dos sociais-democratas eclodir com o capitalismo e sim aprimorá-

lo, revestidos por valores socialistas dos quais os sociais-democratas se validavam para não renunciar às políticas em favor dos trabalhadores.

Os sociais-democratas reconheciam a propriedade privada e prometiam respeitá-la, abandonando determinadas expressões relacionadas à socialização dos meios de produção e nacionalização das empresas privadas. O Programa propunha o estímulo à concorrência e o livre empreendimento. Em algumas formulações, verificam-se certas ambiguidades por meio das quais alguns progressistas que se afirmavam dentro do partido se apoiavam para mudar o sistema vigente (MORO, 2014). Contudo, a novidade era que no Programa constava o desenvolvimento da cogestão, uma maneira de compactuar com a liberdade de mercado e adocicar o paladar dos trabalhadores. Uma coisa é certa, o Programa rompeu com viés socialista de transformação da sociedade:

Godsberg impressionou sobretudo pela audácia das suas rupturas, pela rejeição do marxismo ideológico e, nomeadamente, da luta de classes, pelo abandono de toda a definição do socialismo e pela amplitude das concessões feitas ao liberalismo econômico. (PAIM, 2001, p. 39).

A história nos mostra que o caminho trilhado pelos sociais-democratas na Alemanha influenciou as práticas dos sociais-democratas pelo mundo, mostrou-se tortuoso e repleto de espinhos, e ainda denotou mais adaptações do que transformações. O cenário foi turbulento, as lutas dos trabalhadores foram sendo modificadas em consonância com as fases do capitalismo e as formas adotadas pelo Estado. A ideologia capitalista foi se apropriando e deturpando os princípios de emancipação social e econômica que agitavam os trabalhadores. O Programa de *Godsberg* facilitou a adoção da terminologia social-democracia por correntes que têm como primazia a defesa pelo mercado.

Sob o título de renovação da social-democracia²⁹, dissemina-se a Terceira Via, cujo teórico é Anthony Giddens. O autor se distancia da social-democracia clássica e faz alusão às transformações ocorridas por essa depois da

²⁹ Fator que não pode mais atribuir a social-democracia como um partido socialista, uma vez que entre as premissas básicas que caracterizam o socialismo são a luta pela abolição da propriedade privada e socialização dos meios de produção bem como a superação da sociedade dividida em classes. Logo a conciliação do partido com a base econômica capitalista de forma que não visa mais a superação desse e sim a amenização dos danos do mercado a classe trabalhadora não pode

década de 1960:

O principal progresso em relação à social-democracia estruturada desde a década de sessenta, e sobretudo a partir dos êxitos pós-queda do muro, segundo Giddens, consistem na compreensão da natureza do mercado e do caráter falacioso da posição maniqueísta que lhe atribui todos os males e, ao Estado, todo o Bem. É, a partir dessa compreensão, que se torna capaz de propor uma verdadeira renovação, sem renegar o apelo moral do socialismo. (PAIM, 2001, p. 79).

Após a queda brusca de eleitores mediante a crise de acumulação dos anos 70, a social-democracia renasce das cinzas com uma nova roupagem, intitulada de social-democracia renovada sob o manto de Terceira Via. Ressurge com uma resposta aos desastres sociais gerados pelo neoliberalismo e para anunciar o abandono dos ideais da velha esquerda. A social-democracia renovada é elencada por Giddens (1999) como um caminho que une a primazia da economia de mercado com os valores de justiça social do socialismo.

O entendimento do mercado como proporcionador de riqueza e eficiência, que não precisa ser superado e sim guiado, passa a ser a compreensão da social-democracia renovada. A igualdade apregoada não é mais com referência ao marxismo e sim à igualdade de oportunidades. Para tal, a estratégia para combater a pobreza é o próprio pobre, o qual não é portador apenas de direitos, mas de responsabilidades. Assim, cabe ao Estado fomentar a competitividade e impulsionar os laços de solidariedade entre os indivíduos, de forma que cada um assuma suas responsabilidades individuais.

Essa teoria foi balizada no final da década de 1980 pelos líderes políticos europeus e estadunidenses,³⁰ destacando-se com uma proposta eleitoral de centro-esquerda que visava superar tanto as falácias da direita, de que o mercado sem regulação seria capaz de trazer prosperidade a todos, quanto das proposições socialistas, as quais buscavam a justiça social na abolição da propriedade dos meios de produção. Dado o exposto, a próxima seção busca expor o escopo teórico da Terceira Via sob os escritos de seu guru, Anthony Giddens, o

caracterizar tal partido como socialista.

³⁰ A Terceira Via tal como referenciada nesse texto foi aderida por "Bill Clinton e pelo Conselho de Liderança Democrática dos Estados Unidos no final da década de 80, e em seguida adotada por

qual identifica a social-democracia renovada como sinônimo da terminologia Terceira Via (GIDDENS, 2001).

4.2 A TERCEIRA VIA A PARTIR DOS POSTULADOS DE ANTHONY GIDDENS

Ao longo do processo histórico das ideologias políticas, dois espectros balizaram as atuações dos agentes políticos, os quais se confrontam e se posicionam de modo contrário. Situados em lados opostos do corpo, a esquerda e a direita vêm representando as concepções teóricas e práticas de classes que se situam em lados contrários na organização produtiva da sociedade. A terminologia que molda o perfil político e ideológico de esquerda está ligada a palavras como justiça, igualdade, emancipação e transformação social; já em relação à direita, destacam-se os termos liberdade econômica, meritocracia e conservação das relações sociais. Ambas as terminologias são definidas por Sader (1995) como:

[...] a esquerda representa o conjunto de forças que luta, essencialmente, por transformações que resultem na instauração de uma ordem diferente da capitalista, ou transformações que resultem em uma reformulação substancial da mesma. Mesmo que o teor e o grau das mudanças possam variar de acordo com uma esquerda mais ou menos “radical”, o que está presente em qualquer esquerda é o caráter contestatório assumido. A direita, por outro lado, se refere às forças favoráveis à manutenção da ordem social e política. A direita se preocupa, basicamente, em conservar e não alterar o sistema que está dado. (SADER, 1995 *apud* SCHEEFER, 2014, p. 4).

Em contraposição a essa afirmação, após a reunificação da Alemanha, cristalizam-se as ideias do fim do socialismo, do comunismo e da polarização de posições políticas e ideológicas sobre o rumo da sociedade. Essas concepções ganharam forças através da tese de Fukuyama (1992), identificada como “O Fim da História e o Último Homem”. Nessa obra, o autor defendeu que a sociedade capitalista chegou ao seu ápice, pois, as mudanças desencadeadas pela globalização conduzem apenas a um caminho, o liberalismo de mercado. O

capitalismo e a democracia burguesa são o triunfo da humanidade e contra esses não há alternativas. O que nos resta é desfrutarmos dos benefícios gerados pela democracia liberal, conforme expõe o autor:

De acordo com Fukuyama (1992, p. 197): “A vida na democracia liberal é, potencialmente o caminho para a grande abundância material [...]. O Estado liberal democrático nos valoriza em nosso senso de dignidade”. Ele nos mostra que há oportunidades iguais para todos e o que o sucesso material depende apenas de nossa força de trabalho e determinação para atingir os objetivos. Cria-se no imaginário a idéia de que somos livres, e esconde-se a situação real de dominação das elites na força de trabalho dos demais cidadãos. (FUKUYAMA, 1992, p. 197 *apud* KANAAN, 2005, p. 6).

Diante de tais alegações, o capitalismo passa a ser o único caminho para a humanidade, contemplado como sinônimo de liberdade, prosperidade, eficiência e democracia. Qualquer alternativa política que busque se desvencilhar do capitalismo deve rever os seus princípios e buscar alternativas compatíveis com reformas, abandonando o slogan de transformação. Com isso, poderíamos falar que a esquerda já não tem mais sentido? Uma vez que, se a esquerda representava o socialismo e a direita o capitalismo, com a derrocada do primeiro e a ascensão do segundo, a bipolaridade entre esses dois espectros políticos desapareceram? O que resta para a esquerda é vestir uma nova roupa, buscar valores que se adaptam a esse modo de produção, unindo justiça social com economia de mercado? Esses questionamentos foram transformados em afirmações para balizar a via proposta pelo sociólogo britânico, Anthony Giddens.

O autor propõe a revitalização da esquerda mediante o abandono da via socialista como administração econômica, visto que os fundamentos que endossavam as propostas socialistas já não são pertinentes, pois o capitalismo demonstrou ser um modo versátil, duradouro e superior às demais formas de organização produtiva. Para Giddens, o socialismo errou em ter subestimado “a capacidade do capitalismo de inovar, adaptar e gerar uma produtividade crescente” bem como foi incapaz de compreender o “significado dos mercados como fontes de informações, que fornecem dados essenciais a compradores e vendedores” (GIDDENS, 1999, p. 14). Portanto, o socialismo jamais pode existir como modo de administrar a economia. Contudo, não é possível negar algumas de suas propostas que visam à igualdade e justiça social e sim aproveitá-las de forma que se adaptem

à organização societária vigente.

Posto isso, o autor consagra o fracasso, tanto da direita como da esquerda, na condução de programas políticos e na gestão econômica, os quais guiados por crenças infundáveis em valores isolados dos demais, conduziram a crises econômicas e a descrença dos cidadãos, tanto no mercado como nas instituições estatais:

Existe um reconhecimento geral quase por toda parte de que as duas “vias” que têm dominado o pensamento político desde a Segunda Guerra Mundial fracassaram ou perderam a pujança. As idéias [sic] socialistas tradicionais, por serem radicais e reformistas, baseavam-se nas idéias [sic] de gestão e planejamento econômico – uma economia de mercado é essencialmente irracional e refratária à justiça social. Até mesmo a maioria dos que advogavam uma “economia mista” só aceitavam os mercados a contragosto. No entanto, como teoria da economia gerida, o socialismo quase já não existe. O “compromisso keynesiano com o bem-estar social” dissolveu-se em grande medida no Ocidente, ao passo que países que retêm uma adesão nominal ao comunismo, e mais notavelmente a China, abandonaram as doutrinas econômicas que outrora representavam. A “segunda via” – o neoliberalismo, ou fundamentalismo de mercado – foi descartada até mesmo pela maioria de seus adeptos direitistas. A crise do leste asiático de 1997-8 revelou quão instáveis e desestabilizadores podem ser mercados mundiais desregulamentados, e especialmente os financeiros (GIDDENS, 2007, p. 18-19).

No entanto, o autor não descarta os vieses teóricos que corporificaram os esqueletos de ambos os espectros políticos, mas propõe uma diluição dos fundamentos principais do socialismo e do liberalismo, resultando na criação de um terceiro caminho, que tem como fim a primazia do mercado combinado com o fortalecimento da solidariedade social. Conforme redigido por Giddens (2007), a Terceira Via é uma tendência que busca unir os objetivos do socialismo referentes à justiça social sob uma economia de mercado, a fim de promover prosperidade, eficiência econômica e segurança social. Portanto, é uma proposta que não visa superar o modo de produção capitalista, mas sim de atribuir-lhe uma face humanizada.

Segundo Giddens (1999, p. 32), a expressão “Terceira Via” foi “popular entre os grupos de direita na década de 1920”. Entretanto, foi incorporada por sociais-democratas modernizadores propondo:

[...] uma estrutura de pensamento e de prática política que visa a adaptar a socialdemocracia a um mundo que se transformou fundamentalmente ao longo das duas ou três últimas décadas. É uma terceira via no sentido de que é uma tentativa de transcender tanto a socialdemocracia do velho estilo quanto o neoliberalismo. (GIDDENS, 1999, p. 36).

Denominada como social-democracia renovada, a Terceira Via é um conjunto de ideias políticas e práticas que busca se desvencilhar dos valores que o autor identifica como associados à velha social-democracia, a qual mesmo permeada pelas disputadas entre perspectivas reformistas e revolucionárias, tinha como alvo a destruição do capitalismo. De forma contrária, a social-democracia modernizadora propõe as formulações de políticas, valores, ideias e condutas que se adaptem ao capitalismo contemporâneo, a fim de conciliar processos de acumulação e reprodução do capital com solidariedade social.

Contudo, Giddens (2007) infere que suas críticas ao socialismo e aos espectros políticos que o representam não o colocam como defensor da ideologia, que ascende como sua opositora nos anos 70, o neoliberalismo. A Terceira Via, segundo Giddens (2007), busca a superação da bipolaridade existente no mundo entre o espectro do socialismo, representado pela esquerda, e o neoliberalismo, defendido pela direita. O autor enfatiza que não há mais espaço nesse mundo para a materialização de ambos os ideais, sendo que podem ser tirados tanto proveito quanto exemplos negativos desses caminhos, que, para ele, ficaram no passado.

O fracasso da social-democracia, além do que já foi citado, estende-se por sua má administração do Estado, segundo pondera Giddens (1999). A crítica do sociólogo recai sobre o *welfare state*, por ser obsoleto e ineficiente, uma vez que as políticas empreendidas por esse foram erguidas sob uma sociedade que já não existe mais, na medida em que as necessidades se deslocaram, o perfil do beneficiário não é o mesmo; fatores que criam riscos novos, podendo abalar os alicerces morais da sociedade. De acordo com Giddens (1999), esse modelo de gestão gera pessoas dependentes, as quais apenas querem as vantagens sem cumprir com suas obrigações. Por isso, no entendimento do autor, o *welfare state* “é essencialmente não-democrático, dependendo de uma distribuição de benefícios de cima para baixo. Sua força propulsora é a proletarização e a assistência, mas ele não dá espaço suficiente à liberdade pessoal.” (GIDDENS, 1999, p. 122).

Convalidando as críticas neoliberais, Giddens (1999) propõe a reconstrução do Estado por se tornar grande demais e ineficiente para atender as necessidades dos novos perfis de clientes. Contudo, segundo o sociólogo, os neoliberais fracassaram por sua compreensão de conceber a sociedade civil como autogeradora de solidariedade social sem a necessidade de intervenção do Estado. Para os neoliberais:

[...] as virtudes da sociedade civil, se esta for deixada por sua própria conta, incluíram: 'Bom caráter, honestidade, dever, dedicação, honra, serviço, autodisciplina, tolerância, respeito, justiça, auto-aperfeiçoamento, confiança, civilidade, firmeza, coragem, integridade, diligência, patriotismo, consideração pelos outros, frugalidade e reverência'. (GREEN, 1993 *apud* GIDDENS, 1999, p. 21-22).

O fracasso neoliberal estava tornando-se evidente, as incoerências consolidadas por suas políticas estavam mais nítidas, e suas promessas se esvaneciam a cada dia. Nas palavras de Martins (2009, p. 59):

[...] o projeto neoliberal ortodoxo não conseguiu recuperar as taxas de crescimento do conjunto da economia e não foi capaz de gerar os determinantes objetivos e subjetivos necessários à consolidação de uma base de apoio político dentro e fora da classe dominante.

Não há dúvida de que as asserções citadas anteriormente por Giddens, referentes ao modelo ortodoxo neoliberal, estavam corretas, pois essa ideologia que serviu para a reprodução do capital poderia também corroer suas bases, em virtude da perda de credibilidade lograda pelo aumento da desigualdade e enfraquecimento das estruturas necessárias para manter o funcionamento adequado do mercado que são as instituições comunitárias (HOBSBAWM, 1995). Por isso, era preciso que o capital engendrasse um novo padrão de sociabilidade que reconfigurasse o papel do Estado burguês, a fim de gerar acumulação e manter a estabilidade social. Portanto, a proposta deveria ocultar a nudez do mercado posta pelos neoliberais, dando-lhe uma veste com aspectos sociais.

O cenário que antecede a revisão dos preceitos neoliberais corrobora a ascensão da ideologia da Terceira Via. A partir da década de 1980, as desigualdades sociais passam a serem vistas pelo mundo todo, pois, se antes a visão era limitada dentro dos países, mediante a globalização econômica e avanço

tecnológico, as relações de exploração de um país para com outro se tornam mais evidentes. De um lado, países com altos índices de desperdícios alimentícios, no outro, populações inteiras que não têm o que comer. Esse quadro começa a suscitar, em determinados países, novos modos de pensar sobre a razão das desigualdades, conforme expõe Hobsbawm (1995, p. 261):

[...] nas sociedades mais tradicionais, as tensões iriam se mostrar basicamente na medida em que o triunfo a economia comercial solapava a legitimidade da ordem social até então aceita, baseada na desigualdade, tanto porque as aspirações se tornaram mais igualitárias quanto porque a justificativas funcionais da desigualdade estavam erodidas.

Esse movimento começa a ser despertado desde o final da década de 60, em decorrência das mudanças de consumo, trabalho, família e educação. O abismo entre as gerações estava cada vez mais alargado, a juventude torna-se mais desprendida de laços tradicionais. A frase que expressava a essência dos jovens, era estampada nos “famosos cartazes dos dias de maio de 1968 em Paris: ‘É proibido proibir’” (HOBBSAWM, 1995, p. 259).

O que a história nos mostra é que a legitimação da ordem social pelos velhos simbolismos e tradições estava sendo enfraquecida. A dinâmica do capital, ao passo que exige o fortalecimento de velhos laços que possibilitam a sua estadia no poder, também produz valores que tornam os sujeitos voltados para satisfação de seus desejos e aspirações, sem se preocuparem com valores de uma sociedade harmônica. Esse movimento de individualização³¹ que desestabilizou os laços de solidariedade social, encontrou forma política no crescente triunfo do neoliberalismo, com a expressão da própria Margaret Thatcher, primeira-ministra britânica na época, “não há sociedade, só indivíduos” (HOBBSAWM, 1995, p. 262).

Conforme relata Hobsbawm, a ameaça à ordem capitalista não residia tanto nas diferenças materiais e nas privações de serviços sociais, mas sim nas justificativas que possibilitaram que essas fossem aceitas pela sociedade:

[...] o drama das tradições e valores desmoronando não estava tanto nas desvantagens materiais de não ter os serviços sociais e pessoas

³¹ Concordamos com Netto e Braz a respeito da conceituação de indivíduo quando mencionam que “o indivíduo social, homem ou mulher, só pode constituir-se no quadro das mais densas e intensas relações sociais”. Portanto a individualidade é formada de acordo com a relação desse sujeito em sociedade. (NETTO; BRAZ, 2012, p. 59).

outrora oferecidos pela família e pela comunidade. Estes podiam ser substituídos nos Estados de Bem-estar prósperos, embora não nas partes pobres do mundo, onde a grande maioria da humanidade ainda tinha pouco de que depender fora o parentesco, o apadrinhamento e a ajuda mútua. [...] Estava na desintegração dos velhos sistemas de valores e costumes, e das convenções que controlavam o comportamento humano. (HOBSBAWAM, 1995, p. 266).

A reprodução das relações de produção não implica apenas na separação dos meios de produção do produtor e da privatização desse pelo explorador, exige a construção de valores, normas de condutas e modos de pensar que convalidam as relações de exploração como justas e funcionais a sociedade, além de necessitar que sejam oferecidos meios de subsistência para alimentar a força de trabalho. Por isso, um neoliberalismo que exalta a individualização pautada em um ser egoísta, desprendido de obrigações sociais, movidos apenas pela maximização do lucro e, no outro extremo, sujeitos desvalidados de recursos mínimos que permitem a sua reprodução, pode desestabilizar “as velhas texturas e sistemas de valores sociais” (HOBSBAWAM, 1995, p. 266). Fenômeno que viabiliza a ascensão de movimentos sociais contra a ordem existente, visto que:

[...] o sistema capitalista, mesmo quando construído em cima das operações do mercado, dependera de várias tendências que não tinham ligação intrínseca com aquela busca da vantagem do indivíduo que, segundo Adam Smith, alimentava o seu motor. Dependia do “hábito do trabalho”, que Adam Smith supunha ser um dos motivos fundamentais do comportamento humano, da disposição dos seres humanos de adiar a satisfação imediata por um longo período, isto é, poupar para recompensas futuras, do orgulho da conquista, dos costumes de confiança mútua e de outras atitudes que não estavam implícitas na maximização racional das vantagens de alguém. A família tornou-se parte integral do início do capitalismo porque lhe oferecia várias dessas motivações. O mesmo fazia o “hábito do trabalho”, os hábitos de obediência e lealdade, incluindo lealdade aos diretores da empresa, e outras formas de comportamento que não podiam encaixar-se prontamente numa teoria de escolha racional baseada na maximização. (HOBSBAWAM, 1995, p. 266).

Para acrescentar, esse cenário era composto pela crescente ascensão da sociedade civil como um espaço em que os cidadãos se unem, voluntariamente, para lutar por interesses em favor da coletividade e/ou grupos abandonados pelo poder público. Essa concepção ganhou forte impulso nos anos de 1970 e 1980, mediante o engajamento de movimentos sociais que se destacaram

em prol do estabelecimento de regimes democráticos, especificamente em países do sul do continente americano e do Leste europeu, conforme expressa Nogueira (2003):

Ao lado de determinações de ordem mais imediatamente econômica e política, foi com base nessa expansão que se completaram, ao longo dos anos de 1980, o esgotamento e a sucessiva crise terminal dos regimes ditatoriais na América do Sul, bem como a derrocada completa do sistema socialista do Leste europeu. Em ambos os casos – que são bem específicos e não podem ser reduzidos a meras variantes de processos de descompressão política –, o movimento pela democratização fez-se junto com uma crise do Estado e dos padrões sociais então vigentes. Inúmeros movimentos, ações e organismos passaram a se enraizar num terreno que já não podia mais ser plenamente regulamentado de modo estatal, e acabaram com isso, por impulsionar a idéia de que teria finalmente surgido uma “terceira esfera, ao largo do mercado e do Estado moderno”. (AVRITZER, 1994, p. 12 *apud* NOGUEIRA, 2003, p. 188).

A sociedade civil, como espaço de articulação de movimentos sociais a favor da ampliação de direitos ou engajamento da classe trabalhadora contra o sistema capitalista, foi abordada por Gramsci, o qual ressuscitou “o conceito de sociedade civil como princípio organizador central da teoria socialista”. O autor se apropriou “do conceito de sociedade civil para marcar o terreno de uma nova espécie de luta que levaria a batalha contra o capitalismo não somente a suas fundações econômicas, mas também às suas raízes culturais e ideológicas na vida diária” (*apud* WOOD, 2018, p. 207). Contudo, o marxista não concebia a sociedade civil como uma terceira esfera, mas sim:

[...] uma arena privilegiada da luta de classe, uma esfera do ser social, onde se dá uma intensa luta pela hegemonia; e precisamente por isso, ela não é o “outro” do Estado, mas juntamente com a “sociedade política” ou o “Estado – coerção” – um dos seus inelimináveis momentos constitutivos. (SEMERARO, 1999, p. 10).

Com base nessas asserções, podemos conceber a sociedade civil como arena de luta que possibilita a superação ou consolidação do capitalismo, em que as organizações se firmam e os projetos ideológicos se enfrentam em busca da direção social. A sociedade civil não é oposta ao Estado nem semelhante, mas se complementam e se relacionam dialeticamente. Enquanto o Estado é um campo em que se concentra o “monopólio legal da violência”, a sociedade civil se destaca por

validar os interesses de determinada classe como universais pelo consenso, contudo, ambos estão sob a materialidade capitalista, em que a classe que utiliza o Estado para legalizar os meios de sua dominação também está presente na sociedade civil para conduzir valores, normas e hábitos de consumo, a fim de formar subjetividades no sujeito que viabiliza a reprodução ampliada do capital. (SEMERARO, 1999, p. 74).

O conceito logrado à sociedade civil sofre mutações a partir da eclosão de diferentes movimentos sociais³², os quais, apesar de importantes, não têm como fim a abolição do sistema de divisão de classes. Disso ocorre que o conceito disseminado de sociedade civil começa a se distanciar das contribuições gramscianas³³, visto que de espaço

[...] dedicado à articulação política dos interesses de classe – e de terreno para a afirmação de projetos de hegemonia –, a sociedade civil se reduziu a um acampamento de movimentos. Ganhou-se em termos de organização dos interesses e mesmo de ativação democrática, mas perdeu-se em termos de unidade política. (NOGUEIRA, 2003, p. 188).

A sociedade civil passou a ser considerada como esfera “desvinculada de partidos, regras institucionais, e compromissos formais, terra da liberdade, do ativismo e da generosidade social, a partir da qual se construiria a democracia por que se lutava” (NOGUEIRA, 2003, p. 288). O conceito de sociedade civil começa a abarcar um emaranhado de correntes teóricas e práticas, no intuito de utilizar essa esfera para desenvolver e consolidar projetos progressistas e conservadores. De forma geral, sociedade civil passa a ser associada com liberdade, associação voluntária, autonomia e pluralidade em contraste com o Estado, o qual é visto como máquina de opressão e coerção que limita o poder social. Wood (2018) aponta que tais concepções vêm reforçando o uso de conceitos que definem a sociedade civil como distinta do Estado. As principais expressões

³² Wood vai denominar esses movimentos sociais não com base em classe, mas atrelados a “uma sensibilidade às dimensões da experiência humana, os quais são associados “a uma ampla gama de ativismos, abrangendo tudo desde o feminismo, a ecologia e a paz, até a reforma constitucional. Todos esses projetos se basearam no conceito de sociedade civil”. (WOOD, 2018, p. 210).

³³ “Para Gramsci, o conceito de ‘sociedade civil’ deveria ser, sem ambiguidades, uma arma contra o capitalismo, nunca uma acomodação a ele. Apesar do peso de sua autoridade, invocada pelas teorias sociais contemporâneas da esquerda, o conceito, no seu uso corrente, já não exibe a mesma intenção inequivocamente anticapitalista. Ela adquiriu todo um conjunto de significados e consequências, alguns muito positivos para os fins emancipatórios da esquerda, outros muito menos”. (WOOD, 2018, p. 208).

usadas para tal oposição são as delineadas pela autora a seguir:

“Sociedade civil” é definida pelos defensores dessa distinção em termos de algumas oposições simples: por exemplo, “o Estado (e seus órgãos militares, policiais, legais, administrativos, produtivos e culturais) e o espaço não-estatal (regulado pelo mercado, controlado pelo poder privado ou organizado voluntariamente) da sociedade civil”; ou poder “político” versus “social”, direito “público” versus “privado”, “propaganda e (des)informação sancionadas pelo Estado” versus “livre circulação da opinião pública. Nesta definição, “sociedade civil” abrange uma ampla série de instituições e relações, de lares, sindicatos, associações voluntárias, hospitais e igrejas, até o mercado, empresas capitalistas, enfim, toda a economia capitalista. As antíteses significativas são o Estado e o não-Estado, ou talvez o político e o social. (WOOD, 2018, p. 209).

Para somar a esse movimento de exaltação da sociedade civil, tem-se o triunfo do neoliberalismo e a divulgação de um discurso pautado na demonização do Estado, afirmando que tudo que provém desse é ineficiente e propenso à corrupção; por isso, a solução está em um Estado mínimo, que transfere suas atividades lucrativas para o setor privado. Contudo, o neoliberalismo não logrou êxito em decorrência da impopularidade de suas propostas e pela não consolidação do seu objetivo final, que era “a reanimação do capitalismo avançado mundial, restaurando taxas altas de crescimento estáveis, como existiam antes da crise dos anos 70” (ANDERSON, 1995, p. 3). No entanto, suas ideias contra o Estado se ramificaram e lograram convencimento a muitos cidadãos

Esses fatores, em combinação com o progressivo protagonismo da população nas instâncias da sociedade civil, impulsionaram a necessidade de revisão dos preceitos neoliberais dando proeminência a uma nova forma societal com base na ideologia da Terceira Via, conforme descreve Martins (2009, p. 60):

Além da evidente insuficiência e inadequação da política neoliberal ortodoxa, dois outros aspectos podem ter sido decisivos: O primeiro diz respeito ao fenômeno da ocidentalização das sociedades modernas e de seu traço mais forte: a ampla organização da sociedade civil e o equilíbrio entre essa instância e o aparelho estatal. As forças neoliberais passaram a reconhecer que a participação popular poderia ser considerada como articuladora da nova sociabilidade e não como um fenômeno nocivo a ser contido, ou mesmo reprimido como recomendado pelo pensamento hayekiano.

Nesse sentido, o capital empreende uma revisão nas propostas

neoliberais, de modo que materializassem políticas econômicas de maximização de lucro e políticas sociais que contemplassem algumas aspirações da classe trabalhadora, contudo, sem corroer a base capitalista, e sim garantir a reprodução do capital com a estabilização da ordem social. No entanto, como adverte Martins (2009, p. 60) essa proposta revisionista não pode ser confundida “com o resgate das teses keynesianas. Pelo contrário, a proposição eleita foi uma releitura da ortodoxia neoliberal, tornando-a mais próxima da realidade do mundo contemporâneo pós-Guerra Fria”.

Como expressão desse movimento revisionista, as propostas elaboradas por Anthony Giddens, sob o mantra da Terceira Via, propõem um programa político em resposta às mudanças eclodidas em tempos de capitalismo contemporâneo. Dentre os acontecimentos apontados pelo autor, destaca-se o fenômeno da globalização, que é o epicentro de suas justificativas para a consolidação da Terceira Via. A globalização não é vista “como um fenômeno primordialmente econômico”, sobretudo trata “efetivamente da transformação do espaço e do tempo” (GIDDENS, 1996, p. 12-13). Dito de outro modo, uma ação não é limitada à localidade geográfica em que ocorre, pois os hábitos de consumo, os modos de se relacionar e pensar são influenciados e influenciam outras ações que estão situadas nas demais localidades do mundo. O que conectam esses indivíduos são os meios de informação e comunicação.

Para o autor, essas mudanças em conjunto alteraram os relacionamentos dos seres humanos entre si e com a natureza. A composição familiar já não é a mesma, as formas de trabalho foram modificadas, o conhecimento científico não é mais posse de uma determinada organização ou grupos de pessoas, as tecnologias de comunicação nos conectam de uma extremidade a outra. Os hábitos de consumos, estilos de vida são remodelados de acordo com o padrão estadunidense, e principalmente, a maior parte dos sujeitos não são mais conduzidos por antigos simbolismos, costumes e tradições por serem “uma verdade ritual, afirmada como correta por todas que nela crêem” (GIDDENS, 1996, p. 13).

Essa sociedade é caracterizada pelo autor como pós-tradicional em que “as tradições têm de explicar-se, têm de se tornar abertas à interrogação ou ao discurso.” (GIDDENS, 1996, p. 13). A nova ordem social, apontada por Giddens (1996), é composta por sujeitos inteligentes que buscam conhecer e refletir antes da tomada de decisões, por isso são sujeitos altamente reflexivos que não se

acomodam diante das condições de sua existência, mas são impelidos a assumir uma postura ativa.

Em face desses eventos, Giddens (1996, p. 12) afirma que “vivemos um tempo glorioso e assustador”, pode-se dizer que em decorrência das escritas do autor, o glorioso se sobressai ao aspecto assustador:

Não é nem um período de construção imperial nem do crescimento de ideologias competitivas [...]. Nossa geração não enfrenta o risco de guerra global a serviço de bandeira, território ou ideologia. O comércio cresce exponencialmente a cada ano. Os padrões de vida, apesar das marcas da horrenda miséria nos países menos desenvolvidos, estão não obstante crescendo em todo mundo. A expectativa de vida cresce globalmente, a mortalidade infantil decresce e as mulheres libertam-se do trabalho doméstico. A economia global aberta é uma preciosa conquista, oferecendo oportunidade, criatividade e riqueza. (HUTTO; GIDDENS, 2001, p. 213-214 *apud* SAUL, 2003, p. 142).

Os malefícios dessas mudanças, segundo o ideólogo, é que tais eventos nem sempre podem ser controlados pelas ações humanas, dito de outra maneira, muitos eventos são tidos como resultados acidentais em que os homens são coadjuvantes da história. Esses Fenômenos se entrecruzam e formam o mundo de incertezas que é descrito como “mundo de perturbação e incerteza” que “não está sujeito ao rígido controle humano” (GIDDENS, 1996, p. 11) O autor define essas ideias como uma refutação das afirmações socialistas de que a história pode ser redirecionada pelas ações do homem:

É possível concluir que o mundo do final do século XX não se encontra da forma que os fundadores do socialismo previram quando buscaram direcionar a história por meio da superação da tradição e do dogma. Eles acreditavam, de maneira sensata, que quanto mais nós, enquanto humanidade coletiva, conhecêssemos sobre a realidade material e social, mais seríamos capazes de controlá-las para nossos próprios interesses. Especificamente no caso da vida social, os seres humanos poderiam tornar-se não só os autores, mas os senhores de seu próprio destino [...]. Os eventos não confirmaram essas idéias. (GIDDENS, 1996, p. 11).

Nesse contexto, Giddens (1996, p. 12) descreve as reações da “intervenção humana nas condições da vida social e da natureza” como geradores de riscos artificiais, os quais devem ser previstos, controlados e enfrentados por todos os cidadãos. Para tal, o autor ressalta a importância de conhecer os quatro

problemas que se intensificaram em decorrência da extensão da incerteza artificial, a fim de justificar a plataforma política, econômica e social requerida pela Terceira Via.

O primeiro problema exposto é sobre os impactos da ação do homem no meio ambiente, que têm como consequências o desenvolvimento do aquecimento global. Já a segunda crise apontada está relacionada ao alto índice de pobreza que vem assolando o mundo todo e, conseqüentemente, privando as pessoas dos meios necessários para sua subsistência básica. Sobre a extensão da pobreza, o autor entende que as causas são muitas e para enfrentá-las não devemos culpar o capitalismo pelas desigualdades globais, embora mercados capitalistas desregulados “com frequência têm um efeito polarizador sobre as distribuições de riqueza e renda”. (GIDDENS, 1996, p. 14). O terceiro problema decorre do aumento da violência, tanto em nível global representado pela proliferação de armas nucleares como em situações rotineiras. Já a quarta fonte da crise se desdobra na “repressão em grande escala dos direitos democráticos e à ‘incapacidade de aumentar o número de pessoas que desenvolvam mesmo que uma pequena parte de seu potencial humano’.” (ELKINS, 1992, p. 1 *apud* GIDDENS, 1996, p. 116).

Diante desse quadro, Giddens ressalta que a sociedade destradicionalizada, apesar de gerar benfeitorias, produz problemas capazes de desestabilizar uma ordem social coesa. Por isso, de acordo com o autor, é preciso que se consolide uma estrutura sociopolítica radical, afastada de extremismos que rondaram o passado, visto que já não há espaços nesse mundo para a bipolaridade existente entre o espectro do socialismo representado pela esquerda e o neoliberalismo defendido pela direita. Desse modo, a proposta de tal ideólogo é o meio termo, a ênfase é posta sobre o centro político que, a seu ver, é caracterizado como:

O centro político, no contexto de esquerda e direita, só pode significar, é claro, conciliação, o “meio” entre duas alternativas mais bem definidas. Contudo, se esquerda e direita são menos abrangentes do que foram outrora, esta conclusão já não procede. A idéia do “meio ativo”, ou do “centro radical”, discutida bastante amplamente entre social-democratas recentemente, deveria ser levada a sério. (GIDDENS, 1999, p. 54)

O centro político é abdicar de ideias opostas que tanto geraram

discórdias. No caso da proposta de centro-esquerda, argumentada por Giddens (1996), é abandonar o projeto socialista de superação do capitalismo. Logo, a conciliação entre tais espectros é afirmada por esse autor como a união da justiça social do socialismo sob a base capitalista de produção, em que o mercado é o epicentro para gerar riquezas. O autor busca transformar o socialismo em uma bússola moral que se adapta ao capitalismo e o torna sua face mais humanizada.

A Terceira Via é mais que um programa político, sua consolidação exige a formação de um novo sujeito com base em valores que logrem no engajamento dos cidadãos para contribuir na consolidação das propostas de tal ideologia. O primeiro passo descrito pelo autor é criar tradições novas que dialoguem com uma sociedade destradicionalizada. Essas tradições têm relação com as formas que devemos ser, a fim de contribuir com a harmonia social. Por isso, Giddens (1996) propõe a centralidade naquilo que denomina como política de vida, por se tratar de uma política relacionada à identidade e estilos de vidas, a qual o sujeito deve adotar para que suas decisões colaborem com o enfrentamento dos novos desafios da humanidade.

A política de vida requer a ativação da confiança ativa, a qual é definida como a “confiança nos outros ou em instituições (inclusive as políticas), que deve ser ativamente produzida e negociada” (GIDDENS, 1996, p. 109). Nessa direção, o restabelecimento da confiança, conforme elenca o autor, é a restauração da fé no governo e nas agências que fazem ligação com esse, nos empresários, associações filantrópicas, funcionários públicos e, principalmente, no capitalismo, como o melhor e mais viável sistema que pode equilibrar riqueza com seguridade social. Por fim, em conexão com esses ideais, o autor elenca a política gerativa que “é uma política que busca permitir aos indivíduos e grupos fazerem as coisas acontecerem, e não esperarem que as coisas lhe aconteçam, no contexto de preocupações e objetivos sociais totais” (GIDDENS, 1996, p. 23). Essa política é relacionada com o novo padrão de sujeitos empreendidos pela Terceira Via, os quais devem ser autônomos, no sentido de buscar meios para resolver os problemas sociais, sem depender de recursos do Estado, mas tornar-se um indivíduo produtivo.

Esses valores que norteiam a política da Terceira Via são dialogados com a restauração da solidariedade social, a qual segundo o ideólogo é o ponto central da renovação das tradições contemporâneas. A solidariedade deve unir os sujeitos em prol de um objetivo comum, sendo este o combate à desigualdade

social. Para tal, ricos e pobres devem assumir suas responsabilidades cívicas a fim de contribuir para uma sociedade sem inimigos.

A partir dessa compreensão, o referido autor caracteriza a solidariedade como um sentimento voltado para o próximo, mas que não é florescido naturalmente nos sujeitos, pelo contrário, “devemos buscar novos meios para produzir essa solidariedade” (GIDDENS, 1996, p. 46-47). Nesse processo, o Estado adquire protagonismo, como a instituição chave para consolidar o novo contrato social com base em um capitalismo sustentável.

Decorrente desse movimento, o pacto social empreendido pela Terceira Via necessitou reconfigurar o Estado burguês a fim de que lograsse o seu fortalecimento junto a sociedade civil para gerar estabilidade social. Para a construção da coesão social, foi preciso a disseminação de conceitos que falassem aos corações dos trabalhadores e assim angariasse apoio ao novo projeto conduzido pela Terceira Via. Foram propagadas palavras como ampliação da democracia, participação cidadã, responsabilidade social, capital humanizado, Estado transparente, eficiente e ágil. Sobre esses últimos atributos relacionados ao Estado, era preciso entrar na onda neoliberal e difamar o modelo de bem-estar social para justificar as reformas.

No entendimento de Giddens (1999, p. 3), o Estado de bem-estar social é sobrecarregado, burocrático e ineficiente para atender os problemas da sociedade destradicionalizada. Esse formato de Estado, além de não “prestar bons serviços públicos, é disfuncional para a prosperidade econômica”, visto que os benefícios proporcionados pelo *Welfare State* não acompanham as mudanças da nova ordem social e, ao invés de combater a desigualdade, acaba por intensificá-la. Em acordo com os neoliberais, o autor faz o seguinte destaque:

O grande aumento das despesas com a segurança social é um dos principais alvos do ataque dos neoliberais ao sistema, por verem nela a generalização da dependência do subsídio social. É certo que têm razão para se preocuparem com o número de pessoas que vivem à custa dos subsídios do Estado, mas há maneiras mais sofisticadas de analisar o que está a acontecer. (GIDDENS, 1999, p. 103).

Para o autor, a elevação do dispêndio com o social gera uma cultura de pessoas dependentes do Estado, pois os cidadãos passam a enxergar os benefícios como direitos naturais, assim manter condutas que os tornam reféns

desses recursos:

O dilema é que quanto mais elevados forem os subsídios maiores serão as hipóteses de risco moral, bem como de fraude. Acredita que o risco moral será tanto maior quanto mais longo for o período de concessão dos subsídios. Isto acontece porque, a longo prazo, se criam hábitos sociais que definem o que é normal. Uma dependência grave em relação ao subsídio acaba por não ser vista como tal, será simplesmente encarada como comportamento previsível. De entre as consequências possíveis, há que destacar a tendência crescente para pedir a ajuda da segurança social, mas abstentismo por alegadas razões de saúde e menos vontade de procurar emprego. (GIDDENS, 1999, p. 104).

Isto porque o *Welfare* não foi criado para atacar os problemas em sua origem, mas para amenizar os seus danos, fato que, para Giddens (2001), torna-o desorganizado e obsoleto. Por isso, o Estado acaba por contribuir na intensificação da espécie de risco que o autor identifica como moral. Os riscos morais são gerados porque o Estado, ao redistribuir os recursos “de cima para baixo”, cria grupos de pessoas que se acomodam com tais benefícios, sem cumprir as suas responsabilidades cívicas. Além desses fatores, o Estado acaba por excluir o público que mais necessita de ajuda nessa nova sociabilidade:

[...] o Estado-providencia não foi preparado para cobrir os novos tipos de risco, nomeadamente os que têm a ver com a inovação tecnológica, a exclusão social e a percentagem crescente de lares só com um dos progenitores. Os erros são de dois tipos: riscos que não se ajustam às necessidades e proteção aos grupos que não necessitam dela. (GIDDENS, 2001, p. 105).

Em vista disso, o novo formato adquirido pelo Estado buscou contemplar uma “parcela da sociedade definida agora ‘como excluídos’, ou seja, aquele contingente considerável que, potencialmente, apresenta as condições objetivas para desestruturar o consenso burguês”. Esses cidadãos que foram os mais afetados pelas políticas neoliberais “constituíram um nítido potencial de protesto, na tentativa de estabelecimento de uma contra-hegemonia” (NEVES; SANT’ANNA, 2005, p. 33). Por isso, o discurso da Terceira Via é tornar esses sujeitos beneficiários de serviços sociais, contudo, com uma atualização do Estado, de forma que não comprometa os recursos monetários advindos da arrecadação estatal ingeridos no capital:

A proposta do movimento revisionista foi buscar um realinhamento do projeto neoliberal de tal modo que o crescimento da economia fosse recuperado, como postulava a ortodoxia, mas em base políticas mais sustentáveis que não gerasse tanta resistência e abalos na coesão social dos diferentes países. (MARTINS, 2009, p. 60).

A emergência de um novo contrato social era necessária para conciliar a expansão do capital com níveis de desigualdade controlada. Para tal, o lema da Terceira Via se delineava em “direitos requer responsabilidades”. Assim, o Estado deveria redefinir a sua atuação na provisão das políticas sociais e na disseminação de valores que contribuíssem na formação de um novo sujeito compatível com a dinâmica capitalista.

A nova estratégia do capital consistiu em remodelar sua ideologia de acordo com a arena estratégica aderida pela classe trabalhadora para viabilizar projetos emancipatórios. Desse modo, o Estado precisou ser reconstruído e o epicentro dessa reforma passou a contemplar a sociedade civil como parceira suprema, a fim de consolidar o novo acordo que intensifica as responsabilidades do cidadão para aliviar as privações dos meios necessários para sua reprodução. No entanto, para lograr convencimento, o capital necessitou deturbar o conceito de sociedade civil, propagando-a como espaço de empatia, de trocas de solidariedades, de desenvolvimento dos laços fraternos e local em que as aspirações individuais são abrandadas em prol do bem geral da sociedade.

Dentre as justificativas para reconstruir o Estado, a Terceira Via se pauta em torná-lo apto para controlar e minimizar os novos riscos sociais. O primeiro processo de reconstrução consiste em recuperar sua legitimação, por meio da democratização dos seus aparelhos e mediante a adoção de mecanismos de mercado, com objetivo de gerar eficiência e agilidade na máquina estatal.

Em todas essas etapas, a sociedade civil se faz presente como instância primordial por meio da qual as novas mudanças serão consolidadas. Para tal, a reconstrução do Estado implica a modernização da sociedade civil, tendo como pauta o reordenamento dessa, de acordo com as novas diretrizes que orientam a cultura cívica, a fim de que o Estado e a sociedade civil trabalhem em parceria na construção de uma sociedade dirigida pelos valores disseminados pela Terceira Via. Desse modo, Giddens (2007, p. 26) afirma que “o Estado precisa extrair sustento da

sociedade civil como desempenhar um papel ativo para regulá-la”. Esse processo exige o fomento para o “empreendedorismo civil”, concebido como:

[...] a qualidade de uma sociedade modernizadora. Ele é necessário para que os grupos cívicos produzam estratégias criativas e enérgicas para ajudar na lida com problemas sociais. O governo pode oferecer apoio financeiro ou proporcionar outros recursos a tais iniciativas. E lucrará por sua vez, já que projetos colaborativos entre o governo e grupos da sociedade civil exigirão que tais grupos sejam engajados, determinados e competentes. (GIDDENS, 2007, p. 26).

Essa nova dinâmica com a sociedade pressupõe o “incentivo à auto-organização por grupos de interesses; o incentivo ao potencial das comunidades na resolução de seus próprios problemas; um pacto social para a solução pacífica dos conflitos” (LIMA; MARTINS, 2005, p. 51-52). Desse modo, a comunidade deve abraçar os problemas socioeconômicos que vivencia, visto que a modernização do Estado se pauta na “redefinição de direitos e obrigações”. O trabalhador passa a ser responsável pelas condições deletérias que perpassa, o discurso da Terceira Via é “cada um fazer sua parte”, sem depender das ações governamentais e empresariais, mas utilizar os recursos que possui, o que no caso dos pobres são braços, pernas e cérebro.

No entanto, o cumprimento desses deveres cívicos depende do resgate da confiança ativa “nos outros ou em instituições (inclusive as políticas), que deve ser ativamente produzida e negociada”. Para Giddens (1996), esse processo de desconfiança, especialmente nos órgãos estatais, decorreu graças às políticas sociais inspiradas no modelo de *Welfare State*, na qual passaram a produzir objetivos adversos para os quais foram criadas. E assim, contribuiu na formação de pessoas improdutivas para a sociedade, que usufruem de benefícios para o seu conforto:

[...] quando o clima econômico torna-se adverso, aqueles que mais se beneficiaram passam a proteger a posição que alcançaram contra grupos em condições mais desfavoráveis. A ‘revolta dos contribuintes’ da classe média origina-se no desejo egoísta de proteger um modo de vida confortável. (GIDDENS, 1996, p. 16).

Para a Terceira Via, a insatisfação contra esse modelo de Estado se estendeu tanto para os novos pobres como para os afortunados. Em consequência,

esse processo impulsionou a ascensão de um movimento que se intensificou a partir da década de 1980, identificado por Ulrich Beck como subpolítica “uma política que emigrou dos parlamentos para grupos que tinham como preocupação única uma determinada questão social” (GIDDENS, 1996, p. 50). O que ocorre é a organização política de grupos autônomos para reivindicar a consolidação de ações esquecidas pelo poder público. De acordo com Giddens (1996, p. 52), esse cenário produz o descontentamento com a política formal e o “declínio da confiança na classe política e nas estruturas da política tradicional”.

A preocupação da Terceira Via é que tais ações podem fomentar levantes da população contra a ordem social. No entendimento de Giddens (1996), esse movimento contribuiu com dois ensinamentos; o primeiro é que o Estado deve proporcionar ambientes para que esses grupos sejam ouvidos e tenham autonomia para solucionar os problemas que os assolam, porém, tais organizações não substituem o Estado, visto que esse existe para “reconciliar em termos legais e práticos, as exigências divergentes dos grupos que defendem interesses especiais” (GIDDENS, 1996, p. 62). Por isso, a reforma do Estado é urgentemente necessária para estabelecer a harmonia e a paz social.

Com essas referências, podemos compreender que a Terceira Via retoma a concepção de Estado como “instância acima e imune aos conflitos de classe”. Além disso, precisa renovar os processos de confiança, respeito e legitimidade nas instituições estatais, não apenas por mecanismos autoritários, contudo mediante a intensificação de instrumentos que geram convencimento. Tal como expõe Gramsci (2002 *apud* NEVES; SANT’ANNA, 2005, p. 26), ao afirmar que o Estado moderno “redefine suas práticas, tornando-se educador”. Em parceria com a sociedade civil, desenvolve e consolida as novas condutas e valores para formação de uma nova cultura cívica, pautada na ampliação das responsabilidades sociais de cada sujeito, a fim de minimizar as perversidades produzidas pelo capitalismo.

A reconstrução do Estado postulada pela Terceira Via pauta-se no argumento de que as pretensões não recaem em aumentá-lo ou diminuí-lo, mas em seu fortalecimento. Um Estado forte é aquele que direciona e ordena os processos que envolvem o enfrentamento dos riscos sociais, econômicos e ambientais. Dentro dessa lógica, a renovação do aparelho estatal deve ter como princípio a incorporação de mecanismos democráticos, de mercado e a fomentação de uma

sociedade civil ativa. Ambos os processos estão conectados e interagem para conter a expansão da instabilidade social e econômica decorrentes das fissuras estruturais do capital.

Nessa perspectiva, a política da Terceira Via contempla a restauração do processo de credibilidade nos órgãos estatais com base na Democratização da democracia, que implica a modernização do Estado a partir da adoção de medidas baseadas no diálogo. Ocorre que, no bojo dessa sociedade contemporânea, “as democracias estabelecidas não são suficientes democráticas. Há necessidade de uma segunda onda de democratização” que inclua princípios da democracia deliberativa para preservar a legitimidade (GIDDENS, 2001, p. 67). Pautada em mecanismos que geram diálogo e reduzem tensões sociais, o autor denomina a democracia requerida pela Terceira Via como dialógica:

[...] a democracia dialógica não é a mesma coisa que a situação ideal de discurso. Em primeiro lugar, a democratização dialógica não está ligada a um teorema filosófico transcendental. Em segundo lugar, a democracia dialógica não é necessariamente orientada para a obtenção de consenso. [...] A democracia dialógica pressupõe apenas que o diálogo em um espaço público fornece um modo de viver com o outro em uma relação de tolerância mútua – seja esse “outro” um indivíduo ou uma comunidade global de fiéis religiosos. (GIDDENS, 1996, p. 133).

Nas palavras do autor, o diálogo tem como objetivo “criar confiança ativa por meio de uma avaliação da integridade do outro, [pois] a confiança é um meio de ordenação das relações sociais no tempo e no espaço” (GIDDENS, 1996, p. 133).

Assim, Giddens discursa que, para o estabelecimento da democracia dialógica, é necessário que o Estado incorpore mecanismos de aproximação direta com a população mediante “referendos por via eletrônica, juris de cidadãos e outras possibilidades”. Contudo, esses meios não podem “substituir os mecanismos normais de voto para instituições locais e centros de governação, mas poderia tornar-se um complemento importante” (GIDDENS, 1999, p. 72).

Para a Terceira Via, o processo de democratização também contempla a devolução do poder para as comunidades. A tônica dessa ação é gerar autonomia para que a própria população resolva os problemas locais. No entanto, Giddens (1999, p. 74) pontua que se essa distribuição não for equilibrada “por uma

transferência de poder da base para o topo, a devolução do poder pode conduzir à fragmentação”.

Essas referências indicam que as atividades de tomada de decisão local devem ter como eixo central a ordenação e coordenação do Estado, sendo monitoradas por esse, visto que essa autonomia não pode se estender para além da órbita acordada pela classe no poder. Portanto, a formatação da democracia proposta pela Terceira Via é dentro dos limites do capitalismo, e mesmo que haja ampliação, a democracia é delimitada a “uma categoria política que dimensiona o direito à participação formal, à livre iniciativa dos indivíduos na vida em sociedade e à possibilidade de diálogos entre os indivíduos e a aparelhagem do Estado na busca de soluções para problemas controversos” (LIMA; MARTINS, 2005, p. 47).

Essa etapa da democratização do Estado pressupõe o protagonismo da sociedade civil. O objetivo é tornar essa instância ativa por intermédio do fortalecimento de valores cívicos que impulsionem o cidadão a empreender maneiras de mudar a sua situação social e econômica. Esses valores são traduzidos. Conforme exposto por Lima e Martins (2005):

[...] renovar ou recriar a sociedade civil significaria abrir um espaço para a ‘restauração das solidariedades danificadas’ e para a promoção da “coesão cívica” – ou coesão social – por intermédio da disseminação de postura mais harmônicas, flexíveis, dialógicas e cooperativas que permitiriam enfrentar os desafios da chamada era das “incertezas artificiais” (LIMA; MARTINS, 2005, p. 52).

Essa visão concebe a sociedade civil como fragmentada da totalidade, a qual é dotada de uma autonomia que por si só é capaz de produzir novos sentimentos e condutas nos sujeitos, os quais são movidos pelo bem de ajudar ao próximo, deixando a competição e os desejos egoístas para fora dessa instância.

O fortalecimento da sociedade civil é direcionado no sentido de responsabilizar cada sujeito pelos estragos causados pelo capitalismo. A preocupação da Terceira Via é utilizar esse campo como um meio para reduzir as tensões sociais. Por isso, a ênfase é promover a atuação da população em organizações que visam à resolução de problemas sociais que foram abandonados pelo Estado.

Assim, o atributo da sociedade civil se direciona para um espaço que

comporta um emaranhado de institutos, associações comunitárias, empresariais, organizações não governamentais (ONGs) sem fins lucrativos e instituições filantrópicas, que buscam abraçar a questão social em nome da solidariedade. Como observado por Montaña (2008), a versão conceitual mais refinada dessas organizações é denominada como terceiro setor³⁴, o qual é o epicentro estratégico para consolidação das propostas da Terceira Via.

O termo terceiro setor não contempla um caráter neutro, mas possui uma característica funcional e uma identidade atrelada aos anseios da burguesia:

‘o terceiro setor não é um termo neutro’, ele ‘tem nacionalidade clara. É de procedência norte-americana, contexto onde associativismo e voluntariado fazem parte de uma cultura política e cívica baseada no individualismo’. [...] No entanto, não tem apenas nacionalidade, mas também, e fundamentalmente, procedência (e funcionalidade com os interesses) de classe. (LANDIM, 1999, p. 63 *apud* MONTAÑO, 2008, p. 53).

Sua conceituação foi construída a partir da fragmentação das instâncias sociais em três esferas: “o Estado (‘primeiro setor’), o mercado (‘segundo setor’) e a ‘sociedade civil’ (‘terceiro setor’)”. Essas proposições anulam a lógica totalizadora do capitalismo e sua presença para além da esfera econômica. A partir de uma análise simplista, pautada em preceitos neopositivista, estruturalista e liberal, os setores político, econômico e social são concebidos como separados, “como se o ‘político’ pertencesse à esfera estatal, o ‘econômico’ ao âmbito do mercado e o ‘social’ remetesse apenas à sociedade civil”. (MONTAÑO, 2008, p. 53). Diante dessa compreensão, ocorre a ocultação da

[...] “sociedade civil” em seu sentido característico de forma social específica do capitalismo, uma totalidade sistêmica dentro da qual se situam todas as outras instituições e na qual todas as forças sociais têm de encontrar seu caminho, uma esfera específica e sem precedentes de poder social, que propõe problemas inteiramente novos de legitimação e controle. (WOOD, 2018, p. 212).

Com essa separação, a proposta revisionista não propõe uma

³⁴ “Ainda não existe um consenso sobre a composição do terceiro setor, pois abrange desde as organizações não-governamentais (ONGS) até fundações, creches comunitárias e atividades sociais em qualquer âmbito, reunindo organizações formais até atividades informais. Montaña (2003, p. 58), coloca que o “termo terceiro setor não reúne um mínimo consenso sobre sua origem nem sobre sua composição ou suas características” (PERONI; AMARAL; COMERLATTO; COSTA; SUSIN, 2009, p. 20).

estratégia que responsabilize o Estado na garantia de direitos sociais, pelo contrário, contribui para o desmantelamento das conquistas dos trabalhadores efetivadas por meio do “pacto keynesiano”. Portanto, o ideário da Terceira Via busca o desmanche dos direitos mediante a transição desses para o âmbito de serviços sociais prestados para os mais necessitados, por meio de discursos que envolvem o altruísmo e a reciprocidade solidária. A essência dessas propostas de parcerias do Estado com a sociedade civil atua na inibição dessa esfera, a fim de promover a participação do sujeito e comunidade na provisão desses bens.

Essas políticas dão novas vestes ao Estado, com base numa abordagem minimalista, em que o “Estado não tenha de remar, mas assumir o leme”. Consoante a essa perspectiva, a Terceira Via busca reconstruir o Estado de forma que esse proporcione uma estrutura que garanta o funcionamento adequado do mercado, o fortalecimento da sociedade civil e uma administração estatal pautada em maior participação da população, transparência e controle da corrupção (GIDDENS, 2001, p. 16).

O discurso da Terceira Via é que o Estado reformado viabilizará o crescimento econômico associado à justiça social. Em relação ao primeiro, a solução está na exaltação da economia de mercado:

[...] uma economia de mercado efetiva é a melhor maneira de promover a prosperidade e a eficiência econômica, trazendo ainda outros benefícios. Os mercados permitem a escolha por parte do consumidor e o livre e não violento intercâmbio de bens a curta e longa distância. (GIDDENS, 2007, p. 25).

Dessa forma, para Giddens (2007), o mercado proporciona prosperidade econômica, liberdade de escolha, eficiência e relações de produções pacíficas. No entanto, o mercado não deve atuar sem mecanismos regulatórios, visto que se determinadas áreas forem outorgadas ao mercado, o resultado é a geração de pobreza. Por isso, o “Estado deve intervir no mercado e limitar suas ações em algumas esferas, pois, ‘mercado geram inseguranças e desigualdades que requerem intervenção ou regulação do governo para serem controladas ou minimizadas” (GIDDENS, 2007, p. 25).

O papel do Estado ante ao mercado se define em distribuir com a sociedade os custos sociais produzidos pelo mercado e alimentá-lo com os recursos

que necessita para fluir com eficiência:

[...] uma economia de mercado é muito mais dinâmica do que qualquer outro sistema econômico. Todavia este dinamismo, intrínseco à criação de riqueza, gera grandes custos sociais que os mercados sozinhos, não podem enfrentar – tal como a ruptura social causada pela perda de emprego resultante do colapso econômico ou da mudança tecnológica. Nem podem os mercados nutrir o capital humano que eles próprios requerem – o governo, as famílias e as comunidades devem fazê-lo. (GIDDENS, 2007, p. 44).

Nesse caso, a solução elencada pelo autor consiste na obrigação do Estado em fornecer um ambiente que possibilite a expansão da iniciativa empresarial para gerar mais empregos. Decorrentes desse objetivo, Giddens expressa políticas e programas que o Estado deve aderir para consecução dessas propostas. O primeiro item é associado ao combate à criminalidade. Para tal, o autor expressa que o governo deve apoiar e incentivar a instalação das empresas nos locais de grande incidência de criminalidade por meio da isenção de impostos. Em relação ao último aspecto, a Terceira Via reforça que:

[...] os social-democratas devem continuar a se afastar do pesado apoio nos impostos que podem inibir o esforço ou o empreendimento, incluindo os impostos de renda e aqueles que incidem sobre as empresas. Buscar construir a base de impostos através de políticas projetadas para maximizar as possibilidades de emprego é uma abordagem sensata – na verdade é a principal ênfase da política da terceira via. (GIDDENS, 1996, p. 104).

Outra ação que é requerida para o florescimento das empresas é a efetivação de políticas que desregulam as leis trabalhistas. Giddens (2007) argumenta que as normas e regulações trabalhistas são grilhões que impedem a criatividade e a inovação. A Terceira Via defende que é necessário desregular o mercado de trabalho afrouxando a estabilidade dos que já estão empregados, e incluir expedientes de meio período com redução salarial para comportar os trabalhadores que estão desempregados. Caso contrário, sistemas de trabalho que geram estabilidade contribuem para o enfraquecimento dos laços harmônicos entre os incluídos e os excluídos do mercado de trabalho:

[...] como consequência, sistemas que combinam a proteção restritiva contra demissão com escassos benefícios aos

desempregados favorecem essencialmente aos interesses dos incluídos, ao passo que sistemas baseados na proteção mínima ao emprego, mas que esforçam padrões decentes fecham mais facilmente a brecha entre incluídos e excluídos. (FERRERA; HEMERIJCK; RHODES, 2007, p. 180).

A Terceira Via, adverte que o seu programa de geração de empregos também contempla soluções para as incertezas do capitalismo em criar trabalho suficiente para todos. Decorrente desse processo, Giddens (1999) busca a materialização daquilo que identifica como a redistribuição do trabalho. O que se busca é promover a intensidade da extração da mais-valia por um tempo reduzido de trabalho. Conseqüentemente, o salário de um trabalhador, em tempo integral, será convertido para admissão de mais trabalhadores. As horas livres que restarão para esses trabalhadores devem ser exercidas com atividades cívicas, como o trabalho voluntário. Como exemplo, o autor cita a consolidação de programas que incentivaram o trabalho voluntariado:

Desde finais da década de 1980 apareceu em diversos países uma extraordinária variedade de empresas sociais. Uma delas é o crédito de serviço, existente em numerosas cidades dos EUA e do Japão. Os voluntários que desempenham tarefas caritativas são pagos com tempo cedido por outros trabalhadores voluntários. Os dólares de tempo são isentos de impostos e podem ser acumulados para pagamento de despesas médicas e outros serviços de saúde, incluindo a redução dos prémios de seguro. (GIDDENS, 1999, p. 78).

Em relação a esses programas, a Terceira Via defende sua expansão para fortalecer um sistema positivo de riscos. Baseado no programa de dólares de tempo, os benefícios de seguridade social devem contemplar maior participação do cidadão com a finalidade de promover o que Giddens denomina de postura ativa para enfrentar os novos riscos. Nas palavras do ideólogo, “todos necessitamos de proteção contra o risco, mas também de capacidade para enfrentar e para aceitar os riscos de modo produtivo” (GIDDENS, 1996, p. 62). Essa aceitação envolve a ação dos próprios indivíduos que usufruem esses benefícios, como é o caso de fornecimentos de subsídios aos desempregados de forma que o impulsione a procurar ativamente novos empregos. Em certos casos, para ter acesso a esses benefícios, o sujeito se alista em trabalhos voluntários e em troca recebe cursos e capacitações a fim de se tornar apto para o mercado de trabalho.

A preocupação nuclear da Terceira Via é comportar investimento

social com crescimento econômico, de forma a promover uma geração de pessoas produtivas para que o Estado não gere dispêndio, mas recursos à economia. Conforme a exposição de um dos teóricos da Terceira Via, o objetivo é “desfazer a bifurcação entre bem-estar e desenvolvimento econômico, formulando uma concepção de política social de viés produtivista e de investimento, e não redistributivo e de consumo” (MIDGLEY, 2007, p. 226-227).

A partir dessa compreensão, o modelo de proteção social defendido é denominado de “*Welfare* positivo”. Esse formato é embasado nas parcerias do Estado com a sociedade civil. Essa parceria tem como princípio a substituição de políticas universais por serviços sociais focalizados, que são prestados para as pessoas mais carentes mediante a colaboração destas e das organizações que compõem a sociedade civil. A Terceira Via entende que as políticas sociais “devem fazer uso das capacidades de autoajuda das próprias pessoas. Em vez de meramente transferir renda, as agências de seguridade social precisam ajudar as pessoas a ajudar a si mesmo” (GIDDENS, 2007, p. 207). Esse sistema de proteção positiva é assim explicado:

[...] deveríamos falar hoje de *welfare* positivo, para qual os próprios indivíduos e outras instituições além do governo contribuem – e que é funcional para geração de riqueza. *Welfare* não é em essência um conceito econômico, mas um conceito psicológico, uma vez que diz respeito ao bem-estar. Benefícios ou vantagens econômicas não são, portanto, jamais suficientes por si mesmos para criá-lo. Não só o *welfare* é gerado por muitos contextos e influências além do *welfare* do *welfare state*, como as instituições de *welfare* devem estar preocupadas em promover benefícios tanto econômicos quanto psicológicos (GIDDENS, 2001, p. 127).

A Terceira Via aponta que esse formato de proteção social não advém do desmantelamento do *welfare state*, mas de sua reestruturação. Nesse formato, “o dispêndio com *welfare*, compreendido como *welfare* positivo, será gerado e distribuído não através de todo o Estado, mas pelo Estado que trabalha em combinação com outras instituições, inclusive empresas” (GIDDENS, 2001, p. 138). Essa proposta conta com a colaboração da iniciativa privada, especialmente com a crescente atuação do terceiro setor. Esse processo visa transformar a natureza das políticas sociais por meio de sua crescente filantropização, o que transfere a questão social da arena de direitos para serviços que são prestados em nome da solidariedade universal.

A questão social “passa a ser de autorresponsabilidade dos próprios sujeitos portadores de necessidades” (MONTAÑO, 2008, p. 22). A responsabilidade assumida pelo Estado é a disseminação de modos de pensar, ser e agir que conduzem os sujeitos se engajarem na prestação de tais serviços. Por isso, Latham (2007, p. 53) afirma que a Terceira Via “considera a política um exercício de persuasão e transmissão de valores”.

Essas referências revelam que a progressiva diminuição do dispêndio com políticas sociais pelo Estado ocorreu com o neoliberalismo, contudo, foi a partir da Terceira Via que houve um aprofundamento sem abalar a estabilidade social. Dessa forma, essa ideologia ganha terreno para lograr a hegemonia quanto ao Estado mínimo na questão social, porém pautada em discursos que, a princípio, não denota um caráter de abandono do social e sim de ineficiência do Estado em sua provisão, como se a iniciativa privada fizesse com mais qualidade e com menos dispêndio. A esse respeito, acrescenta Montaña (2008, p. 23):

[...] o objetivo de retirar o Estado (e o capital) da responsabilidade de intervenção na ‘questão social’ de transferi-los para a esfera do ‘terceiro setor’ não ocorre por motivos de eficiência (como se as ONGs) fossem naturalmente mais eficientes que o Estado), nem apenas por razões financeiras: reduzir os custos necessários para sustentar esta função estatal. O motivo é fundamentalmente político-ideológico: retirar e esvaziar a dimensão de direito universal do cidadão quanto a políticas sociais (estatais) de qualidade; criar uma cultura de autoculpa pelas mazelas que afetam a população, e de autoajuda e ajuda mútua para seu enfrentamento; desonerar o capital de tais responsabilidades e, por outro, a partir da precarização e focalização (não-universalização) da ação social estatal e do ‘terceiro setor’, uma nova e abundante demanda lucrativa para o setor empresarial.

Nesse sentido, a Terceira Via propõe um desenvolvimento alternativo, diferente dos que já foram adotados para combater a pobreza. O novo programa pressupõe o combate de determinados comportamentos e “estilos de vida” das pessoas que carecem de condições materiais, todavia, “a princípio, parece estranho falar em ‘estilo de vida’ relacionado aos pobres e famintos do mundo; mas uma reação à pobreza hoje não pode mais ser considerada puramente econômica” (GIDDENS, 1996, p. 182). Dessa forma, as políticas devem ser pautadas em programas que têm como fim a criação de autonomia, solidariedade local para que os pobres promovam o desenvolvimento econômico de suas comunidades. A

adoção de direitos deve ser embutida de responsabilidades, pois “os benefícios sociais também amorteceram frequentemente a empresa e o espírito comunitário. Os direitos tiveram primazia sobre a responsabilidade, resultando em um declínio nos deveres e no apoio mútuo” (GIDDENS, 2007, p. 16).

Por isso, a justiça social anunciada pela Terceira Via não contempla uma redistribuição de riquezas, pelo contrário, visa romper com os ideais da esquerda de tirar dos ricos para dar aos pobres. Para Giddens (1996, p. 176), “as tentativas de redistribuição de riqueza ou renda por meio de medidas fiscais e sistemas previdenciais ortodoxos, de um modo geral, não funcionaram”. A redistribuição exaltada é a de oportunidades, e é nesse quesito que se enquadra a igualdade interpretada pela Terceira Via. A igualdade de oportunidades é vista como construtora de diversidades, no sentido de manter indivíduos em condições materiais diferenciadas. No entanto, com acesso a mecanismos que permitam melhorar suas condições de vida, no mesmo sentido em que Giddens faz a seguinte afirmação (2007, p. 164): “o que conta não é o número de pessoas pobres em dado momento, mas quais são suas chances de mobilidade”.

Por intermédio dessa ideologia, o combate à pobreza adquire uma nova interpretação. O objetivo da Terceira Via não é dispor de iguais condições de consumo para todos, mas tornar os necessitados produtivos, por intermédio do incentivo ao crescimento de setores informais em comunidades carentes, a fim de explorar as habilidades dos pobres e gerar renda para prover a necessidade da comunidade. A atividade informal “obedece uma lógica diferente do produtivismo. Quando as atividades artesanais produzem um excedente, ele não é investido em uma produção expandida, mas tende a ser usado para sustentar as lealdades e solidariedade locais” (GIDDENS, 1996, p. 191):

A Terceira Via propõe programas políticos que impulsionem essas atividades para incentivar os pobres a criar mecanismos de aliviar sua pobreza sem se ajustar em padrões de consumo dos mais afluentes, mas tendo em vista manter condições mínimas de existência, já que para a Terceira Via o objetivo da existência humana, não é apenas atingir um determinado padrão de vida, mas sim a aquisição de valores de vida definidos. E esses valores não podem ser efetivamente buscados sem “um forte componente de autocontrole, de autonomia, de contribuição para a comunidade e de recebimento dela”. (GIDDENS, 1996, p. 188).

Dessa forma, a Terceira Via interpreta que a felicidade não se

relaciona com as condições materiais do indivíduo, mas é entendida como “autorrespeito e oportunidade de autorrealização, além da capacidade de amar” (GIDDENS, 1996, p. 206). Giddens propõe que o governo seja o responsável por promover a busca da felicidade, que conforme assegura o autor, é um estado de espírito que não depende de fatores externos, mas se relaciona com a maneira que interpretamos os eventos ocorridos em nossa volta. As mudanças vêm de dentro, não são as condições materiais que produzem a felicidade, pois o que move a autorrealização é a pessoa se sentir produtiva para buscar meios que viabilizam aliviar a sua pobreza e formas de ajudar o próximo. O sujeito deve enfrentar os riscos para se sentir satisfeito.

Por isso, “a pobreza em si não deve necessariamente ser temida ou abominada”, pois o que alimenta o bem-estar é o sentimento de produtividade. Nesse sentido, para enfrentar a desigualdade, é necessário um pacto entre os dominados e dominantes, com base em uma “mudança de estilo de vida. Suas forças motivadoras seriam a aceitação de responsabilidade mútua de enfrentar os ‘males’ que o desenvolvimento trouxe consigo” (GIDDENS, 1996, p. 220).

Nesse sentido, o acordo que a Terceira Via defende é caracterizado como de esforços, o qual não intenciona “a transferência direta de riqueza, mas uma transferência de oportunidades de emprego advindas das mudanças de atitudes em relação ao trabalho por parte dos afluentes” (GIDDENS, 1996, p. 220).

O trabalho passa a ser compreendido como atividade que promove o bem-estar social, todavia, em seu sentido abstrato, alienado e explorador. Nesse ínterim, a proposta nuclear do programa da Terceira Via é solucionar a discrepância entre os anseios da economia pautada no conhecimento e no despreparo dos trabalhadores. Para a Terceira Via, a sociedade do conhecimento demanda mão de obra especializada, flexível para atender um mercado cada vez mais exigente. Contudo, o que se pode notar é a dicotomia entre empresas que anseiam gerar empregos se deparando com trabalhadores desqualificados. Fato que, para essa ideologia, é prejudicial tanto para o cidadão quanto para a lucratividade e competitividade das empresas, ocasionando estagnação econômica. Para Giddens (2007), esses trabalhadores são improdutivos, tornam-se excluídos do mercado de trabalho e tendem a entrar no mundo do crime.

Assim, a Terceira Via destaca que para reduzir a criminalidade é preciso “ajudar os adultos a adequarem as aptidões e qualificações básicas que lhes

faltam, ajudar as pessoas a atualizarem os conhecimentos que estão ultrapassados” (GIDDENS, 1999, p. 119). Com isso, Giddens corrobora a afirmação de Vintage: “o emprego vai para os que têm condições de ser empregados” (VINTAGE, 1999, p. 175 *apud* GIDDENS, 1999, p. 119).

Tornar o sujeito empregável é um dos objetivos dessa ideologia e, por isso, exalta a educação como a chave para qualificar o trabalhador. A Terceira Via indica que “a primeira força no desenvolvimento de capital humano, obviamente, deve ser a educação. É o principal investimento público que pode estimular a eficiência econômica e a coesão cívica” (GIDDENS, 1996, p. 78).

Ao compartilhar a expressão capital humano, difundida por Theodore Schultz, a Terceira Via revela sua afinidade com as elaborações teóricas de tal autor. Podemos inferir, com base em Lima e Martins (2005, p. 62), que essa concepção adquire força a partir dos anos 1960 e sua intenção residia em enquadrar as habilidades, conhecimentos e capacidades técnicas dos trabalhadores “como uma forma de capital capaz de gerar lucro e riqueza”. Segundo essa teoria, no mundo já não existe classes, pois todos são capitalistas visto que uns são portadores dos meios de produção (a burguesia), outros são “proprietários do capital humano (os trabalhadores)”. Portanto, no entendimento de Schultz (1973, p. 15), “a característica distinta do capital humano é a de que ele é parte do homem. É humano porquanto se acha configurado no homem, é capital porque é uma fonte de satisfação futura, ou de rendimentos futuros, ou ambas as coisas.” (*apud* LIMA; MARTINS, 2005, p. 62).

Reproduzindo essa concepção, a Terceira Via afirma a necessidade de preparar o indivíduo de acordo com as exigências do mercado. A educação passa a ser reforçada como meio de maximização de lucro, por isso, não é qualquer educação que deve ser ministrada, mas sim a geradora de certas capacidades e valores, os quais possibilitam “melhorar tanto a eficiência econômica como a coesão social” (GIDDENS, 2007, p. 54).

Outra concepção que corrobora a teoria de capital humano é denominada de capital social, a qual vem sendo propagada, principalmente, pelos intelectuais Francis Fukuyama e James S. Coleman, a fim de empreender nas pessoas a capacidade de resolutividade de seus problemas locais. “Ela é utilizada junto às noções de ‘pobreza’ e de ‘desenvolvimento social sustentado’ para orientar a definição das políticas sociais neoliberais focalizadas” (LIMA; MARTINS, 2005, p.

62-63).

A teoria de capital social vem balizando a proposta da Terceira Via quanto à mobilização comunitária, para reforçar a concepção de Estado mínimo na esfera social e responsabilizar cada sujeito, comunidade, organizações sociais e associações voluntárias a abraçar os serviços sociais. Para Giddens (1996), o cultivo do capital social é imprescindível à economia do conhecimento. Dessa forma, o individualismo que se ascende na era contemporânea não se contrapõe às virtudes relacionadas à cooperação e colaboração, pelo contrário, essas são estimuladas pelo novo individualismo. O autor expõe que o capital social promove um individualismo responsável. É a partir da união com outro, no respeito mútuo e em objetivos partilhados que se desenvolve o capital social. Essa categoria de capital é explicada por Giddens como:

"o capital social refere-se às redes de confiança que indivíduos podem estabelecer para apoio social, como o capital financeiro pode ser acumulado para investimento. Como capital financeiro, capital social pode ser expandido - investido e reinvestido". Ademais, ou melhor, em consequência desta característica intrínseca, ele é visto como de "fundamental importância na sociedade civil", tornando possível a civilidade cotidiana, que é fator de crucial importância para uma "efetiva vida pública". No contexto da nova economia, "ele tem uma outra específica significação. É a base das redes que tem papel relevante na inovação" (GIDDENS, 2000a, p. 78 *apud* SAUL, 2003, p. 19-20).

O capital social associado ao capital humano é parte do pacote da nova sociabilidade para conter os efeitos devastadores do capitalismo em sua fase contemporânea, também para introduzir os novos indicadores sociais que dialogam com o Estado reformado, a fim de minimizar os custos com o social para encher os bolsos dos capitalistas e, ao mesmo tempo, promover um capitalismo "sustentável" visando à sociedade pacífica.

Esse formato de Estado tem atribuições definidas e funções delimitadas que indicam as novas estratégias burguesas para acumulação do capital. Conforme reitera um dos ideólogos da Terceira Via, cabe ao Estado ser um facilitador, habilitador "ainda envolvido no custeio e na regulamentação dos serviços, mas não necessariamente em sua prestação" (LATHAM, 2008, p. 54). Giddens acrescenta ainda que

[...] o governo e o Estado não devem 'alimentar, abrigar ou vestir' seus cidadãos, mas 'assegurar as condições sob as quais os cidadãos sejam capazes de ganhar por seus próprios esforços tudo o que for necessário para uma plena eficiência cívica. (GIDDENS, 2001, p. 90-91).

Essas proposições indicam que a visão do Estado, quanto às políticas sociais, é de que eram caridades prestadas por benevolência e, agora, para se ter acesso aos serviços é necessário que todos o executem. Com esse horizonte, a Terceira Via afirma que "as políticas sociais devem fazer uso das capacidades de autoajuda das próprias pessoas". Em vez de meramente transferir renda, as agências de seguridade social precisam ajudar as pessoas a ajudar a si mesmas" (GIDDENS, 2007, p. 165). Ao contrário do que a Terceira Via dissemina, Martins esclarece que as políticas sociais são frutos da luta de classes e, portanto, conquista dos trabalhadores:

As políticas sociais e os direitos sociais nunca foram resultantes da 'percepção' benevolente ou puritana dos funcionários do aparelho de Estado ou do capital. No mundo contemporâneo, elas sempre foram, e continuam sendo, uma questão política e econômica determinada pela luta de classes, envolvendo o estágio da organização da produção e a correlação de forças existentes. Portanto, as políticas sociais não são concessões. Não é porque o bloco histórico do capital se reorganizou, recuperando a unidade social em torno de sua concepção de mundo através do exercício da dominação e da direção intelectual e moral sobre o conjunto da sociedade, que os determinantes da política social podem ser abolidos. (NEVES, 1994 *apud* MARTINS, 2009, p. 82).

Para revelar ainda mais a proposta da Terceira Via quanto à função do Estado no âmbito social, Giddens expõe a seguinte orientação aos governos:

[...] programas convencionais de socorro à pobreza devem ser substituídos por abordagens centradas na comunidade, que permitem uma participação mais democrática além de serem mais eficazes. A formação de comunidades enfatiza as redes de apoio, o espírito de iniciativa e o culto do capital social como meio de gerar renovação econômica em bairros de baixa renda. O combate à pobreza requer uma injeção de recursos econômicos, mas aplicados para apoiar a iniciativa local. Deixar as pessoas se atolarem em benefícios tende a excluí-las da sociedade mais ampla. (GIDDENS, 2001, p. 120).

A partir dessa acepção, é necessário que o Estado educador conduza uma nova cultura cívica mediante as parcerias com a sociedade civil, a fim

de que todos se tornem empreendedores. O Estado então promove as redes de cooperação, garante a liberdade e autonomia para o sujeito empreender o seu próprio sucesso, protege a propriedade privada e, é claro, empenha um de seus papéis principais, qual seja, o cumprimento das leis, que de acordo com Giddens é “pré-requisito básico do governo democrático” (GIDDENS, 2001, p. 70).

O instrumento de consolidação desse novo pacto são as parcerias público-privadas, as quais devem ocorrer sob a plataforma da denominada “nova economia mista”, na qual a lógica do mercado é reforçada como um modelo a ser materializado na aparelhagem estatal. Nela, os empresários são convidados a se juntarem “para realizar projetos importantes demandados pelo ‘interesse público’ e comprometidos com o desenvolvimento”. Nesse sentido, Giddens (2001, p. 135) argumenta que:

[...] as parcerias em projetos públicos podem conferir ao empreendimento privado um papel mais amplo em atividades que anteriormente os governos proviam, assegurando ao mesmo tempo que o interesse público permaneça dominante.

A Terceira Via defende que não se trata do rebaixamento do governo aos caprichos do mercado, visto que:

[...] a nova economia mista busca uma nova sinergia entre os setores público e privado, utilizando o dinamismo dos mercados, mas tendo em mente o interesse público. Ela envolve um equilíbrio entre regulação e desregulação, num nível transnacional bem como em níveis nacional e local; e um equilíbrio econômico e não-econômico na vida da sociedade. (GIDDENS, 2001, p. 109-110).

Essa proposta busca novas relações entre o Estado e o mercado, definindo as fronteiras entre o público e o privado. Nesse sentido, a Terceira Via defende que “ressuscitar as instituições públicas é uma tarefa fundamental. Contudo, não se deve identificar as instituições públicas apenas com o governo e o Estado” (GIDDENS, 2001, p. 61). Na esteira dessa definição, a terminologia do que é público passa a ser ampliado a fim de contemplar os setores privados na prestação de serviços, no entanto, com interesse e recursos públicos. É importante analisar o que se esconde no discurso repleto de sutilezas, cujo objetivo é tornar a realidade em sua aparência fenomênica. Por isso, Freitas (2018) expõe que:

Para a sobrevivência do público, é preciso que se distinga radicalmente entre público e privado. Público é um bem-comum gerido democraticamente, é uma 'instituição' social; privado é uma propriedade de alguém, uma 'organização' administrada privadamente – tanto do ponto de vista do *locus* de poder quanto dos métodos. (FREITAS, 2018, p. 54-55).

O que a Terceira Via faz é misturar os interesses públicos e privados e, ao mesmo tempo, separar o caráter político das instituições privadas que compõem a sociedade civil³⁵, como se essa instância fosse dotada apenas de mecanismos que viabilizam a eficiência e de sujeitos comprometidos com o bem comum.

Assim, o campo da sociedade civil que adquire protagonismo para a execução das políticas sociais é o terceiro setor, que nas palavras de Giddens (2001, p. 86) “podem oferecer opções de escolha e capacidade de resposta na prestação de serviços públicos. Eles podem também ajudar a promover a cultura cívica local e algumas formas de desenvolvimento comunitário”. Em contraposição a essa aceção, Peroni (2008, p. 13) esclarece que o terceiro setor, como proposta nuclear da Terceira Via, é funcional “tanto para que o Estado não seja mais o principal executor das políticas sociais como para que o conteúdo mercantil possa, através das parcerias, aprofundar a lógica de mercado nas políticas públicas, ‘qualificando-as’.”

Para Montañó (2008), o terceiro setor é resultado das transformações do capital, conduzido pela fração monopolista. Esse espaço assume uma aparência despolitizada, que na realidade, visa ocultar as mudanças introduzidas na questão social que são articuladas com os interesses de classe. Peroni (2008, p. 14) elenca três mudanças no campo social que serão consolidadas com a expansão do terceiro setor:

Primeiro, com a transferência da responsabilidade da questão social do Estado para o indivíduo, que a resolverá através da auto-ajuda, ajuda mútua ou, ainda, adquirindo serviços como mercadorias. Segundo, as políticas sociais passam a ser focalizadas, perdendo, assim, seu princípio universalista. Terceiro, com a descentralização administrativa, as políticas tornam-se ainda mais precarizadas, entre outros problemas, porque são transferidas as competências sem os recursos correspondentes e necessários para executá-las. (PERONI,

³⁵ Assim, como Peroni (2013, p. 10) destacamos que a sociedade civil aqui referida, é no sentido mercantil, “onde o privado está vinculado ao mercado”.

2008, p. 14).

Apesar de o discurso da Terceira Via ser repleto de palavras que atraem a nossa mente e ganham o nosso coração, como, cidadania, igualdade, participação, democratização, transparência, combate à corrupção, justiça social, dentre tantos outros, e por mais que Anthony Giddens tenha dito que suas propostas se afastam da ideologia neoliberal, o que é possível evidenciar é o fato de que a essência neoliberal é reproduzida pela Terceira Via, a qual tenta introduzir mudanças nos programas políticos, econômicos e novos valores a fim de abrandar a perversidade do capitalismo.

Na próxima seção são expostas as principais elaborações teóricas da Terceira Via e do neoliberalismo que os tornam tão próximos, corroborando as teses de autores comprometidos com a veracidade das análises, os quais não se iludem com a aparência do objeto, mas empreendem esforços para ir além da forma adquirida pelo discurso, a fim de desvendá-lo tal como é.

Sob a bandeira de terceiro caminho, a Terceira Via vem reforçando múltiplos mecanismos de privatização para conduzir as políticas educacionais brasileiras mediante a adoção de conceitos próximos à corrente neoliberal da *public choice*. Concepções como público-não estatal, quase mercado, são palavras que mascaram as reais intenções da Terceira Via, utilizadas para lograr aceitação social, mas que, na realidade, visam transformar o que é público em privado, e a educação em mercadoria, cuja qualidade é garantida para aqueles que podem pagar, e os que não podem contam com as ações benevolentes do voluntariado.

4.3 NEOLIBERALISMO E TERCEIRA VIA: RUPTURAS E CONTINUIDADES

As promessas elaboradas por Anthony Giddens referentes à Terceira Via se firmam em um programa político de solução para os efeitos indesejados surgidos na sociedade contemporânea. Ao mesmo tempo, o autor a conceitua como um fenômeno inédito, longe dos velhos caminhos políticos, mas sem descartá-los por completo. O discurso se pauta em um terceiro caminho entre os ideais da direita, representado pelo liberalismo, e da esquerda pelo socialismo. Por

isso, expressões como social-democracia renovada e política de centro-esquerda são difundidas pelo autor.

Contudo, a Terceira Via é conceituada pelos seus críticos como uma faceta neoliberal que se eleva para gerar estabilidade social. Partindo desse pressuposto, nessa seção serão elucidadas as principais propostas da Terceira Via e do neoliberalismo, onde tais caminhos levam a humanidade e quais são os sujeitos beneficiados pela consolidação de tais ideias.

Desse modo, com base em Montaño (2008), Chauí (1999), Peroni (2008), Martins (2009) e Neves (2005), foi escamoteado o fenômeno da Terceira Via, sendo exposto o real significado de seus discursos, os quais são repletos de palavras que acalentam a nossa alma por serem próximas de um viés revolucionário, mas que em seus significados denotam valores comprometidos com uma perspectiva social conservadora.

O núcleo da proposta da Terceira Via e do neoliberalismo se consubstancia na reestruturação do Estado. As justificativas são semelhantes, apontam o Estado como culpado pela crise econômica enfrentada pelo capitalismo após a década de 1970. Contudo, para Giddens, a reforma do Estado empreendida pela Terceira Via é uma alternativa tanto ao neoliberalismo como para a social-democracia, visto que “os neoliberais querem encolher o Estado; os social-democratas, historicamente, têm sido ávidos para expandi-lo. A Terceira Via afirma que é necessário reconstruí-lo” (GIDDENS, 2001, p. 80).

Para convencer a sociedade da necessidade de reformas, o neoliberalismo narra que forças progressivas que prometem liberdade e distribuição igualitária das riquezas, na verdade, conduzem a humanidade à regressão, servidão e miséria. As análises hayekianas colocam o socialismo, o keynesianismo, partidos sociais-democratas, nazismo e fascismo em um só plano, os quais consolidados ameaçam a liberdade individual sob a qual se erguera a civilização ocidental.

Por isso, a sociedade deve fechar as brechas que conduzem a esse caminho. Nesse sentido, a reforma do Estado se destaca como uma ação que coíbe os movimentos totalitários. A solução possui por pilar o mercado, visto como entidade soberana, impessoal, eficiente e geradora de prosperidade econômica. O Estado tem suas funções redefinidas para deixar o soberano mercado atuar. Portanto, cabe ao Estado fomentar um ambiente de concorrência, mediante uma estrutura que permita o funcionamento adequado do mercado:

Essa doutrina não nega, mas até enfatiza que, para a concorrência funcionar de forma benéfica, será necessária a criação de uma estrutura legal cuidadosamente elaborada, e que nem as normas legais existentes, nem as do passado, estão isentas de graves falhas. (HAYEK, 1990, p. 58).

Essa premissa é corroborada pela Terceira Via, que além de confirmar os atributos neoliberais elencados ao mercado, afirma:

Os mercados têm, ou podem ter resultados benéficos que vão além da eficiência da produção. Uma economia de mercado bem-sucedida tem um 'currículo oculto' importante. Se adequadamente reguladas, as trocas de mercado são essencialmente pacíficas. As relações de mercado têm sido impostas frequentemente pelo uso da força. Todavia uma vez que uma economia de mercado tenha se estabelecido, as que pessoas permanecem em relacionamento de troca têm poucos motivos para recorrer à força. (GIDDENS, 2001, p. 42).

Assim, o mercado é um sistema que gera prosperidade, garante a liberdade de iniciativa privada e respeita a democracia, visto que o consumidor é quem escolhe o que será comercializado e os valores que serão atribuídos. No entanto, o mercado tem falhas que não são solucionadas naturalmente, mas é preciso uma "mão visível" para resolvê-las. Nesse sentido, a utopia de mercado livre entra em xeque, pois o Estado deve abraçar as áreas que, deixadas ao mercado, trazem efeitos nefastos à ordem social.

Essas consequências indesejadas são identificadas por Friedman como o problema dos "efeitos de vizinhança", o qual impede que as trocas voluntárias sejam realizadas. Em resumo, são os impactos exercidos pela ação de certos indivíduos a terceiros que não podem ser computadas. Como exemplo, o autor cita que o governo deve exigir e contribuir com o financiamento de uma educação mínima para os indivíduos, a fim de transmitir valores que contribuem para o bem-estar da população, bem como conhecimentos que alimentam os anseios do sistema produtivo.

Hayek colabora com essa afirmação ao expor que o Estado deve garantir os meios para a subsistência básica do cidadão a fim de conservar a capacidade de trabalho deste. A Terceira Via, em direção a essa perspectiva, dissemina que certas áreas não podem ser comercializadas, pois intensificaria a

desigualdade social. Nas palavras de Giddens (2001, p. 44), “as economias de mercado geram externalidades, cujas implicações sociais devem ser administradas por outros meios”.

De forma resumida, a preocupação desses autores é garantir um exército de pessoas com valores e conhecimentos voltados para atender ao mercado de trabalho. Em poucas e claras palavras, “a existência de um enorme contingente de desempregados permite ao capitalista pressionar os salários para um nível inferior; essa é a função primária que o exército industrial de reserva desempenha sob o capitalismo” (NETTO; BRAZ, 2012, p. 147).

Esse objetivo foi uma das premissas do programa político neoliberal ao conquistar o poder. O modelo neoliberal inglês se encarregou de atacar os movimentos sindicais com veemência, pois uma de suas primeiras ações consistiu na imposição de uma nova legislação antissindical, que cortou gastos sociais e deixou mais de três milhões de pessoas desempregadas (MORAES, 2001). Em sintonia com esses objetivos, a Terceira Via agindo de uma forma mais branda, buscou substituir o “‘velho sindicato classista’ pelos ‘novos movimentos sociais’, particularistas, segmentados, por fora do aparelho do Estado, das contradições de classes, sem articulação com os partidos políticos, com os sindicatos, sem questionar a produção e a distribuição” (MONTAÑO, 2008, p. 149). Ferrera, Hemerijck e Rhodes, ideólogos da Terceira Via, afirmam que “os sindicatos precisam deixar de lado sua antiga luta por uma distribuição igualitária” (2007, p. 187).

O discurso pauta-se na ideia de que é preciso desregularizar as leis trabalhistas para incluir os sujeitos que estão fora do mercado de trabalho. Sendo assim, reestruturar o arcabouço legal no campo trabalhista era necessário para fomentar a competitividade dos trabalhadores em busca de maiores aperfeiçoamentos profissionais e incluir os excluídos. A Terceira Via entende que:

[...] os mercados de produto, capital e trabalho devem ser flexíveis para que uma economia seja competitiva. ‘flexibilidade’, para muitos, é motivo de aflição. Especialmente quando aplicado aos mercados de trabalho, a flexibilidade implica desregulamentação, tornando os trabalhadores vulneráveis à insegurança econômica e expandindo o número de pobres com trabalho. A flexibilidade na verdade acarreta a desregulamentação – desfazendo, ou remodelando, as normas e regulamentos que tolhem a inovação e a mudança tecnológica. (GIDDENS, 2001, p. 80).

As leis que protegem o trabalhador e estabelecem um teto mínimo salarial são, para Friedman, um empecilho para a troca voluntária entre trabalhadores e capitalistas. O que o neoliberalismo propõe é um ambiente que permita a livre mobilização e deslocamento geográfico da força de trabalho para atender ao capital. No entanto, não é qualquer tipo de sujeito que o capitalismo contemporâneo requer, e sim, sujeitos com determinados perfis e qualificações que colaborem com a elevação da taxa de lucro dos capitalistas.

Apesar dos inefáveis elogios à livre mobilidade do mercado, uma sociedade capitalista não pode existir sem a figura do Estado, já que para os defensores do capitalismo, ainda que o mercado seja um soberano dotado de atributos essenciais para a humanidade, ao mesmo tempo é causador de danos capazes de gerar instabilidade social. Todavia, o problema não está no mercado, mas na atuação do Estado que, por sua dimensão, acarreta sérios problemas para liberdade individual. Conforme reiterado pela Terceira Via, “onde o Estado é superdesenvolvido, o governo efetivo torna-se difícil, e o poder estatal pode começar a se sobrepor aos desejos e liberdades dos cidadãos” (GIDDENS, 2007, p. 24).

Dito de outro modo, um Estado grande ameaça a liberdade dos cidadãos. Por isso, os neoliberais deixam claro que a atuação do Estado deve se limitar a campos que são inviáveis para a iniciativa privada, isto é, que não é possível extrair lucros. Outra função do Estado que não pode ser delegada é a elaboração e fiscalização das leis que permitem o livre uso da propriedade privada, bem como sua proteção contra terceiros.

Contudo, o neoliberalismo ortodoxo não pôde lograr ao capital uma estabilidade mais duradoura. Era preciso uma revisão dos preceitos neoliberais de forma a manter o mesmo esqueleto em novas roupagens. Portanto, “as diferenças da Terceira Via em relação ao neoliberalismo não são de conteúdo e de princípio, mas sim de forma e estratégia” (MARTINS, 2009, p. 67).

As premissas básicas do neoliberalismo foram preservadas pela Terceira Via. As elaborações teóricas de Hayek sobre o individualismo, liberdade e o Estado foram reproduzidas por Anthony Giddens com uma nova faceta, que contemplou novos cenários estratégicos. O próprio teórico da Terceira Via reconheceu que “o neoliberalismo não é uma filosofia política viável. A principal razão é que ele não tem uma teoria efetiva ou política relevantes para o desenvolvimento de uma sociedade coesa e integrada” (GIDDENS, 2007, p. 40).

Dessa forma, a missão da Terceira Via era consolidar um amplo programa de contra reformas³⁶ iniciadas pelos neoliberais, mas sem gerar fissuras à ordem social:

O problema da Terceira Via não se relaciona à construção de um projeto alternativo, mas sim à melhor maneira de reformar o sistema, principalmente, no que diz respeito à sociabilidade, ou seja, reduzir os antagonismos em simples diferenças, minimizando-os como específicos a grupos de indivíduos para, com isso, assegurar um equilíbrio social mais estável e duradouro da ordem do capital. (MARTINS, 2009, p. 67).

O neoliberalismo preparou o terreno para a aceitação da Terceira Via, iniciou programas de combate ao movimento classista, flexibilizou leis trabalhistas, reduziu o dispêndio do Estado com programas sociais e disseminou ideias de que a máquina estatal por abarcar serviços que outrora eram realizados pelo mercado, família e comunidade, tornou-se ineficiente e geradora de crises econômicas. Portanto, o aprofundamento de medidas impopulares que envolvem a redução de direitos sociais e a intensificação da exploração requer mais do que a propagação de um Estado incompetente, e sim um conjunto de ações, valores e ideias que convencem a classe em oposição de que o remédio amargo é o único meio de incluir os desfavorecidos e conciliar propostas diferentes que se convergem para uma sociedade de bem-estar.

A arquitetura desse plano contemplou o Estado como responsável pela condução e desenvolvimento de uma moralidade comum entre os cidadãos, que favoreceram a reprodução ampliada do capital dirigida sob o comando das frações monopolistas. Esse tipo de Estado intensifica sua função de educador e “desenvolve uma pedagogia de hegemonia com ações concretas na aparelhagem estatal e na sociedade civil” (NEVES; SANT’ANNA, 2005, p. 27). Diante desse contexto, Neves faz o seguinte destaque:

O Estado educador, como elemento da cultura ativa, deve servir para determinar a vontade de construir, no involucro da sociedade política, uma complexa e bem-articulada sociedade civil, em que o indivíduo

³⁶ “[...] pela primeira vez na história do capitalismo, a palavra reforma perdeu o seu sentido tradicional de conjunto de mudanças para ampliar direitos; a partir dos anos oitenta do século XX sob o rótulo de reforma(s) o que vem sendo conduzido pelo grande capital é um gigantesco processo de contra-reforma (s) destinado à supressão ou redução de direitos e garantias sociais”. (NETO; BRAZ, 2012, p. 239).

particular se governe por si sem que, por isso, esse autogoverno entre em conflito com a sociedade política, tornando-se, ao contrário, sua normal continuação, seu complemento orgânico. (GRAMSCI, 2000b, p. 279 *apud* NEVES; SANT'ANNA, 2005, p. 26).

Desse modo, a estratégia da Terceira Via consistiu em disseminar um sistema moral que contemplasse solidariedade, responsabilidade social e liberdade individual, de modo que para a materialização de um fosse necessária a consecução do outro. Esses atributos, em conjunto, deveriam guiar o indivíduo contemporâneo, o qual não apenas deve ter sua liberdade de escolha preservada, mas deve também cumprir com suas obrigações sociais. Esta asserção corrobora, grandemente, os postulados de Hayek a respeito do “individualismo como valor moral radical”, visto que a Terceira Via, além de conservar o princípio hayekiano que concebe o respeito ao indivíduo associado à liberdade do comércio, amplia tal concepção:

[...] a Terceira Via incorpora e supera a concepção de individualismo do pensamento (neo) liberal quando defende a ideia que o indivíduo renovado seria capaz de ir além de seus limites de poder imaginação, envolvendo um conjunto maior de questões, sem que isso significasse, uma perda de sua capacidade de exercer seu autogoverno. (LIMA; MARTINS, 2005, p. 61).

Para justificar a proeminência de uma sociedade em que a riqueza produzida socialmente é apropriada por poucos, Hayek (2013) conceitua o ser humano como dotado de capacidades que se limitam a buscar seus próprios interesses. Caso exista, em sua escala de valores, o desejo de ajudar o próximo, o sujeito deve procurar pessoas com objetivos análogos para empreender meios em prol de sua consolidação. Esse último aspecto é ampliado pela Terceira Via, a qual defende que o cidadão tem responsabilidades sociais a cumprir e precisa ser inovador e empreendedor para colaborar com uma sociedade de bem-estar. A substituição dessa semântica, longe de ser ingênua, expressa objetivos políticos intencionais que confirmam a implementação da nova pedagogia da hegemonia, conforme explicado por Chauí (1999):

[...] com a substituição da expressão “Estado do Bem-Estar” por “Sociedade do Bem-Estar”: o Estado faz parcerias com empresas, sobretudo as do terceiro setor (ou serviços), para a criação de empregos e se desobriga de salário-desemprego; o Estado faz

parcerias com empresas de saúde e se desobriga da saúde pública gratuita; o Estado faz parcerias com as empresas de educação e se desobriga da educação pública gratuita etc. (CHAUÍ, 1999, p. 6).

A partir dessas referências, a Terceira Via atualiza as estratégias neoliberais para consubstanciar um Estado mínimo no quesito social. A reestruturação do Estado passa a contemplar as organizações da sociedade civil sem fins lucrativos, como responsáveis por esses serviços. Dessa forma, a Terceira Via reproduz as mesmas finalidades neoliberais de diminuir os gastos do Estado com políticas sociais, visando ao redirecionamento dos fundos públicos para atender as necessidades capitalistas. Como bem observou Netto e Braz:

Na medida em que o Estado é comandado pelos interesses do capital, não é preciso muito esforço para verificar que a destinação dos fundos públicos atende prioritariamente a tais interesses ou seja, o orçamento é geralmente utilizado como um instrumento que repassa renda dos trabalhadores alocados à produção aos capitalistas e aos segmentos improdutivos. (NETTO; BRAZ, 2012, p. 135).

Diante disso, observa-se que o Estado pretendido não é mínimo, mas voltado aos interesses do capital. Afinal, “a principal preocupação da Terceira Via não é a escala de intervenção econômica do governo, mas a maneira como ela é dirigida” (GIDDENS, 2007, p. 60). O Estado reformado da Terceira Via mantém os objetivos neoliberais intactos, quais sejam, “reverter a queda da taxa de lucro e criar condições renovadas para a exploração da força de trabalho” (NETTO; BRAZ, 2012, p. 230). A figura do Estado como criador e fiscalizador das regras do jogo é semelhante aos princípios defendidos pela Terceira Via, mudam-se apenas as palavras para facilitador, habilitador e regulamentador, mas a finalidade é a mesma.

A defesa pela descentralização governamental postulada por Friedman possui como característica a transferência da execução dos serviços lucrativos para a iniciativa privada, angariar lucros a partir daqueles que podem pagar e, no caso dos que não podem arcar com os custos, incentivá-los a buscar tais serviços em organizações filantrópicas. Desse modo, o governo proposto pelos neoliberais é:

Um governo que preservou a lei e a ordem, definiu direitos de propriedade, serviu como meio para modificar direitos de propriedade

e outras regras do jogo econômico, arbitrou disputas sobre a interpretação das regras, garantiu a execução de contratos, promoveu a competição, forneceu um arcabouço monetário, envolveu-se em atividades para combater os monopólios técnicos e superar os efeitos de vizinhança, considerados, em geral, bastante importantes para justificar a intervenção governamental, e suplementou a filantropia privada e a família privada ao proteger o irresponsável, seja louco, seja criança . (FRIEDMAN, 2014, p. 37).

Essa proposta se assemelha ao processo de democratização da democracia requerida por Giddens (2007), visto que a Terceira Via associa democracia com os princípios liberais burgueses, identificada como liberdade de comprar e vender, bem como autonomia para exercer seu autogoverno. A partir desse último aspecto, a Terceira Via define suas estratégias.

O Estado de bem-estar social é substituído por indivíduos que buscam promover o seu bem-estar mediante a liberdade para empreender o seu sucesso ou fracasso. Esforço e responsabilidade devem caminhar juntos para direcionar as ações desse indivíduo contemporâneo. A partir do discurso dos neoliberais, a Terceira Via desconsidera os fatores externos que se relacionam com cada sujeito, atribuindo a esse a responsabilidade de melhorar a sua sorte e dos demais por intermédio de ações criativas, inovadoras e empreendedoras que possibilitem sua introdução no universo produtivo. Para impulsionar essa prática:

[...] o governo e o Estado não devem 'alimentar, abrigar ou vestir' seus cidadãos, mas 'assegurar as condições sob as quais os cidadãos sejam capazes de ganhar por seus próprios esforços tudo o que for necessário para uma plena eficiência cívica. (GIDDENS, 2001, p. 90-91).

A reconfiguração do Estado consiste em torná-lo ativista, de modo que se envolva “no custeio e na regulamentação dos serviços, mas não necessariamente em sua prestação” (LATHAM, 2007, p. 54). Para tal, a proposta da Terceira Via busca a formatação da aparelhagem estatal a fim de redefinir a natureza das políticas sociais. A Terceira Via defende que as “políticas sociais devem fazer uso das capacidades de autoajuda das próprias pessoas, em vez de, meramente, transferir renda; as agências de seguridade social precisam ajudar as pessoas a ajuda a si mesmo” (GIDDENS, 2007, p. 165).

Desse modo, a defesa pelo Estado mínimo para as políticas sociais também se faz presente na Terceira Via, visto que por trás do discurso de

reconstrução do Estado através do aprofundamento e ampliação da democracia, atribuindo responsabilidades das políticas sociais à sociedade civil, tem-se a elaboração de políticas pautadas em parcerias entre o público e o privado, tendo em vista o dinamismo do mercado.

Se antes a instituição capaz de solucionar os problemas econômicos e sociais era o mercado desregulado, com a Terceira Via propaga-se um discurso de fortalecimento da sociedade civil, para que o Estado e o mercado exerçam com excelência suas funções. A ideia disseminada se aperfeiçoa na medida em que a sociedade civil é vista como um campo distante de interesses políticos e de fins lucrativos, um cenário neutro, no qual todos os sujeitos se unem para construir uma sociedade pacífica e justa. Nesse campo, não há divisão de classes, visto que todos possuem a mesma intencionalidade, são empresários de diferentes ramos, mas todos contribuem com o desenvolvimento econômico e a distribuição da riqueza social:

Os empresários sociais e cívicos são tão importantes quanto aqueles que trabalham diretamente em um contexto de mercado, uma vez que o impulso e a criatividade necessários no setor público, e na sociedade civil, são os mesmos de que se precisa na esfera econômica. (GIDDENS, 2001, p. 80).

Esses valores sedimentados pela Terceira Via sinalizam um ataque à identidade de classe, mediante a propagação de que não há classes, mas grupos sociais que deixam suas diferenças a fim de participar de uma ampla rede de solidariedade em prol da redução das mazelas sociais. Semelhante são as afirmações de Mises (2015, p. 28), o qual aponta que na sociedade capitalista o homem comum, que outrora era escravo, mendigo, indigente ou servo transformou-se no consumidor soberano, caracterizado como “os patrões que têm o poder de fazer fornecedores pobres tornarem-se ricos e fornecedores ricos tornarem-se pobres”.

Esses conceitos camuflam uma sociedade dualista e coíbe o fortalecimento do movimento político da classe trabalhadora, já que coloca todos os indivíduos em um mesmo patamar, negando a lógica totalizante do capitalismo e a relação de forças antagônicas que influem em todas as relações sociais.

Assim, a estratégia da Terceira Via em continuação com os preceitos neoliberais foi a de dismantlar as organizações políticas da classe

trabalhadora contra a ordem capitalista. Um movimento que consistiu em traçar novas formas de manutenção da ordem burguesa por intermédio do reforço da sociedade civil como espaço para difundir valores, práticas e ideias que contribuem para a formação de uma cultura cívica que mobilize os indivíduos a se responsabilizarem pelos problemas gerados pelo capital.

Essas formas de dominação do poderio burguês foram impulsionadas pela politização da sociedade civil, a qual viabilizou meios para que a luta de classes adquirisse um novo formato. Para entender essas mudanças, Neves e Sant'anna (2005, p. 24) esclarecem que:

A politização da sociedade civil propiciou à burguesia um novo conteúdo e uma nova forma às suas estratégias de dominação, transformando-a, simultaneamente, de modo mais equilibrado, em classe dominante e classe dirigente. Com a conquista dos aparelhos privados de hegemonia de tipo tradicional, a criação de novos aparelhos ou o controle e a refuncionalização de espaços difusores de idéias [sic] das classes dominadas, essa burguesia vem conseguindo, historicamente, traduzir seu domínio econômico-político em direção de toda a vida social. Mais ainda, a politização da sociedade civil demanda um novo formato às disputas pelo próprio poder, uma vez que a balança entre coerção e consenso ou repressão e convencimento terá de ser direcionada pela busca incessante de legitimação de um conjunto de práticas e idéias [sic] destinadas à tentativa de conversão de interesses particulares em gerais, a qual, se dotada de êxito, irá colaborar para que a classe burguesa consiga resolver a seu favor a possível (e sempre presente) contradição entre domínio e direção, tornando esses termos complementares e, para a sociedade, não-conflitantes. (NEVES; SANT'ANNA, 2005, p. 24).

Nessa direção, o neoliberalismo ortodoxo não bastava para lograr o consenso da população em prol do projeto societário dominante. Foi preciso alinhar novas estratégias aos preceitos básicos neoliberais. Assim, a Terceira Via apresenta, como cerne de suas propostas, a renovação da sociedade civil, com a intenção de enfraquecer esse espaço como viabilizador do projeto revolucionário e reproduzi-lo como o *locus* da solidariedade social. Por isso, “a disseminação do programa político da Terceira Via foi também, em certa medida, uma resposta política à série de eventos e protestos antiglobalização e anticapitalista que reuniram diversas organizações e manifestantes em várias partes do mundo, entre os anos de 1998 e 2001”. (MARTINS, 2009, p. 64).

Dessa forma, a renovação da cultura cívica pressupõe como alicerce

uma nova dinâmica entre o Estado e a sociedade civil. Essa passa a ser “reeducada’, visando a pavimentação da via capitalista” (MARTINS, 2009, p. 66). Denominada como sociedade civil ativa, constitui-se como um ambiente voltado para a restauração de valores da solidariedade social que promovem uma sociedade coesa. Portanto, a sociedade civil deixa de ser palco de disputas ideológicas para se tornar um lugar em que os esforços de diferentes grupos, sujeitos e empresários se convergem para resolver os problemas sociais.

No entanto, esse sentimento em comum direcionado para ajudar o próximo deve ser despertado nos sujeitos. O papel do Estado renovado seria o de estabelecer um arcabouço legal que impulsiona o comprometimento dos sujeitos com as mazelas sociais que assolam sua comunidade. Por isso, o Estado empreendido pela Terceira Via tem como premissa a elaboração de um novo contrato social, “baseado no teorema ‘não há direitos sem responsabilidades’. Quem lucra com os bens sociais deve usá-los com responsabilidade e dar algo em troca à comunidade”. (GIDDENS, 2001, p. 58).

A partir dessas referências, a Terceira Via propõe o engajamento dos empresários com a questão social. Neste ínterim, “os grupos e organizações empresariais devem ser ativamente recrutados para ajudar a criar uma sociedade, tanto no nível local como mundial, em que tenham um papel responsável”. (GIDDENS, 2001, p. 144). Assim, a Terceira Via torna a responsabilidade social um pressuposto básico de sua política, contudo, não no sentido dos neoliberais ortodoxos, pois Friedman postulou que:

Difunde-se com rapidez a opinião de que os executivos de empresas e os líderes trabalhistas têm ‘responsabilidade social’ que vai além de servir aos interesses dos acionistas ou de seus representantes. Essa visão revela grave equívoco quanto ao caráter e à natureza da economia livre. Nesse contexto, as empresas têm uma única e exclusiva responsabilidade social – usar seus recursos e envolver-se em atividades com o objetivo de gerar mais lucro, desde que observe as regras do jogo, ou seja, contanto que participem da competição aberta e livre, sem dissimulação ou defraudação. (FRIEDMAN, 2014, p. 136-137).

Nessa direção, para a classe dominante se estabelecer como dirigente, de forma que gerasse uma estabilidade política mais duradoura, era necessária uma atividade educativa que contemplasse novos valores para a formação cultural dos empresários, com o intuito de que esses assumissem um novo

papel no campo social a fim de lograr legitimidade quanto a sua capacidade de gerar lucros e, ao mesmo tempo, de liderar as atividades que amenizam os danos causados por uma economia de mercado.

Essa plataforma que buscou representar a classe dominante como construtora de uma sociedade próspera e justa, capaz de conciliar no mesmo plano, interesses pessoais e coletivos, conta com a reestruturação da aparelhagem estatal para pavimentar a via de consolidação de seu projeto hegemônico. Diante disso, Giddens (1999, p. 91) afirma que “o governo tem um papel essencial a desempenhar no investimento em recursos humanos e nas infraestruturas necessárias à criação de uma cultura empresarial progressista”.

No caso, a relação entre o Estado e o empresariado passa a ser redefinida em função da reestruturação da aparelhagem estatal. Além de manter a ordem e zelar pelo cumprimento da lei, cabe ao Estado “indicar áreas prioritárias, o formato do projeto, o tipo de concessão pública, o tempo de exploração e os incentivos (renúncias) fiscais de estímulo ao investimento de capital privado”. Já ao empresariado “caberia realizar as obras, oferecer empregos, explorar as concessões e usufruir os incentivos disponibilizados, alavancando o desenvolvimento”. (MARTINS, 2009, p. 79).

Isso porque a reforma do Estado deve ter como primazia o modelo gerencial que se caracteriza pela adoção dos mecanismos de mercado em sua administração, no entanto, não com o intuito de substituir as atividades realizadas pela iniciativa privada, pelo contrário, o Estado deve atuar na coordenação e promoção dessas atividades por meio da isenção de impostos, elaborações, fiscalização de regras e pela criação de um arcabouço legal que possibilita a redefinição de atividades que outrora eram prestadas pelo Estado.

Esta asserção é grandemente corroborada pelas afirmações de Friedman (2014), o qual alega que um Estado de bem-estar substitui a liberdade de cada indivíduo, cria pessoas irresponsáveis que saqueiam dinheiros alheios mediante a atuação do Estado, que aloca recursos privados para políticas sociais privilegiando certos grupos. Esse formato de Estado, o qual é tido como extenso por prestar diretamente as atividades sociais, resulta em riscos morais segundo a Terceira Via, visto que além de gerar sujeitos dependentes, também incute “propensões a dependência, inatividade, burocracia, clientelismo, autoritarismo, cinismo, irresponsabilidade fiscal, fuga a responsabilidades, perda de iniciativa e

hostilidade à inovação, se não a franca corrupção” (GIDDENS, 2001, p. 62).

O último fenômeno descrito como corrupção é o cerne das justificativas da corrente neoliberal *Public Choice* para defender a redução do Estado com o social. De acordo com essa corrente, um Estado grande é uma abertura para corrupção, local em que os indivíduos atingem seus interesses privados. Buchanan descreve que o Estado de bem-estar é uma ferramenta que os políticos utilizam em troca de votos, por isso ao invés de agirem em prol do bem público, atuam para favorecer um segmento da população, deixando a minoria à mercê da sorte. De forma resumida:

Para compreender melhor a *Public Choice*, basta observar que o crescimento dos gastos públicos é devido ao auto-interesses de eleitores, políticos e burocratas, ou seja, os economistas e cientistas políticos ligados à *Public Choice* têm procurado demonstrar que os gastos públicos e a burocracia crescem de forma significativa e ineficiente tornando a empresa pública menos eficaz que a empresa privada. (DIAS, 2009, p. 35).

A *Public Choice* concebe o mercado e o Estado como dois universos diferentes, contudo, a existência de um é necessária para o funcionamento eficiente do outro. Enquanto o Estado deve atuar na provisão de bens públicos e na correção das falhas do mercado para seu funcionamento adequado, o mercado é visto como gerador de eficiência e promotor da liberdade de escolha individual (DIAS, 2009). Sendo assim, a intenção dos teóricos da *Public Choice* é conduzir o Estado ao modo operativo do mercado, ou seja, “tornar as decisões ‘não-mercado’, mais próximas das ‘decisões tipo mercado’.” (MORAES, 2001, p. 56). O resultado dessa cominação é identificado como conceito de “quase-mercado”. Tal conceito é explicado por Levacic (1995):

[...] a característica distintiva do quase-mercado para um serviço público é a separação do comprador, do vendedor e um elemento de escolha do usuário entre os vendedores. Aqui podemos considerar como comprador o Estado (por meio de seus representantes), como vendedor o gestor do serviço e o usuário é o cidadão. (*apud* SOUZA, 2010, p. 29).

Esses princípios se assemelham com as novas orientações empreendidas pela Terceira Via. A nova configuração assumida pelo aparelho estatal consiste em um Estado forte para criar, fiscalizar as regras e promover a

iniciativa privada mediante recursos fiscais. Já mínimo para as políticas sociais de forma a delegar essas atividades para as organizações da sociedade civil em nome do fortalecimento dessa instância:

[...] delegação de serviços sociais: porque, a menos que descubram um meio de aproveitar o potencial de associações mútuas e voluntárias, os governos não são capazes de fortalecer a sociedade civil – tanto de uma economia forte como de uma sociedade forte. (LATHAM, 2007, p. 57).

Desse modo, a ferramenta escolhida para consubstanciar esses preceitos são as parcerias entre as esferas públicas e privadas que propõe a lógica do mercado direcionada para atender aos interesses públicos:

[...] as parcerias em projetos públicos podem conferir ao empreendimento privado um papel mais amplo em atividades que anteriormente os governos proviam, assegurando ao mesmo tempo que o interesse público permaneça dominante. No devido tempo, o setor público pode fornecer recursos capazes de ajudar a empresa a florescer. (GIDDENS, 1999, p. 136).

Para tal, a Terceira Via defende a redefinição das políticas públicas de modo que as instituições públicas não sejam mais identificadas com o governo e o Estado. Assim, o Estado não precisa prestar determinados serviços diretamente, pois com a ampliação do que é público, pode prestá-los por meio de parcerias com a iniciativa privada que contempla os parâmetros do mercado, mas voltados para o interesse público. As parcerias podem abarcar as organizações, associações, empresas e entidades do setor privado de diferentes naturezas, inclusive sujeitos individuais voluntários.

Essas parcerias intensificam o processo de mercantilização em concomitância com a filantropização dos serviços sociais. Nesse contexto, o terceiro setor adquire protagonismo com estratégia funcional a reestruturação do capital na construção de um novo consenso. Montaño (2008, p. 22) destaca que o terceiro setor é:

Na verdade, um fenômeno real inserido na e produto e produto da reestruturação do capital, pautado nos (ou funcional aos) princípios neoliberais: *um novo padrão (nova modalidade, fundamento e responsabilidades)* para a função social de resposta às sequelas da “questão social”, seguindo os valores da solidariedade voluntária e

local, da auto-ajuda e da ajuda-mútua. (MONTAÑO, 2008, p. 22).

Apesar expor de boas ações, a figura do terceiro setor é vinculada à classe dominante, cuja intenção é empreender uma contrarreforma do que foi pactuado mediante o keynesianismo para os trabalhadores. Desmantelar o Estado de bem-estar e atuar na formação de valores que incutem ao cidadão a autorresponsabilização pelas questões sociais (MONTAÑO, 2008).

Além dessas medidas, sua função ideológica contempla o deslocamento da luta de classes do âmbito da superação para realização de ajustes que tornem o capitalismo melhorado. Sua função consiste em mistificar os interesses antagônicos e pacificar o movimento trabalhista, em prol de uma suposta união entre os opostos para a consolidação de objetivos pautadas na solidariedade e bem de todos. Conforme explica Montañó (2008, p. 18):

[...] no lugar de centrais lutas de classes, temos atividades de ONGs e fundações; no lugar da contradição capital/trabalho, temos a parceria entre classes por supostos “interesses comuns”, no lugar da superação da ordem como horizonte, temos a confirmação e “humanização” desta.

O terceiro setor é apresentado pela Terceira Via como uma solução para dicotomia entre público e privado. O público representado pelo Estado não serve para prestar diretamente os serviços no campo social; já o mercado direcionado pelo lucro não pode atender às mazelas sociais. Para resolver esse problema, tem-se o terceiro setor que “seria a articulação/intersecção materializada entre ambos os setores: o ‘público porém privado’, a atividade pública desenvolvida pelo setor privado (MONTAÑO, 2008, p. 54). Contudo, apesar da aparência de esfera neutra e eficiente, o terceiro setor carrega em suas práticas e valores o fundamento de seus mantenedores que, em sua maioria, são o Estado e empresas de grande porte.

A funcionalidade do terceiro setor compatibiliza com os princípios elementares da Terceira Via. Primeiro, desonerar o capital e o Estado pelos dispêndios necessários para manter a força de trabalho. Concomitantemente, elevar as taxas de crescimento do capital por meio da “criação de uma nova fração da burguesia – a burguesia de serviços – constitui-se um exemplo significativo” (NEVES; SANT’ANNA, 2005, p. 37). Assim, o “‘setor’ empresarial se volta para

atender demandas nas áreas da previdência social e da saúde, enquanto o ‘terceiro setor’ dirige-se, fundamentalmente, à assistência social, notadamente nos setores carentes” (MONTAÑO, 2008, p. 23).

Com os novos modelos de gestão produtiva que intensificam a exploração sobre o trabalhador, é preciso “construir o consenso ininterruptamente, criando mecanismos de compensação ou de atenuação aos efeitos destrutivos da superexploração” (MARTINS, 2009, p. 169). Por isso, o termo responsabilidade social é amplamente difundido pela Terceira Via, não porque quer transformar os empresários em pessoas caridosas, e sim para transmitir a ideia de que esses estão comprometidos com um capitalismo sustentável e que produzem mecanismos para incluir os excluídos.

Nessa esteira, os valores que a Terceira Via compartilha com os neoliberais ortodoxos consistem em um mercado soberano, Estado mínimo no campo social, capitalismo como única saída para a humanidade, liberdade de iniciativa privada e igualdade de oportunidades. Esse último preceito baliza a renovação da justiça social, a qual não é identificada como distribuição de riquezas, mas sim de oportunidades. Para a Terceira Via, “as políticas projetadas para promover a igualdade devem ser focalizadas no que Sen identifica como ‘conjunto de capacidades’ – a liberdade total de uma pessoa de buscar seu bem-estar” (*apud* GIDDENS, 1996, p. 90). Com base nessas referências:

[...] um modelo gerativo de igualdade, ou de nivelamento, poderia fornecer a base um novo pacto entre os afluentes e os pobres. Esse pacto seria um ‘acordo de esforços’ baseado em uma mudança de estilo de vida. Suas forças motivadoras seriam a aceitação de responsabilidade a aceitação da responsabilidade mútua de enfrentar os ‘males’ que o desenvolvimento trouxe consigo. (GIDDENS, 1996, p. 221).

A igualdade de oportunidade é análoga à defesa neoliberal, visto que Hayek (1990, p. 91) redige que a igualdade compatível com a liberdade de escolha é a que assegura “as mesmas oportunidades objetivas”. Em conformidade, a premissa básica da Terceira Via é que a igualdade dialogue com os princípios liberais. A partir dessa compreensão, Giddens (2001, p. 56) escreve que a liberdade substantiva está intimamente relacionada à igualdade de oportunidades. Já que esse tipo de liberdade “deve ser ligada à capacidade social – à capacidade positiva de os

indivíduos contribuírem para o seu bem-estar e realização pessoal”. Essa capacidade é assegurada pela consolidação da igualdade de oportunidades, pois torna o sujeito dotado de conhecimentos e habilidades compatíveis com os anseios do mercado de trabalho, podendo assim satisfazer suas necessidades mínimas.

A premissa básica de consolidação desses princípios se encontra na educação. Essa é considerada tanto para os neoliberais, como para os ideólogos da Terceira Via o fator chave que assegura as oportunidades que todos têm de se tornarem capitalistas. De acordo com Friedman (2014, p. 178), “a extensão e a ampliação de oportunidades de educação são importantes fatores para a redução da desigualdade. Medidas desse tipo têm o mérito de erradicar as causas da desigualdade, em vez de apenas aliviar os sintomas”. O programa da Terceira Via se destina a empreender cursos e capacitações para que os sujeitos sejam atrativos para o mercado de trabalho.

Assim, a criação de oportunidades de vida é importante para viabilizar meios de combater à pobreza, pois “o que conta não é o número de pessoas pobres em dado momento, mas quais são suas chances de mobilidade” (GIDDENS, 2007, p. 164). Portanto, a educação que se requer é ancorada aos anseios da nova sociabilidade burguesa, com ênfase no “desenvolvimento de competência cognitiva e emocional” (GIDDENS, 2001, p. 135), isto é, uma educação que contemple valores intelectuais, morais, conhecimentos técnicos, condutas ético-políticas “que difundam nos novos hábitos mentais e comportamentais, tornando os indivíduos sempre abertos acriticamente às novas aprendizagens” (NEVES; SANT’ANNA, 2005, p. 64).

Dessa forma, os valores sedimentados pela Terceira Via se constituem nos princípios da nova pedagogia da hegemonia. A classe dominante se reinventa em conformidade com as mutações do capital e pelo contexto de luta entre as classes. O neoliberalismo ortodoxo já não conseguia lograr o consenso duradouro, que possibilitava alavancar as taxas de lucros do capitalismo, mediante a intensificação da extração da mais-valia e ampliação de espaços para o capital explorar, contudo sem gerar fissuras na estabilidade política. Por isso, foi realizada uma revisão das estratégias neoliberais, de forma que os princípios elementares permanecessem os mesmos. Assim, era “preciso mudar algo para que tudo permaneça como está” (LAMPEDUSA, 1896-1957 *apud* NETTO; BRAZ, 2012, p. 188).

A Terceira Via neoliberal adquiriu uma aparência correlata aos anseios dos trabalhadores, autodenominando-se como forças progressistas comprometidas com as aspirações de uma esquerda renovada. No entanto, sua verdadeira face é conservar os preceitos liberais para manter intactos os mecanismos que viabilizam a reprodução do capital:

[...] a chamada 'terceira via' me parece um sintoma de que o neoliberalismo começa a relevar seus limites. Os defensores da 'terceira via' são pessoas que aplicam uma política neoliberal [...], mas que têm ou tiveram no passado um certo compromisso com valores de esquerda e tentam propor, como se isso fosse possível, um neoliberalismo com rosto humano. Isso, evidentemente, é ideologia no sentido ruim da palavra, ou seja, uma maneira de encobrir políticas que continuam a ser estritamente neoliberais. [...]. A meu ver, trata-se de uma manifestação hipócrita do neoliberalismo, que sabe muito bem que a virtude está com outro tipo de política. É um fenômeno indicativo de que aquela hegemonia pura e simples do neoliberalismo, aberta e escancarada, está sofrendo abalos. (COUTINHO, 2004, p. 328 *apud* LIMA; MARTINS, 2005, p. 66).

Semelhante ao neoliberalismo ortodoxo, os primeiros países a testarem a Terceira Via foram os Estados Unidos, por meio de Bill Clinton, e a Inglaterra, sob a liderança de Tony Blair. Esses atores políticos tiveram importância na disseminação da Terceira Via no cenário internacional. Como expressão desse movimento, destacou-se a Cúpula da Governança Progressista, que reuniu lideranças políticas de diferentes países, com o objetivo de empreender mudanças no cenário político e econômico, balizadas pela Terceira Via (MARTINS, 2009).

O evento que marcou a internacionalização da Terceira Via foi a Cúpula da Governança Progressista, que ocorreu em 1999, na Itália, e que contou com a participação de governantes dos Estados Unidos, Itália, Inglaterra, Alemanha, França e Brasil, sendo este último o único país de capitalismo periférico a participar. Um dos motivos desse feito é que o então presidente da época, Fernando Henrique Cardoso, destacou-se como "expoente teórico e prático da Terceira Via", elaborando documentos de orientação para condução do Estado em prol dos valores da Terceira Via. (MARTINS, 2009, p. 30). Dessa forma, antes mesmo desse evento, FHC conseguiu consolidar as premissas dessa ideologia no Brasil a partir da reforma do aparelho do Estado ocorrida em 1995. O próximo capítulo elucidará como foi a adesão da Terceira Via no Brasil.

5 A IMPLANTAÇÃO DO NOVO PROJETO DE SOCIABILIDADE DO CAPITAL NO BRASIL

Este capítulo aborda o processo de implementação do projeto societário do capital internacional no Brasil a partir dos anos 1990. A conjuntura neoliberal no Brasil se deu por meio do governo Collor, contudo, apesar de seu entusiasmo em “promover a passagem de um capitalismo tutelado pelo Estado para um capitalismo moderno, baseado na eficiência e competitividade”, os seus planos foram malogrados (BRUM, 2002 *apud* CARINHATO, 2008, p. 39). Assim, o alinhamento do Brasil com o neoliberalismo foi efetivado somente na gestão governamental de FHC, que conduziu a reestruturação da máquina estatal para pavimentar a via da sociabilidade burguesa fundamentada no neoliberalismo de Terceira Via. A seção seguinte expõe o caminho trilhado pelo Partido dos Trabalhadores, desde seu discurso eleitoral até a efetivação de seu programa político, evidenciando a continuidade do projeto societário burguês efetivado pelo governo interior.

Por fim, apresentamos as mudanças elementares nas políticas educacionais que intensificaram o processo de mercantilização por meio da presença dos empresários, os quais atuaram na elaboração de conteúdos e métodos de ensino, bem como na disseminação de documentos que orientam o fortalecimento dos setores privados como prestador das atividades educacionais por meio de recursos públicos.

5.1A REFORMA DO APARELHO ESTATAL A MANDO DE FHC

No Brasil, nos anos de 1980, tem-se a forte atuação de organizações empresariais, representando diferentes frações do capital, as quais atuaram na disseminação de valores edificados sobre conceitos de liberação do mercado, Estado ineficiente e na redemocratização. Como exemplo de ilustração, Casimiro (2018) destaca a fundação da Câmara de Estudos e Debates Econômicos e Sociais (Cedes), em 1980, pelo empresário Paulo Rabello de Castro. De acordo

com Casimiro, o fundador dessa organização expôs que seu principal objetivo é a criação de “uma consciência de classe”. (CASIMIRO, 2018, p. 47).

Correlato a esse objetivo, em 1983, um grupo de doze empresários se reuniram e elaboraram um documento em nome da classe empresarial. Nesse, os empresários “defendem abertamente a linha de ‘conciliação’ entre todas as forças sociais e o empenho dos cidadãos e do governo na reconstrução da democracia e da economia do país em anos de turbulência e indefinição quanto ao futuro”. (MARTINS, 2009, p. 112).

O viés discursado pelos empresários pautava-se na defesa de um compromisso por todos os cidadãos, bem como na permissão de sacrifícios para alavancar o crescimento econômico brasileiro frente às novas mudanças. Desse modo, as lideranças empresariais mencionaram que:

[...] são mais fortes os motivos da esperança. Sabemos que a comunidade brasileira está disposta ao sacrifício para alcançar seu destino. Sabemos, também, que numa sociedade democrática este sacrifício tem que ser decidido pela forma do diálogo e do entendimento. É nesse espírito que oferecemos à Nação um conjunto articulado de idéias que possa orientar a reconstrução do país. Estamos conscientes da complexidade de nossos problemas. Mas com altivez erguemos um Brasil livre, próspero, justo e soberano (DINIZ *et al.*, 1983, p. 1 *apud* MARTINS, 2009, p. 112).

Esse quadro estratégico burguês é correlato às mudanças no cenário político, econômico e social que estavam ocorrendo no período final da Ditadura militar³⁷. Com a crescente mobilização de movimentos sociais relacionados aos trabalhadores em prol da democracia, organizados na sociedade civil, a classe burguesa começa a potencializar estratégias para mascarar as relações de exploração, dentre essas, apresentamos a intensificação da criação de fundações empresariais com a intenção política e ideológica de adequar projetos que tinham condições objetivas revolucionárias aos ditames do capital, isto é, pacificando-os e remodelando suas finalidades para reproduzir os valores burgueses.

A atuação dessas organizações privadas denota o vínculo com o

³⁷ O esgotamento do padrão desenvolvimentista brasileiro demonstrado por meio da incapacidade do “Estado capitalista monopolista” de manter “o ritmo acelerado de crescimento econômico como registrado” no período conhecido como “milagre econômico” e o acirramento das divergências de interesses entre as frações do capital mais a instabilidade política crescendo em decorrência dos movimentos em prol da democracia foram os principais determinantes que influenciaram para abertura política e na reorganização política da burguesia brasileira a fim de produzir consenso para o seu novo projeto societal. (MARTINS, 2005, p. 133).

projeto de sociabilidade neoliberal com base em Hayek. Como exemplo, Martins (2009) destaca a criação do Instituto Liberal (IL), em 1982, que foi a expressão do movimento empresarial visando desarticular os possíveis projetos revolucionários da classe trabalhadora e disseminar ideias para construir um novo consenso de sociabilidade burguesa.

A defesa dessa instituição recai na diminuição da presença “do aparelho de Estado na economia, na política e na vida social. Para o IL, a implantação de um regime de valorização do “individualismo como valor moral radical’ e do ‘Estado mínimo’ seria fundamental para adequar o Brasil ao movimento” iniciado pelo governo estadunidense sob a gestão de Reagan e pela Inglaterra a mando de Thatcher. De forma resumida, o instituto defende a diminuição dos gastos do Estado no campo social, mediante o deslocamento deste para a esfera do mercado, transformando os direitos em serviços, os quais seriam ofertados “por meio de *vouchers*-educação/saúde/etc., valorizando a liberdade de escolhas e iniciativas empreendedoras dos indivíduos” (MARTINS, 2009, p. 114).

Apesar de divergências quanto ao projeto social que seria materializado no Brasil, as frações burguesas se uniram para disseminar a ideia da necessidade de formatação do Estado para que o Brasil pudesse entrar na dinâmica dos países de grande potência mundial. O cenário de justificativa para tais reformas é descrito como:

O Brasil está doente. O processo inflacionário tem resistido a todas as terapias. A estagnação econômica já dura uma década e o país caminha assolado por violência, corrupção e decadência de valores. A desigualdade social é escandalosa. A falta de perspectiva de longo prazo, a falta de definição quanto ao país que queremos ser no futuro são os principais motivos do fracasso das sucessivas tentativas de debelar o processo inflacionário e de vencer a estagnação econômica – causas fundamentais de todos os problemas que vivemos neste final de década. Concluímos a transição democrática, refizemos a Constituição, elegemos pelo voto direto o novo presidente da República: foi um grande avanço, mas não significa que os problemas fundamentais do país estejam resolvidos. Em termos políticos atingimos o alvo; em termos econômicos, perdemos o rumo. (FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DE SÃO PAULO, 1990, p. 15 *apud* MARTINS, 2009, p. 120).

A solução proposta pelo capital industrial consistia em substituir “o falido padrão desenvolvimentista” por um modelo de Estado modernizador que

atendesse os anseios dos empresários, no que se refere à ampliação de campos para angariar lucros e a diminuição do fardo tributário das empresas. Dessa maneira, a formatação do Estado inclui a redução de seu tamanho e a redefinição de suas ações, principalmente no campo social, pois de provedor, o Estado deveria tornar-se fomentador e fiscalizador (MARTINS, 2009, p. 124).

Para a materialização desses novos referenciais, além da reestruturação do Estado, era preciso realizar a disseminação de novos valores morais que reconduzisse as condutas do povo brasileiro, uma vez que eram consideradas como “incompatíveis com os desafios de uma sociedade moderna alicerçada no livre-mercado” (MARTINS, 2009, p. 124). Nesse sentido, o documento intitulado “Livre para Crescer”, elaborado pela Federação das Indústrias de São Paulo (FIESP) define que a cultura brasileira:

[...] é marcada por uma combinação aparentemente paradoxal de personalismo e protecionismo. No campo do personalismo, a cultura foi em direção à espontaneidade e à improvisação como respostas à necessidade de desbravar o inóspito, ocupar o vazio e dominar o desconhecido nos tempos das aventuras coloniais, induzindo-nos a cultivar mais as personalidades do que as regras, mais os heróis do que as instituições. (FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DE SÃO PAULO, 1990, p. 227 *apud* MARTINS, 2009, p. 124).

No entendimento da citada Federação, o cenário de estagnação econômica do país é associado ao perfil cultural dos brasileiros, especialmente em relação ao modo de encarar o trabalho:

[...] Raramente o trabalho é visto como um fim em si mesmo a ponto de justificar pontualidade, disciplina, diligência e capricho. A preguiça, em certa dose, não chega a ser imoral. Saber gozar a vida é quase um sinônimo de trabalhar pouco. Tudo isso tem raízes culturais profundas e só muda muito lentamente, a menos que algum fenômeno superveniente coloque em risco a sobrevivência dos protagonistas. (FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DE SÃO PAULO, 1990, p. 229 *apud* MARTINS, 2009, p. 125).

Esses discursos revelam que os anseios do capital industrial eram de mudar mais do que a máquina estatal, contemplando também a elaboração de novos padrões de conduta para a população, os quais são correlacionados com a restauração da fé nas instituições e na redefinição dos direitos e responsabilidades.

O capital industrial revela que essas mudanças devem ser somadas à

adoção de novas posturas dos sujeitos no trabalho, a fim de que não doem apenas o suor, mas que seus corações e mentes sejam alinhados à visão da empresa para que se sintam um integrante importante para colaborar com o sucesso do local em que trabalham.

Para consolidar essas novas subjetividades, a burguesia se empenhou em educar a massa, almejando lograr consenso quanto ao seu projeto social. A estratégia utilizada pelos empresários não consistia em “lutar frontalmente contra uma tradição cultural” e sim usar “a força cultural em outra direção”. Desse modo, a proposta da FIESP consistiu na “definição de estratégias pedagógicas para educar o consenso em torno do neoliberalismo, pois reconhecia que a disputa de corações e mentes para a mudança da cultura envolvia uma luta eminentemente ideológica” (MARTINS, 2009, p. 125).

Esse movimento estratégico é balizado pela ideologia de responsabilidade social, que buscou convencer o trabalhador a reproduzir as concepções da sociabilidade burguesa, tendo em vista uma relação pacífica da parte do trabalhador para com a classe dominante. Neves (2005, p. 90) redige que essas novas ferramentas burguesas almejavam mobilizar os trabalhadores para atuarem em “programas de responsabilidade social”, com a intenção ideológica de elevar a imagem das empresas junto a dos consumidores, além disso, que o trabalhador abdicasse de sua ‘função militante’ para aderir a de voluntário.

Tal processo faz parte de uma gama de instrumentos de legitimação burguesa, com a real intenção de “enfraquecer politicamente a classe trabalhadora no espaço nacional”. Movimento que, para ser consolidado, seriam necessárias “as redefinições da relação entre sociedade política e sociedade civil”. De modo a estabelecer uma nova dinâmica entre Estado e sociedade civil, a fim de empreender uma sociabilidade alinhada com as orientações do capital internacional (NEVES, 2005, p. 90).

O amadurecimento desse projeto deu-se pela adoção do programa político de Terceira Via, que foi intensificado no Brasil com a conquista de Fernando Henrique Cardoso ao poder presidencial. De acordo com Martins (2009, p. 133), com FHC “foram estabelecidas as condições para que o neoliberalismo da Terceira Via pudesse se tornar uma referência político-ideológica no país”.

O projeto da Terceira Via era o que faltava para restaurar o bloco no

poder da classe dominante³⁸ e mobilizar o empresariado para consolidar o projeto societal pautado nas orientações da burguesia externa. Assim, Fernando Henrique foi a figura escolhida para alinhar as políticas brasileiras com as definições do capital internacional:

FHC é que foi concebido para viabilizar no Brasil a coalizão de poder capaz de dar sustentação e permanência ao programa de estabilização do FMI, e viabilidade política ao que falta ser feito das reformas preconizadas pelo Banco Mundial (FIORI, 1997, p. 14 *apud* CARINHATO, 2008, p. 39).

Nesse sentido, FHC, que é sociólogo, amigo e admirador dos postulados de Anthony Giddens, inclusive frequentou reuniões internacionais para empreender as políticas com base na esquerda modernizada³⁹, conquistou o poder político sob o cargo de presidente da república brasileira em 1994, comprometido com a plataforma política conduzida pela Terceira Via.

No entanto, o movimento de consolidação da nova sociabilidade pautada nos preceitos da Terceira Via já ocorria no Brasil, conforme menciona Martins (2009) ao ilustrar a intensa atuação dos organismos privados de hegemonia, os quais exerciam um papel educativo sobre a sociedade.

Nos anos de 1990, a entidade Pensamento Nacional das Bases Empresariais (PNBE) atuou na projeção de novas estratégias de ação política para a classe burguesa, buscando educar o empresariado para adoção de mecanismos de diálogo e cooperação entre as classes. Dessa forma, próximo ao viés da Terceira Via, o PNBE disseminou a ideia de que “no mundo atual só há espaço para as saídas negociadas”. Tentando convencer as organizações de representação trabalhistas a se unirem aos empresários, sob a alegação de que “os antagonismos de classe’ devem ceder lugar ao reconhecimento das ‘diferenças de interesses’ e que a energia empregada no ‘confronto político’ deve ser convertida em uma nova postura, a da ‘colaboração social’” (MARTINS, 2005, p. 142).

A renovação das estratégias de direção e dominação da classe

³⁸ O cenário “que emergiu após o ‘milagre econômico’ foi marcado por diversos aspectos que comprometeram o modelo econômico, bem como a ‘legitimidade’ do regime ditatorial”. Esse quadro repercutiu “intensamente nas relações internas do bloco no poder, criando tensões e disputas entre as diversas frações do capital”. (MARTINS, 2005, p. 133).

³⁹ Como exemplo, citamos a Cúpula da Governança Progressista, em 1999 que ocorreu na cidade de Florença, contando com a participação de governantes dos Estados Unidos, Inglaterra, França, Brasil representado por FHC, entre outros. (MARTINS, 2009).

burguesa em busca da construção de uma sociabilidade pautada na aparente conciliação entre os antagônicos, contou com eventos e documentos de âmbito mundial, que difundiram a nova agenda do capital internacional. O primeiro foi a conquista de Bill Clinton à presidência dos Estados Unidos em 1992, que além de empreender reformas com base na Terceira Via foi também protagonista na internacionalização dessa ideologia.

O outro evento foi “a mudança das estratégias do Banco Mundial ocorrida a partir de 1992”, que contemplou relatórios que expressaram os novos parâmetros adotados com base na renovação neoliberal (MARTINS, 2009, p. 140). O informe confirmou as políticas elementares de estabilização econômica, compactuadas pelo *Consenso de Washington* e elencou novas táticas para a amenização da pobreza e redução dos conflitos políticos, com base em “quatro áreas estratégicas de governança: administração pública, responsabilização (*accountability*), estrutura legal e transparência e informação” (PEREIRA, 2015, p. 468).

Para garantir essas diretrizes, seria necessário um Estado renovado, no sentido de estabelecer uma nova dinâmica entre as instituições públicas e privadas, de forma que se eleve a eficiência com a redução da participação do Estado como promotor direto na provisão de determinados serviços.

O documento que expressou de forma mais evidente essas prescrições do Banco Mundial para os países de capitalismo periférico foi o “Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial”, lançado em 1997. Nessa diretriz, o Banco Mundial argumenta que sua defesa não incide sobre um Estado mínimo, mas sim efetivo que “desempenhe papel catalisador e facilitador incentivando e complementando as atividades das empresas privadas e dos indivíduos” (RELATÓRIO SOBRE O DESENVOLVIMENTO MUNDIAL, 1997, p. 3). Dessa forma, a nova agenda pautava-se na disseminação de um Estado efetivo responsável por elaborar e fiscalizar as leis para que as transações do mercado ocorressem de forma adequada.

Assim, o terreno para consolidação dessas orientações já estava sendo preparado no Brasil antes mesmo da instalação do governo de Fernando Henrique, que era um seguidor assumido da Terceira Via. O chefe de Estado anterior tratou de cumprir um papel importante na difamação da máquina estatal e na estabilização econômica. Fernando Afonso Collor de Mello, ou apenas Collor, foi

a figura que, juntamente com a mídia, disseminou a ideia de que a ineficiência, privilégios e corrupção eram advindos da extensão do Estado. Dessa forma, a proposta de Collor era a modernização do Estado, a fim de reduzir a máquina administrativa por meio de um “rigoroso programa de desestatização que, na sua retórica, deveria servir para atacar também os privilégios dos que se beneficiam da vida pública para defender interesses pessoais ou de grupos particulares” (MOISÉS, 1990, p. 151).

Seguindo esse curso, Neves (2005, p. 91) aponta que, com Itamar Franco, foram lançadas as bases econômicas, processo em que se deu o encerramento da “primeira etapa de implantação” do novo projeto de sociabilidade burguesa. A finalização dessa etapa ocorreu graças à implementação do Plano Real, que foi visto como um milagre econômico tão esperado pelo povo brasileiro para estabilizar a inflação. Assim, o Plano “constitui-se em um importante mecanismo de obtenção do consentimento do brasileiro as ideias, ideais e práticas da classe dominante e dirigente”.

Essas medidas foram cruciais para a consolidação do novo projeto de sociabilidade burguesa, no entanto, foram também insuficientes, visto que faltava ainda a substituição do Estado desenvolvimentista⁴⁰ por um modelo pautado em mecanismos adotados pelo mercado, a fim de estabelecer novos parâmetros legais e sociais para a interação entre sociedade civil e máquina estatal, visando alinhar o campo econômico, político e social do Brasil com as orientações do capital internacional e, assim, intensificar as formas de dominação de classe com base em processos educativos.

Antes mesmo de se tornar chefe de Estado, FHC expressou objetivos políticos e econômicos análogos aos desenhados pelo capital nacional e internacional quanto à insatisfação com o modelo de Estado pactuado na Era Vargas:

[...] Que a própria complexidade da matriz produtiva implantada excluía novos avanços da industrialização por substituição de

⁴⁰ “A origem do Estado desenvolvimentista remonta ao período aberto pela Revolução de 1930, desde quando se constrói a *aliança desenvolvimentista* (CARDOSO, 1993, p. 51-78), à qual Evans (1980, p. 42-44) denominou de *tríplice aliança*, composta pelo grande capital multinacional, a alta burocracia, dirigente das empresas estatais e diversas frações das burguesias brasileiras. Essa aliança forneceu a base sociopolítica de sustentação do Estado que conduziu a industrialização”. (apud IANONI, 2009, p. 158).

importações. Que a manutenção dos mesmos padrões de protecionismo e intervencionismo estatal sufocava a concorrência necessária à eficiência econômica e distanciaria cada vez mais o Brasil do fluxo de inovações tecnológicas e gerenciais que revolucionavam a economia mundial. E que a abertura de um novo ciclo de desenvolvimento colocaria necessariamente na ordem do dia os temas da reforma do Estado e de um modo de inserção do País na econômica internacional. (CARDOSO, 1994, p. 4).

Com esse discurso, Fernando Henrique demonstra suas intenções de romper com o nacional-desenvolvimentismo consubstanciado após a década de 1930, e introduzir no Brasil uma nova agenda dita modernizadora. Dentre as justificativas para essa reforma, o então presidente nomeia como principais as mudanças advindas com o fenômeno da globalização que influi no estabelecimento de uma dinâmica entre Estado e a iniciativa privada, de modo que não cabe àquele substituir os serviços prestados pela iniciativa privada, mas fomentar o fortalecimento dos setores privados. Assim, a globalização

[...] tem contribuído para alterar o papel do Estado: a ênfase da ação governamental está agora dirigida para a criação e a sustentação de condições estruturais de competitividade em escala global. Isso envolve canalizar investimentos para a infra-estrutura e para os serviços públicos básicos, entre os quais educação e saúde, retirando o Estado da função de produtor de bens, de repositivo principal do sistema produtivo. (CARDOSO, 1996 *apud* OLIVEIRA, 2009, p. 32).

Ainda sobre a globalização, FHC menciona que esta possibilitou novos cenários políticos, econômicos e culturais que não são possíveis de serem guiados por vertentes que ficaram no passado. De tal modo, descreve as limitações do marxismo, liberalismo e social-democracia clássica frente às mudanças globais:

As extraordinárias mudanças que ocorreram de 1989 para cá, entre as quais a aceleração dos efeitos da globalização, revelaram os limites das teorias e das ideologias hegemônicas deste século. E isso não vale somente para o marxismo. Tanto o liberalismo clássico (em virtude das transformações na teoria das vantagens comparativas) como a socialdemocracia (que sofre a crítica do esgotamento do *welfare state*) exigiram reformulações radicais, que ainda não se completaram. Claro: as perspectivas históricas de que dispunham os seus fundadores eram outras, pressupondo determinadas formas de dialética entre o interno e o externo, e mesmo de relação entre o capital e o trabalho, que não mais subsistem. (CARDOSO, 1996 *apud* OLIVEIRA, 2009, p. 25).

Essas palavras, longe de serem ingênuas, expressam a adesão de Fernando Henrique ao novo contrato social, embasado na ideologia da Terceira Via. Com isso, a ideia disseminada é pautada na afirmação de um mundo em que os opostos devem se unir por um só objetivo, qual seja, construir um capitalismo sustentável em que os cidadãos vestem a camisa da solidariedade para incluir os excluídos.

Consoante aos objetivos de construção da sociabilidade burguesa no Brasil, FHC elabora o documento “Mãos à obra, Brasil” que se destacou como a proposta de condução do seu primeiro governo. De forma resumida, nesse documento é delineado os objetivos de consolidar um novo projeto de desenvolvimento no Brasil, com base em um “modelo economicamente sustentado”, em que

[...] as preocupações com a ecologia estejam efetivamente presentes em todas as decisões; um **modelo de participação ativa na vida internacional**, de abertura para o mundo, que conduza o Brasil a procurar no sistema internacional oportunidades para a realização dos interesses nacionais e, fundamentalmente, **um modelo de justiça social onde o direito à vida com dignidade seja garantido**. (CARDOSO, 2008, p. 3, grifo do autor).

Para tal, Fernando Henrique afirma que a consolidação desse projeto só é possível com a reforma da aparelhagem estatal, em que se estabelecem novas configurações entre Estado e sociedade civil. Dessa forma, as diretrizes que conduziriam a reestruturação do Estado são sintetizadas da seguinte maneira:

[...] é necessário reformar o Estado: aprofundar a democratização, acelerar o processo de descentralização e desconcentração e, sobretudo, ampliar e modificar suas formas de relacionamento com a sociedade [...]. Caberá, em primeiro lugar, criar novos canais de participação e controle público, além de dinamizar os já existentes, multiplicando as experiências de gestão multilateral e desprivatizando o Estado, isto é, libertando a administração governamental dos interesses particulares que hoje a aprisionam. Caberá, sem segundo lugar, dinamizar, apoiar e promover a multiplicação de espaços de negociação de conflitos, onde interesses divergentes possam ser representados e soluções negociadas possam ser buscadas, em benefício do interesse público. Caberá, em terceiro lugar, definir e apoiar formas novas de parceria [...] entre o Estado e a sociedade, de modo a permitir, por um lado, que diferentes instituições da sociedade como as empresas, os

sindicatos, as universidades assumam a co-responsabilidade por ações de interesse público; por outro, que a comunidade organizada estabeleça suas prioridades, administre os recursos comunitários de forma honesta, transparente, racional e eficiente e desenvolva a capacidade de cuidar de si mesma”. (CARDOSO, 2008, p. 91).

No que diz respeito à educação, nesse documento Fernando Henrique destaca que é preciso a criação de políticas educacionais que sujeitem a educação escolar às necessidades do mercado de trabalho. Já em relação aos índices elevados de repetência e evasão escolar, as causas não se encontram na proporção de recursos financeiros injetados no campo educacional, mas sim em seu uso, pois “o problema em nosso país é que se gastam mal os recursos destinados à educação” (CARDOSO, 2008, p. 48).

Diante desse quadro, uma das estratégias do governo FHC se define “em incentivar a universalização do acesso ao primeiro grau e melhorar a qualidade do atendimento escolar, de forma a garantir que as crianças tenham efetivamente a oportunidade de, pelo menos, completar as oito séries do ensino obrigatório”. No entanto, esse incentivo não se desdobra na responsabilidade da União quanto ao custeio da educação, mas sim na formulação de políticas que estimulem e instrumentalizem os “estados e municípios para que eles possam desempenhar a tarefa que lhes cabe que é estabelecer um sistema capaz de atender a todas as crianças em boas escolas públicas” (CARDOSO, 2008, p. 49).

Essas orientações já estavam sendo recomendadas pelas agências financeiras internacionais que representam o capital, as quais promovem eventos no âmbito global para disseminar os valores associados à classe burguesa no campo educacional. A proposta do primeiro mandato presidencial de Cardoso para a educação é direcionada a ampliar o acesso da educação de primeiro grau, ou segunda etapa da educação básica, análoga às orientações contidas na “Conferência Mundial sobre Educação para Todos”, realizada no ano de 1990 em Jomtien, Tailândia. A conferência firmou um compromisso para o decênio de 1990, cujo enfoque era a “satisfação das necessidades básicas de aprendizagem”:

Essas necessidades compreendem tanto os instrumentos essenciais para a aprendizagem (como a leitura e a escrita, a expressão oral, o cálculo, a solução de problemas), quanto os conteúdos básicos da aprendizagem (como conhecimentos, habilidades, valores e atitudes), necessários para que os seres humanos possam sobreviver, desenvolver plenamente suas potencialidades, viver e

trabalhar com dignidade, participar plenamente do desenvolvimento, melhorar a qualidade de vida, tomar decisões fundamentadas e continuar aprendendo. (UNESCO, 1990, p. 4).

Apesar das divergências quanto à compreensão da abrangência da educação básica, conforme afirmam Shiroma, Moraes e Evangelista (2004, p. 58), é certo que tal documento “prioriza a universalização da educação primária que, no caso brasileiro, correspondeu ao ensino fundamental”.

Outro aspecto contido no documento “Mãos à obra, Brasil” contemplou os objetivos formulados pelo Consenso de Washington que se caracterizaram em três etapas:

[...] 1) estabilização da economia (combate à inflação); 2) realização de reformas estruturais (privatizações, desregulamentação de mercados, liberalização financeira e comercial), e 3) retomada dos investimentos estrangeiros para alavancar o desenvolvimento. (ALCOFORADO, 2014, p. 3).

A adoção dessas medidas aconteceu com base nas justificativas de reduzir a dívida externa brasileira. Por isso, dentre as medidas nucleares realizadas no primeiro mandato de Cardoso para amenizar os juros da dívida, destacou-se a materialização de um amplo processo de privatizações das empresas estatais, que “fez com que parte significativa do patrimônio público brasileiro fosse entregue à iniciativa privada, em geral por preços irrisórios e com financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)” (MELO; FALLEIROS, 2005, p. 177).

Também como parte do processo de reduzir o tamanho do Estado brasileiro, em 1995 foi criado o Ministério da Administração e da Reforma do Estado (MARE), cujo objetivo se delineava em “promover uma ampla reforma da aparelhagem estatal quanto a sua estrutura e funcionamento”. (MELO; FALLEIROS, 2005, p. 177). O MARE teve como titular Luís Carlos Bresser-Pereira, personagem de grande destaque no processo de reformulação do Estado.

Bresser-Pereira foi um dos principais articuladores e intelectuais a serviço do capital que conduziu a reforma do aparelho estatal. Seu vínculo com o capital não é apenas expressado pelo seu discurso, mas também por sua trajetória profissional que contemplou a gerência de grandes empresas e, ainda, a atuação como “consultor econômico em conselhos de importantes organizações do

segmento industrial empresarial-financeiro do país”, como a Federação de Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) e Associação Comercial do Estado de São Paulo, a Federação Brasileira de Bancos (FEBRABRAN) (BRITO, 2016, p. 101).

A partir do MARE, foi instituído o Conselho de Reforma do Estado (CRE), “com a finalidade de proceder a debates e oferecer sugestões à Câmara da Reforma do Estado nos assuntos relativos à reforma do aparelho do Estado”. O Conselho era formado por doze membros indicados pelo Presidente da República com um mandato de três anos. Segundo consta no documento do Mare, o objetivo do Conselho era viabilizar canais de participação de “representantes de segmentos estratégicos da sociedade civil” para discutir a reconstrução do Estado, de forma a romper com padrões de administração autoritária e, ao mesmo tempo, estreitar a aproximação entre governo e sociedade. Apesar da sutileza retórica, os membros desse Conselho, em sua maioria, eram integrantes de setores das frações burguesas, que desde os anos de 1980 atuavam em prol da reestruturação do Estado com base em novos preceitos de sociabilidade (MARE, 1997, p. 10).

Os reformadores disseminavam um discurso de associação entre o Estado e a crise que o país perpassava desde a década de 1980. Logo, não era uma crise estrutural do capitalismo, mas uma crise cujo culpado era exclusivamente o Estado. Conforme postula Pereira (1997), a crise fiscal do Estado se desdobrava em quatro faces que são interligadas:

[...] (a) um problema econômico-político – a delimitação do tamanho do Estado; (b) um outro também econômico-político, mas que merece tratamento especial – a redefinição do papel regulador do Estado; (c) um econômico-administrativo – a recuperação da governança ou capacidade financeira e administrativa de implementar as decisões políticas tomadas pelo governo; e (d) um político – o aumento da governabilidade ou capacidade política do governo de intermediar interesses, garantir legitimidade, e governar. (PEREIRA, 1997, p. 7).

De forma sintetizada, o Estado deveria ser reformado a fim de reduzir o seu formato, redirecionar sua atuação, substituir a administração burocrática pela gerencial e aumentar a sua legitimidade por meio da adoção de mecanismos que estreitam a relação entre as organizações da sociedade civil com o Estado.

Nesse sentido, FHC solicitou ao Ministério recém-criado, cuja

responsabilidade era conduzir a reestruturação estatal, a elaboração de um Plano Diretor para a reforma do Aparelho do Estado, tendo como justificativa a ineficiência do mesmo que, devido à sobrecarga, desviou suas funções básicas para ampliar sua presença no setor produtivo, ocasionando a crise brasileira (RISSI, 2017):

[...] em razão do modelo de desenvolvimento que Governos anteriores adotaram, o Estado desviou-se de suas funções básicas para ampliar sua presença no setor produtivo, o que acarretou, além da gradual deteriorização dos serviços públicos, a que recorre, em particular, a parcela menos favorecida da população, o agravamento da crise fiscal, e por consequência, da inflação. Nesse sentido, a reforma do Estado passou a ser instrumento indispensável para consolidar a estabilização e assegurar o crescimento sustentado da economia (BRASIL, Plano Diretor, 1995, p. 6).

Nesse documento, consta destacado que a crise do Estado se caracterizou como:

(1) uma crise fiscal, caracterizada pela crescente perda do crédito por parte do Estado e pela poupança pública que se torna negativa; (2) o esgotamento da estratégia estatizante de intervenção do Estado, a qual se reveste de várias formas: o Estado do bem-estar social nos países desenvolvidos, a estratégia de substituição de importações no Terceiro Mundo, e o estatismo nos países comunistas; e (3) a superação da forma de administrar o Estado, isto é, a superação da administração pública burocrática (BRASIL, Plano Diretor, 1995, p. 15).

Assim, a forma estatal, até então predominante, estava sendo assimilada como indutora da crise fiscal, responsável pela ineficiência dos serviços públicos e inibidora do florescimento da iniciativa privada, fatores esses que incutem na perda “de governança, na medida em que sua capacidade de implementar as políticas públicas é limitada pela rigidez e ineficiência da máquina administrativa” (BRASIL, Plano Diretor, 1995, p. 13-14).

Diante do cenário caótico descrito pelos reformadores, a solução proposta é sintetizada em cinco vertentes:

[...] (1) o ajustamento fiscal duradouro; (2) reformas econômicas orientadas para o mercado, que, acompanhadas de uma política industrial e tecnológica, garantam a concorrência interna e criem as condições para o enfrentamento da competição internacional; (3) a reforma da previdência social; (4) a inovação dos instrumentos de política social, proporcionando maior abrangência e promovendo

melhor qualidade para os serviços sociais; e (5) a reforma do aparelho do Estado, com vistas a aumentar sua “governança”, ou seja, sua capacidade de implementar de forma eficiente políticas públicas. (BRASIL, Plano Diretor, 1995, p. 15).

Para efeitos analíticos, as propostas contidas nos documentos de reforma da aparelhagem estatal podem ser delimitadas em três objetivos interdependentes. O primeiro objetivo consistiu na realização de medidas de ajustes fiscais resumidas nas seguintes ações: “eliminação das funções governamentais, cortes em despesas com custeio e investimentos, redução da folha de pessoal, privatização, desregulamentação e descentralização” (SOUZA; CARVALHO, 1999, p. 187).

A segunda solução se desdobra em redefinir a função do Estado, “que deixa de ser o responsável direto pelo desenvolvimento econômico e social pela via da produção de bens e serviços, para fortalecer-se na função de promotor e regulador desse desenvolvimento” (BRASIL, Plano Diretor, 1995, p. 12). Essa proposta implica a transferência das atividades econômicas lucrativas para as empresas privadas e, no caso da execução das políticas sociais, ficariam a cargo das organizações públicas não-estatais, as quais são enquadradas pelos reformadores como uma das estratégias nucleares da reforma do aparelho estatal.

Por último, tem-se a pretensão de tornar o Estado empresarial por meio da transformação da administração pública em gerencial, a qual contempla a adoção de mecanismos de mercado que prevê a qualidade, produtividade dos serviços prestados, a especialização do servidor público com vistas à eficiência e custo reduzido para atender o cidadão, considerado como “o cliente privilegiado’ dos serviços prestados pelo Estado”, e a penalidade para aqueles que falharem na não consolidação dos objetivos almejados (BRASIL, Plano Diretor, 1995, p. 7).

Segundo consta no Plano Diretor, a reforma estatal não se aproxima dos postulados neoliberais, pois o Estado pretendido não é mínimo, visto que a reconstrução deste significa dotá-lo de capacidades para que realize tanto as tarefas essenciais relacionadas à garantia da propriedade, dos contratos e segurança interna e externa, como “seu papel garantidor dos direitos sociais e de promotor da competitividade no seu respectivo país” (MARE, 1997, p. 7).

O discurso que encobre as reais pretensões dos reformadores, também viabiliza esclarecer os objetivos escondidos em uma retórica de sutilezas.

Análogo às orientações da Terceira Via, o que consta nos documentos de reforma é tornar o Estado forte, no sentido de alimentar as demandas do capital e suprir as necessidades básicas do contingente da população que apresenta condições objetivas para desestruturar a sociabilidade burguesa. Por isso, palavras como Estado regulador, facilitador que se envolve no custeio das políticas sociais, mas não necessariamente em sua prestação, vão conduzir as reformas, a fim de que seja redefinida a maneira de intervenção estatal, o que nas palavras de Pereira significa deixar “para o setor privado e para o setor público não-estatal as atividades que não lhe são específicas” (MARE, 1997, p. 22).

Decorrente desse quadro, é delimitada a área de atuação do Estado, na qual são especificadas “quais atividades seriam exclusivas do núcleo burocrático estatal, as quais caberiam apenas financiamento e fomento e quais deveriam ser abarcadas pelo mercado” (MELO; FALLEIROS, 2005, p. 181). Nesse sentido é que são postas como centrais as estratégias de privatização, terceirização e publicização para consubstanciar o Estado colaborador:

[...] terceirização, conforme Bresser Pereira é o processo de transferência para o setor privado dos serviços auxiliares ou de apoio. A publicização consiste “na transferência para o setor público não-estatal dos serviços sociais e científicos que hoje o Estado presta” (PEREIRA, 1997, p. 7). Publicização, no Plano, significa “transformar uma organização estatal em uma organização de direito privado, pública, não-estatal” (PEREIRA, 1997 *apud* PERONI, 2013, p. 3).

Assim, os documentos oficiais sobre a reforma apontavam que a formatação estatal tinha como base o Estado social-liberal, tal como delineado pela Terceira Via, visto que busca materializar as diretrizes do mercado que comportam princípios de justiça social para amenizar a perversidade do capital. Dessa forma, o Estado social-liberal é descrito nos cadernos do MARE como:

[...] social porque continuará a proteger os direitos sociais e a promover o desenvolvimento econômico; liberal, porque o fará usando mais os controles de mercado e menos os controles administrativos, porque realizará seus serviços sociais e científicos principalmente através de organizações públicas não-estatais competitivas, porque tornará os mercados de trabalhos mais flexíveis, porque promoverá a capacitação dos seus recursos humanos e de suas empresas para a inovação e a competição internacional. (MARE, 1997, p. 18).

Nesse sentido, Bresser escreve que o Estado teria duas faces que se complementam, mas devem tomar rumos diferentes quanto à forma de intervenção e a quantidade de dispêndio que cabe ao Estado. Em sua face liberal, o Estado deve exercer diretamente as atividades exclusivas que são relacionadas ao “poder de definir as leis do país, de defender o país, de representá-lo no exterior, de policiar, de arrecadar impostos, de regulamentar as atividades econômicas, fiscalizar o cumprimento das leis” (MARE, 1997, p. 23). De maneira resumida, são as atividades essenciais que Friedman (2014) menciona como: definir, manter e fiscalizar as regras do jogo para que se mantenha a ordem social.

Já no que se refere às atividades correspondentes ao Estado social, que incluem “as escolas, as universidades, os centros de pesquisa científica e tecnológica, as creches, os ambulatórios, os hospitais, as entidades de assistência aos carentes”, estas não devem ser executadas pelo Estado, por se tratar de atividades competitivas, e nem pelo setor privado visando o lucro. Logo, a solução delineada pelos reformadores consiste numa proposta que se coloca entre o Estado e o mercado, que são as organizações públicas não-estatais. Deste modo:

[...] o Estado reduz seu papel de executor ou prestador direto de serviços, mantendo-se, entretanto no papel de regulador e provedor ou promotor destes, principalmente dos serviços sociais como educação e saúde, que são essenciais para o desenvolvimento, na medida em que envolvem investimento em capital humano; para a democracia, na medida em que promovem cidadãos; e para uma distribuição de renda mais justa, que o mercado é incapaz de garantir, dada a oferta muito superior à demanda de mão-de-obra não-especializada. Como promotor desses serviços o Estado continuará a subsidiá-los, buscando, ao mesmo tempo, o controle social direto e a participação da sociedade. (BRASIL, Plano Diretor, p. 13).

A partir dessas considerações, é possível extrair três elementos que corroboram as orientações postuladas pela Terceira Via em relação às políticas educacionais. Primeiro, muda-se a postura do Estado frente àquilo que os reformadores vão denominar como serviços educacionais, de provedor a subsidiário e regulador, desresponsabilizando o Estado como executor direto de tais atividades.

O segundo elemento expressa a reprodução da visão liberal a respeito da educação, a qual se enquadra como investimento em capital humano. A

ideia principal dessa concepção é de que “a um acréscimo marginal de instrução, treinamento e educação, corresponde a um acréscimo marginal de capacidade de produção”, isto é, a educação é direcionada a qualificar o sujeito para aumentar sua capacidade produtiva no trabalho e, assim, submete a formação humana aos interesses do capital. (FRIGOTTO, 2010, p. 44).

Por último, sob a falácia da reforma, propiciar à sociedade maior participação e controle social nas organizações públicas não-estatais. Tem-se o aprofundamento de um movimento que responsabiliza os sujeitos que são privados dos direitos sociais a participarem da prestação das atividades de saúde, assistência e educação em nome da cidadania ativa. Ao mesmo tempo, arquiteta-se uma base legal para intensificar a atuação dos aparelhos privados na educação escolar, tendo em vista o direcionamento de conteúdos, valores e maneiras de ensinar, dialogados com a nova sociabilidade burguesa.

Nota-se que, por meio do documento de reestruturação da aparelhagem estatal, as pretensões dos reformadores eram a de estabelecer a constituição de políticas públicas de quase-mercado. Por isso, os defensores da reforma se empenharam em estabelecer uma diferenciação entre os termos privatização e publicização, sendo esse último definido como um espaço situado além do mercado e do Estado que une os interesses públicos com os mecanismos utilizados pelo setor privado.

A arquitetura desse plano é fundamentada no protagonismo da sociedade civil, que é apresentada como um espaço em que as organizações públicas não-estatais se encontram. Nesse sentido, nos documentos que subsidiam a reforma, tem-se a necessidade de estabelecer uma nova dinâmica entre a sociedade civil e o Estado, para que seja possibilitado o controle social e renovação da democracia.

As referências balizadoras dessa proposta são encontradas nas projeções da Terceira Via, a qual defende que o Estado deve fomentar uma sociedade civil ativa para substituir o Estado como responsável direto pelo bem-estar da população. Desse modo, Giddens (2001) expressa que é preciso estabelecer uma sociedade de bem-estar social para consolidar o formato de proteção, com base no *welfare* positivo, cujas características são delineadas da seguinte maneira:

[...] dispêndio com welfare, compreendido como welfare positivo,

será gerado e distribuído não através de todo o Estado, mas pelo Estado que trabalha em combinação com outras instituições, inclusive empresas [...]. Na sociedade do welfare positivo, o contrato entre indivíduo e o governo se transforma, uma vez que a autonomia e o desenvolvimento da pessoa – o meio de expandir a responsabilidade individual – torna-se o foco primordial. (GIDDENS 2001, p. 138-139).

Esse modelo de proteção propõe uma nova configuração para as políticas sociais, de forma a transformar a sua natureza, tendo como parâmetro a participação dos cidadãos e organizações que compõem a sociedade civil para substituir o formato universal pelo focalizado:

[...] a concessão de benefícios de cima para baixo deveria ceder lugar a sistemas de distribuição mais localizados [ou focalizados]. De maneira mais geral, deveríamos reconhecer que a reconstrução da provisão do welfare deve ser integrado a programas para o desenvolvimento ativo da sociedade civil” (GIDDENS, 2001, p. 128).

É nesse contexto que o terceiro setor é aclamado como a solução tanto para os problemas envolvendo o elevado custeio e ineficiência do Estado com o social, como para o aumento da governabilidade, que é relacionada ao estabelecimento de um novo contrato social, tendo como pauta um Estado parceiro da sociedade civil que é caracterizado como:

[...] menos voltado para a proteção e mais para a promoção da capacidade de competição. Será um Estado que não utilizará burocratas estatais para executar os serviços sociais e científicos, mas contratará competitivamente organizações públicas não-estatais. Será o que propusemos chamar de Estado social-liberal, em substituição ao Estado social burocrático do século XX. Um Estado certamente democrático, porque o grande feito do século XX foi ter consolidado a democracia. (PEREIRA, 1997, p. 52-53).

O terceiro setor passa a ser uma ferramenta para arregimentar as matrizes da sociabilidade burguesa, que é pautada em uma suposta democratização da democracia, que aclama a participação do trabalhador para amenizar as condições precárias postas pelo capital. Essa proposta é divulgada por Giddens (2001), o qual concebe a renovação da democracia como “a participação do terceiro setor na execução de tarefas que deveriam ser do Estado, principalmente as políticas sociais” (*apud* PERONI, 2013, p. 17).

De acordo com Montaño (2008), o terceiro setor modifica a questão social em três dimensões. Primeiro, contribui para a transferência de responsabilidade das atividades sociais para o sujeito e organizações sociais que compõem a sociedade civil, corroborando assim a propagação de valores de meritocracia que atribui ao sujeito a função de solucionar os problemas sociais causados pelo capitalismo; segundo, esvazia o caráter universalista das políticas sociais, passando a serem focalizadas; terceiro, contribui com o processo de mercantilização das atividades sociais e expansão de campos lucrativos para o empresariado, em conformidade com o que Neves (2005) relata sobre a intensificação de uma nova área de exploração, a de serviços sociais que favorece o fortalecimento de uma “nova fração da burguesia – a burguesia de serviços”. (BOITO, 1999 *apud* NEVES; SAN’ANNA, 2005, p. 37).

O Estado se aproxima como um facilitador dos negócios da burguesia, oferecendo campos de exploração, tornando-se um comprador dos serviços prestados e quem acaba pagando essa conta é o cidadão por meio da arrecadação de impostos e das ações voluntárias. Diante disso, o Estado se retira de cena quanto à responsabilidade pela execução das atividades sociais, contudo, protagoniza sua participação como um dos principais promotores na esfera financeira e legal.

Nessa direção, o terceiro setor se torna funcional aos interesses burgueses no que se refere a encobrir o processo gradativo de desmantelamento dos direitos sociais por meio da transformação desses em serviços, os quais são postos à venda no mercado para os que podem pagar, e no caso dos que não podem são ofertados mediante filantropia, que longe de ser uma caridade é ferramenta de consolidação das bases das novas orientações sociais (MONTAÑO, 2008).

Dessa forma, a proposta de modernização do Estado, evidenciada nos documentos produzidos pelo Mare, redefinem seu campo e forma de atuação em consonância com a dinâmica do capital em tempos de capitalismo com aparência humanizada. A estratégia reformadora incorpora mecanismos da Terceira Via, tanto nas sutilezas retóricas como na funcionalidade expressa para a consolidação da sociabilidade burguesa do século XXI.

O discurso expressa um Estado forte em sua capacidade de coordenar e ordenar as políticas sociais, definir, interpretar e aplicar as regras do

jogo, que inclui serviços de proteção em relação à propriedade privada, bem como manutenção da ordem social e fornecimento de uma estrutura que possibilita o funcionamento do mercado. Assim, essa proposta é correlata às elaborações de Giddens (2001), quando este afirma que o Estado reformado não é mínimo nem máximo, contudo é forte no sentido de promotor e regulador das atividades sociais de forma a delegá-las para o âmbito da sociedade civil, mediante parcerias público-privadas. Já no que tange à elaboração e cumprimento das leis, é dever exclusivo do Estado.

Para a Terceira Via, o Estado seria o responsável por fomentar uma sociedade de bem-estar social, e as bases para tal consolidação estariam na cidadania ativa, que é relacionada à restauração da responsabilidade que cada cidadão, grupo, entidade, organização e empresa deve assumir para tornar o mundo um lugar menos desigual. Em virtude disso, os laços de solidariedade entre o trabalhador e empresário devem ser fortalecidos por meio da união de recursos que cada um pode oferecer para a construção de uma sociedade que amenize a pobreza e pacifique os conflitos sociais.

É nesse contexto que figuras coletivas representantes da classe burguesa intensificam suas ações comprometidas com o que Neves (2005) identifica como a pedagogia da hegemonia, em que a classe dominante atua no sentido de criar valores morais e intelectuais comuns com base no programa neoliberal de Terceira Via para consolidação de diretrizes políticas, econômicas, sociais e culturais que dialoguem com estratégias de dominação e disciplinamento político, a fim de pacificar as organizações sociais com ideário classista.

Dentre os organismos empresariais que se destacaram na propagação das novas diretrizes da burguesia, estão o Grupo de Institutos Fundações e Empresas (GIFE) e o Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, fundados nos anos de 1990. Esses institutos possuem vínculo com o capital financeiro⁴¹ e suas atuações incidem na mobilização do empresariado e da classe trabalhadora para cooptação da ideologia de responsabilidade social que é pautada em novos padrões de cidadania (MARTINS, 2009).

A missão traçada consistiu em reafirmar as propostas da reforma estatal quanto às novas configurações postas à sociedade civil. De forma expressa,

⁴¹ De acordo com as análises de Lenin o capital financeiro é resultado da “fusão entre capitais industriais e capitais bancários” (FONTES, 2010, p. 106).

Bresser-Pereira mencionou o objetivo de consolidar uma sociabilidade fundada nos preceitos da Terceira Via:

Pessoalmente partilho da esperança de que se possa construir uma terceira via entre o capitalismo neoliberal e a velha esquerda burocrática, e estou seguro que nesse processo o papel da sociedade civil e particularmente das entidades e movimentos do setor público não-estatal será fundamental. (BRESSER PEREIRA, 1999, p. 97 *apud* MARTINS, 2009, p. 139).

Em consonância com esses objetivos, as ações realizadas pelos aparelhos privados da burguesia, ETHOS e GIFE procuraram mobilizar um grande contingente de empresários bem como de organizações, entidades, institutos que não tem como fim o lucro para imprimir os “preceitos da nova pedagogia da hegemonia” e, assim, “contribuir no processo de afirmação de um novo padrão de sociabilidade” (MARTINS, 2009, p. 147).

Nesse sentido, buscaram conscientizar o empresariado para realizar novas condutas em relação ao social, tendo como base a cultura empresarial progressista, a qual é firmada no contrato social fundamentado no teorema “quem lucra com os bens sociais deve usá-los com responsabilidade e dar algo em troca à comunidade” (GIDDENS, 1996, p. 58). Dito de outro modo, o capitalista para se manter como classe dominante em tempos de fortalecimento da democracia precisa devolver um percentual do produto que foi extraído do trabalhador.

Esses institutos atuaram em duas frentes políticas, tanto na mobilização de empresas e organizações não estatais para abraçar a questão social, como na educação política e cultural dos trabalhadores, a fim de exercerem a cidadania de novo tipo, que é pautada em “novas referências de consumo e de outras demandas sociais voltadas para prestigiar as empresas/empresários que fornecem produtos e serviços de maneira socialmente responsável” (MARTINS, 2009, p. 149). Esse movimento faz parte do que Neves (2005) denomina como repolitização da política, que se desdobra em novas configurações de participação política “no contexto democrático das décadas finais do século XX e iniciais do século XXI, voltadas ao fortalecimento da coesão social nos moldes do neoliberalismo da Terceira Via” (NEVES, 2005 *apud* PINA, 2011, p. 253).

Em relação às ações educativas voltadas para a classe empresarial, esses institutos agiram com base na ideologia de responsabilidade social

empresarial, com o objetivo de criarem condutas, mentalidades, valores e culturas que redefinem a identidade burguesa. No documento elaborado pelo Instituto ETHOS que conceitua tal ideologia, afirma-se o seguinte:

Responsabilidade social empresarial é a forma de gestão que se define pela relação ética e transparente da empresa com todos os públicos com os quais ela se relaciona e pelo estabelecimento de metas empresariais compatíveis com o desenvolvimento sustentável da sociedade, preservando recursos ambientais e culturais para as gerações futuras, respeitando a diversidade e promovendo a redução das desigualdades sociais. (INSTITUTO ETHOS, 2000a *apud* MARTINS, 2009, p. 150).

A responsabilidade social empresarial se efetua como um conjunto de ações propositivas que, além de buscar afirmar a classe empresarial como portadora de soluções tanto no âmbito econômico como no social, também possibilita que tal classe interfira ideologicamente na elaboração, execução e condução das políticas públicas de forma que a burguesia consolide seus interesses particulares no âmbito do social e, assim, afirma-se como classe dominante e dirigente.

Para potencializar essas ações educativas, a reforma do Estado envolveu mudanças no aparato jurídico contemplando a Constituição da República Federativa de 1988, conhecida popularmente como “constituição cidadã”, fato esse que, segundo os reformadores, necessitou de um amplo exercício de persuasão do público em geral, exceto no caso dos grandes empresários, visto que, segundo Pereira, essa classe já estava comprometida com a reforma. Por isso, um dos mecanismos de convencimento foi a utilização de uma retórica salvacionista, isto é, a reforma do Estado proporcionaria crescimento e desenvolvimento econômico de forma sustentada, por meio do qual os mais pobres seriam beneficiados.

Assim, a reforma administrativa cultural e institucional da aparelhagem estatal implicou redefinições no ordenamento jurídico mediante a Emenda Constitucional nº 19, de 04 de junho de 1998, também denominada “emenda da reforma administrativa”, que alterou significativamente todo o aparato jurídico referente ao funcionalismo público, bem como positivou os princípios (explícitos) que sustentam o ideário público, além de organizar o controle do orçamento da máquina estatal pública.

A Emenda Constitucional nº 19 introduziu parâmetros do mercado a

fim de adequar a legislação brasileira às novas orientações do capital internacional, que redefinem novas relações entre Estado e sociedade civil. Diante desse cenário, os reformadores se validaram na retórica da eficiência administrativa, ênfase na produtividade, controle de qualidade, organizações sociais, contratos de gestão, fim da estabilidade do servidor, privatização e terceirização para legalizar o processo gradativo de transmissão da responsabilização pela execução direta das atividades sociais para as organizações públicas não estatais e, também, contribuir com a expansão do setor privado lucrativo.

No que se refere ao princípio da eficiência⁴² como componente essencial da Administração Pública gerencial, provoca consequências no âmbito da execução das políticas sociais. Entende-se que a proposta incide no fortalecimento das parcerias público-privadas, tendo por base o discurso de que a esfera pública é ineficiente, logo, o princípio da eficiência só poder ser efetivado por entidades de direito privado, mas que têm como finalidade o interesse público. Com isso, buscou-se fortalecer a atuação do terceiro setor na provisão de serviços públicos.

De acordo com Melo e Falleiros (2005, p. 53), a aprovação da Emenda Constitucional, já referenciada, mais a promulgação da Lei nº 9.790/99 “que cria a figura jurídica de Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP)”, potencializaram a atuação dos organismos da sociedade civil para implementarem as políticas públicas, mediante respaldos legais que estabeleceram o contrato de gestão e diretrizes para os termos de parcerias.

Esses mecanismos legais possibilitaram a criação do que Giddens (1996) denomina como redes de confiança ativa, que pressupõe a sociedade civil como um reino da liberdade e local, em que florescem sentimentos de ajuda mútua. Essas redes envolvem entidades, organizações, institutos de caráter não lucrativo, empresas e trabalhadores que se comprometem com a construção de uma sociedade de bem estar social. A união de forças desses diferentes segmentos sociais é pautada no cumprimento de deveres cívicos. Dessa forma, se cada um fizer sua parte, o resultado dessa reciprocidade é a confiança ativa no outro que, por sua vez, gera a solidariedade social.

Conforme referenciado pela Terceira Via, quando o dever é baseado na solidariedade, tem-se a consolidação de um novo contrato social direcionado pelo

⁴² Assim como Pires “defendemos que o serviço público deva ser eficiente, entretanto, sem retirar do Estado a sua responsabilidade com os direitos sociais” (PIRES, 2009, p. 68).

seguinte lema: “não há direito sem responsabilidades” (GIDDENS, 1996, p. 58). Todavia, essa responsabilidade acarreta ações diferentes para os envolvidos que compõem a rede de confiança. O terceiro setor é executor das atividades sociais e, por sua vez, conta com o apoio financeiro do Estado, empresas e ações voluntárias do trabalhador. Em relação a certas organizações que compõem o terceiro setor, que são caracterizadas como “braços assistenciais de empresas”, não podem “esconder seu claro interesse econômico por meio de isenção de impostos, ou da melhora de sua imagem de seus produtos (aumento a venda ou o preço) ou até na função propagandista que estas atividades exercem” (MONTAÑO, 2008, p. 58).

Essas ações vinculadas a grandes empresas substituem a velha concepção de caridade pela máxima filantropia 3.0, em que as doações advêm com um rol de prescrições a serem adotadas pelos beneficiários. Os filantropos enxergam essas ações como mais um investimento realizado em que os impactos e resultados devem ser mensuráveis para avaliar as possíveis intervenções (BALL, 2014)

É uma abordagem pautada na seguinte expressão “fazer mais com menos”, isto é, ampliar o atendimento social utilizando poucos recursos. Um dos mecanismos utilizados para efetivar essa proposta consiste na educação política e cultural dos trabalhadores para exercerem a responsabilidade social, que pode ser assimilado em ações voluntárias. O desafio desses aparelhos privados é a adoção de diferentes estratégias para mobilizar os trabalhadores a abraçarem as causas sociais.

A primeira ferramenta de convencimento é evidenciada por meio do uso de prêmios para que os funcionários atuem “em mobilizações dirigidas pela empresa, seja pela doação de tempo de trabalho ou pela doação em dinheiro” (MARTINS, 2009, p. 171). Outro exemplo de educação da massa trabalhadora é relacionado à justificativa de que os empresários se validam para intervir no campo social. Afirma-se que o principal indutor dessas intervenções é:

A história de vida dos empresários, sua formação pessoal e a necessidade de se sentirem úteis, de se sentirem membros da sociedade, contribuem para o seu envolvimento em ações de caráter público. Assim é que 50% das empresas declaram que o que move os dirigentes a operar no campo social é a vontade de contribuir para a solução dos problemas sociais do país e de atender às necessidades ou solicitações das comunidades. (PELIANO, 2003b,

p. 25 *apud* MARTINS, 2009, p. 168).

Não podemos incorrer numa análise simplista e cair nas armadilhas de uma retórica que utiliza palavras encantadoras, mas sim observar a decorrência do contexto em que as palavras são afirmadas a fim de extrair elementos que corroboram aquilo que defende a Terceira Via. Esse discurso é correspondente à disseminação dos valores que os aparelhos privados de hegemonia vêm utilizando para lograr consenso da classe trabalhadora. É como se os empresários afirmassem que suas condições econômicas não são suficientes para gerar sentimentos de prazer e felicidade, visto que essas emoções são geradas quando se sentem úteis para com a comunidade.

Essas referências são correlacionadas ao que a Terceira Via interpreta como felicidade, sendo interpretada como um sentimento de autorrealização. Partindo dessa ótica, Giddens afirma que o Estado, como promotor da felicidade, deve se empenhar para tornar o sujeito produtivo no sentido de empreender meios que o permita sair da condição socioeconômica em que se encontra e de aproveitar seu tempo livre para ajudar a sua comunidade. Dado o exposto, fica evidenciado que o objetivo central da Terceira Via não é o combate à pobreza, mas sim a formação de novos valores e estilos de vida para os trabalhadores, que os impelem a buscar novos meios de sobrevivência.

Intenciona-se, assim, materializar “referências simbólicas e materiais importantes para introduzir novos elementos na relação capital e trabalho, visando consolidar as mudanças já ocorridas na função do aparelho de Estado nas políticas sociais” e disseminar novos parâmetros de participação política e do exercício da cidadania (MARTINS, 2009, p. 150).

Esse movimento desloca a luta de classe do âmbito de superação para ajustes em prol de melhorias no capital. Logo, o protagonismo de luta de classes se esvanece para uma suposta amigável união entre os opostos em torno de objetivos maiores. Agindo assim, a classe burguesa utiliza de práticas de sedução para conquistar a classe trabalhadora, valendo-se de discursos que utilizam palavras que conquistam a razão e as emoções da classe em oposição, convencendo-a que esses novos parâmetros sociais são necessários para que todos se comprometam na construção de uma sociedade de bem-estar social.

Diante disso, a classe dominante atua na constante persuasão da

classe trabalhadora para reproduzir os seus valores e sua visão de mundo, e, assim, obter a direção moral e intelectual da sociedade. Esse movimento de consenso da classe burguesa consiste em ações educativas que, ao mesmo tempo em que organizam a classe que compõem a burguesia, desorganizam a classe antagônica (NEVES, 2005).

No entendimento de Neves (2005), a construção dessa nova sociabilidade pautada nos valores descritos anteriormente vem ocorrendo com a ajuda do Estado educador, “em duas frentes fundamentais: a educação política, disseminada pela crescente atuação social empresarial no país e a educação escolar das novas gerações de trabalhadores e cidadãos brasileiros” (FALLEIROS; PRONKO; OLIVEIRA, 2010, p. 86).

5.2 O FORTALECIMENTO DA LÓGICA DE MERCADO NAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS

Em relação à educação escolar, as principais medidas tomadas no período do governo FHC e que corroboram essa asserção podem ser sintetizadas da seguinte maneira: instituição no sistema educacional dos princípios da gestão gerencial, avaliação institucional, Alfabetização Solidária, Plano Nacional da Educação e o FUNDEF. Estas medidas estão interligadas e fazem parte da nova funcionalidade do Estado, reformado no que compete à educação escolar, expressando sua gradativa retirada como protagonista para assumir a figura de facilitadora, fomentadora, fiscalizadora e subsidiária. Esse viés é revestido pelas palavras descentralização, democratização, participação cidadã e eficiência.

Os contornos e desdobramentos delineados nas políticas educacionais foram alinhados às diretrizes principais que conduziram a reforma do Estado. A primeira ação que representa esse alinhamento se delinea na tentativa de retirar a responsabilidade do Estado e transferir para a sociedade as atividades educacionais. Assim, sob o rótulo de democratizar as instâncias estatais, propõe-se a descentralização tanto no que se refere ao investimento e à execução direta da educação pelo Estado, como a descentralização de “uma esfera de governo para outra (da União para Estados ou de Estados para o Município)”, bem como “do aparelho de Estado para a sociedade” mediante a terceirização e publicização.

(PERONI, 1997, p. 71).

À guisa de ilustração, Peroni (1997) cita que a implementação do Programa Fundo para o Desenvolvimento e Valorização do Magistério (FUNDEF), criado em 1996, por meio da Emenda Constitucional 14/96 e da Lei nº 9.424, é uma proposta de descentralização de responsabilidades quanto ao ensino fundamental, da esfera da União para os Estados e municípios. Nesse sentido, o Fundo deve contar com a contribuição de todos os entes federados e o repasse é realizado em consonância com o número de matrículas para essa etapa da educação.

A intenção do governo coincidia com as recomendações que os organismos financeiros internacionais vêm disseminando para a educação de forma contundente, desde a década de 1990. Como exemplo, é possível observar que o documento da “Conferência Mundial sobre Educação para Todos” realizada em Jomtien, Tailândia, em 1990, conduz os países de capitalismo periférico a adotar medidas focalizadas na educação, cujo enfoque era a “satisfação das necessidades básicas de aprendizagem”. O Brasil participou desse evento como membro signatário e pactuou com o compromisso de adotar mecanismos de combate ao analfabetismo e de qualidade na educação ofertada.

Nessa perspectiva, o governo FHC tratou de consolidar programas de fomento à alfabetização, contando com a parceria de organizações, institutos da sociedade civil e de empresas. Dentre tais iniciativas, destaca-se a Alfabetização Solidária, criada em 1997 como um “projeto do programa Comunidade Solidária⁴³, vinculada diretamente à Presidência da República” (SHIROMA; MORAES; EVANGELISTA, 2004, p. 89). As campanhas que conduziram esse programa, do tipo “Adote um Aluno”, buscaram mobilizar mantenedores financeiros e estudantes universitários para se voluntariar no combate ao analfabetismo na faixa etária de 12 a 18 anos.

Outra iniciativa correlata às recomendações do Banco Mundial é a utilização de mecanismos de avaliação para aferir o desempenho dos professores e alunos quanto ao alcance das metas de educação preconizadas pelo governo. Essas medidas tornaram-se um dos eixos centrais da política educacional nesse período e contaram com o apoio técnico e financeiro do Banco Internacional de

⁴³ Segundo as observações de Martins (2009, p. 89). O Comunidade Solidária foi um Programa criado pelo “Decreto-presidencial nº 1. 366 de janeiro de 1995” vinculado à Presidência da República. Suas atuações consistiram em afirmar as novas orientações da burguesia para as políticas sociais.

Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD.

Tem-se então a instituição do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e o Exame Nacional de Cursos – Provão. Em relação ao SAEB, a proposta central é “monitorar a equidade e a eficiência dos sistemas escolares” mediante “provas realizadas de dois em dois com alunos das 4a s e 8a s séries do ensino fundamental e da 3a série do ensino médio” (ALTMANN, 2002, p. 83). Em matéria do que será avaliado, o Ministério da Educação – MEC compactua com as diretrizes lançadas pelo BIRD, como bem sinalizou Altmann (2002, p. 83):

Segundo o BIRD, a ênfase deve ser dada às habilidades cognitivas: linguagem, ciências, matemática e, adicionalmente, habilidades na área de comunicação (Lauglo, 1997). Também o Saeb prioriza língua portuguesa, matemática e ciências. Nessa seleção, diversos outros conhecimentos são deixados de lado.

Diante disso, observa-se que a lógica do mercado introduzida nas políticas educacionais pelos mecanismos de descentralização atua juntamente com a centralização, conforme as recomendações dos neoliberais para a educação. A descentralização é assimilada como desresponsabilização do Estado para com o financiamento e execução direta das atividades educacionais, já a centralização é correlata às formas de controle e fiscalização por parte da União no que se refere ao conteúdo e forma de ensinar.

De modo geral, o grande problema das avaliações em larga escala é sobre as ações tomadas a partir do resultado dessas, visto que, servem tanto para elaborar medidas, programas e adotar políticas de melhoria da educação pública por meio do fornecimento de condições objetivas para que a educação escolar atenda aos interesses dos trabalhadores, como é útil para fornecer argumentos que culpabilizam os atores que compõem a comunidade escolar, transferindo assim para a escola pública “uma crise de eficiência, eficácia e produtividade, mais do que uma crise de universalização e de extensão dos serviços oferecidos” (GENTILI, 1998, p. 17) que, na lógica da Terceira Via, se resolveria caso o monopólio estatal na educação deixasse de existir ao transferi-la para as organizações não estatais e para a iniciativa privada com vista à eficiência e produtividade.

Isso nos leva a compreender que a imitação da lógica empresarial é justificada com base na eficiência. Tal terminologia é relacionada a fazer mais com

menos, isto é, receber poucos recursos e atender as mesmas demandas com satisfatório desempenho. Essa lógica de mercado é interpretada como gestão gerencial ou gestão racional de recursos. A racionalização de recursos inclui o aumento do número de alunos por professor e a mobilização de parceiros para prestar as devidas assistências que a escola necessita.

A partir desse enfoque, foi elaborado o Projeto Amigos da Escola, uma parceria da Rede Globo de televisão com a Comunidade Solidária que era presidida pela primeira-dama do país, Ruth Cardoso. Esse projeto contou com o forte apelo realizado pela grande mídia, que aclamava a participação dos pais e comunidade local na prestação de serviços voluntários e, assim, solucionar os problemas relacionados ao cotidiano escolar. O slogan que direcionou tais ações foi pautado no discurso de que “todos são responsáveis, todos se ajudam: professores, pais e alunos e os resultados serão surpreendentes! Todos são ‘amigos da escola!’” (PERONI; AMARAL; COMERLATTO; COSTA; SUSIN, 2009, p. 27).

Outra proposta que corrobora essas medidas é expressa nos documentos elaborados pelo MEC, que subsidiaria a formulação do Plano Nacional da Educação. Dessa forma, em 2001 foi instituído o PNE mediante a Lei nº 10.172, sancionada pelo Chefe de Estado da época. “Na página 13, a meta 19 do ensino fundamental propõe que se estimule ‘a participação da comunidade na manutenção física e na melhoria do funcionamento das escolas, incentivando o trabalho voluntariado’.” (SAVIANI, 2014, p. 8). Essa meta representa a orientação política adotada por Fernando Henrique, que expressa a escola como um espaço em que a solidariedade é manifestada:

A escola precisa voltar a ser o centro do processo de ensino. Escola não é só a função do professor – e a recuperação do seu salário, principalmente no ensino básico; é muito mais que isso. É o lugar de convivência onde a ação dos pais, a solidariedade do meio social, a participação do aluno e do professor e uma boa administração se somam para formar cidadãos. (CARDOSO *apud* OLIVEIRA, 2009, p. 15).

Esse tipo de solidariedade é um sentimento traduzido em ações que substituiria a obrigação legal do Estado quanto aos direitos sociais. Dessa forma, a escola pública em vez de contar com recursos monetários do Estado, precisa atuar na mobilização dos pais, funcionários da escola e empresas para prestar

assistência, reparos e doar equipamentos e matérias pedagógicas a fim de manter as condições mínimas para o seu funcionamento.

De forma resumida, o governo de Fernando Henrique consolidou uma plataforma política, econômica e social comprometida com as novas orientações do capital internacional, alinhado com a burguesia nacional brasileira para efetivar um capitalismo cuja exploração se apresenta, suposta e equivocadamente, de forma mais *light*, e, assim, perpetuar a ideia de que o capitalismo é o único caminho que gera riqueza social e garante a liberdade individual. Por isso, é preciso que todos se comprometam para melhorá-lo.

Fernando Henrique, em dezembro de 2002, ao receber o Prêmio *Mahbud ul Haq*, por Contribuição Destacada ao Desenvolvimento Humano, discursa que se despede como chefe do executivo com a sensação de missão cumprida por ter “colocado o Brasil no rumo certo”, mediante a adoção de medidas de “estabilização econômica, reformas estruturais, acesso aos mercados mundiais, luta contra a pobreza, a proteção ambiental, a necessidade da transformação social, o desenvolvimento humano – todas essas são questões que vieram para ficar”. Contudo, reconhece que ainda há tarefas em aberto, mas que certamente sob a liderança de Lula o Brasil continuará a avançar nessas propostas (CARDOSO, 2002 *apud* OLIVEIRA, 2009, p. 89).

5.3 A OPÇÃO DO NEOLIBERALISMO DE TERCEIRA VIA PELO PARTIDO DOS TRABALHADORES

No ano 2002, as correntes políticas de esquerda ganharam força no Brasil por meio da vitória na corrida presidencial. O povo brasileiro elegeu como Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva (Lula), um ex-operário e líder sindical que representava uma esperança de ruptura com a política praticada pelo governo antecessor, em virtude de sua atuação no movimento sindical ter sido a favor da luta da classe trabalhadora brasileira, além de, é claro, integrar um partido cuja base política é proveniente da esquerda:

O Partido dos Trabalhadores conjuntamente com Lula representavam a maior força da esquerda no país, e tinham como discurso realizar reformas que viessem a atender principalmente os setores mais precarizados da população brasileira, como a reforma

agrária e principalmente no que diz respeito à mudança do modelo neoliberal, que segundo os discursos do então candidato do Partido dos Trabalhadores, representava a pior forma de modelo e era o motivador maior de todas as desigualdades sociais que existem dentro do país (NETO, 2013, p. 134).

Contudo, em decorrência de três derrotas presidenciais consecutivas, o Partido dos Trabalhadores (PT), para vencer as eleições, formou alianças com o partido burguês, Partido Liberal (PL), pequeno agrupamento político de centro-esquerda, que indicou como vice-presidente o empresário José de Alencar. Ao fazer isso, além de fragilizar os ideais a favor dos trabalhadores, Bakunin aponta os riscos da aliança entre partidos com diferentes concepções ideológicas:

[...] eis aí um grande erro; todas as experiências da história nos demonstram que uma aliança concluída entre dois partidos diferentes volta-se sempre em proveito do partido mais retrógrado; esta aliança enfraquece necessariamente o partido mais avançado, diminuindo, deformando seu programa, destruindo sua força moral, sua confiança em si mesmo (BAKUNIN, 1920, p. 18).

No entanto, essa aliança não ocorreu de forma instantânea, mas em decorrência do ataque de representantes da burguesia, que fragilizavam a luta do Partido dos Trabalhadores para a conquista do povo brasileiro, mediante propostas alicerçadas em bases socialistas. A revista *Veja* preparou um grande arsenal agressivo contra Lula em suas disputas eleitorais de 1989, 1993 e 1998. Em um primeiro momento, a difamação se deu em decorrência das condições sociais e econômicas do candidato do PT e, por isso, acaba colocando em dúvida sua capacidade de exercer a função de Chefe do Executivo do país.

Além desses recursos, foi utilizada uma retórica chantagista para frear a candidatura de Lula. É o caso da matéria divulgada um mês antes das eleições de 1989, “quando a revista afirmava de forma definitiva que ‘800.000 empresários fugiriam do país caso Lula fosse presidente’” (FERRAZ, 2004, p. 37).

Em 1994, na disputa presidencial de Lula contra FHC, a revista *Veja* volta a atacar a candidatura do ex-líder sindical, sinalizando que sua vitória traria desordem ao Brasil, pelo fato de manter estreitas ligações com movimentos trabalhistas, o que poderia elevar “a temperatura social no país” (FERRAZ, 2004, p. 37).

Após duas vitórias consecutivas de FHC, a *Veja* faz uma matéria intitulada “E agora companheiro”, na qual compara os 18 anos do PT com o período da adolescência “fase em que os jovens também ficam em dúvida no momento de realizar suas escolhas” (FERRAZ, 2004, p. 37). De forma explícita, a revista induz o Partido a abandonar seu viés socialista e realizar uma verdadeira reformulação de seus ideais e propostas para que dialoguem com a ordem societária vigente. Dessa forma, o PT mudou seu discurso de combate para defensor do modo de produção capitalista, além disso, a fim de que suas palavras gerassem convencimento se aliou com partidos de base política oposta e, só assim, conseguiu vencer as eleições presidenciais.

Contudo, segundo Dias (2004, p. 32), “é bom que se diga, não se trata de um recurso tático, mas de uma ruptura no plano da estratégia”, visto que o abandono do viés marxista pelo Partido já estava ocorrendo em cada derrota eleitoral. De acordo com os estudos de Eurelino Coelho (2005), a dinâmica de transformação dentro do Partido Trabalhista é comparada ao processo de *transformismo* descrito por Gramsci em suas análises a respeito do contexto da Itália, “quando Agostino Depretis tornou-se primeiro-ministro italiano em 1876, e com ele chegava ao poder um grupo conhecido como esquerda democrática”. Em poucas e claras palavras, Gramsci afirma que o *transformismo* “teria o mesmo sentido de uma revolução passiva, ou seja, abriria mão de uma revolução radical de caráter socialista, para fazer apenas pequenas reformas no estado burguês, sem romper então com o modo de produção vigente” (COELHO, 2005 *apud* NETO, 2015, p. 58).

Nesse sentido, Coelho (2005) concluiu que se antes esses Partidos se comportavam como intelectuais da classe trabalhadora, após o processo de *transformismo* atuam como intelectuais da classe dominante, realizando pequenos ajustes que não confrontem com os interesses da burguesia.

Em 2002, as pesquisas de intenção de voto apontaram para uma possível vitória eleitoral por parte de Lula, o que gerou uma instabilidade macroeconômica no país, com elevação do dólar e consequente depreciação do real em decorrência da desconfiança suscitada pelos grandes investidores financeiros, que não estavam convencidos de que o PT havia realmente abandonado o viés conflitualista. Por isso, quatro meses antes das eleições, Lula divulga a Carta ao

Povo Brasileiro⁴⁴, a qual, apesar de ser endereçada ao “povo brasileiro”, teve seu conteúdo destinado ao mercado, em que Lula “assume os compromissos de ‘respeitar contratos’, de evitar rupturas e de negociar as mudanças, mas em que, ao mesmo tempo, reafirmou que o eixo de seu governo seria a alteração do modelo econômico” (NETO, 2005, p. 78).

Com o apoio de mais de cinquenta e três milhões de brasileiros, Lula ganha a corrida eleitoral para presidente, fato este que representou o anseio da população por propostas econômicas e sociais diferentes do governo anterior. Contudo, ao invés de programas que visavam romper com uma plataforma excludente, de modo a construir caminhos alternativos rumo à abolição do capitalismo, o PT adota “uma política de alianças que o levou a descaracterizar seu programa, coletivamente construído ao longo dos anos 1980 e boa parte dos anos 1990” (NEVES, 2005, p. 115).

A frente reformista buscou transmitir a ideia de que Lula, como presidente, significaria a conciliação entre as classes, visto que sua chapa além de ser formada por representantes dos movimentos sociais e organizações trabalhistas, era composta pelo seu vice que representava a classe empresarial. Dessa forma, Lula chega ao poder com a retórica de todos unidos em prol de políticas que consolidassem o crescimento econômico com a justiça social, sendo que as mudanças necessárias seriam feitas em obediência aos marcos institucionais.

Ao discorrer sobre o governo Lula, é importante expor que as análises sobre sua gestão se desdobram em três linhas principais: a primeira defende uma continuidade do governo FHC; a segunda expõe uma ruptura na política econômica do governo Lula, em relação ao seu antecessor; e a terceira argumenta que o governo petista adotou políticas de mudança no interior do programa neoliberal e não mudanças de modelo (NETO, 2013).

Com base nessas formas de análises, partimos de alguns elementos teóricos que nos permitem compreender as principais ações do governo Lula, em consonância com os anseios do movimento de consolidação da nova sociabilidade burguesa no Brasil, referenciada na Terceira Via, a qual abandona muitas das premissas macroeconômicas da ortodoxia neoliberal para amenizar os níveis de desigualdade social e, principalmente, pacificar os movimentos sociais antagônicos

⁴⁴ Tal carta demonstra que o governo petista seria de coalização, formando alianças com Partido de cunho liberal para governar.

por meio de uma intensa atuação do Estado educador e dos aparelhos privados de hegemonia em prol de novos valores sociais, civis e culturais.

Dessa forma, nos primeiros anos do governo petista, assiste-se uma continuidade das políticas macroeconômicas praticadas pelo seu antecessor, que foram rotuladas pelo então presidente como “herança maldita”. Para começar, o governo petista “nomeou uma equipe econômica indiscutivelmente ortodoxa no Banco Central e no Ministério da Fazenda, que elevou ainda mais a taxa de juros e fez cortes no investimento público para atingir um superávit primário” além do que foi preconizado pelo FMI (ANDERSON, 2011, p. 3).

Os intelectuais escolhidos para elaborar e conduzir as políticas econômicas nesse governo possuem fortes vínculos com o capital financeiro internacional, pelo fato de atuarem profissionalmente em bancos no exterior. Esses intelectuais que ocuparam posições-chave no governo de Lula têm ligações estreitas com a Fundação Getúlio Vargas, seja pela formação ou função realizada nessa instituição, a qual é caracterizada por Neves (2005) como produtora e disseminadora de estudos que compactuam com o neoliberalismo de Terceira Via, inclusive elaborou documentos a pedido do governo Lula que subsidiaram a condução das políticas econômicas e sociais, especialmente em seu segundo mandato.

Seguindo o curso do tripé econômico, Lula preservou políticas macroeconômicas dirigidas pelas metas de inflação, câmbio flutuante e a política fiscal para manter um superávit primário, para assim alimentar o capital financeiro com o pagamento da dívida pública. Essas políticas são associadas com as orientações neoliberais de liberalização comercial, desregulamentação financeira e reformas institucionais que forneçam campos de atuação para o mercado explorar.

O grau de afinidade desse governo com as diretrizes dos organismos financeiros internacionais é expresso mediante cartas enviadas pela equipe do governo, que sinalizavam o comprometimento com as propostas do FMI e Banco Mundial. Antes mesmo de se aposar do cargo, o então ministro da Fazenda Pedro Malan e Armínio Fraga Neto, presidente do Banco Central na época, enviaram carta ao FMI dizendo que:

[...] durante o restante do seu mandato, o governo (estava) empenhado em trabalhar com o Congresso e o governo eleito para avançar na aprovação de reformas estruturais fundamentais, quais sejam: 1) a emenda constitucional que abre caminho para uma nova

lei que estabeleça a autonomia operacional ao Banco Central, 2) a legislação remanescente para instituir os fundos de previdência complementar dos servidores públicos e 3) a medida provisória que converte a contribuição social para o Programa de Integração Social (PIS) num imposto sobre o valor adicionado (a promulgação dessa medida constitui um critério de desempenho para o fim de dezembro nos termos do programa). (MALAN; FRAGA NETO, 2002 *apud* LIMA, 2004, p. 32).

Diante disso, observa-se que antes mesmo da posse de janeiro de 2003, o governo estava comprometido com as organizações que representavam o capital no cenário internacional. Por isso, no início de seu primeiro mandato, Lula conduziu reformas que favoreceram a burguesia em detrimento dos trabalhadores, a exemplo, destacam-se a reforma da Previdência “que apenas retirou direitos dos trabalhadores” e aprovação da “Lei da Falência que, a partir de um certo montante, obriga a empresa em processo falimentar a priorizar o pagamento das dívidas bancárias em detrimento do pagamento dos débitos com os trabalhadores” (BOITO Jr, 2006, p. 56).

A reforma da Previdência contou, de forma ampla, com recursos estratégicos de convencimento que se validaram da ideia construída por Collor que o “servidor público é marajá, ganhando sem trabalhar ou trabalhando pouco – aquele que o considera parte integrante de um segmento privilegiado da população”. Para resolver esse dilema, a reforma previdenciária foi disseminada como salvacionista, aquela que efetivaria a justiça social (MARQUES; MENDES, 2005, p. 147). Após envio dessa proposta para o Congresso Nacional, Palocci e Meirelles, em nova carta ao FMI, sinalizam que:

[...] o governo tem avançado rapidamente no cumprimento de sua agenda para a recuperação econômica e implantação das reformas. Depois de um importante esforço para a construção de consensos, uma proposta ambiciosa de reforma tributária e previdenciária foi enviada ao Congresso antes do previsto. (PALOCCI; MEIRELLES, 2003b *apud* LIMA, 2004, p. 63).

Nesse documento, é demonstrado que o governo estava empenhado em consolidar as diretrizes dessa organização financeira, no sentido de “manter a economia do país no curso estabelecido” (MARTINS, 2009, p. 225). Curso esse que é sintetizado nas práticas econômicas que mantêm o capital financeiro como hegemônico no bloco no poder. Diante disso, a continuação dessa carta diz o

seguinte:

[...] a Lei de Diretrizes Orçamentárias, enviada ao Congresso, aumenta a meta de superávit primário de médio prazo para 4,25 por cento do PIB. Além disso, a emenda constitucional que facilita a regulamentação do setor financeiro - um passo necessário à formalização da autonomia operacional do Banco Central - foi aprovada. (PALOCCI; MEIRELLES, 2003b *apud* LIMA, 2004, p. 63).

Esse compromisso é confirmado pela manutenção das taxas de juros que “foi considerada como a mais alta do mundo naquela época”, além disso, o orçamento da União priorizou o pagamento da dívida pública, conforme analisado por Neto (2015), o qual registra que durante o período de 2003 a 2006 foram injetados mais de 700 bilhões para o pagamento da dívida. Em contrapartida, para a educação, o dispêndio investido não chegou a 100 bilhões de reais (NETO, 2015, p. 93).

As justificativas utilizadas para continuar e aprofundar as políticas econômicas de cunho neoliberal, praticadas pelo seu antecessor que privilegia o capital financeiro, consiste no uso de palavras como:

- (i) não existe alternativa – os argumentos apareceram na forma de muitas metáforas, sempre vazias – “não vamos reinventar a roda
- (ii) existe sim alternativa, mas não se pode mudar o modelo de forma brusca
- novos argumentos metafóricos foram utilizados – “não vamos dar cavalo de pau em transatlântico” e (iii) é preciso reverter o quadro macroeconômico deteriorado herdado de FHC com os instrumentos que estão disponíveis, essa é uma opção pela governabilidade - essa tese embora mais sofisticada que as anteriores também tese o seu argumento metaforizado – “uma bomba-relógio foi armada ao final do governo FHC e poderia explodir no colo do presidente Lula” ou “o remédio é amargo, mas é necessário” (SICSÚ, 2003 *apud* TRISTÃO, 2011, p. 113).

A primeira justificativa se assemelha com as utilizadas por Margaret Thatcher, quando esta implementou o neoliberalismo na Inglaterra nos anos 1980, qual seja: “não há alternativa”, pois existe apenas um modelo econômico a ser seguido, e se ele falha é porque ou não foi aplicado de forma correta e com a intensidade necessária, ou fatores externos intervieram (SICSÚ; MARINGONI, 2005).

O governo Lula não somente assemelhou-se com a retórica usada

pela Dama de Ferro, como também concretizou reformas de cunho neoliberal, que até mesmo FHC não conseguiu realizar, tendo em vista que são consideradas medidas impopulares. Nessa direção, somente um governo com raízes populares poderia conduzir reformas impopulares, como diria Boito Jr (2006, p. 237) “o governo Lula presta à burguesia um serviço que os partidos burgueses tradicionais talvez não conseguissem prestar”. Diante de tal cenário, concordamos com Neves (2005) quando diz que:

De acordo com a trajetória político-ideológico do PT e PSDB, pode-se depreender que na atualidade essas forças político-partidárias não mais representam ideologias antagônicas no cenário político nacional: ao contrário, disputam entre si a direção do projeto neoliberal da Terceira Via. O primeiro, dando maior ênfase, por meio de uma ideologia nacionalista, ao capital produtivo, em especial o setor exportador, e o segundo, cultuando o processo de internacionalização econômica e político-social, sob a direção do capital financeiro. (NEVES, 2005, p. 116).

Contudo, na época em que FHC esteve no poder, o PT se posicionou de forma contrária a muitas das reformas conduzidas pelo governo de Cardoso, até mesmo inviabilizando os seus projetos. Ao assumir o governo e promover as reformas que tanto criticou, o PT fez a seguinte afirmação: “quando a gente é de oposição pode fazer bravata, porque você não vai ter que executar nada” (FOLHA DE S. PAULO, 28/03/03 *apud* NETO, 2005, p. 85).

Essa retórica, somada às práticas econômicas e às reformas estruturais que reduzem os direitos sociais para favorecer a fração burguesa hegemônica, bem como as “forças políticas que compõem a base de apoio do governo” demonstram “uma realidade que reforça a conclusão de que o governo Lula tem vínculos preferenciais com o grande capital” (NETO, 2005, p. 72).

Esse movimento expressa a sintonia do governo petista com os organismos internacionais. É possível extrair o grau de afinidade entre as reformas conduzidas pelo então chefe do executivo e as propostas do Banco Mundial, por intermédio do documento “Políticas para um Brasil Justo, Sustentável e Competitivo”, divulgado em 2003. Nesse, a visão do Banco Mundial para o Brasil é delineada nas seguintes diretrizes:

[...] um Brasil mais justo é aquele que implementa medidas de transparência social, fazendo referência principalmente às reformas

da previdência social e do sistema de impostos (reforma tributária). Um Brasil mais sustentável é aquele que estimula o aumento dos níveis de produtividade, incentivando e ampliando a ação dos setores privados. E um Brasil mais competitivo, deve implementar reformas que visem a confiança dos investidores internacionais nos projetos econômicos brasileiros. (LIMA, 2004, p. 63).

Um elemento central para o Banco é a implementação de políticas sociais para atenuar os índices elevados de pobreza. A esse respeito, o Banco tece elogios ao compromisso do governo federal com o bem-estar da população, que é enaltecido mediante a consolidação de políticas compensatórias, estabelecidas em três eixos:

Fome-Zero (e o Bolsa-Família), Previdência Social e Seguridade Social. O primeiro eixo é claramente compensatório e limitado, e os dois segundos configuram-se como regressões neoliberais a favor do mercado em detrimento a direitos propostos pela Constituição Federal de 1988 (CF/1988 *apud* TRISTÃO, 2011, p. 122).

O programa Bolsa Família, caracterizado pela unificação do Bolsa-Escola, Bolsa-Alimentação, Auxílio-gás e Cartão-Alimentação, é o marco diferencial do governo petista, por meio do qual conquistou a confiança da população mais pobre. De acordo com os órgãos oficiais do governo, sua criação estava atrelada a dois objetivos principais: “enfrentar o maior desafio da sociedade brasileira, que é o de combater a miséria e a exclusão social; promover a emancipação das famílias mais pobres” (MARQUES; MENDES, 2005, p.159).

O último objetivo, a emancipação, se distância da semântica referenciada no marxismo, uma vez que é associada à liberdade de domínio que o ser humano deve ter em relação “as forças da natureza, bem como da própria natureza da humanidade” para efetivar o seu desenvolvimento pleno em conjunto com o seu semelhante, isto é, a autorrealização é um processo coletivo. Seguindo essa lógica, a emancipação não ocorre em uma sociedade capitalista, pelo contrário, os requisitos básicos de manutenção dessa é a exploração e servidão. (BOTTOMORE, 1988, p. 202).

Por fim, o programa Bolsa família constitui-se como um benefício e não um direito, logo, é atrelado ao governo de plantão, podendo ser extinto pelo próximo governo. Esse benefício contribuiu no sustento da população que dele usufrui, mas deixa essa mesma população à mercê de uma figura política e/ou do

partido no poder que o efetivou, podendo ser usado como maneira de apoiar a permanência no poder e de apacificar os possíveis levantes sociais contra a ordem capitalista.

Essa forma política de proteção social é associada às diretrizes que os organismos internacionais vêm apontando para os países da América Latina. O controle da pobreza deve ter como premissa um conjunto de políticas compensatórias “tendo em vista ocultar os reais determinantes do empobrecimento da maioria da população e administrar eventuais levantes sociais a ele associados”. Correlacionado a esse discurso, o Banco Mundial e o FMI, defendem a ampliação do programa Bolsa Família como uma maneira de “interromper a transmissão da pobreza de geração para geração”. (EVANGELISTA; SHIROMA, 2006, p. 45).

É inegável que as famílias beneficiárias do programa Bolsa Família tiveram uma melhora gradual em suas condições de vida. Estudos vão apontar o impacto desse tipo de proteção na redução da extrema pobreza. Além disso, um dos requisitos de acesso ao programa é a frequências dos filhos na escola. Por isso, houve um aumento da frequência escolar, especialmente no ensino fundamental e a consequente redução da taxa de evasão (SOUZA, 2011).

É também de grande valia reconhecer que as políticas macroeconômicas do neoliberalismo ortodoxo não são incompatíveis com esse tipo de programa. Já que Hayek (2013, p. 154) defende a limitação do Estado como provedor e executor direto de políticas sociais de cunho universal, mas no que diz respeito às compensatórias é preciso que o Estado interfira de modo que assegure o mínimo de condições para que o cidadão possa ter disposição para trabalhar, nos dizeres desse autor: “não há dúvida de que, no tocante à alimentação, roupas e habitação, é possível garantir a todos um mínimo suficiente para conservar a saúde e a capacidade de trabalho”.

Milton Friedman (2014), guru da ortodoxia neoliberal, em consonância com Hayek, aponta que o aspecto dos problemas causados pelos efeitos de vizinhança a terceiros, torna necessária a figura do governo no sentido de evitar que as ações de certas pessoas exerçam efeitos sobre outras. Assim, entendemos que essa orientação pode ser associada às políticas compensatórias, pelo fato desse tipo de proteção ter o intuito de diminuir a pobreza extrema, visando frear uma possível revolta da massa pobre contra a burguesia.

Apesar de práticas que demonstram a afinidade desse governo com

a ortodoxia neoliberal, partimos do pressuposto de que houve uma tentativa de consolidar uma base de desenvolvimento intitulada como novo desenvolvimentismo, o qual se assemelha em muito às projeções sociais e econômicas referenciadas na Terceira Via.

Partimos da compreensão de que Lula era a peça que faltava do quebra-cabeça para o capital realizar as reformas estruturais que sedimentavam a sociabilidade burguesa, bem como a educação da população, em geral, a respeito dos novos valores que proporcionavam a dominação sob novas vestes. Com um ex-líder sindical e metalúrgico no poder, as propostas do capital ganhavam mais credibilidade da classe antagônica, e, assim, consolidaria sua visão de mundo adocicando o paladar da massa trabalhadora, isto é, em bases sociais mais sólidas.

Nesse contexto, Lula é reeleito com mais de cinquenta e três milhões de votos. Contou com o grande apoio da população de baixa renda e de recursos milionários injetados para financiar sua campanha de reeleição, provenientes de grupos econômicos, como o Banco Itaú, Bradesco, Camargo Corrêa, Gerdau entre outros, que se desacataram por serem atuantes no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, criado em 2003, pelo presidente Lula, mediante a Lei nº 10.683.

Para fins analíticos, organizamos as premissas sociais e econômicas materializadas de forma intensificada na segunda gestão petista que se assemelham com as principais diretrizes da Terceira Via. A primeira se desdobra no fortalecimento da sociedade civil, vista como um espaço em que as forças antagônicas se unem para construir uma sociedade de bem-estar. Esse espaço torna-se um *lócus* para consolidar a democracia dialógica, justiça social e solidariedade. Por isso, o Estado ativista deve estimular uma sociedade civil ativa em que as decisões entre os diferentes segmentos sociais e empresariais sejam guiadas pelo diálogo para que o novo contrato social, com base no consenso e na interdependência dos direitos e responsabilidades, seja efetivo.

Agindo assim, o Estado torna-se eficiente e democrático, pois não tem que executar diretamente determinados serviços públicos e sim agir em parceria com o empresariado e com as organizações da sociedade civil, facilitando o controle social, a participação do cidadão e a qualidade na execução do serviço com baixo custo investido. O Estado, como ativista, deve fomentar uma cultura empresarial progressista em que o direito de explorar seja usufruído com a responsabilidade

social, para retornar uma parcela do que foi explorado para as comunidades carentes, seja mediante recursos monetários ou projetos sob a direção dos empresários, pois eles têm a capacidade para liderar.

Outra característica do Estado ativista é fornecer apoio direto à atividade empresarial, por ser um meio em que os empregos são gerados. Esse apoio inclui capital humano em consonância com as demandas do empresariado e o estabelecimento de uma infraestrutura adequada para o florescimento das empresas. Isso não significa que o Estado deve atuar como produtor direto, pelo contrário, seu papel é direcionado para ser um facilitador e habilitador “ainda envolvido no custeio e na regulamentação dos serviços, mas não necessariamente em sua prestação” (LATAM, 2007, p. 54).

Por fim, para a Terceira Via um dos problemas que causa a desigualdade social é a discrepância entre os anseios da sociedade do conhecimento e a mão de obra com a qual se depara, que se encontra desqualificada. Nesse sentido, a educação é a chave tanto para consolidar a igualdade de oportunidade como para nutrir o mercado com o capital humano. O responsável para esse feito é o Estado, mas sem exercer um papel de monopólio, visto que as organizações da sociedade civil têm muito para oferecer em relação ao que e como será ensinado, bem como na prestação direta de serviço.

Em face de tais desdobramentos, a partir de 2006 ocorre, de modo intensificado no Brasil, um novo modelo de desenvolvimento capitalista, pertencente às mudanças engendradas pelo capital global no século XXI. Esse modelo é identificado como neodesenvolvimentismo e compõe “o bloco histórico do capitalismo neoliberal” sob a dominância do capital financeiro (ALVES, 2004, p. 11).

Assim como Tony Blair utilizou-se da retórica da Terceira Via como escape às políticas neoliberais praticadas por Thatcher na Inglaterra, no Brasil não foi diferente, tendo em vista que o PT faz uso de um programa que se coloca entre o velho desenvolvimentismo dos anos 40, 50 e 60 e da ortodoxia neoliberal. Desse modo, o neodesenvolvimentismo é evidenciado como uma alternativa ao neoliberalismo hayekiano, produto de uma social-democracia reformada que busca um meio termo entre um Estado interventor e minimalista.

Contudo, esse projeto não é de todo diferente do neoliberalismo nem um padrão de desenvolvimento que visa consolidar reformas progressistas com o intuito de romper com o capitalismo no Brasil. E sim um projeto de desenvolvimento

com face social, que é possível dentro dos limites do capitalismo, sem romper com o bloco histórico neoliberal, visto que o neodesenvolvimentismo, segundo Alves (2004), “é a síntese política do possível do desenvolvimento social do capitalismo brasileiro, nas condições da crise estrutural do capital” (ALVES, 2014, p. 142).

Esse novo projeto de desenvolvimento capitalista busca construir no Brasil “um novo patamar de acumulação do capital que permita, ao mesmo tempo, redistribuir renda, ampliar o mercado de consumo e instaurar suportes sociais mínimos de existência para a classe trabalhadora pobre”, de modo que o aumento dos gastos do Estado com essa plataforma social não ultrapasse os limites “do orçamento público, comprometido com o pagamento da dívida pública” (ALVES, 2004, p. 137).

Contudo, não é possível manter a ilusão de que o dispêndio com o social será capaz de produzir políticas de maior impacto ante ao contexto de extrema desigualdade no Brasil, pois a proposta do novo desenvolvimento é consubstanciada em um cenário de dominação hegemônica da fração financeira. Portanto, se depara com os limites estruturais em relação aos recursos utilizados para abrandar a pobreza, visto que mais de 40% da arrecadação da União é direcionada ao pagamento da dívida pública “impedindo, deste modo, políticas sociais de maior impacto capaz de resgatar, por exemplo, as necessidades sociais históricas de saúde e educação pública de qualidade” (ALVES, 2004, p. 143).

Nessa direção, o neodesenvolvimentismo não é contrário aos interesses da classe dominante, mas parte das estratégias de dominação burguesa para contornar a severidade das políticas macroeconômicas neoliberais em tempos de capitalismo flexível, a fim de manter a classe antagônica comprometida com um projeto social mais sólido em busca de um capitalismo melhorado. A partir desse enredo, Alves (2004) afirma que:

Neoliberalismo e neodesenvolvimentismo compuseram um processo desigual, mas combinado, de afirmação da ordem burguesa no Brasil, visando instaurar um novo regime de acumulação do capital no país que libertou forças poderosas do capital em sua etapa de crise estrutural. (ALVES, 2004, p. 145).

Em continuidade a essa afirmação, acreditamos que a Terceira Via no Brasil de Lula não ocorre em sua pureza teórica ou de forma fidedigna tal como nos demais países europeus sob a batuta da social-democracia renovada. E

sim, é materializada com mesclas teóricas e práticas de projetos correlatos ao que se denominou de velho desenvolvimentismo, tomando uma forma que se adapta ao contexto implantado, mas sem desprezar suas premissas básicas.

Decorrente desse movimento, o neodesenvolvimentismo acontece no bojo do Programa da Terceira Via, pois além de Lula participar das reuniões identificadas como Cúpula da Governança Progressista, em que as propostas da Terceira Via são reinantes, um dos intelectuais que compactuaram com o projeto do neoliberalismo reformado é também o disseminador e guru intelectual do novo desenvolvimentismo no Brasil, o ex-ministro Luiz Carlos Bresser-Pereira, que apresenta esse padrão de desenvolvimento como uma alternativa à ortodoxia neoliberal.

Bresser tem o apoio de representantes do segmento empresarial para fundamentar suas propostas. Em seu discurso, utiliza-se da afirmação de um importante expoente empresarial, o presidente do grupo Votorantim, Antônio Ermírio de Moraes, para solidificar seu projeto. O empresário dizia que “estava na hora de o Brasil ter um plano de desenvolvimento como fora o desenvolvimentismo do governo JK” (BRITO, 2015, p. 9).

Portanto, a partir dessa perspectiva, a premissa central desse projeto é que, se o governo aumentasse seus investimentos, principalmente em direção aos setores empresariais brasileiros, por meio do apoio financeiro e de infraestrutura, as empresas iriam se fortalecer e aumentar os seus negócios, assim empregos seriam gerados e se elevaria arrecadação pública. Fator esse que possibilitaria ao Estado consolidar políticas de transferência de renda e de valorização do salário-mínimo, para aumentar o consumo das massas, o que de fato aconteceu.

No entanto, não se pode exaltar a positividade dos resultados apenas pelo aumento do poder de compras, visto que:

[...] o consumo não é inerentemente emancipador; pelo contrário, a expansão do crédito que incentiva a vida para o consumo, veículo de expansão do fetichismo da mercadoria, exerce um efeito ideológico perverso na consciência das massas populares, adequando-as espiritualmente à política de reiteração da ordem burguesa como único horizonte histórico possível. (ALVES, 2004, p. 143).

Essas estratégias têm feito parte da funcionalidade do Estado

educador no contexto da nova sociabilidade burguesa que, juntamente com os aparelhos privados, atuam na conquista da mente e nas emoções dos trabalhadores, em prol dos interesses burgueses, para apacificar o espírito revolucionário e conformá-lo a aceitar o capitalismo como a única saída para uma sociedade próspera e pacífica.

Seguindo esse rito, Lula viabilizou uma posição de destaque do Brasil no contexto internacional, o aquecimento do mercado interno, a ascensão da grande burguesia industrial e agroexportadora e a materialização de uma economia mista com uso de estratégias que fortalecem o setor privado, mediante as parcerias público-privadas que concedem a execução de serviços públicos e os recursos necessários para ao setor privado.

As políticas de fortalecimento da burguesia industrial se constituíram com a transferência de vastos recursos realizados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES) para que adentrassem com força no mercado externo. O resultado foi a elevação das exportações, principalmente com forte presença do agronegócio, “setor este responsável por cerca de 40% de todas as vendas do país no exterior” (NETO, 2015, p. 83).

Esse movimento é descrito por Neto (2015) como “processo de empoderamento da fração da burguesia interna no interior do bloco no poder⁴⁵” Fator esse que, apesar de relevante, não supera os lucros exorbitantes do capital financeiro no período das duas primeiras gestões petistas, já que os lucros dos bancos saltaram de 24,287 bilhões em 2004 para 67,134 bilhões no ano de 2010. Segundo o cientista político supracitado, isso demonstra que Lula, durante seus mandatos presidenciais, conduziu uma “operação política complexa possibilitando a ascensão da grande burguesia interna industrial e agrária, voltando para o comércio de exportação, sem romper com a hegemonia do capital financeiro dentro do país, como afirma Boito Jr”. (*apud* NETTO, 2005, p. 87).

O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) também foi instituído para beneficiar a expansão das atividades privadas. O PAC contemplou o

⁴⁵ O conceito de empoderamento da fração da burguesia interna é defendido pelo professor cientista político, Armando Boito Jr, o qual defende que no governo Lula “houve uma mudança no interior do modelo” neoliberal e “não uma mudança de modelo”, isto é, o governo Lula empreendeu mudanças na relação do Estado com a burguesia interna fazendo com que melhorasse “sua posição no interior do bloco no poder. Sem, no entanto, ameaçar a hegemonia do grande capital financeiro nacional e internacional no interior do bloco no poder”. (BOITO JR, 2005, p. 53 *apud* NETO, 2015, p. 75). Tais mudanças podem ser sintetizadas no estabelecimento do neodesenvolvimentismo que concretizou

estabelecimento de três pilares: o primeiro por meio do fornecimento de uma infraestrutura logística e social; o segundo instituiu incentivos tributários ao setor privado; e o último “um arranjo de compromissos de políticas fiscal e monetária até 2010, incluindo a redução da taxa básica de juros, para viabilizar o financiamento do programa de investimento público” (OLIVA, 2010, p. 242).

A ferramenta estratégica para efetivar esse Programa deu-se mediante a parceria público-privada que prevê o firmamento de contratos entre o Estado e o setor privado, para executar obras públicas com recursos estatais. O que facilitou a consolidação dessas parcerias foi a aprovação da Lei nº 11.079 de 2004, que regulamenta esse tipo de parceria, dando continuidade à reforma da aparelhagem estatal, que continua em curso até dias atuais. A lei determina:

[...] que os órgãos da administração direta, os fundos especiais, as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e as demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, estados, Distrito Federal e municípios podem ser implantados ou geridos por entidades privadas. (MELO; FALLEIROS, 2005, p. 191).

A vertente do Estado manifestado por meio do PAC é o de investidor, por meio do qual exerce influência sobre o crescimento econômico. Diferente do modelo nacional de desenvolvimentismo, em que o Estado atuava como empresário, isto é, produtor direto de bens para o mercado. No caso do neodesenvolvimentismo, o Estado é facilitador dos negócios da burguesia, ditando campos de exploração.

Apesar de o tema ser recheado de muitas análises que levam a divergências teóricas, os autores, em sua maioria, sinalizam que o novo desenvolvimentismo se trata da “existência de um mercado e Estado fortes, além da diminuição da distância entre povo e as elites através de sistema de proteção social” (PERONI; CAETANO, 2012, p. 4). É possível comparar que o Estado pretendido é o necessário, conforme afirma Martins (2009), um Estado que se fortalece nos marcos regulatórios, promove um mercado forte e fornece meios para expansão e fortalecimento do setor privado.

Para Mattei (2011), esse tipo de padrão de desenvolvimento capitalista atribui ao Estado o papel de regular a economia, estimulando um mercado forte e um sistema financeiro “a serviço do desenvolvimento e não das atividades especulativas”. Desse modo, cabe ao Estado ser indutor do fortalecimento das industriais nacionais e de sua inserção no mercado internacional (*apud* PERONI; CAETANO, 2012, p. 4-5).

Esses papéis atribuídos ao Estado não são incompatíveis com a reforma gerencial dos anos 90, mas sim complementares. Em linhas gerais:

A aparelhagem estatal, quase totalmente reformada entre 1994 e 2002, continua sendo guiado sob os parâmetros da Terceira Via e, ainda que se “propague a adoção de um projeto político afim com a inserção soberana do Brasil na economia mundializada e a livre cooperação interdependente no contexto da globalização dos mercados, o grupo dirigente, a partir de 2003, de fato não criou outra alternativa senão manter os acordos macroeconômicos estabelecidos entre o Brasil e os países capitalistas centrais. A pedagogia da hegemonia processa-se ainda mais livremente na nova conjuntura, iniciada com a propagação governamental em torno do combate à fome no país – tornando literalmente bandeira de governo –, tendo, porém, apenas nos primeiros oito meses de gestão Lula da Silva, um orçamento 60 vezes menor que os gastos do governo federal, estados, municípios, Previdência, Banco Central e empresas estatais com juros da dívida externa” (MANFRINI, 2003 *apud* MELO; FALLEIROS, 2005, p. 187).

É possível entender esse movimento com base nas redefinições do papel do Estado em tempos de capitalismo humanizado⁴⁶. As orientações do Consenso de Washington a respeito de um Estado minimalista, sob a matriz neoliberal hayekiana, foram revistas pelos organismos promotores do Consenso ante as consequências deletérias causadas a muitos países de capitalismo periférico. Em 1998, Joseph Stiglitz, representante do Banco Mundial, sinalizou a necessidade de consolidar um “‘consenso pós-Washington’, revendo-se a função do Estado”. De acordo com esse economista, o Estado não deve ser mínimo tal como propunha os neoliberais, porquanto:

⁴⁶ Utilizamos a expressão capitalismo humanizado ou de “face humana”, assim como Neves (2005) e Martins (2009) para indiciar o movimento revisionista do neoliberalismo representado pelo programa político-econômico da Terceira Via, que buscou mitigar os efeitos negativos do neoliberalismo ortodoxo, o qual estava ameaçando a estabilidade político-social. Por isso, para preservar o modo capitalista de produção, atribuí-lhe uma face supostamente humanizada por meio da pretensa união do livre mercado com justiça social.

O Estado tem um papel importante a desempenhar na produção de regulações apropriadas, na proteção e no bem-estar social. A discussão não deveria ser se o Estado deve envolver-se, mas como ele deve se envolver. A questão não pode ser, portanto, o tamanho do governo, mas as atividades e os métodos do governo. (STIGLITZ, 1998, p. 691 *apud* SHIROMA; EVANGELISTA, 2014, p. 23).

A nova proposta é construir uma plataforma social e desenvolvimentista que combine o livre mercado com justiça social. Em linhas gerais, o Estado exerceria o papel de regulador, financiador, habilitador, não envolvido diretamente na produção de serviços públicos, mas sim atuando por meio da concessão desses as empresas e organizações sem fins lucrativos que compõem a sociedade civil, através de parcerias. Esse processo é baseado em relações contratuais entre o Estado e as instâncias privadas, as quais atuam em execução e orientam as diretrizes das políticas públicas. Nas palavras de Peroni e Caetano (2012), essas novas configurações são nomeadas como governança pública a qual tem sido referenciada e disseminada pelo Banco Mundial.

Para Bresser-Pereira, essa nova forma de administrar envolve as organizações que compõem o terceiro setor, as estatais e privadas com fins lucrativos, afirmando “que essas organizações são cada vez mais interdependentes, formando redes de todo tipo e os modelos de gestão pública são muitas vezes identificados como parcerias público-privadas-terceiro setor” (BRESSER PEREIRA, 2007 *apud* PERONI; CAETANO, 2012, p. 5-6).

A terminologia governança pública se associa a uma retórica de fortalecimento da eficiência estatal e das instâncias democráticas, por intermédio da formação de uma rede de parcerias envolvidas com as políticas públicas. É também compreendida sob a mudança na gestão pública, relacionada à criação de ferramentas que viabilizam a autogestão nos campos social, econômico e político. Nesse ínterim, as pretensões são de atribuir as responsabilidades pela execução dos serviços públicos aos parceiros, assim “o Estado pode transferir ações para o setor privado, ou agir em parceria com agentes sociais”. Essa nova dinâmica entre Estado e sociedade civil é vista no governo petista de forma concisa mediante a instituição do CDES em 2003 (PERONI; CAETANO, 2012, p. 6).

O CDES é a expressão das pretensões de um novo contrato social entre trabalho e capital, que já estava sendo sinalizado antes mesmo das eleições presidências de 2002. No documento intitulado “Coligação Lula Presidente”, para

efetivar um projeto nacional “que tivesse o social como eixo de desenvolvimento” era preciso “formar um ‘novo contrato social’ (ou pacto social), envolvendo uma mobilização cívica assegurada pela aliança entre trabalho e o capital produtivo”. (COLIGAÇÃO LULA PRESIDENTE, 2002 *apud* MARTINS, 2009, p. 224).

Esse Conselho foi um órgão composto por representantes da sociedade civil, cuja funcionalidade consistiu no aconselhamento direto ao chefe do executivo, podendo ser transformada tais recomendações em políticas públicas. Posto isto, o CDES era formado pelo presidente da república, secretários-executivos e ministros, bem como 90 representantes da sociedade civil que são distribuídos da seguinte maneira: “41 empresários; 13 sindicatos; 11 movimentos sociais; 10 personalidades; 3 entidades de classe; 2 representantes da cultura; 2 religiosos; sendo posteriormente acrescentados por reivindicação, 7 representantes das regiões Norte e Nordeste” (FLEURY, 2006, p. 11). O texto legal de criação desse Conselho diz o seguinte:

Ao Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social compete assessorar o “Presidente da República na formulação de políticas e diretrizes específicas voltadas para o desenvolvimento econômico e social, produzindo indicações normativas, propostas políticas e acordos procedimento, e apreciar propostas de políticas públicas e de reformas estruturais e de desenvolvimento econômico e social que lhe sejam submetidas pelo Presidente da República, com vistas na articulação das relações do governo com representantes da sociedade civil organizada e no concerto entre os diversos setores da sociedade nele representados”. (BRASIL, 2003 *apud* FALLEIROS; PRONKO; OLIVEIRA, 2010, p. 84).

Dirigido por uma proposta social-liberal, é apresentado como espaço de renovação democrática em que os diferentes segmentos sociais teriam voz ativa na proposição de políticas públicas. Apesar de ter uma aparência popular e ser inscrito como ator coletivo, o sentido de coletividade é direcionado para uma “‘vontade coletiva’, derivada não de seu caráter ‘popular’, mas seu conteúdo e direção claramente empresarial, como força material em potencial (tanto hegemônico, isto é, de convencimento ativo, quanto também um dos locais de expressão do dissenso controlado)” (GUIOT, 2015, p. 298).

Esse movimento reforça a ideia de conceber a sociedade civil como “pública não estatal e consolidar nos aparelhos estatais uma nova onda democrática, que se traduz pela participação da população na execução de políticas

públicas sob a direção do empresariado”. Apesar desse processo não ter sido iniciado na era petista, foi continuado pelo governo Lula e tomou novas formas e contornos. Se antes o Estado limitava-se a conceder contratos de gestão e formar parcerias com as entidades civis e empresariais, com o CDES institui-se de maneira intensa o empresariamento no interior do aparato estatal (GUIOT, 2015, p. 300).

O lema que impulsionou o estabelecimento desse Conselho é delineado pela seguinte expressão: “governo bom é o governo que compartilha com a sociedade o ato de governar”. Esse viés é com base nas formulações da Terceira Via, quando prega uma sociedade civil ativa em que a solidariedade, união e justiça social florescem para conter os efeitos nocivos da globalização e construir um pacto social entre os diferentes atores que compõem a sociedade (GUIOT, 2015, p. 300).

Essa proposta ajusta-se perfeitamente aos novos parâmetros de cidadania ativa, pela qual o sujeito é induzido a se conscientizar dos problemas em seu entorno e, assim, propor soluções nos limites do capitalismo. Além disso, é um processo identificado por Neves (2005) como a “desprivatização do Estado”, que tem por objeto estabelecer relações mais próximas entre a máquina estatal e a sociedade civil, de modo a formar relações sociais sólidas entre os atores partícipes desse espaço.

A respeito da composição do CDES, com exceção de 2007, os demais conselheiros, se somados juntos, não conseguiriam ultrapassar os conselheiros-empresariais, que representavam uma média de 50% das ocupações. Sendo que dentre os empresários ali presentes, há a forte presença de representantes dos setores de atividades industriais.

Sobre os empresários serem a maioria ali presente, o ministro Tarso Genro esclareceu que o CDES é “um instrumento de ampliação política do governo para incluir neste diálogo vários setores empresariais’, pois os trabalhadores ‘estão muito bem representados pelo presidente da república neste novo contrato social” (GENRO, 2003, p. 105 *apud* GUIOT, 2015, p. 216). Dessa forma, em vez de educar a classe trabalhadora para o confronto, Lula foi uma figura que viabilizou a ideia de um contrato social pelo diálogo em que as classes seriam unidas para um Brasil com menos desigualdade. É um diálogo em que a massa trabalhadora exerce o papel de muda.

O CDES configurou-se como um dos palcos de discussão, disseminação e projeção dos interesses burgueses, a fim de obter consenso dos ali

presentes como forma de representação da população em geral e, assim, adquirir materialidade do seio do aparelho estatal. A sintonia e inserção das propostas de interesse do grande capital, que fazia parte do Conselho, podem ser ilustradas por meio das aprovações das Parcerias Público-Privadas e do PAC que foram aplaudidas pelas entidades patronais:

Em suma, o País precisa urgentemente expandir sua taxa de investimento. A luz no fim do túnel surge com o PPP. Postergar a aprovação da lei das parcerias pode gerar uma crise econômica e social que ninguém sabe ao certo as consequências. A questão demanda uma solução rígida por parte do Congresso e do governo federal. E que venha logo. (ALBUQUERQUE, 2004, p. 102 *apud* GUIOT, 2015, p. 205).

Para a Fiesp, o Programa de Aceleração do Crescimento, anunciado pelo presidente Lula em final de janeiro, merece toda a aprovação [...]. Nos últimos dois anos e meio [...] Skaf tem pregado, insistentemente a necessidade de o Brasil crescer [...] Propostas nesta direção foram desenvolvidas em conjunto pela FIESP e pelo ledi ao longo de 2006. Pouco antes das eleições de outubro, as sugestões foram entregues aos congressistas e candidatos ao governo estadual e à Presidência da República. Muitas estão contempladas no PAC. (SALEM, 2007, p. 125 *apud* GUIOT, 2015, p. 205).

Sob o realce dessas considerações, observa-se que, por meio do Conselho, tem-se a produção de diretrizes basilares da burguesia para o Brasil, a fim de dar continuidade ao projeto hegemônico com a direção do grande empresariado, ancorado nos princípios do dito desenvolvimento sustentável, supostamente voltado para o interesse da nação:

O CDES, [...] convoca todos os setores da sociedade a firmarem a defesa da democracia e do desenvolvimento sustentado. Governo e sociedade, público e privado, são parceiros do novo modelo de desenvolvimento, que não nascerá da vontade de um único partido, classe ou corporação. Esse é o momento da visualização dos interesses gerais da nação e da construção de um projeto de futuro que pertence a todos. Se ao Estado cabe a tarefa de manter a estabilidade, adotar medidas de ajuste e controle fiscal, garantir os investimentos públicos, gerar políticas de distribuição de renda e ações que permitam a inclusão social, à sociedade é reservado também o protagonismo especial. Capital e trabalho, empresários e trabalhadores, podem e devem construir juntos os alicerces do desenvolvimento. (CARTAS DE CONCERTAÇÃO, 2003, p. 18 *apud* GUIOT, 2015, p. 2015).

Essa nova pauta é correlata ao projeto de dominação burguesa, elaborado pela Terceira Via, quando afirma Giddens (1996) que o processo de democratização da democracia inclui a formação estatal de modo que as ações governamentais se direcionem a oportunizar espaços de canais para participação pública. Por meio desses espaços, nascem projetos que vão direcionar as políticas públicas e, assim, consolidar a democracia dialógica – “uma situação em que existe uma autonomia desenvolvida de comunicação, e na qual essa comunicação forma um diálogo por meio do qual as políticas e atividades são moldadas” (GIDDES, 1996, p. 132-133).

Essa suposta democracia dialógica é uma ferramenta de dominação burguesa em pleno século XXI. Seguindo esse preceito, ocorre o gerencialismo de conflitos pelo diálogo, redirecionando os terrenos para o exercício da democracia e cidadania e, por fim, alterando os propósitos das organizações trabalhistas, para lograr adesão ao projeto hegemônico.

O CDES viabilizou a consolidação de projetos importantes no aparato estatal para materializar no Brasil um novo padrão social. A sintonia desse órgão com o governo pode ser demonstrada mediante as cartas elaboradas pelo CDES, que sinalizavam a emergência de implementar no país um projeto de desenvolvimento que contemplasse o crescimento econômico voltado para o social. Projeto que somente seria possível caso fosse precedido por reformas estruturais que garantissem a estabilidade monetária, a qual é a base para o crescimento.

Para os conselheiros empresariais, somente com o remédio amargo o Brasil se desenvolveria de forma saudável. No entanto, a insatisfação, principalmente da fração industrial a respeito de políticas econômicas severas, era crescente. Por isso, defendiam a necessidade de permutar a política econômica praticada no início do governo petista para uma alicerçada no desenvolvimento sustentável:

[...] É chegado o momento de transição para um novo modelo de decisão da política macroeconômica, que nos aproxime das sociedades democráticas e desenvolvidas, como demonstram as experiências dos Estados Unidos e do Reino Unido, nas quais as metas de inflação são um referencial a ser compatibilizado com as metas de desenvolvimento e do pleno emprego, a partir da análise dos impactos e das metas monetárias sobre as prioridades econômicas, sociais e políticas do governo. [...] Visando assegurar o controle democrático e social deste processo, torna-se imprescindível

começar a implantar um novo modelo de governança macroeconômica, caracterizado pela flexibilidade nas metas, transparência nas decisões e na escolha dos instrumentos, adequada comunicação com a sociedade sobre as metas adotadas e instrumentos utilizados e, principalmente, prestação de contas à instância política e a sociedade em geral. (ATA 11ª Reunião Plenária, 10/03/2005, p. 23 *apud* GUIOT, 2015, p. 220).

A carta intitulada “Enunciados estratégicos para o Desenvolvimento”, redigida em 2006, delinea as diretrizes e a função de cada cidadão, organização, entidade e setores privados para efetivar o projeto social com base em um capitalismo mais estável. Observa-se o resgate dos princípios contidos no Plano Diretor em que o Estado deve estreitar os vínculos com a sociedade civil, mediante as parcerias público-privadas e através da utilização de instrumentos e “métodos de gestão própria da administração empresarial”, incluindo o estabelecimento de metas e controle dos resultados (GUIOT, 2015, p. 294).

Nessa mesma perspectiva, em tal documento é expresso o apelo à participação dos empresários para assumirem suas responsabilidades sociais, atuando na administração da pobreza com a possibilidade de promoverem positividade em suas imagens, a fim de manter a ordem e expandir seus lucros. Por isso, Martins (2009) esclarece que no período de 2003 a 2006 ocorre a intensificação da atuação dos aparelhos privados de hegemonia sob a ideologia de responsabilidade social empresarial. As ações ocorreram de forma contundente e, com mais aperfeiçoamento, ganhando espaço para que seus valores e propostas ganhassem status de política pública.

A educação como partícipe dessa totalidade foi sintonizada a esse processo marcado pela forte presença dos empresários na elaboração de conteúdo, formas de ensinar e na preposição de políticas educacionais com auxílio do fundo público.

Nesse aspecto, o CDES contribui para fortalecer um movimento que já estava em curso no país, principalmente após a década de 90, envolvendo os países da América Latina como vitrine para consolidar reformas empresariais que tomam diferentes formas a depender do contexto de materialização. A título de exemplo, no Chile essa modalidade é aderida mediante o *voucher* educacional, já no caso brasileiro, “tais reformas envolvem uma gestão educacional voltada para resultados, com uma padronização da educação, avaliação em grande escala e foco

nas disciplinas STEM (*Science, Technology, Engineering, and Mathematics*). (ARELARO, 2017; KRAWCZYK; VIEIRA, 2008 *apud* MARTINS, 2019, p. 162).

No pacote de reformas advindas com o novo projeto de desenvolvimento, dito sustentável, estão incluídas reformas no âmbito da educação. Os conselheiros já discursavam que a educação é o motor do desenvolvimento econômico se for alinhada aos determinandos do capital, isto é, seguindo as exigências da sociedade do conhecimento.

Para tal, as pautas empresariais se direcionavam para o estabelecimento de uma gestão orientada para resultados, universalização do ensino médio e sua articulação com o profissional, na definição de metas anuais e controle da qualidade educacional mediante avaliações em larga escala e, por fim, na promoção de uma educação voltada para a qualificação de mão de obra, a qual é concebida, como “principal instrumento para alcançar o aumento da produtividade da economia [...] e de aumentar a renda das famílias mais pobres” (GUIOT, 2015, p. 288).

Tarso Genro esclareceu que muitas das pautas discutidas e elaboradas pelo Conselho foram consolidadas e transformadas em políticas públicas:

E se nós vamos analisar os enunciados do Conselho, e vamos analisar os debates que nós fizemos aqui, os resultados dos Grupos de Trabalho, os Enunciados, a Agenda Nacional de Desenvolvimento, as propostas que saíram daqui, nós podemos bater no peito e ter um enorme orgulho de dizer que 80% dos Enunciados do Conselho de Desenvolvimento foram gradativamente emplacados pelo governo do Presidente Lula. Desde os investimentos massivos na infraestrutura, à recomposição da nossa matriz energética; os investimentos pesados em habitação popular, a retomada do crescimento que nós falávamos aqui em 5% e tinham setores que queriam nos linchar lá fora [...] E vocês vão ver, mais uma vez, que a contribuição que saiu desse Conselho [...] aportaram uma enorme contribuição ao governo, não somente na questão da educação, do FUNDEB, da Reforma do Ensino Superior, do PROUNI, que foi debatido e discutido aqui, mas também em relação à segurança pública, que é uma questão chave para a formação de um Estado República, de uma vida democrática para o nosso País. (Ministro Tarso Genro, Ata da 23ª Reunião Plenária, 20/09/2007, p. 3.4 *apud* GUIOT, p. 272-273).

Essa atuação empresarial foi uma porta de entrada para que se estreitassem os vínculos com o governo, a fim de atuarem de forma mais intensa na

projeção de políticas educacionais. Além disso, oportunizou que os interesses burgueses fossem assegurados por meio da captura dos anseios dos grupos populares ali representados para ganhar credibilidade. Assim, os empresários utilizavam de palavras que denominavam as demandas da população, mas com sentidos direcionados a atender os interesses particulares da classe burguesa.

5.4 O PROTAGONISMO DO EMPRESARIADO NA EDUCAÇÃO

Um dos principais feitos para a educação no governo Lula foi a consolidação do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), que já estava na pauta de discussões do CDES, sendo criado pelo Ministério da Educação, em 2007, com a intenção de “alinhar a educação ao Projeto de Aceleração Econômica (PAC)⁴⁷” (GHIRALDELLI, 2009 *apud* VOSS, 2011, p. 46).

O Plano propunha uma atuação coordenada entre os entes federativos a fim de desmistificar a pretensa intenção de fragmentar os níveis e etapas da educação. Por isso, o PDE tem como eixos norteadores a Educação Básica, Educação Superior e Educação Profissional, contemplando “um conjunto de programas que, alinhados, representaram a concepção de educação defendida por aquele governo” que considerava a educação como fator estratégico para o desenvolvimento econômico e social do Brasil (Plano de Ações Articuladas, caderno de estudos, 2019, p. 26).

Ao analisar a estrutura do Plano Nacional da Educação, aprovado em 2001 com vigência até 2011, em paralelo com o PDE, Saviani (2007, p. 9) aponta que esse último não se trata de um plano, pois é conceituado como um conjunto de ações estratégicas “para a realização dos objetivos e metas previstas no PNE”. No entanto, isso é apenas uma constatação que se define teoricamente, haja vista que o PDE é composto “de ações que não se articulam organicamente” com o PNE.

⁴⁷ Conforme Ghiraldelli (2009, p. 251) “A ideia básica do PAC era de se tornar um programa capaz de preparar a infraestrutura do país para um crescimento que deveria vir a partir de uma reforma tributária e política, puxada por um forte apoio governamental em projetos sociais. O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) foi considerado, então, o PAC da educação”. (2009 *apud* VOSS, 2011, p. 46).

Tal Plano contempla mais de 40 programas e 30 ações encabeçadas pelo Ministério de Educação, instituindo reformas em todos os níveis e modalidades do sistema educacional do país. Esse feito permite Saviani (2007, p. 3) conceituar o PDE como “um grande guarda-chuva que abriga praticamente todos os programas em desenvolvimento pelo MEC”.

Com base no PDE foram modificadas e/ou implementadas as seguintes iniciativas: o FUNDEB, IDEB, piso do magistério, transporte escolar, Luz para Todos, Saúde nas Escolas, Mais Educação, FIES, PROUNI, entre outros.

Dentre os mecanismos de financiamento da educação básica, o FUNDEB se destaca como um dos principais. Antes, o Fundo contemplava somente uma etapa da educação, contudo por meio da Lei nº 11.494 de 2007, passou a abranger a Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio. Essa alteração começa a ser difundida pelo PT como um triunfo para a educação básica, que conta com mais recursos para sua melhoria. No entanto, Saviani (2007) esclarece que o FUNDEB, apesar de ampliar o número de alunos, não contemplou um aumento significativo de recursos financeiros:

Ao contrário. Conforme foi divulgado no dia 20 de junho de 2007, na ocasião da sanção da lei que regulamentou o FUNDEB, o número de estudantes atendidos pelo Fundo passa de 30 milhões para 47 milhões, portanto, um aumento de 56,6%. Em contrapartida o montante do fundo passou de 35,2 bilhões para 48 bilhões, o que significa um acréscimo de apenas 36,3%. (SAVIANI, 2007, p. 1248).

Nesse período, como forma de monitorar a qualidade do ensino ofertado pelos sistemas educacionais, instituiu-se o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). O IDEB passa a ser o indicador principal de aferição da qualidade da Educação Básica e é utilizado para justificar muitas das reformas educacionais em curso.

Em discurso durante o “Encontro Nacional com Prefeitos e Prefeitas”, promovido pelo MEC para reforçar a parceria dos governos locais com o Federal por meio do PDE, o então Ministro da Educação, Fernando Haddad, professa as seguintes palavras: “temos que buscar o Ideb nota 6. Para isso, temos que trabalharmos juntos”, a fim de que a nota seja alcançada até 2022. Prosseguindo com a fala, o ministro ressalta que a responsabilidade de atingir o que

foi pactuado é dos municípios e estados, já que “o governo federal não tem meta no Ideb, porque não temos escolas de educação básica”. (BRASIL, Ministério da Educação, 2009, p. 1).

Para alcançar esse indicador, o MEC disponibilizou assistência técnica e apoio financeiro aos municípios com índice abaixo da média nacional. Esse aporte de recursos foi realizado “a partir da adesão ao ‘Compromisso Todos pela Educação’ e da elaboração do Plano de Ações Articuladas (PAR)”, os quais foram elaborados em concomitância com o PDE (OLIVEIRA, 2009, p. 205).

O Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação é criado mediante o Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007. Esse Plano é um mecanismo estratégico do PDE que contempla 28 diretrizes, visando melhorar a qualidade educacional das escolas que fazem parte dos entes federados que compactuaram com esse compromisso. De acordo com documentos oficializados pelo MEC, o Plano de Metas “representou o esforço na direção de reunir União, estados, Distrito Federal e municípios, atuando em regime de colaboração com o apoio das famílias e da comunidade”, todos comprometidos com uma educação de qualidade no país. (Plano de Ações Articuladas, caderno de estudos, 2019, p. 28).

Muitas das críticas dirigidas a esse Plano é consequência de sua proximidade com o “Movimento Todos pela Educação”.⁴⁸ O compromisso do governo com a pauta empresarial não é expresso apenas na incorporação da nomenclatura, mas também em associação às metas e estratégias constadas no PDE, que reproduzem a pauta empresarial para o campo educacional. Por isso, o Plano de Desenvolvimento para a Educação é “compreendido como uma das ações políticas empresariais ‘mais audaciosas já registradas no país’” (MARTINS, 2015, p. 308 *apud* MARTINS, 2019, p. 176).

O TPE se apresenta como uma iniciativa da sociedade civil, sem fins lucrativos, cujo objetivo é “fomentar o capital social da nação e contribuir para assegurar o direito à educação básica de qualidade para todos”. Esse movimento aclama a participação de diferentes setores da sociedade para que se comprometam com uma educação melhor para o país. (MARTINS, 2019, p. 176).

⁴⁸ “Com o PDE, a agenda do TPE foi incorporada à política educativa. Com efeito, um ato simbólico desta incorporação, foi a promulgação do Decreto Presidencial nº6.094/2007, que dispõe sobre a implementação do “Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação”, homenageando explicitamente o TPE”. (LEHER, 2010, p. 378-379; SAVIANI, 2007 *apud* MARTINS, 2019, p. 176).

Sua fundação é registrada no ano de 2005 por líderes empresariais “que se reuniram para refletir sobre a realidade educacional brasileira na atual configuração do capitalismo”. De acordo com as análises desse grupo, a baixa qualidade educacional brasileira vem interferindo na capacidade competitiva das empresas no âmbito global, “comprometendo também o nível de coesão social dos cidadãos” (MARTINS, 2009, p. 23). Com base nesse quadro, o grupo firma o projeto denominado de “Compromisso Todos pela Educação”.

Através da realização do evento “Ações de Responsabilidade Social em Educação: Melhores Práticas na América Latina”, em 2006, o grupo apresenta formalmente o TPE, fortalecendo a ideia de que é preciso um organismo que atue em interlocução com o governo para reproduzir a visão empresarial na educação escolar pública. Com esse horizonte, o grupo foi fortalecido angariando apoio de representantes de entidades empresariais como a Fundação Itaú-Social, Fundação Bradesco, Instituto Ayrton Senna, Grupo Gerdau, Banco Santander, Instituto Ethos, entre outros, e de representantes do MEC, UNESCO e da Igreja Católica.

O lançamento desse movimento é correlato às novas mudanças que reforçam a posição da educação para o sucesso do novo padrão de acumulação do capitalismo no Brasil. Além disso, representa as novas ferramentas de dominação burguesa, que vem praticando uma pedagogia que se desdobra no uso de palavras que intencionam ludibriar a população, a fim de que acreditem que a classe empresarial além de atuar no âmbito da produção, ofertando empregos e viabilizando o desenvolvimento econômico do país, também está comprometida com as causas sociais. Em decorrência disso, compromete-se a apoiar com recursos financeiros e técnicos na produção de projetos educacionais para o país, sob o *slogan* de responsabilidade social.

Conforme descrito por Martins (2019, p. 179), o TPE se autodenominou como uma “aliança suprapartidária nacional entre o setor privado, organizações sociais e governos”, tratando de cumprir a agenda do capital sob uma suposta neutralidade partidária de atuação da sociedade civil. Essa nova dinâmica nega as intenções ideológicas e políticas desses grupos, considerando-os como simples especialistas e técnicos que se preocupam com a modernização das escolas para elevar sua eficiência (LAVAL, 2019).

Reforça também a proposta da Terceira Via, a qual atribui ao governo a tarefa de conciliar “as reivindicações divergentes de grupos de interesse

especial, na prática e de direito”, estratégia usada para impedir que o sujeito possua a consciência do conflito entre as classes sociais em vista da transformação social. (LATHAM, 2007, p. 63).

Dentre os membros que compunham essa organização, destacam-se os empresários Jorge Gerdau Johampeter e Viviane Senna, que já participavam na projeção de políticas públicas como membros conselheiros no CDES. Nesse sentido, Viviane já sinalizava a necessidade de reformular o sistema educativo com base nos projetos que incorpora os principais elementos do mundo do negócio. No caso de Gerdau, sua contribuição financeira para o TPE lhe atribuiu a denominada “cota ouro”, por ser um dos principais patrocinadores dessa organização. Sua fala se dirige a enaltecer a capacidade de liderança dos empresários que permite que as empresas contribuam para a educação no sentido de “promover a melhoria da gestão das instituições de ensino”; já que, “[...] governos e organizações sociais têm pouca competência para o trabalho de gestão” (GHIRALDELLI, 2009, p. 263 *apud* VOSS, 2012, p. 64).

A partir dessa fala, fica explícito que o fracasso escolar no país é em decorrência de uma crise de gestão que envolve tanto o governo como as instituições escolares. Reforçando essa visão, Viviane Senna, em discurso no CDES a respeito da educação, comenta que “a análise da baixa qualidade em nosso sistema de ensino, nos três níveis de governo, revela que o maior problema não é a falta de recursos, mas a falta de boa gestão e eficiência na sua aplicação” (CDES, 2006, p. 15 *apud* PERONI; CAETANO, 2012, p. 63).

Diante desse cenário de ineficiência, os reformadores empresariais (FREITAS, 2007) têm como matriz a consolidação de mecanismos gerenciais na gestão escolar, como a adoção de instrumentos de aferição do desempenho dos alunos e a consequente responsabilização dos gestores e comunidade escolar para efetuar mudanças espelhadas nas empresas a fim de materializar a eficiência no chão da escola.

Essas orientações têm sido capitaneadas pelo MEC e transformadas em políticas educacionais. Seguindo esse parâmetro, o PDE incorpora um viés gerencialista pautado na busca por resultados numéricos para introduzir a lógica mercantil na educação, e assim sedimentar os procedimentos de eficiência e eficácia que direcionam as empresas. Esses mecanismos são caracterizados pelo forte controle e regulação, tendo como parâmetros a qualidade, responsabilidade,

mobilização e controle social.

Em relação ao discurso principal dessa organização, que se assenta na qualidade da educação, foi um termo estratégico para que suas ideias ganhassem aceitação perante a população. No entanto, apesar do uso de palavras com viés progressista, acabam adquirindo novos contornos quando faladas pelos empresários. Observa-se que o conceito de qualidade referenciado, é um termo histórico em que seu significado se transforma a depender da classe social de seus locutores, podendo ser associada a um direito social ou a privatização da educação. (VOSS, 2012).

No caso do TPE, a qualidade é relativa a “uma concepção que se limita ao cumprimento de metas, indicadores e resultados mensurados por meio de avaliações sistemáticas”. No entendimento de Freitas (2007), em nome da qualidade na Educação Básica, pratica-se “políticas de avaliação baseada na responsabilização, considerando as políticas neoliberais regulatórias voltadas à privatização do público via mercado” (FREITAS, 2007, p. 80 *apud* SOUZA, 2014, p. 114).

Essas avaliações ocorrem de uma forma simplista, sem considerar os fenômenos totalizantes que se relacionam com o sistema educacional, como a “ausência de dados sobre a infraestrutura das escolas e as condições de trabalho dos professores” (VOSS, 2012, p. 83). Com o resultado das avaliações, justifica-se a venda de pacotes educacionais, “produzindo relações de mercado, dentro das quais o setor privado tem a possibilidade de desenvolver atividades lucrativas na execução e gestão de serviços públicos”. (BALL, 2007 *apud* ROSA, 2013, p. 461).

Considerando essa perspectiva, o processo de privatização da escola pública não é direcionado apenas na mudança jurídica da propriedade estatal, contempla ainda a venda de ideias, ferramentas tecnológicas e programas educacionais divulgados como a solução para o sucesso na educação, afinal, os empresários têm capacidade e criatividade para liderar. Nesse mesmo sentido, Ball e Youdell (2008) apresentam a privatização em sua forma endógena e exógena, ressaltando que a execução de uma facilita a efetivação da outra:

[...] a privatização endógena, “[...] envolve a importação de ideias, técnicas e práticas do setor privado a fim de tornar o setor público mais mercadológico e mais parecido com as empresas.” (BALL; YOUDELL, 2008, p. 14). A privatização exógena está vinculada ao

lucro: “[...] envolve a abertura dos serviços da educação pública para a participação do setor privado em bases lucrativas e utilizando o setor privado para planejar, gerenciar ou fornecer partes da educação pública.” (BALL; YOUDELL, 2008, p. 22). Os autores destacam ainda “[...] uma ‘lógica’ que relaciona privatização endógena e exógena, por meio da qual os movimentos e mudanças incorporados na primeira facilitam a última.” (BALL; YOUDELL, 2008, p. 22 *apud* PERONI, 2013, p. 216-217).

É necessário compreender essas mudanças dentro de um quadro global que expressa as novas orientações do capital para a educação, a partir do avanço de forças que reciclam e contemplam novas estratégias para assegurar o empresariado como classe dominante e dirigente em torno da ideologia de responsabilidade social. Esse fenômeno, para Martins (2009, p. 22), permitiu o “surgimento de uma ‘direita para o social’, ou seja, um amplo agrupamento de empresários que passa a atuar na ampliação dos horizontes de luta política por meio de intervenções sistemáticas nas ‘questões sociais’”.

Nesse plano, o TPE reforça uma visão de que os empresários estão dando exemplo de comprometimento com a educação e convidam os demais atores da sociedade civil e dos órgãos da sociedade política para se mobilizarem a empreender essa causa, ressignificando os conceitos de democracia, responsabilidade, sociedade civil e cidadania. Direcionando a educação escolar para a preparação do novo intelectual requerido pela burguesia com base na formação de valores morais, políticos e as qualificações ensejadas pelo capital.

Essas reformas educacionais são sintonizadas a partir de um contexto em que ao mesmo tempo que “a acumulação do capital depende cada vez mais da capacidade de inovação e da formação de mão de obra”, por outro lado as crises estruturais do capital exigem que o Estado injete recursos monetários em grandes empresas. O resultado dessa contradição é a necessidade de reduzir o dispêndio do orçamento público com as políticas sociais. No entanto, como o capital necessita de mão de obra qualificada para sua expansão, os organismos internacionais recomendam a consolidação de parcerias com a família, comunidade, ONGs e empresas para capitalizar novos recursos, tal como recomendado pelos organismos internacionais (MARTINS, 2009, p. 23).

Portanto, o governo Lula continua com a adoção de políticas que dão continuidade aos pressupostos da Terceira Via a respeito do fortalecimento das parcerias do público com o privado, no sentido de cada vez mais o empresariado

interferir na condução e elaboração de políticas públicas, a fim de manter-se como classe dominante e dirigente.

Reforçando o caráter contraditório da atuação dos espectros políticos de direita e esquerda no Brasil, enquanto os partidos e representantes da burguesia com viés político de direita reforçam atuações que demonstram uma aparência com requinte social, a esquerda, por sua vez, mediante o Partido dos Trabalhadores, se voltou para o capital, priorizando reformas balizadas pelos empresários (COELHO, 2005). Ações que não coibiram o governo petista de contemplar demandas imediatas da população mais pobre do país, a qual Singer (2005) caracteriza como o subproletariado que apoiou eleitoralmente esse partido, contribuindo para que Lula saísse da presidência com mais de 80% de aprovação e elege-se a primeira mulher como presidenta do país.

5.5 DA ASCENSÃO AO PODER, A DERROCADA PELO IMPEACHMENT: UMA ANÁLISE SOB O GOVERNO DILMA ROUSSEFF

O Brasil é um país em que as mulheres, apesar de representarem a maioria da população eleitoral, não se encontram em igualdade política, se comparado com os homens. Esse quadro ganha novos contornos em 2010, ano em que Dilma Rousseff é eleita para presidente do país, tendo sido ex-militante e Ministra Chefe da Casa Civil de Lula, a primeira mulher a conquistar o cargo de Chefe de Estado no país.

O cenário político e econômico que marca a gestão de Dilma é desfavorável. O político é marcado por acusações de corrupção associadas a muitos membros de seu partido e integrantes do governo anterior. Essas denúncias já estavam sendo disseminadas desde 2005, passando a ser identificadas pela mídia como Mensalão, uma acusação “de corrupção política mediante compra de votos de parlamentares no Congresso Nacional do Brasil, que ocorreu entre 2005 e 2006” (NETO, 2015, p. 61).

Em relação ao momento econômico, é caracterizado pela forte recessão causada pela crise que atingiu os países de potências econômicas mundiais em 2008. Para reduzir os impactos da crise no Brasil, o governo Lula

adotou “medidas claras no sentido de incentivar, por intermédio do Estado, a retomada do crescimento econômico, por meio da redução de impostos em setores fundamentais da economia” a fim de fortalecer o mercado interno “compensando assim a retração do externo” (ANTUNES, 2013, p. 210). A gestão Dilma adotou as mesmas medidas, mas com certa flexibilidade fiscal em relação às políticas macroeconômicas, que alimentavam o superávit primário e, conseqüentemente, favoreciam aos rentistas.

Segundo Guido Mantega, Ministro da Fazenda, o projeto de Dilma contemplou “uma nova matriz econômica”, denominada por Singer (2015) como “ensaio desenvolvimentista”, que promove o crescimento econômico por meio de medidas que estimulam o consumo familiar, através da ampliação do crédito e redução da taxa de juros.

Essas medidas adotaram ainda o fomento à produção industrial que contou com o apoio financeiro do BNDES, o Plano Brasil Maior, “política industrial para sustentar o crescimento econômico, inclusive num contexto econômico adverso”, programas de expansão ao consumo de produtos nacionais, entre outros (SINGER, 2015, p. 44).

De acordo com o então Ministro da Fazenda, a adoção dessa matriz econômica era necessária para “assegurar o crescimento do emprego, a geração de receitas tributárias e a redução da vulnerabilidade externa”, bem como dar curso aos programas sociais desenvolvidos no governo Lula, os quais para serem aprofundados precisariam que o PIB atingisse o crescimento de cinco por cento ao ano. O fato é que essa política econômica não agradou o capital financeiro, que alegava que o ativismo estatal estava interferindo na diminuição das taxas de juros. (BASTOS, 2016, p. 18).

Concomitantemente a esse cenário de insatisfação, principalmente por parte da fração financeira, no ano de 2012, em discurso realizado durante comemoração ao dia do trabalho, Dilma quebra com o rito conciliatório e dirige publicamente críticas ao capital financeiro, afirmando as seguintes palavras: “é inadmissível que o Brasil, que tem um dos sistemas financeiros mais sólidos e lucrativos, continue com um dos juros mais altos do mundo” (SINGER, 2015, p. 39). Esse ensejo deu início a sua queda no poder. Na época de sua fala, a presidenta contava com sessenta e quatro por cento de aprovação da população brasileira, conforme pesquisa do Datafolha, e se empenhou em reduzir as taxas de juros para

alavancar o crescimento econômico, diferente do período de gestão de Lula em que as taxas de juros bateram recordes mundiais.

Contudo, sua iniciativa não perdurou por muito tempo, graças à autonomia do Banco Central, que “voltou a elevar a taxa Selic (abril de 2013) e, na prática, devolveu ao mercado financeiro controle sobre parte fundamental da política econômica” (SINGER, 2015, p. 40). Lembrando que a alta taxa de juros faz parte do tripé econômico, que permite “a valorização do capital fictício, que tem na dívida pública um dos principais espaços de valorização” (CORSI, 2016, p. 6).

Em 2013, é engrossado o movimento rentista contra o governo Dilma, porém, dessa vez a revolta vem das ruas. As manifestações começaram em junho, com forte concentração em São Paulo, e tiveram como pauta inicial as passagens do transporte público, posteriormente contou com a participação dos demais estados, cujo *slogan* pautava-se na seguinte frase: “o gigante acordou”, além de dizeres como “copa do mundo eu abro mão, quero dinheiro pra saúde e educação”, “todos contra a corrupção”, “Fora Dilma! Fora Cabral! PT = Pilantragem e traição” (SINGER, 2013, p. 25). Nesse período, a popularidade da presidenta Dilma despencou em vinte e sete por cento em apenas três semanas de protestos (COSTA, 2019).

Para recuperar a credibilidade, o governo Dilma firma um compromisso de adotar o plano de ações, que ficou conhecido como Cinco Pactos, tratando dos itens a seguir:

- (1) Responsabilidade fiscal e controle da inflação, em que foi reafirmado o compromisso do governo com o controle dos gastos, da inflação e manutenção da estabilidade econômica;
- (2) Reforma política, em que o governo propôs a convocação de um plebiscito para a definição das regras de uma reforma que poderia influir sobre aspectos como o formato das campanhas eleitorais, coligação entre partidos e medidas de punição à corrupção;
- (3) Transporte, tópico que visava principalmente elevar a qualidade do serviço prestado e estender os benefícios fiscais ao setor, além do aumento dos investimentos em obras de mobilidade;
- (4) Saúde, em que Dilma cobrou maior agilidade dos prefeitos e governadores na construção de hospitais, prontos-socorros e unidades de tratamento, além de afirmar que visava ampliar o número de médicos por meio do aumento de vagas direcionadas para essa profissão nas faculdades e suprir uma eventual falta de oferta de profissionais trazendo médicos do exterior;
- (5) Educação, cuja principal medida de incentivo foi o direcionamento de 100% dos royalties da extração do petróleo para esse segmento. (SILVA, 2015, p. 73).

De fato, o anúncio dessas ações somadas “a estabilidade do pleno emprego e a elevação da massa salarial” foram a pauta do discurso da Dilma nas eleições, além disso, acusava os seus adversários de quererem consolidar uma política econômica ortodoxa, que impactará na elevação do desemprego e no aumento da desigualdade. Quando indagada a respeito de suas propostas econômicas, a presidenta afirmava que “o rumo não seria alterado” e as políticas desenvolvimentistas seriam mantidas (SINGER, 2015, p. 15). Com esse discurso, Dilma vence mais uma vez as eleições com uma margem de apenas quatro pontos percentuais em relação ao seu adversário, Aécio Neves (PSBD), o qual prometeu “fazer oposição ‘incansável e intransigente’ ao governo da presidente reeleita Dilma Rousseff” (OLIVEIRA, 2014, p. 1).

Com o poder da presidência consubstanciado em 2014, a presidente cumpre o oposto do que prometera. A primeira expressão dessa guinada ocorreu com a escolha de Joaquim Levy para ser Ministro da Fazenda, agradando o capital financeiro, já que Levy é um *chicago boy*, seguidor da doutrina liberal de Milton Friedman. A FEBRABAN não poupou elogios a Dilma por essa escolha, afirmando que:

A presidente Dilma fez excelentes escolhas ao nomear Joaquim Levy para ministro da Fazenda, confirmar Alexandre Tombini como presidente do Banco Central (BC), e indiciar Nelson Barbosa para o Ministério do Planejamento. Os três têm larga experiência na formulação e implementação de políticas macroeconômicas. (BOCHININI, 2014, p. 1).

Nesse aspecto, a prática econômica pautada no ajuste fiscal e na elevação das taxas de juros foi retomada com intensidade, a fim de não prejudicar os interesses rentistas e seguir a ordenança dos organismos financeiros internacionais. No entanto, o FMI e o Banco Mundial defendiam intensidades no corte de gasto com o social e reforma da lei trabalhista rumo a sua flexibilização.

Ademais, em relação às políticas de parcerias público-privada, que tanto beneficiaram a classe empresarial no governo Lula, são continuadas por Dilma, tanto sob a forma de concessão, a qual a Petrobrás é um exemplo ilustre desse feito, através do regime de partilha que possibilita a exploração da iniciativa privada, como pelo fortalecimento da interferência do empresariado na produção e disseminação de projetos educacionais.

Decorrente desse movimento, em 2011 é estabelecida a Lei nº 12.513/2011, que institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), atendendo aos anseios do capital produtivo que, desde os anos 1980, aclamava por uma reforma no sistema educativo para atender aos interesses econômicos:

O país, por conta das falhas do sistema educacional não é capaz de maximizar a utilização de sua força de trabalho. A persistência de um elevado percentual de iletrados, assim como, a formação muito rudimentar que é oferecida a parcela expressiva da população estudante impõe um limite estreito no seu aproveitamento econômico [...] O sistema de ensino está afastado das verdadeiras necessidades geradas nas atividades econômicas. Em um ambiente marcado pela introdução das novas técnicas de produção, este distanciamento poderá se agravar, na medida em que a demanda por trabalhadores mais qualificados aptos para funções complexas deverá aumentar. (CONFEDERAÇÃO NACIONAL DAS INDÚSTRIAS, 1988, p. 19 *apud* MARTINS, p. 117).

Observa-se que os desejos dessa entidade empresarial se dirigem para a produção de um “conjunto de habilidades, conhecimentos, comportamentos e valores funcionais ao aumento da produtividade, de acordo com as exigências do paradigma flexível da produção” (MARTINS, 2009, p. 117). Em discurso de agradecimento à Chefe de Estado, o presidente da CNI na época, Robson Braga de Andrade, declara que a materialização do PRONATEC, “corrige uma antiga distorção na matriz educacional brasileira, que é excessivamente academicista, estamos convergindo para sistemas educacionais mais eficientes, com forte orientação para o mundo do trabalho” (ISMÁLIA, 2014, p. 1).

A esse respeito, Rodrigues (2007) analisa que o capital se apropria da educação de duas maneiras: educação-mercadoria e/ou mercadoria-educação. A primeira consiste na “venda de serviços educacionais”, e a segunda “tem por característica a busca por educação e conhecimento enquanto insumos necessários para a produção de mercadorias” (*apud* SILVA, 2019, p. 40). No caso, o PRONATEC foi capaz de contemplar esses dois objetivos, na medida em que a educação é vista como formação para o emprego “a serviço da produtividade da empresa quando esta se vê impelida, para manter-se competitiva, a entrar num processo de reconversão tecnológica” (FRIGOTTO, 2010, p. 167).

Para adequar a força produtiva aos padrões técnicos emanados pelo

capital, realizam-se promessas ao sujeito de que sua frequência nos cursos é para inseri-lo no mercado de trabalho. O presidente da CNI ressalta que o PRONATEC não se restringe em “promover o crescimento da indústria e da economia”, contudo “favorece os jovens que podem ingressar no mercado de trabalho com uma profissão, cada ano de educação profissional amplia a renda de uma pessoa em 15%” (ISMÁLIA, 2014, p. 2). Percebe-se que essa fala esconde as contradições obscuras do sistema capitalista, que é incapaz de ofertar empregos para todos os cidadãos, não por causa da desqualificação e sim por sua lógica exploradora e destrutiva. Gentili (2002, p. 54) alerta que:

Um incremento do capital humano individual aumenta as condições de empregabilidade do indivíduo, o que não significa, necessariamente, que, por aumentar suas condições de empregabilidade, todo indivíduo terá seu lugar garantido no mercado... Simplesmente, porque no mercado não há lugar para todos. “Empregabilidade” não significa, então, para o discurso dominante, garantia de integração, senão melhores condições de competição para sobreviver na luta pelos poucos empregos disponíveis: alguns sobreviverão, outros não.

A segunda forma de apropriação do capital pode ser representada pelo modo como o PRONATEC é ofertado, o qual inclui as parcerias com entidades privadas e com a rede federal de ensino. Esse programa vai ao encontro dos preceitos sociais contidos na reforma gerencial do Estado nos anos 90, que possibilita a publicização do privado através da transferência de recursos públicos para aquele setor executar os ditos serviços educacionais.

O principal prestador dos cursos técnicos e profissionalizantes que fazem parte do PRONATEC é o denominado Sistema S⁴⁹, que surge na década de 1940, a fim de qualificar os trabalhadores em consonância com as demandas dos setores produtivos do país. Esse sistema engloba instituições paraestatais com vínculos estreitos com as organizações que representam os empresários,

⁴⁹ Do Sistema S fazem parte “as unidades nacionais de aprendizagem, como as que compõem o Serviço Nacional de Aprendizagem da Indústria (SENAI), criado em 1942 e o Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio (SENAC), criado em 1946. Estas unidades possuem contribuição de fundo público compulsório e gestão privada através das entidades patronais (MANFREDI, 2002). Também fazem parte do Sistema S o Serviço Social da Indústria (SESI), o Serviço Social do Comércio (SESC), o Serviço Nacional de Aprendizagem dos Transportes (SENAT), o Serviço Social dos Transportes (SEST), o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) conforme dispõe Alexandrino (2011)”. (*apud* SALDANHA, 2016, p. 22).

especialmente as do ramo industrial. Por isso, a CNI sempre se locomove em defesa dessas instituições como a mais eficiente em comparação com as instituições federais:

As escolas federais gastam R\$ 500 milhões por ano para manter 100 mil alunos matriculados. [...]. Com os mesmos R\$ 500 milhões, o SENAI realiza as seguintes atividades: atende cerca de 1,5 milhões de trabalhadores na forma de treinamento, reciclagem, reconversão e qualificação com vistas a adaptá-los à realidade do mercado de trabalho. (BEZERRA, 2002, p. 131 *apud* SILVEIRA, 2016, p. 57).

Dessa forma, a CNI, enquanto sujeito político, vem interferindo na elaboração de políticas educacionais, a fim de reproduzir os interesses empresariais. Esse preceito é contrário à elaboração do Programa de governo da Dilma “Mais Mudanças, Mais Futuro” de 2014, que se alicerça na promessa de democratização da educação escolar, principalmente por meio de mais investimentos para as redes públicas. O que ocorre é o enfraquecimento da educação profissional como direito, a qual é deslocada para área de serviços, em que o Estado é o comprador, as entidades as vendedoras, e o cidadão é o consumidor.

Ao analisar o PRONATEC, Roberto Leher concluiu que se trata de um Programa cujo viés se insere no desmonte dos direitos trabalhistas em tempos neoliberais, uma vez que se eleva “o exército industrial de reserva, atendendo à demanda empresarial de forçar os salários e direitos trabalhistas para baixo”. Muito embora seja reforçada a ideia da necessidade da consolidação desse Programa, para que seja garantida ao jovem a igualdade de oportunidade por meio de sua inserção no mercado de trabalho, o próprio Secretário de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (Setec/MEC), Marco Antonio de Oliveira, deixa claro que o PRONATEC se submete ao mundo produtivo, como um recurso estratégico para o desenvolvimento econômico do país:

Quando falamos em qualificação, não se trata mais de melhorar as condições de ingresso do trabalhador no mercado de trabalho, mas de melhorar as condições da própria economia e permitir que, por meio dessa elevação de qualidade, você tenha ganhos de produtividade e competitividade”, explica, completando: “Estamos criando uma massa de mão de obra que seja capaz de acompanhar esse novo ciclo de desenvolvimento que o país está requerendo”. A principal preocupação, portanto, não é inserir as pessoas no mercado de trabalho a partir da formação profissional, mas aumentar a qualificação dos trabalhadores para atender a essas demandas.

(GUIMARÃES, 2013, p. 11).

Esse Programa é parte do cenário em que a classe empresarial e suas organizações vêm interferindo e norteando a produção de políticas para a Educação Básica, de modo a sedimentar os valores do mundo empresarial no ambiente escolar. O exemplo mais incisivo dessa atuação é o TPE, que continuou fincando seus valores e estreitando sua relação com o MEC no governo Dilma.

Um episódio emblemático envolvendo essa organização empresarial no governo Dilma é narrado por Leher e Evangelista (2012) em que a representante do TPE, Claudia Costin, foi convidada pelo Ministro da Educação, Aloísio Mercadante, para ser Secretária de Educação Básica do MEC, o que acarretou amplas mobilizações da comunidade escolar e acadêmica contra essa nomeação.

Claudia Costin ocupou cargos no período em que FHC estava no poder, encabeçando as propostas que tinham como referências basilares tais concepções: fim da estabilidade do servidor público, privatização, submissão da educação ao mercado, “fragmentação do trabalho docente, perda de autonomia dos professores, apagamento do professor e do aluno como sujeitos históricos, autoritarismo didático e de conteúdos, capital humano” (LEHER; EVANGELISTA, 2012, p. 5). O desfecho desse movimento foi uma vitória para os ativistas da educação, já que Costin recusou o convite do Ministro. No entanto, é uma vitória parcial, visto que os grupos privados continuam reproduzindo suas diretrizes no aparato estatal.

A interlocução do TPE com o governo é mais uma vez incidente na gestão petista. A capilaridade e legitimação adquirida por essa organização empresarial nos órgãos do executivo e legislativo pode ser vista quando analisada a aprovação do Plano Nacional da Educação por intermédio da Lei nº 13.005, de 2014, que determina diretrizes, metas e estratégias para as políticas educacionais com duração até 2024.

O PNE foi permeado por ambiguidades e tensionamentos, especialmente no que diz respeito ao financiamento, gestão e avaliação educacional. Esses três pilares reproduziram, em muito, a visão empresarial para a educação calcada nos princípios de responsabilização, meritocracia e privatização, categorias que sustentam a qualidade educacional referenciada pelo TPE.

A aprovação da meta vinte, que determina que 10% do PIB será

destinado ao financiamento da educação até 2024, é uma conquista para os setores e entidades atreladas às organizações trabalhistas. Por outro lado, o artigo 5º da referida Lei discrimina que parte do fundo público será direcionada para as instituições privadas. Para Dourado (2016, p. 24) esse dispositivo:

[...] naturaliza o financiamento do setor privado pelo setor público e rompe com o princípio histórico de exclusividade de verbas públicas para o setor público, bem como, certamente, constitui o resultado da ação articulada do setor privado junto aos poderes constituídos.

Essa tendência vem esvaziando cada vez mais o caráter da educação como um direito universal, público e gratuito para tomar a forma de mercadoria, a fim de atender aos caprichos da “nova burguesia de serviços”:

[...] não se estabelece uma “nova” classe; uma fração daquela classe [burguesia] se converte numa espécie de setor parasitário privilegiado do processo de reforma do Estado e dos padrões de acumulação vigentes, que são fundados na redefinição de prioridades políticas, no redirecionamento dos fundos públicos em prol da acumulação, na desarticulação das lutas da classe trabalhadora, na pressão por reverter direitos e conquistas daquela classe, na estigmatização ideológica do Estado e de tudo o que é estatal. (MINTO, 2014, p. 285).

A meta 19, que positiva a gestão democrática nas escolas públicas em um prazo de dois anos, assumiu um conteúdo contraditório ao redigir que a escolha de diretores será realizada pela adoção de critérios técnicos de mérito e desempenho, mecanismo que flexibiliza a realização de eleição direta para o cargo de diretor(a) escolar, confirmando uma “perspectiva tecnicista empresarial, em detrimento da autogestão da escola por meio da democracia participativa”. Situando a participação da comunidade escolar no escopo de provimento de recursos e participação voluntária para reparos no prédio escolar (MOTTA, 2015, p. 11).

Em suma, o Partido dos Trabalhadores se empenhou em sedimentar os mecanismos que permitem uma melhor mobilização empresarial no âmbito das políticas públicas, bem como realizar maiores investimentos na educação, desde que sejam respeitados os limites com a dívida pública⁵⁰. No entanto, o esforço de nada adiantou quando a presidenta resolveu desafiar a autoridade do capital

⁵⁰ Lima (2015 p. 38) expõe que “em 2014, 42,04% do OGU foi direcionado para os juros e amortizações, enquanto a Educação recebeu apenas 3,49%”.

financeiro em rede nacional. Esse detonador, somado aos efeitos da crise econômica mundial de 2008, mais os escândalos de corrupção envolvendo o PT, fragilizaram o pacto firmado em favor do novo desenvolvimentismo. Essa frente política foi construída em meio a muitas contradições:

[...] as quais foram amenizadas, em termos conjunturais, pelo maior crescimento econômico (acumulação de capital), pela extraordinária bonança internacional e seus efeitos macroeconômicos positivos, e pela habilidade política do presidente Lula – marcado por uma intensa trajetória no movimento sindical, que requer negociação constante – em conduzir essa frágil aliança que se “desmanchou no ar” durante o governo Dilma, acirrando as contradições históricas do padrão de acumulação e distribuição do capitalismo brasileiro. (PINTO et al., 2016, p. 18).

Esse cenário só foi viabilizado em decorrência da crise econômica que o país perpassava graças à crise estrutural do capitalismo mundial. Nesse período de deterioração econômica externa, o convidado para alavancar o crescimento econômico, Joaquim Levy, elaborou medidas ortodoxas, que não foram adotadas em sua inteireza devido à insatisfação do Congresso Nacional com a forma de governar da presidenta, que se mostrou “um desastre no campo da habilidade política, a antítese de seu antecessor. A sua incapacidade de dialogar mostrou-se impressionante” (CHAUÍ, 2016, p. 19).

As políticas neoliberais consolidadas não conseguiram amenizar a economia caótica, pelo contrário, “aprofundaram a desaceleração econômica, já em curso, implicando a redução do PIB (-3,2% no acumulado do ano no 3º trimestre de 2015), a expressiva queda de investimento (-12,7% no acumulado do ano no 3º trimestre de 2015)”, a elevação da taxa de desemprego, a redução do poder de compra dos trabalhadores e o aumento de impostos alteraram especialmente os preços da gasolina e da energia elétrica, levedando uma massa de oposição ao governo petista (CHAUÍ, 2016, p. 19).

Essa fragilização contou com o ataque imponente dos grandes veículos de comunicação que passaram a disseminar uma crise econômica, atrelada a uma corrupção estritamente ligada ao Partido dos Trabalhadores, o que impulsionou o fortalecimento de movimentos sociais de direita e extrema-direita, como o “Vem Para Rua” e “Movimento Brasil Livre”; o estopim dessas manifestações ocorreram com o identificado “panelaço”, no momento do pronunciamento de Dilma em comemoração ao dia das mulheres, e também dos protestos de junho, ambos

ocorridos em 2015.

Esses movimentos ganharam força com a ampliação da Operação Lava-Jato, a mando do Juiz Sergio Moro, que investigou ações de corrupção na Petrobrás e em outros órgãos do governo. Esse quadro piorou com as delações premiadas que cada vez mais derrubavam congressistas, líderes do governo e empreiteiros envolvidos no esquema de corrupção. A forma como a mídia transmitia tais acontecimentos relacionados à imagem de Dilma “destruíram a confiança no governo, sem que um bom desempenho econômico pudesse compensar o ataque judicial e político golpista” (VIANA, 2017, p. 42).

Essa ação coordenada contou com a participação do então presidente da Câmara de Deputados, Eduardo Cunha, que posteriormente foi afastado e se tornou réu por desviar “mais de R\$ 500 milhões do orçamento público em contas na Suíça” (GOMES, 2016, p. 36). Cunha abre o processo de impedimento contra a presidenta em 02 de dezembro de 2015, sob a alegação de que cometer “crime de responsabilidade com respeito a lei orçamentária e a lei de improbidade administrativa – as decantadas ‘pedaladas fiscais’.” (JINKINGS, 2016, p. 12).

Para piorar, nesse mesmo período, a FIESP e a CIESP emitiram uma nota a favor do afastamento de Dilma Rousseff, o que soou como uma ingratidão, tendo em vista que o Partido dos Trabalhadores consolidou políticas econômicas que, em muito, favoreceram os setores produtivos, acreditando que o setor industrial era o motor do desenvolvimento do país. Por isso, “figuras do empresariado brasileiro foram contempladas com contratos generosos com as estatais, em especial a Petrobrás, além do acesso privilegiado a crédito junto ao BNDES” (SILVA; LOURENÇO; CARVALHO, 2018, p. 26).

De nada adiantou esses feitos, a classe dominante arquitetou um plano para a troca de gestão do país. Os interesses das frações burguesas se convergiram em relação à troca de Presidente da República, dentre os fatores destaca-se a queda da rentabilidade das empresas, exceto do capital financeiro “que passou 20,7% em 2010 para uma rentabilidade de 23,3% em 2014”. (PINTO et al., 2016, p. 20). A respeito desse “realinhamento da burguesia industrial”, Farias e Pereira (2017) atribuem ao receio desta “fração de classe quanto a uma possível política bonapartista posterior do governo Dilma”: Conforme os autores:

[...] apesar de o governo sustentar a hegemonia do setor industrial, os representantes diretos dessa fração de classe transitaram para a postura de não fazer a defesa do governo diante das críticas do setor bancário. É que os representantes industriais intuía, mas de maneira distorcida, a possibilidade de o governo adotar uma política bonapartista, ou seja, passar a exigir sacrifícios de todas as frações do capital para garantir o crescimento econômico. Assim, identificavam no “lulismo” (o crescimento econômico com a ampliação de direitos sociais) da presidenta Dilma o fantasma de Getúlio Vargas. O que o governo pedia, na substância, era que os industriais abrissem mão de interesse imediato (a desregulamentação das relações de trabalho) em prol de seu interesse de longo prazo (a preponderância econômica). (FARIAS; PEREIRA, 2017 *apud* QUEIROZ, 2018, p. 145-146).

É certo que, em tempos de escassez, as frações burguesas renovam seus acordos gerais como “o anseio de desindexação de salários, desregulamentação das relações de trabalho e de redução dos direitos sociais. Isto é, apesar das desavenças, em certos momentos, forma-se a frente única que parece haver se constituído em 2013/2014” (SINGER, 2015, p. 19).

Em momentos de crises estruturais do capital, o que se percebe, ao analisar o processo histórico, são os esforços por parte da burguesia de consolidar programas de austeridade fiscal, para que o trabalhador sofra as penalidades de privação dos meios necessários para sua reprodução. No caso das medidas econômicas ortodoxas adotadas por Dilma, não deram certo porque não foram realizadas com intensidade, ou seja, para os neoliberais em momentos que o programa neoliberal culmina em mais casos de caos econômicos, é preciso insistir em mudanças bruscas e cortes sociais intensivos, tática cunhada por Milton Friedman como “tratamento de choque’ econômico” (KLEIN, 2008, p. 17).

Somente um governo ilegítimo teria forças para realizar tais reformas em pleno contexto de fragilidade democrática, crise econômica e criminalização do partido político que poderia suscitar possíveis transformações sociais.

Nesse sentido, a arquitetura desse plano culminou com a derrubada da presidente Dilma Rousseff, em 31 de agosto de 2016, através do ritual positivado pela Constituição Federal de 1998 como *impeachment*, que no caso de Dilma, pode ser nomeado como um “golpe parlamentar-judicial-midiático, pois causas que poderiam levar a ele foram forjadas sem prova material e cabal”, afirmação que corrobora o desfecho do processo, que concluiu que Dilma foi inocente pelos crimes de responsabilidade fiscal; além disso, o próprio Michel Temer – vice na chapa com

a Dilma – assumiu “em entrevista após a abertura da Assembleia Geral da ONU, que o *impeachment* ocorrera porque a então presidente não aceitou o programa proposto pelo PMDB em outubro de 2015, ‘Uma ponte para o futuro’.” (QUEIROZ, 2018, p. 150).

De forma resumida, esse Programa de governo apresentado como uma solução para o crescimento e desenvolvimento econômico do país, propõe cortes de gastos, privatização, flexibilização do mercado de trabalho e principalmente a desvinculação constitucional do investimento monetário com saúde e educação. Em termos gerais, trata-se do Estado mínimo, conforme idealizado pelos economistas da ortodoxia neoliberal.

O referido ataque aos direitos positivados na Constituição de 1988 ocorreu logo quando Michel Temer assume interinamente a Presidência da República como “uma missão suprema: reestruturar o capitalismo brasileiro de acordo com a agenda neoliberal, dando-lhe novo fôlego na América Latina para o projeto hegemônico dos EUA” (MANCEBO, 2017, p. 87).

Em um período contíguo, o governo ilegítimo, enxuta o papel do Estado com o social, mediante a Proposta de Emenda Constitucional - PEC 241/55 aprovada em dezembro de 2016 que congela os gastos do governo por um período de 20 anos. Em poucas palavras, significou que os entes federados se tornaram reféns de um orçamento que limita e paralisa maiores investimentos para a educação, saúde e serviços assistenciais, implicando em um claro ataque aos parques direitos conquistados por meio da Constituição Cidadã.

Considerando que o processo de privatização da educação vem ganhando impulso, desde a reforma estatal dos anos de 1990, em suas diferentes facetas, seja pela publicização ou pela ampliação de espaço para os empresários fincarem seus projetos na escola, entendemos que esse cenário é propício para que o desmonte da educação pública convença a população de que as soluções estão no mercado, podendo ganhar relevo as propostas de *voucher* educacional.

Para quem não tem acesso ao mercado, a filantropia é uma opção. Esse é o caminho apontado para preservar a igualdade de oportunidade de modo que o ônus e a eficiência alcancem um patamar satisfatório. De forma simplificada, ocorre a “camuflagem da desresponsabilização do Estado e (sua contraparte) a responsabilização dos sujeitos pelas respostas a suas próprias necessidades; movimento claramente focalizador e diferenciador dos serviços sociais; um golpe

duro ao princípio da universalidade” (MONTAÑO, 2008, p. 114-115).

Não obstante, a Lei nº 13.467/17, também intitulada “Reforma Trabalhista”, foi sancionada com o viés de adequar as normas trabalhistas ao modelo de sociedade vigente. Um dos pontos principais da reforma é que os acordos entre patrões e empregados terão força de lei. Temer defendeu a medida, dizendo que atualmente há igualdade entre as duas partes na negociação, o que não acontecia no passado.

Os apoiadores, grande parte empresários, afirmaram que tais condutas seriam basilares para que a economia voltasse a crescer e houvesse mais autonomia por parte desses, a fim de que sentissem mais seguros com maior poder de negociação perante os empregados, o que desafogaria as demandas peticionadas ao Poder Judiciário. Contrário a esse posicionamento, a exegese se oriunda no retrocesso social, procedente desse poder de negociação, uma vez que o empregado, com medo de perder a atividade laboral que o possibilita ter o mínimo de dignidade humana, constitui-se como a parte com menos recurso nesta relação hierárquica, o que por si só já submete o indivíduo a ficar à mercê do poder de negociação de seu empregador, aceitando, quando ainda não existe, condições mínimas de trabalho.

Simultaneamente a essa barbárie, a última etapa da educação básica no Brasil foi alvo de interesse da classe dominante para reproduzir os princípios da acumulação flexível, visando sua profissionalização para atender o mercado de trabalho. A reformulação do ensino médio ocorreu por meio da Medida Provisória nº 746, a qual se destaca por ser um ato unipessoal do presidente da república e possui força imediata de lei, antes de ser analisada pelo poder legislativo (RISSI, 2019).

O ministro responsável pela Medida Provisória, José Mendonça Bezerra, propagou a necessidade de reformar o ensino médio, tendo em vista que o modelo que estava em vigência não possibilitava que os estudantes desenvolvessem suas habilidades e competências; para tal feito, foi necessário a “flexibilização do ensino médio, através da oferta de diferentes itinerários formativos, inclusive a oportunidade de o jovem optar por uma formação técnica profissional dentro da carga horária do ensino regular” (BRASIL, 2016, p. 4 *apud* RISSI, 2019, p. 9).

A MP nº 746/2016, transformada na Lei nº 13.415 de 2017, apresenta poucas mudanças em relação à proposta inicial, mas seu conteúdo

principal mantém o alinhamento dessa etapa com os princípios do sistema de trabalho flexível, que fundamentam as relações de produção. Assim, a reforma reestrutura o currículo tornando-o flexível para as disciplinas que oportunizam um saber crítico e reflexivo da realidade, e rígido para as de português e matemática, que são as únicas obrigatórias nos três anos. Ao priorizar essas disciplinas, denota que a preocupação do governo recai na preparação dos estudantes para a realização das avaliações padronizadas internacionais, como o Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa) e nacional, a exemplo do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) (GONÇALVES, 2017).

Outro aspecto da reforma que merece ser destacado é a extensão da jornada escolar diária para sete horas, sem considerar as condições de infraestrutura das escolas e investimento para contratação de professores que atendam tal proposta. A limitação do tempo na escola não proporciona uma formação de qualidade, simplesmente abrange a permanência estendida desse aluno no espaço escolar, denotando uma preocupação que os Organismos Financeiros Internacionais têm evidenciado em seus documentos para as políticas educacionais, desde a década de 1990, os quais propagam políticas educacionais voltadas para a ocupação integral dos alunos na escola, reduzindo a criminalidade e um possível levante social contra a classe detentora dos meios de produção (SHIROMA, EVANGELISTA, 2006 *apud* RISSI, 2017).

O princípio da reestruturação curricular vem alinhado à aprendizagem flexível, a qual reitera a necessidade de diversificar o processo de ensino e aprendizagem, no sentido de flexibilizar o tempo e local em que ocorre o saber sistematizado, visando à autonomia do aluno em “definir seus horários de estudo, em contraposição à rigidez dos tempos dos cursos presenciais” (KUENZER, 2017, p. 337).

Essa visão é correlacionada à divulgação da prática do empreendedorismo, o qual é representado como o trabalho que proporciona ao sujeito ser o seu patrão, mediante a liberdade para determinar seu ritmo e horário de trabalho, similar à aprendizagem flexível, que afirma que o aluno passa “a ser sujeito de sua própria aprendizagem, o que exigirá dele iniciativa, autonomia, disciplina e comprometimento” (KUENZER, 2017, p. 338).

O currículo e a aprendizagem pautados nessa concepção flexível visam formar determinadas subjetividades e comportamentos nos trabalhadores que

atendam ao modelo de desenvolvimento capitalista. Sistema esse que pretende mercantilizar todas as relações e produções humanas, tendo em vista sua insaciável busca por acumulação (RISSI, 2017).

A arquitetura desses ataques não deve ser compreendida isoladamente, mas sim contemplando os processos envolvidos com a prática do exercício da hegemonia burguesa a fim de construir uma forma societal em tempos de capitalismo globalizado e dominância do capital financeiro.

O processo de repolitização da política estabeleceu uma nova dinâmica de exercício da cidadania e política, intencionando pacificar os conflitos classistas, desarmando a classe trabalhadora. Concomitantemente, viabilizou a abertura política para que frentes extremistas conquistassem o poder.

Em consonância a esse movimento, tem-se a materialização de programas educacionais no sistema público de ensino, com o objetivo de criar o consenso de que todos são os protagonistas de sua história, independente das condições que compõem a totalidade social. Como se no capitalismo não houvesse mais diferença entre classes, já que é ensinado que todos os sujeitos são portadores de capital e as diferenças são reduzidas para simples preferências e gostos.

Tal programa foi aderido pelas escolas municipais de Londrina, as quais firmaram convênio de cooperação técnica com o SEBRAE, em 30 de junho de 2016⁵¹, para adotar a cultura empreendedora em todas as escolas públicas que atendem os anos iniciais do ensino fundamental. Dado o enredo, no próximo capítulo são apresentadas as assertivas principais do Programa Jovens Empreendedores Primeiros Passos.

⁵¹ Entretanto, conforme relatado pela responsável do Programa na Secretaria de Educação de Londrina, este já estava ocorrendo desde fevereiro de 2016. Ver mais em: <<https://blog.londrina.pr.gov.br/?p=23201>>.

6 IMPLICAÇÕES DA TERCEIRA VIA NA EDUCAÇÃO: UMA ANÁLISE A PARTIR DA PARCERIA DAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE LONDRINA COM O SEBRAE

Nesse capítulo, apresentamos a materialização dos novos preceitos da sociabilidade burguesa, balizados na ideologia da Terceira Via nas escolas municipais de Londrina, que ocorreu de diferentes formas, dentre elas, mediante parceria com o SEBRAE, que deu início ao Programa Jovens Empreendedores Primeiros Passos. Para tal, a pesquisa contemplou análises de documentos da página de internet do SEBRAE e livros didáticos elaborados, exclusivamente para o JEPP. Esses materiais evidenciam os objetivos e os pressupostos ideológicos que o SEBRAE pretende atingir com a implementação desse Programa. Também contempla as estratégias utilizadas pelo Serviço para acompanhamento e difusão da pedagogia que fundamenta tal entidade nas escolas. Além disso, analisamos os documentos fornecidos pela Secretaria Municipal de Londrina que representam o termo de convênio com o SEBRAE. Por fim, os dados obtidos por meio da entrevista com os profissionais de educação das escolas elencadas para análise desse Programa.

6.1 AS DIRETRIZES EDUCACIONAIS DOS ORGANISMOS INTERNACIONAIS PARA A CONFORMAÇÃO MORAL, INTELECTUAL E POLÍTICA DO CIDADÃO DO NOVO TIPO

O texto que antecede a exposição desse capítulo apresentou um panorama geral do capitalismo em sua essência e lógica contraditória, a qual tem como especificidade a reprodução de crises cíclicas que fornecem condições objetivas para a estruturação da classe trabalhadora, em torno de objetivos revolucionários para superar esse modo de produção. No entanto, a classe no poder, ciente de tais possibilidades, também atua na renovação de táticas para obtenção de consenso em torno de sua visão de mundo. Esse movimento contempla a construção de formas sociais em que um emaranhado de instituições e relações sociais são modificadas para dar validade aos valores burgueses.

O Estado, por sua vez, com sua capacidade educadora, atua com os

aparelhos privados que compõem a sociedade civil na formação de um novo homem coletivo que atenda às expectativas da sociabilidade capitalista em sua forma histórica mundial “sob a hegemonia do capital financeiro (CHESNAIS, 1995); ou, ainda, o capitalismo sob a dominância do neoliberalismo como bloco histórico que condiciona e constrange as políticas do Estado político do capital” (*apud* ALVES, 2014, p. 13).

O conteúdo moral e intelectual que fornece as referências para atuação educativa do capital é com base em uma racionalidade neoliberal que direciona e organiza a ação dos governantes e o comportamento dos governados. “A racionalidade neoliberal tem como característica principal a generalização da concorrência como norma de conduta e da empresa como modelo de subjetivação”. (DARDOT; LAVAL, 2014, p. 15).

Nessa direção, foram consubstanciadas no Brasil diretrizes jurídicas e novas formas de gestão, qualificadas como gerencialistas, que modificaram a aparelhagem estatal e impuseram novas dinâmicas entre o Estado e a sociedade civil, fornecendo uma plataforma legal e sólida para a locomoção e atuação dos aparelhos privados do capital na produção e disseminação de formas de agir, ser e pensar, por meio da formulação de novos parâmetros éticos, políticos e de cidadania, nos quais são transformados em políticas públicas a fim de validar os interesses burgueses.

Esses conteúdos carregam palavras sedutoras que encantam os olhos e conquistam os corações e mentes dos trabalhadores para aderirem ao projeto burguês. Além disso, os sujeitos, encarregados por sua disseminação, não são apenas os que se situam do lado clássico da política, ou seja, aqueles que se intitulam do espectro da direita, como conservadores da sociedade capitalista, mas abrangem também partidos e sujeitos de centro-esquerda e da esquerda dita modernizadora.

Desse modo, tais sujeitos se portam como intelectuais do capital atuando na reeducação política, ética e moral da população em geral. Esse processo é qualificado como via de mão dupla, pois ao mesmo tempo em que organiza a burguesia, desorganiza a classe em oposição, redefinindo sua atuação política e seus objetivos de luta, os quais passam a contemplar as consequências e não as causas de certos fenômenos ou acontecimentos sociais que sensibilizam os trabalhadores.

Nesse sentido, a prevalência da visão de mundo burguês nas relações sociais é creditada à atuação de seus intelectuais na propagação, organização e elaboração de teorias que dão embasamento aos seus interesses. Seguindo esse curso, “pode-se afirmar que os intelectuais são os agentes da consolidação de uma concepção de mundo e de uma vontade coletiva de um ‘bloco histórico’.” (MELO et al., 2015, p. 28).

Com base nessa perspectiva gramsciana de intelectuais, a escola se destaca como um espaço privilegiado, no qual os conteúdos são processados e os novos intelectuais que atendem às demandas da sociabilidade burguesa contemporânea são formados. Todavia, nem sempre a formação é dirigida em sentido de conformação a sociedade atual, nos dizeres de Martins e Neves (2010, p. 32) “quer para conservar, quer para transformar as relações sociais vigentes, a escola em diferentes níveis e modalidades, forma os intelectuais criadores e disseminadores da cultura nas sociedades ocidentais”.

Concomitante a esse processo, a burguesia conduziu reformas educacionais com o intuito de redefinir “a formação escolar e política das atuais e futuras gerações dos seus novos intelectuais orgânicos” para que fossem consolidadas em tais sujeitos as novas habilidades, sensibilidades éticas, competências, valores políticos e de cidadania demandados pela sociabilidade burguesa do século XIX (MARTINS; NEVES, 2010, p. 36).

Diante desse quadro, observa-se que, por volta dos anos de 1980, a educação escolar ganha destaque sob os olhares das agências internacionais, especialmente as dos países latino-americanos em que as diretrizes internacionais adquirem maior densidade. Nesse sentido, tais agências atuam como intelectuais a serviço da burguesia, cujo discurso engendrado pauta-se numa educação salvacionista, pela qual o sujeito adquire capacidades para salvar a si e ao mundo dos tenebrosos problemas atuais que são vinculados à era da globalização, ou ordem pós-tradicional tal como redigiu Giddens (1996).

O novo homem preparado para enfrentar os novos riscos não é mais uma síntese do “homem econômico puro”,⁵² referenciado pela corrente econômica clássica, mas é um tipo novo denominado por Puello-Socorrás (2008) como o

⁵² A concepção de homem como empreendedor foi sendo ofuscada pelo o conceito de homem econômico (puro), uma categoria por longo tempo hegemônica que interpretava dedutivamente o ser humano como agente econômico racional e um indivíduo eminentemente calculista. (PUELLO-

“empreendedor”, o qual se ajusta às novas mudanças do capital. Sendo a expressão da versão neoliberal atualizada assentada sobre o programa econômico, político e social da Terceira Via.

As competências, habilidades e valores desse novo homem vêm sendo afirmadas pelas organizações internacionais, a exemplo do Banco Mundial, Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que produzem e disseminam diretrizes para as políticas educacionais brasileiras pautadas em princípios educativos coerentes ao projeto burguês mundial, elaborado como resposta “as atuais mudanças qualitativas na produção capitalista da existência”⁵³. (MELO et al., 2015, p. 31).

Essas agências internacionais vêm executando a função de “educadores coletivos das classes dominantes e dominadas”, elaborando e divulgando documentos referenciados na nova pedagogia da hegemonia com a intenção de adequar as instituições escolares às novas exigências do capital, bem como introduzir modalidades de privatização, inserindo a visão da empresa para dentro das escolas públicas, sem necessariamente transformá-las em privadas. (MELO et al., 2015, p. 31).

É possível extrair a nova pauta internacional burguesa para a educação, a partir dos seguintes documentos: “Educação um tesouro a descobrir: relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI”, A *Declaração de Incheon* “Educação 2030: rumo a uma educação de qualidade inclusiva e equitativa e à educação ao longo da vida para todos”, “Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial” de 1997 e “A Unesco e a Educação na América Latina e Caribe - PRELAC”.

Logo no início, como de praxe, os relatórios da UNESCO vêm recheados de vocabulários que se associam a uma aparente preocupação com o bem-estar de todos os seres humanos, apresentando essa instituição com um viés humanitário, supostamente apartidária, acima dos confrontos de classe, cujas ações

SOCORRÁS, 2008, p. 83).

⁵³ Estamos nos referindo “às novas tecnologias de informação e comunicação, à difusão da microeletrônica e da automação, à ampliação de métodos mais racionalizados, à diversificação das cadeiras produtivas organizadas em nível global, entre outros”. (MELO et al., 2015, p. 31).

são dirigidas à paz e ao desenvolvimento pleno de todos os povos e nações. A esse respeito, Evangelista (2009) afirma que tal instituição “representa a face humanitária do capital”, o que colabora para que suas orientações tomem a forma de valores universais, se infiltrando mais facilmente nos sistemas educacionais (*apud* TURMINA, 2014, p. 216).

O primeiro documento com grandes repercussões no Brasil, presidido por Jacques Delors com o apoio da UNESCO, definiu e propagou quatro pilares para a educação no contexto do século XXI, que perpassa desde a infância até a vida adulta. São eles: “aprender a conviver, desenvolvendo o conhecimento a respeito dos outros, de sua história, tradições e espiritualidade”; aprender a conhecer, contemplando o estudo de uma gama de assuntos que devem ser distribuídos ao longo da vida; aprender a fazer, adquirindo competência “para enfrentar numerosas situações” previsíveis e imprevisíveis, aproximando os estudos às atividades profissionais; e, aprender a ser, cujo pilar está respaldado na apreensão de valores e capacidades que desenvolvem a autonomia e o senso de “responsabilidade pessoal na realização de um destino coletivo”. Por isso, cabe à educação explorar todos os “talentos que, ‘a semelhança de tesouros, estão soterrados no interior de cada ser humano” (ORGANIZAÇÕES DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA, 2010, p. 14).

Com base nesses quatro pilares da educação, os quais, no entendimento da UNESCO, são os “elementos essenciais de uma educação básica que ensine a viver melhor pelo conhecimento, pela experiência e pela construção de uma cultura pessoal”, tal instituição buscou reafirmar as prescrições elaboradas pela Conferência Mundial sobre Educação para Todos, de Jontiem, no que diz respeito às necessidades básicas de aprendizagem, focalizando nos saberes básicos de ler, escrever e contar, os quais são referenciados como instrumentos essenciais de aprendizagem para habilitar o homem a sobreviver no mundo atual. (ORGANIZAÇÕES DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA, 2010, p. 9).

A perspectiva de educação pautada no lema “aprender a aprender”, o qual sustenta os quatro pilares contidos no documento de Jacques Delors, “é alicerçada na psicologia genética de Piaget”, por meio da qual a classe burguesa busca “reafirmar a formação adaptativa do modelo biológico de desenvolvimento humano como referência hegemônica para as práticas educacionais”, consolidando

uma educação cujo princípio se dirige em “preparar o indivíduo para ser capaz de adaptar-se constantemente ao meio ambiente dinâmico”, em que o mais criativo, inovador, empreendedor, competitivo e flexível sobrevive. (DUARTE, 2006, p. 92 *apud* MELO et al., 2015, p. 61).

O cenário redigido pela UNESCO justifica a redação dessas prescrições para a educação, assim pautado na sociedade emergente que se assenta no conhecimento. No entendimento de Chauí (2003), a sociedade do conhecimento ocorreu graças às mudanças da ciência no período pós-II Guerra Mundial, as quais possibilitaram que o conhecimento se caracterizasse como força produtiva, portanto sendo “incorporado como componente do capital” (*apud* MARI, 2014, p. 85). Posto isto, tal redação se aproxima das escritas de Giddens (1996) quando este afirma que a sociedade do conhecimento é tipificada como pós-tradicional, em que a missão da educação é formar nos sujeitos determinados conhecimentos, habilidades e capacidades que o predispõe para enfrentar os novos desafios da organização do trabalho.

Dado o enredo, no Relatório Delors é afirmado que a educação deve ser submetida às modificações da sociedade, ou melhor, do capital, ou nos dizeres do documento, “uma formação adaptada às necessidades do mercado de trabalho”. Trata-se de tecer valores universais que são guiados pela lógica de mercado, cuja centralidade tem como fundamento o individualismo e a competitividade.

No entanto, para a convivência harmoniosa entre os sujeitos nessa “aldeia global”, a competição não deve inibir o espírito solidário, mas sim andar lado a lado com esse, tendo em vista que promove a união, o respeito e as negociações pautadas no diálogo, pois “o que está em jogo – e a Comissão tem plena consciência das palavras utilizadas – é a sobrevivência da humanidade”. De forma a desnudar as palavras, a preocupação da UNESCO é com a sobrevivência da ordem vigente, ou seja, do capitalismo (ORGANIZAÇÕES DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA, 2010, p. 10).

Diante desse quadro, “parece-nos que é imperativo impor o conceito de educação ao longo da vida com suas vantagens de flexibilidade, diversidade e acessibilidade no tempo e no espaço”. Essa ideia consiste em preparar o sujeito para assumir uma postura ativa em relação a sua constante atualização ante as demandas do mercado (ORGANIZAÇÕES DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA, 2010, p. 9).

A educação, ao longo da vida, é uma estratégia poderosa da burguesia, que, ao mesmo tempo em que nutre o mercado com sujeitos altamente qualificados, por outro lado:

[...] fornece ao trabalhador a ilusória possibilidade de inclusão na denominada “sociedade do conhecimento” na medida em que, recorrendo a espaços formativos (o próprio local de trabalho, a sua casa, dentre outros), adapta-se à imediata e efêmera necessidade do mercado de trabalho. (RODRIGUES, 2014, p. 230).

Além disso, o sentido ideológico de tal concepção fornece munições para a classe dominante de contenção e pacificação das possíveis objeções ao capitalismo em momentos que intensificam a problemática de desemprego estrutural, já que transformam “desempregados em ‘estudantes’, ‘acalma os ânimos’ e ‘ensina’ o sujeito a lidar pacificamente com a incerteza” (RODRIGUES, 2014, p. 230).

Essa noção de “educação ao longo da vida”, apesar de a terminologia ser comum àquelas utilizadas pelas forças progressistas, o sentido se destoa de uma educação com viés emancipatório, conforme escreveu Mészáros:

Na sua época, Paracelso estava absolutamente certo, e não está menos certo atualmente: ‘A aprendizagem é a nossa própria vida, desde a juventude até a velhice, de fato quase até a morte; ninguém passa dez horas sem nada aprender’. A grande questão é: o que é que aprendemos de uma forma ou de outra? Será que a aprendizagem conduz à autorrealização dos indivíduos como “indivíduos socialmente ricos” humanamente (nas palavras de Marx), ou está ela a serviço da perpetuação, consciente ou não, da ordem social alienante e definitivamente incontrolável do capital? (MÉSZÁROS, 2005, p. 47 *apud* RODRIGUES, 2014, p. 231).

Em tempos em que o capital se camufla nos ditos partidos políticos de esquerda moderna, é preciso distinguir o uso de expressões tão usualmente referenciadas por vieses progressistas, os quais passam a ser adotados pelos organismos internacionais, a fim de gerar encantamento aos seus imperativos para a educação. Quanto a isso, Gramsci (1999, p. 128) esclarece que a “‘identidade de termos não significa identidade de conceitos’; é o que ocorre com a expressão referida, expressões semelhantes correspondem a projetos societários opostos” (*apud* RODRIGUES, 2014, p. 231).

Ainda sobre o relatório Delors, é apontado que para tais prescrições serem consolidadas no sistema educacional, é imprescindível estimular um ambiente de parcerias, contemplando “a comunidade local, principalmente os pais, a diretoria das escolas e os professores; e, em segundo lugar, as autoridades constituídas; e, em terceiro lugar, a comunidade internacional” (ORGANIZAÇÕES DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA, 2010, p. 20).

A comissão expressa que a preocupação central é a realização de reformas na educação através da negociação e diálogo entre os atores políticos coletivos. Confirmando, mais uma vez, que os fundamentos basilares da proposta da UNESCO para a educação são assimilados com o neoliberalismo de Terceira Via, visto que “demonstra a preocupação com a obtenção do consenso por meio de estratégias de colaboração social, capazes de legitimar as referências de uma suposta sociedade sem antagonismos” (MELO et al., 2015, p. 62).

Em 1998, a UNESCO publica um documento sobre educação endereçado aos países da América Latina e ao Caribe, no qual introduz e afirma as diretrizes e metas que vêm dispensando para os sistemas educacionais a partir do relatório “Educação: um tesouro a descobrir”. A novidade é a formulação de um quinto pilar para a educação: “aprender a empreender”. A justificativa posta é que o mundo necessita de cidadãos comprometidos com a geração de riquezas e empregos. Posto isto, cabe à educação “contribuir na formação de cidadãos responsáveis, participativos e comprometidos com os problemas do meio social e do meio ambiente” (UNESCO/PRELAC 1998, p. 103).

A UNESCO se manifesta preocupada com os efeitos degradantes e as oportunidades desperdiçadas pelos países da América Latina e Caribe trazidos pela sociedade moderna. O resultado desse contexto é o elevado índice de pobreza, um desenvolvimento socioeconômico precário e o aumento das taxas de violência.

De acordo com tal organização, a solução desses problemas reside na reformulação da educação, que deve ser guiada pelos cinco pilares redigidos pela UNESCO. A ideia central reside na educação, transmitir valores que dialoguem com a democracia, cidadania ativa, solidariedade e a paz, com ênfase nesse último objetivo, o qual, segundo a UNESCO, é sua missão central, isto é, a de “construir paz na mente dos homens” (UNESCO/PRELAC 1998, p. 38).

Nesse sentido, a UNESCO afirma a necessidade de mudar o comportamento e estilo de vida das pessoas, a fim de os adaptarem com o

desenvolvimento sustentável. Essa visão é correlata às orientações da Terceira Via, quando afirma que as táticas para combater a pobreza são modificar o comportamento e o modo de pensar do pobre, com a intenção de torná-los produtivos.

A ideia de resolução da pobreza não é ancorada na tentativa de equalizar o consumo dos cidadãos dos países do Terceiro Mundo, igual aos padrões estadunidenses, até porque, de acordo com Giddens (1996), o meio ambiente não suportaria tais degradações. Por isso, a alternativa para a Terceira Via está na criação de novos hábitos nos pobres por meio da promoção de um espírito ativista, a fim de que o sujeito use suas habilidades e talentos para promover modos alternativos para mitigar a sua carência material. Nessa direção, a educação é o mantra para formar esses novos comportamentos, similar aos objetivos ponderados à educação pela UNESCO:

[...] deve contribuir, também, na formação de sujeitos autônomos e criativos, responsáveis pelo seu próprio projeto de vida, que aprendam a aprender durante toda a vida e sejam capazes de buscar soluções aos múltiplos problemas que os desafiam. (UNESCO/PRELAC 1998, p. 103).

Nota-se a partir do exposto, que a preocupação expressa nesse documento é sobre a disseminação de valores globais, cujo slogan se reveste de uma aparência humanitária, mas com o sentido de promover uma conformação nos pobres para que se sintam realizados com poucos recursos materiais, mesmo que isso signifique a privação de direitos essenciais, pois o importante é ter o mínimo para sua sobrevivência, sem desejar se comparar com os afortunados, mas buscar fazer a sua parte para um mundo em que a paz se sobressaia sobre os conflitos, isto é, ao invés do confronto, colaboração entre as classes para aceitação da ordem econômica atual.

Em 2015, representantes de 160 países assinaram um compromisso em Incheon, Coréia do Sul, para o cumprimento de objetivos para a melhoria e acesso à educação no prazo de quinze anos. Nessa agenda internacional de educação, foi afirmada a visão do movimento global Educação para Todos, que teve início em Jomtien, em 1990, e continuado em Dakar, no ano de 2000. O documento que expressa esse compromisso foi batizado de “Educação 2030: rumo a uma educação de qualidade inclusiva e equitativa ao longo da vida para todos”, redigido

com o apoio da UNESCO e do Banco Mundial, estabelecendo parâmetros e diretrizes para a educação até 2030.

No preâmbulo desse documento são confirmadas as principais propostas das Declarações Mundiais precedentes, as quais propagam a educação como direito fundamental que deve ser oferecida a todos os cidadãos sem distinção de gênero, etnia, ou poder econômico, de forma que desenvolva os talentos e potenciais de cada um (UNESCO, 2015).

O que é assinalado como diferencial refere-se ao discurso, outrora assentado sobre a educação para todos, que se envereda para uma educação com qualidade para todos, o que inclui a mais tenra idade até o ancião. Essa qualidade é traduzida como a aquisição de propostas pedagógicas que tem como direção as habilidades básicas relacionadas à leitura, escrita, contagem e resolução de problemas, bem como as habilidades interpessoais e sociais que são tipificadas como a capacidade de colaborar, trabalhar em equipe, resiliência, pensamento inovador e ações de contenção de conflitos.

A percepção de educação versada pelos redatores da Conferência de Incheon recai sobre um viés místico, como se essa tivesse o poder de solucionar os principais problemas da sociedade global capitalista. Posto isto, a educação é concebida como elemento chave para efetivar o pleno emprego e erradicar a pobreza, sendo responsável por desenvolver capacidades, valores, comportamentos e habilidades que “permitem aos cidadãos levar vidas saudáveis e plenas, tomar decisões conscientes e responder a desafios locais e globais por meio da educação para o desenvolvimento sustentável (EDS) e da educação para a cidadania global (ECG)”. (UNESCO, 2015, p. 8).

Esses termos tornaram-se recorrentes nos relatórios da UNESCO, expressando uma preocupação com a perpetuação da humanidade, como se essa estivesse ameaçada pelo elevado contingente de pobreza e em decorrência da escassez de valores fundamentais, os quais possibilitam uma vivência pacífica entre os sujeitos. Dessa forma, compactuado com o preceito da Terceira Via, enfatiza a necessidade de consolidar uma universidade de princípios referidos como valores cosmopolitas, que conduzem a maneira como o homem deve ser, pensar e agir em uma comunidade global, na qual as velhas tradições e costumes estão enfraquecidos.

Para Giddens (1996), tais valores são guiados pela política de vida, gerativa e de confiança, as quais se relacionam com a postura que o cidadão cosmopolita deve assumir com os seus pares, governo, trabalho e natureza. Com base nesse relacionamento, pautado na solidariedade, responsabilidade social, autonomia de ação e a constante atualização do indivíduo para tornar-se atraente ante ao capital, a tarefa atribuída para a educação é dirigida a uma formação voltada para a realização pessoal, cidadania ativa e qualificação para o mercado de trabalho.

Nesse sentido, denota que os princípios propagados pelo UNESCO para a educação é uma aprendizagem voltada para o setor produtivo, em outras palavras, conforme consta no documento “precisa-se urgentemente, que crianças, jovens e adultos desenvolvam ao longo da vida as necessidades e as competências flexíveis de que necessitam para viver e trabalhar em um mundo mais seguro, sustentável e interdependente” (UNESCO, 2015, p. 14). É tal como cunhou Milton Friedman sobre a funcionalidade da educação: “não é possível a vivência na sociedade democrática” sem um nível mínimo de alfabetização e de conhecimento por parte da maioria dos cidadãos e sem aceitação de um conjunto de valores comuns. “A educação contribui para ambas as necessidades” (FRIEDMAN, 2014, p. 91).

Segue a mesma linha de argumentação a meta 4.4 da Conferência de Incheon, cujo objetivo é assegurar até 2030 que muitos jovens e adultos “tenham habilidades relevantes, inclusive competências técnicas e profissionais, para emprego, trabalho decente e empreendedorismo”, direciona-se no preparo de sujeitos para responder prontamente às mudanças incessantes do mercado de trabalho e, assim, criar uma comunidade global com cidadãos qualificados à disposição do empresariado (UNESCO, 2015, p. 21).

Decorrente dessa afirmação, a educação pretendida é a que se submeta à lógica de mercado, sendo direcionada para a conformação ética, política e moral dos sujeitos em consonância com a sociabilidade burguesa. Nos dizeres de Souza (2013, p. 25) o objetivo derradeiro é “uma (con)formação voltada para o capital que reafirma os princípios da responsabilidade social e legitima a mundialização da educação nos moldes de um capitalismo de face humanizada”.

Com o objetivo de materializar tais diretrizes, as estratégias elaboradas nesse documento propõem a realização de parcerias entre os setores

privados e entidades da sociedade civil, cabendo ao Estado “estabelecer e regular normas e padrões” (UNESCO, 2015, p. 15). Propostas que vão ao encontro do ideário da Terceira Via, enaltecendo o protagonismo da sociedade civil ativa para executar atividades sociais que outrora eram assumidas diretamente pelo Estado, contando com recursos públicos e facilitando a capilaridade das propostas empresariais nas instituições escolares. Além disso, é expressa a notável responsabilização do sujeito para atingir tal finalidade, seja professor, aluno ou comunidade, os quais devem ser empoderados para assumir como seus os problemas que são gerados pelo modo societário do capital.

Decorrente desse movimento, o Banco Mundial, cujas ações o personificam como ator político, ideológico e financeiro, além de promover eventos em parceria com a UNESCO, atua também na edição e divulgação de documentos que versam sobre as políticas públicas alicerçadas em propostas de fragmentação, privatização, descentralização e responsabilidade social, sendo cooptadas pelos países que contam com o apoio financeiro desse Banco (MENDES, 2009).

Em 1997, o Banco Mundial publica o Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial (RDM), intitulado “O Estado num mundo em Transformação”, no qual reúne um rol de prescrições para o Estado, em consonância com a fase histórica do capital no final do presente século e início do século XXI. Notadamente, buscamos apreender as orientações para o campo educacional, cujo intento é tornar a escola como espaço de formação de “valores caros à reprodução ampliada do capital e das relações capitalistas”, disciplinando os educandos para o empreendedorismo e para a colaboração (SHIROMA; EVANGELISTA, 2014, p. 20).

No prefácio de tal relatório, consta expressa a importância de um Estado efetivo para o desenvolvimento econômico e social sustentável. Esse tipo de Estado é aquele em que é preservada “a sua capacidade de aplicar a lei para apoiar as transações do mercado”. Por isso, o primordial para o Banco é apontar os caminhos que levam a um Estado efetivo que tenha “capacidade de realizar e promover ações coletivas de maneira eficiente” (BANCO MUNDIAL, 1997, p. 3), uma vez que:

Sem um Estado efetivo, o desenvolvimento econômico, social e sustentável – é impossível. Reconhece-se cada vez mais que um

Estado efetivo – e não um Estado mínimo – é essencial para o desenvolvimento econômico e social, mais, porém, como um parceiro e facilitador do que como diretor. Os Estados devem complementar os mercados, e não substituí-los. (BANCO MUNDIAL, 1997, p. 18).

Para o Banco Mundial, as estratégias de ação dos reformadores devem ser desdobradas em duas finalidades: a primeira contempla a redefinição das funções do Estado; e a segunda se direciona no fortalecimento institucional para realizá-las.

Segundo consta no RDM, o Estado continua sendo o protagonista do desenvolvimento econômico e social, contudo não como ator direto, mas sim como facilitador, catalisador e parceiro, fator que qualifica suas ações como eficientes.

Cabe ao Estado assumir as demandas de acordo com sua capacidade, por isso o essencial é que priorize a garantia da lei, da ordem e proteção da propriedade privada, bem como a prestação de serviços sociais básicos e a preservação do meio ambiente. Ademais, o mecanismo que aumenta a capacidade do Estado consiste em estimular a sociedade para aceitar uma redefinição de responsabilidades “fazendo com que os cidadãos e as comunidades participem da prestação dos bens coletivos essenciais” (BANCO MUNDIAL, 1997, p. 12).

A nova agenda pauta-se na divulgação de um Estado efetivo que atinja suas finalidades por meio das parcerias com as organizações que compõem a sociedade civil. Agindo desse modo, segundo o Banco Mundial, o Estado se aproxima das necessidades e demandas da população, assim como viabiliza a participação dos cidadãos “nos processos de planejamento, monitoramento e avaliação de programas”, facilitando que cada ator social assuma novas responsabilidades (MELO, 2005, p. 74).

No entanto, conforme consta no relatório, a reforma não contempla apenas o compartilhamento das responsabilidades do Estado com o corpo cívico e com empresas privadas, abrange ainda uma eficiência no modo como as instituições públicas prestam os serviços ao cidadão, aqui entendido como o cliente.

A renovação das instituições públicas é assimilada com a inclusão da concorrência em seu cerne, devendo ser introduzida em várias áreas, como “na contratação, promoção, na formulação de políticas e na maneira de prestar serviços”

(BANCO MUNDIAL, 1997, p. 18), inclusive entre os sistemas educacionais, mediante a proposta de vales educacionais sob a alegação de ser uma estratégia que estimula a competição entre as escolas públicas e privadas, gerando, assim, serviços com maior qualidade e custo reduzido:

O sistema de vales pode aumentar o âmbito da concorrência nos serviços de educação. Os estudantes recebem vales lastreados pelo erário público, mas resgatáveis em qualquer escola, pública ou particular. Permitir que os pais selecionem a escola a ser frequentada por seus filhos induzirá as escolas a competir por alunos. (BANCO MUNDIAL, 1997, p. 94).

Tais recomendações relacionadas a reformar a esfera estatal, no sentido de tornar o aparelho do Estado mais próximo do modelo empresarial, denotam que “estamos lidando não com uma ‘mercantilização sorrateira’, mas com uma expansão da racionalidade de mercado a toda a existência por meio da generalização da forma empresarial” (DARDOT; LAVAL, 2014, p. 24).

Esse novo estilo de governar espelhado no formato empresarial não inibe a ação estatal, até porque, como já afirmou o Banco Mundial, sem essa não é possível dar continuidade aos mecanismos que mantêm o capitalismo, mas a redefine, o que significa que o Estado passa a “exercer seu poder de forma mais indireta, orientando tanto quanto possível, ao mesmo tempo, os códigos, as normas e os padrões definidos por agentes privados” (DARDOT; LAVAL, 2014, p. 273).

Em documento recente, intitulado “Competências para o Emprego: uma agenda para a juventude”, o Banco Mundial (2017) além de confirmar sua visão sobre a funcionalidade do Estado, contempla ainda os direcionamentos para a educação escolar, demonstrando que essa deve ser submetida aos ditames do mercado de trabalho.

De forma audaciosa, o Banco afirma que os sistemas educacionais devem se adequar a fim de formarem sujeitos para a empregabilidade e aumento da produtividade no trabalho. Por isso, não basta que somente os jovens sejam qualificados com as competências outrora exigidas, quais sejam as cognitivas, mas também é necessário incluir a criança desde a mais tenra idade, pois tal período é considerado como o ideal para aprender as competências socioemocionais que vêm sendo requisitadas pelas empresas.

Para o Banco Mundial, o problema da educação no Brasil não se refere aos poucos recursos investidos, pelo contrário, a crítica recai sobre o tipo de aprendizagem ofertada, a qual é orientada pelo slogan “saber como fazer” ao invés de “saber fazer”. Nesse sentido, em tal documento contém a diferença entre conhecimento e competências, alegando que o sistema educacional deve priorizar uma formação que privilegie “o domínio de uma ampla gama de competências que ajudarão a mitigar os desafios lançados por nosso mutável contexto mundial” (Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial 2018 *apud* BANCO MUNDIAL, 2017, p. 9).

O relatório é finalizado com o Banco Mundial (2017, p. 34) orientando o governo brasileiro a implantar programas voltados para o desenvolvimento de competências e emprego, enaltecendo uma formação empreendedora por meio da qual os empregadores são convidados a auxiliar na elaboração dos conteúdos curriculares, bem como na capacitação dos professores que atuarem em tais programas.

Pelo exposto, é possível observar que os organismos internacionais elencados são porta-vozes das diretrizes, valores e estratégias burguesas para a educação, contribuindo para a submissão dessa aos desígnios do mundo dos negócios, bem como na conformação dos cidadãos para incorporar como seus os problemas acarretados pelo capital globalizado chefiado pelo bloco financeiro.

A partir desses parâmetros, as políticas educacionais vêm sendo fundamentadas na teoria do capital humano renovado “da qual emergem as noções de sociedade do conhecimento, qualidade total, pedagogia das competências, empregabilidade e empreendedorismo” (FRIGOTTO, 2011 *apud* SOUZA, 2013, p. 5).

Essas concepções foram assimiladas com o discurso de uma nova gestão pública, cujas orientações se desdobram em um Estado catalisador que busca se fortalecer por meio das parcerias com as empresas e organizações que compõem a sociedade civil. A nova gestão pública também modifica a forma e valores que regulamentam as instituições públicas, visto que passam a adotar os preceitos empresariais sob a justificativa de gerar eficiência no serviço prestado. As promessas realizadas pelos organismos internacionais para os países de capitalismo periférico, especialmente os da América Latina, é que a adoção de tais imperativos promoverá um Estado forte que nutre os mercados nacionais para se expandirem e

se fortalecerem na economia global, bem como reduzem os custos estatais com os serviços sociais, ao mesmo tempo em que esses não deixam de ser prestados. E o principal, tais orientações devem ser seguidas para não comprometer o compromisso do Estado com o pagamento das dívidas interna e externa.

A partir de tais preposições, o setor privado, principalmente os que compõem o terceiro setor, ganharam protagonismo como os que possuem condições para solucionar a incapacidade de um Estado obeso e que não consegue prestar as atividades que são de sua alçada, as quais promovem o desenvolvimento e crescimento econômico. Nessa conjuntura, organizações que compõem a sociedade civil com caráter classista entram em cena por meio da prestação de serviços educacionais e formulações de políticas públicas, a depender do contexto de implantação. Como exemplo, elencamos o SEBRAE que será a temática da próxima seção que compõe esse capítulo.

6.2 ATUAÇÃO DO SEBRAE COMO DIFUSOR DA TERCEIRA VIA NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

A reforma estatal na década de 90 promovida por FHC, em sintonia com as recomendações dos organismos internacionais, efetivaram no Brasil uma nova gestão pública, assentada no que se denominou de gerencialismo⁵⁴ que, segundo os reformadores, traria eficiência, transparência e aumento da capacidade dos governos de realizar suas funções essenciais, porém, sem aumentar os investimentos na área social.

Essa instrução contempla a concepção de governança, tendo por principal promotor o Banco Mundial, passando a disseminar tal conceito, notadamente, a partir de 1992 pela elaboração do documento *Governance and Development*, no qual define a governança como “o exercício da autoridade, controle, administração, poder de governo”, isto é, “a maneira pela qual o poder é exercido na administração dos recursos sociais e econômicos de um país visando o desenvolvimento”. Implica, ainda, “a capacidade dos governos de planejar, formular

⁵⁴ “A perspectiva de gestão gerencial se relaciona à ideia de Nova Gestão Pública (NGP) que, tendo o intuito de superar a gestão burocrática weberiana, considerada ineficaz, adota princípios e práticas típicas de empresas no interior da máquina pública, como resposta às direções pós-crise de 1970”. (CÓSSIO; SCHERER, 2019, p. 7).

e implementar políticas e cumprir funções” (BANCO MUNDIAL, 1992, p. 400 *apud* GONÇALVES, 2005, p. 1-2).

O principal desdobramento de tal concepção é a ideia difundida pelo Banco Mundial, no qual modifica suas prescrições após o Consenso de Washington, afirmando que o Estado não deve ser máximo e nem mínimo, e sim forte. Para o Banco, um Estado forte não é aquele que toma para si a execução dos serviços sociais, mas que descentraliza tais atividades para as organizações da sociedade civil, promovendo o protagonismo local e angariando os benefícios provocados pela lógica de mercado, visto que tais organizações são privadas e, portanto, têm em seu seio as virtudes empresariais, sem por isso visar apenas ao lucro, pelo contrário, o bem coletivo. Esse é um dos exemplos de promoção da governança, há também a privatização direta, caracterizada como a transferência total do que é público para o mercado.

Em face de tais diretrizes, é redesenhada a forma pela qual o Estado se relaciona com a sociedade civil, cuja expressão dessa relação incide na articulação público-privado para formulação e execução das políticas públicas. A parceria público-privado é uma sutileza retórica para o processo de privatização da educação sob o mantra do neoliberalismo de Terceira Via, dito de outro modo, ocorre a “mercandificação da educação pública”, envolvendo diferentes atores privados na disputa por fundos públicos para promover o projeto de sociabilidade no qual são vinculados (PERONI, 2018, p. 212).

Nesse contexto, o terceiro setor, “como membro privado não lucrativo, constitui-se como uma organização da sociedade e ganha espaço para atuar junto ao Estado na prestação de serviços ligados aos mais diversos setores”, destacando-se o da educação, interferindo na redefinição da prestação de tal atividade e nos conteúdos pedagógicos (CÓSSIO; SCHERER, 2019, p. 7).

Sua funcionalidade vai além da aparente desoneração do Estado pelos encargos com o social, até porque tais organizações recebem incentivos públicos. A expansão do terceiro setor com claro viés ideológico é favorável aos interesses burgueses, visto que transmite valores relacionados à conformação do trabalhador para aceitar as reformas que sucumbem aos direitos outrora conquistados, os quais passam a ser vistos como privilégios. Além disso, atuam na formação do sujeito para adquirirem competências, habilidades e subjetividades que perpetuem o projeto burguês para o século XXI.

Decorrente disso, citamos três entidades que compõem o terceiro setor, as quais foram fundadas pela influência expressa da organização representante dos interesses da fração industrial no Brasil com o propósito de adequar a formação dos trabalhadores com a finalidade da burguesia.

A CNI, entidade que representa a fração burguesa desde sua fundação, vem atuando na educação da força de trabalho conforme as demandas do setor industrial. Nessa direção, um dos resultados mais expressivos da ação política da CNI em direção ao objetivo de educação dos trabalhadores envolve a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e Serviço Social da Indústria (SESI), nos anos de 1940 que fazem parte do sistema S⁵⁵. A atuação dessas organizações tinha um claro objetivo, difundir “conhecimentos técnicos, hábitos comportamentais e normas exigidas pelo paradigma taylorista-fordista” atuando na conformação dos trabalhadores de acordo com os padrões morais e de trabalho na época (CÓSSIO; SCHERER, 2019, p. 8).

A terceira entidade é o SEBRAE, fundado em 1972, inicialmente vinculado à administração pública, fato que perdurou até 1990, ano em que essa entidade se transformou em um serviço social autônomo, integrando a rede de entidades do Sistema S. De acordo, com o estatuto social da instituição:

O SEBRAE tem por objetivo fomentar o desenvolvimento sustentável, a competitividade e o aperfeiçoamento técnico das microempresas e das empresas de pequeno porte industriais, comerciais, agrícolas e de serviços, notadamente nos campos da economia, administração, finanças e legislação; da facilitação do acesso ao crédito; da capitalização e fortalecimento do mercado secundário de títulos de capitalização daquelas empresas; da ciência da tecnologia e meio ambiente; da capacitação gerencial e da assistência social, em consonância com as políticas nacionais de desenvolvimento. (SEBRAE, 2020a, p. 5).

Diante disso, observa-se que o SEBRAE tem como objetivo principal fornecer o suporte necessário para a abertura e funcionamento das micro e pequenas empresas, de modo a contribuir com a construção de um país mais

⁵⁵ Sistema S é o “termo que define o conjunto de organizações das entidades corporativas voltadas para o treinamento profissional, assistência social, consultoria, pesquisa e assistência técnica, que além de terem seu nome iniciado com a letra S, têm raízes comuns e características organizacionais similares” (BRASIL, s/d *apud* CASTRO, 2019, p. 19). Além do SEBRAE, o sistema S abrange o Serviço Social da Indústria (Sesi), Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio (Senac), Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar), Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop) e Serviço Social de Transporte (Sest).

competitivo e sustentável.

Em sua página eletrônica⁵⁶, a entidade esclarece que é fruto da alta cúpula do setor empresarial brasileiro e do Estado, “que se associaram para criá-la e cooperam na busca de objetivos comuns”. Portanto, constitui-se como uma entidade empresarial “voltada para atender ao segmento privado, embora desempenhe função pública e tenha sempre em consideração as necessidades do desenvolvimento econômico e social do País” (SEBRAE, 2020a, p. 3).

Por meio do dispositivo legal estabelecido no art. 8º, § 3º da Lei nº 8.029, de 1990, é assegurado o repasse de recursos públicos ao SEBRAE que ocorre por meio do cálculo “sobre a folha de pagamento das empresas através de uma alíquota que é ‘variável no intervalo de 0,3% a 0,6%’”. Constitui ainda como fonte de arrecadação: as subvenções e auxílios financeiros; o produto da prestação dos seus serviços; doações recebidas, entre outras mais (BRASIL, *s/d apud* CASTRO, 2019, p. 43).

Apesar de o SEBRAE declarar em sua página eletrônica que a maior parte de seus recursos é proveniente do repasse das maiores empresas do país, Castro (2019, p. 41) esclarece que o dispêndio de tal instituição é de fato do fundo público, já que “os empresários pagam impostos ao Estado e parte de tais impostos são repassados ao Sistema S. A rigor, o imposto ao ser recolhido ao fundo público se converte em dinheiro público”. Logo, quem financia as atividades do Sistema S é o Estado.

Nessa direção, as ações do SEBRAE não ocorrem de forma isolada, mas em decorrência do movimento do capital, visto que tal entidade visa atender aos interesses da classe empresarial. Os documentos produzidos por tal entidade, a fim de educar os trabalhadores, são associados com as exigências da teoria do capital humano, contemplando a formação de competências necessárias para o desenvolvimento econômico, pois, para o SEBRAE, “a educação interessa é porque dá lucro”. (SEBRAE, 1995, p. 129 *apud* DIAS, 2019, p. 319).

Decorrente desse movimento, no ano de 1999, o SEBRAE “iniciou um processo de reposicionamento institucional, quando definiu novas diretrizes para um direcionamento estratégico e inovador”. Foi o período em que passou a se constituir como uma das entidades referências na difusão da cultura empreendedora no país.

⁵⁶ Ver mais em: <<https://www.sebraepr.com.br/artigos/sobre-o-sebrae>>.

(LIBERATO, 2007, p. 2).

O contexto em que o empreendedorismo se tornou o carro chefe do SEBRAE coincide com um cenário de alinhamento da força de trabalho aos parâmetros toyotista, altas taxas de desemprego, desregulamentação trabalhista e de perdas de direitos sociais por meio da reforma estatal na década de 90, que enfraqueceu a figura do Estado como provedor direto de tais atividades.

Ao mesmo tempo, as organizações internacionais se validavam do ideário da Terceira Via, afirmando que a saída para a pobreza e o desemprego está na capacitação e inclusão do sujeito em formas de emprego alternativo, que nada tem a ver com o sistema formal de trabalho, dito de outro modo, o cidadão precisaria utilizar meios criativos e inovadores para conseguir sobreviver. Diante disso, o SEBRAE apresenta “a educação para o empreendedorismo como novidade e saída para a crise do mundo do trabalho, particularmente do desemprego”. Nesse sentido, essa entidade “passou a desenvolver diversos projetos de educação para o empreendedorismo, conforme descritos por Dias (2006), como estratégia de formação de um trabalhador de novo tipo: o trabalhador/empreendedor” (*apud* DIAS, 2019, p. 234).

A atuação do SEBRAE em consonância com os determinantes burgueses não se limita na adoção da concepção empreendedora para inculcar no cidadão que a causa precária em que se encontra é em decorrência da ausência de habilidades e capacidades empreendedoras. Contempla ainda, a parceria do SEBRAE com o Instituto Ethos na difusão da ideologia de responsabilidade social para as empresas de pequeno porte.

Como expressão dessa relação, são formulados e difundidos documentos para educar os micros e pequenos empresários que são atendidos pelo SEBRAE. Como exemplo, destacamos o documento “Responsabilidade Empresarial para Micro e Pequenas Empresas: passo a passo” de 2003. Nesse documento, defende-se a adoção da responsabilidade social como forma de aumentar a venda dos produtos, isto é, como um mecanismo de elevação da taxa de lucro. Segundo tais entidades:

[...] ao assumirem uma postura comprometida com a Responsabilidade Social Empresarial, micro e pequenos empreendedores tornam-se agentes de uma profunda mudança

cultural, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e solidária. (SEBRAE; ETHOS, 2003, p. 4).

Sabemos que a solidariedade referenciada pelo Ethos e pelo SEBRAE é concernente às novas formas de dominação da classe burguesa, num cenário em que as forças destrutivas do capital se expandem cada vez mais. Por isso, a solidariedade é no sentido de formar cidadãos para atenuar os efeitos destrutivos da exploração e “difundir um determinado conformismo nas massas populares”, a fim de que seja enfraquecida a consciência do sujeito como pertencente à classe trabalhadora e fortalecida a ideia de pertencimento a uma aldeia global em que não há classe, mas grupos sociais com diferentes concepções de mundo. (LEHER, 2010, p. 17).

Posto isso, concordamos com a afirmação de Dias (2019) de que o SEBRAE tem atuado como um aparelho privado de hegemonia, valendo-se de instrumentos disciplinadores “para assegurar as mudanças de consciência e de comportamento das massas trabalhadoras”, notadamente a partir do fornecimento de cursos e projetos no sentido de disseminar uma cultura empreendedora em diálogo com os determinados do capital internacional. (MARTINS, 2009, p. 176).

A novidade é que o SEBRAE, atualmente, não se limita a realizar as ações educativas apenas na estrutura física de sua posse, mas utiliza as instituições públicas para reproduzir os valores classistas desde a mais tenra idade até a educação superior, promovendo atividades educativas que não envolvem somente a educação técnica, contudo, contempla também a educação moral, cívica e política para a conformação da exploração e aceitação das condições deletérias do capitalismo em sua fase atual.

Por isso, o SEBRAE vem conduzindo programas dirigidos à educação básica, como é o caso do Programa Jovens Empreendedores Primeiros Passos (JEPP), lançado inicialmente em São Paulo, tomando novas dimensões a partir de 2011, ano em que se expande para todo o território nacional, fazendo parte das escolas municipais de Londrina em 2016.

6.3 EDUCAÇÃO E EMPREENDEDORISMO: UMA ANÁLISE A PARTIR DO PROGRAMA JOVENS EMPREENDEDORES PRIMEIROS PASSOS EM LONDRINA

Antes de adentrarmos nas especificidades do Programa Jovens Empreendedores Primeiros Passos (JEPP), implementado nas escolas municipais de Londrina desde o ano de 2016, é necessária a compreensão de que esse Projeto se insere no bojo das mudanças que envolvem o capitalismo contemporâneo que vêm sendo discutidas nessa dissertação.

De forma específica, elencaremos dois fenômenos que fazem parte das táticas de dominação burguesa e reprodução ampliada do capital, ancorados numa sociabilidade em que o capitalismo se apresenta com face humanitária. O primeiro diz respeito à consolidação de parcerias entre as instituições públicas e as privadas, que ganharam força e amparo jurídico mediante a reforma estatal, iniciada nos anos 1990. O segundo se relaciona com a formação de uma nova subjetividade pautada na racionalidade neoliberal, a qual tem como primazia “a generalização da concorrência como norma de conduta e da empresa como modelo de subjetivação”. (DARDOT; LAVAL, 2014, p. 15).

Conforme descreve Dardot e Laval (2014, p. 323), a sociedade neoliberal não descarta os mecanismos de coerção para manter as condições que possibilitam o funcionamento do capitalismo, no entanto, os métodos coercitivos são processados com táticas de formação de um cidadão associado à figura da empresa, descrito como “sujeito empresarial”, “cuja subjetividade deve estar inteiramente envolvida na atividade que se exige que ele cumpra”.

Esse sujeito se envolve, de tal forma, com a empresa em que trabalha que não percebe a exploração pelo outro. Seus interesses são mesclados com os da empresa, é como se o desejo pela eficácia e empenho constante em dar o melhor de si viesse do seu interior. Tal fenômeno é referenciado em Lacan quando afirma que “o desejo do sujeito é o desejo do outro” (*apud* DARDOT; LAVAL, 2014, p. 322).

Dardot e Laval (2014, p. 323) definem a situação acima como o resultado da racionalidade neoliberal, a qual produz no indivíduo as vicissitudes do mercado, passando a ser incorporadas como componentes de sua personalidade. Os principais valores mercadológicos disseminados são competição, eficiência e responsabilização, como se o sujeito fosse “uma entidade de competição e que, por isso, deve maximizar seus resultados, expondo-se a riscos e assumindo inteira responsabilidade por eventuais fracassos”.

A projeção de si como uma empresa constitui um modo de governar-se em diálogo com os valores e princípios necessários para perpetuar uma lógica em que o capitalismo é triunfante, não existindo divisões de classes, nem exploração, pois todos têm o domínio sobre suas vidas, tipificados como empresários, portadores de um capital, quer seja esse uma empresa, maquinário, dinheiro ou seu próprio intelecto, braços e pernas que nessa sociedade são definidos como mercadoria.

Nesse sentido, a relação entre o trabalhador e os empresários é concebida como uma relação entre iguais. Ambos são conceituados como empresas buscando vantagens pessoais no reino do mercado. No caso do trabalhador, “como empresa de si mesmo”, este deve buscar a autovalorização por meio de cursos e capacitações, a fim de expandir o seu capital, já que todos são proprietários, sendo o trabalhador portador do capital humano.

Esse novo tipo de homem é também conhecido como o empreendedor, o qual é apto para “suportar as novas condições que lhe são impostas, enquanto por seu próprio comportamento contribuem para tornar essas condições cada vez mais duras e mais perenes” (DARDOT; LAVAL, 2014, p. 324). Portanto, o sujeito empreendedor é dotado de comportamentos, habilidades e valores que viabilizam a sua exploração, destituição de direitos outrora conquistados, adestramento de seu corpo e uma gestão de sua mente por parte da burguesia para manter-se como classe dominante e dirigente.

Esse movimento, que tem como primazia uma formação dirigida pelo mercado, contempla todas as atividades sociais, no sentido de expandir os valores empresariais para as instâncias da sociedade. Nesse sentido, a gestão empresarial, disseminada como um modelo a ser efetuado nas esferas públicas, é o que dá suporte para ampliar a formação de empreendedores, visto que tal estilo de governar redefine a atuação do aparelho estatal com os atores privados, de modo a incorporar nas instituições públicas os “códigos, as normas e os padrões definidos por agentes privados”. (DARDOT; LAVAL, 2014, p. 284).

Isto, porque a “racionalidade empresarial apresenta a vantagem incomparável de unir todas as relações de poder na trama de um mesmo discurso”. Dessa forma, o léxico do mundo dos negócios tem a capacidade de unificar os “diferentes regimes de existência”, o que explica a adoção, por parte dos governos, do modelo de empresa como um formato a ser seguido em toda a aparelhagem

estatal. Por isso, são elaboradas políticas públicas que enaltecem e reproduzem o padrão empresarial nas instâncias estatais, como é o caso da escola, considerada um importante *lócus* para se aprender a cultura da empresa, o espírito do empreendedorismo, e outros modos de ser do capitalismo. (DARDOT; LAVAL, 2014, p. 326).

Esse quadro deve ser compreendido associado às mudanças que ocorreram no cenário internacional após a década de 1970, que foi marcada pela crise identificada como a do petróleo, a qual serviu para justificar as reformas do capital em curso. Nesse período, vivenciamos a fase do capital mundializado em que são intensificadas as condições deletérias para o trabalhador, graças as mudanças da organização produtiva e o desmonte do Estado de Bem-Estar Social, considerado o culpado pela crise. (CHESNAIS, 1995).

Essa fase do capital é também identificada como acumulação flexível em decorrência das mudanças ocorridas no mundo produtivo advindas com a gestão toyotista. A grande novidade é que a produção passa a ser realizada conforme a demanda e não mais concentrada em um só local. Entra em cena o movimento de terceirização, o qual é útil tanto para aumentar a lucratividade como para dispersar a força de trabalho, evitando uma possível organização dos trabalhadores com vista à formação de uma consciência histórica de classe.

Conforme destacado por Harvey (2005), “as grandes empresas passam a não mais realizar todas as tarefas necessárias à produção de sua mercadoria”, terceirizando tal produção para empresas geralmente de pequeno porte, “ficando a grande empresa por conta da parte principal das tarefas de produção, ou seja, elas agora procuram focalizar as tarefas mais rentáveis, deixando o restante para outras empresas”. (*apud* DIAS, 2019, p. 101).

Isso, somado às múltiplas funções que um único trabalhador passa a abarcar, de imediato produz um enxugamento na força de trabalho necessária para a realização das atividades dispensadas. O resultado de tais mudanças é o desemprego em massa, que se torna “uma característica estrutural do desenvolvimento capitalista nesta fase mundializada do capital”. (MELO, 2003, p. 134).

O processo de terceirização não se restringe a certa localidade, ocorrendo então em nível mundial. A economia mundializada possibilita tornar os países de capitalismo periférico em “terceirizados de produção e serviços”, enquanto

os países de potência mundial centralizam cada vez mais o capital, descentralizando apenas as suas operações. Por isso, pretende-se impor as prescrições sobre educação dos organismos internacionais para as escolas, visto que tal instituição é estratégica para a formação do tipo de intelectual exigido pela burguesia. (MELO, 2003, p. 126).

Nesse momento histórico, ocorre um crescente avanço na tecnologia e na ciência, as quais “constituem-se, por excelência, no núcleo fundamental do desenvolvimento das forças produtivas” (FRIGOTTO, 2006, p. 239), eventos esses que possibilitam caracterizar a sociedade atual como a do conhecimento, na qual a educação é considerada a força motriz para o desenvolvimento econômico.

Posto tais acontecimentos, Giddens (1996) presume que estamos vivendo em um mundo de perturbação e incerteza, no qual as tradições – até então utilizadas para manter a ordem – são modificadas em diálogo com os sujeitos qualificados pelo autor como reflexivos e questionadores.

Nessa ordem, denominada como destradicionalizada, o sujeito deve ter autonomia para agir com criatividade, disposto a atender os constantes desafios e riscos do mundo globalizado. Para tal, deve ser superado o formato de Estado baseado no *Welfare State*, considerado “cada vez mais supérfluo, frente à globalização integradora” e aos novos papéis exigidos para cada cidadão. Desse modo, ocorre um verdadeiro desmonte dos direitos sociais, deixando o trabalhador à mercê de sua própria sorte. (MELO, 2003, p. 128).

No entanto, as mudanças de intensificação da exploração, somente são consolidadas se forem asseguradas novas bases intelectuais, éticas e morais do trabalhador do novo tipo que aceita como natural as crueldades geradas pelo capitalismo contemporâneo. Para tal, é atribuída à educação escolar a missão de adotar pedagogias que contemplem uma gama de conceitos direcionados a formar um cidadão participativo, colaborativo e empreendedor, envolvido com problemas sociais que não possuem um viés classista, pelo menos da forma como são apresentados.

É a partir desse contexto que a temática do empreendedorismo se torna conveniente para a burguesia sob diferentes ângulos, cujo objetivo derradeiro é “conformar técnica e eticamente as massas populares à sociabilidade burguesa” (NEVES, 2005, p. 26).

O empreendedor se apresenta, na atualidade, como o remédio para

combater as altas taxas de desemprego e a extrema pobreza. A solução consiste em mudar a conduta, hábitos e dotar o sujeito de certos conhecimentos, habilidades e capacidades, visando empreender meios alternativos para ganhar o seu sustento. Assim, o empreendedorismo se constitui como uma ideologia burguesa que busca propor saídas estratégicas para o contexto de desemprego estrutural.

O termo empreendedorismo não é atual, apesar de possuir grande circulação, é uma concepção construída historicamente tendo sua raiz semântica no pensamento econômico liberal. O século XVIII remonta às primeiras aparições desse termo pela teoria econômica clássica. Em geral, sua acepção é associada ao empresário, cujo significado se destoa naquele “que por si mesmo toma a iniciativa de alguma empresa ou negócio, no sentido de uma ação”. Fazendo referência também “a disposição de um ator para assumir riscos nos negócios econômicos e sua atitude para enfrentar a incerteza e derivar, portanto, os lucros futuros, rendimentos ou retornos dos investimentos realizados”. (PUELLO-SOCORRÁS, 2008, p. 84).

O debate teórico-conceitual a respeito do empreendedorismo abrange intelectuais de diversas áreas do saber. No campo econômico, o pioneiro a abordar essa temática foi Richard Cantillon, por meio do livro “O Ensaio sobre a Natureza do Comércio em Geral”, publicado no século XVIII, muito embora a terminologia em francês *entrepreneur* fosse utilizada “antes de Cantillon associado à compreensão de criar algo por conta própria, para o seu benefício”. (CORNELIO FILHO, 2003 *apud* COAN, 2011, p. 67).

De acordo com Cantillon, o empreendedor é assimilado com o empresário⁵⁷, que vive correndo riscos para alcançar lucros. Segundo o economista, o mercado é dinâmico e repleto de incertezas, por isso o empreendedor deve estar ciente que nesse jogo pode ganhar ou perder, caso “for mal sucedido, poderá passar necessidades e até ir à falência”. (COAN, 2011, p. 70).

Outro autor que é referenciado na economia por ter se debruçado sobre o empreendedorismo é Joseph Alois Schumpeter, que renova os alicerces

⁵⁷ Registra-se “que na configuração social descrita por Cantillon, o empresário, seja ele o arrendatário, o comerciante, lojista, mestre de ofícios, entre outros, não ocupa lugar de destaque na hierarquia social. Os príncipes, os proprietários de grandes quantias de terras são os que estão no topo. Como bem ressalta no final do capítulo XII ‘É a privação do necessário que leva a subsistir, num país, os arrendatários, todo tipo de artesãos, os mercadores, os oficiais, os soldados, os marinheiros, os criados e todas as outras ordens que nele encontram ocupação. Toda gente que trabalha serve apenas ao príncipe e aos proprietários’”. (CANTILLON, 2002, p. 43 *apud* COAN, 2011, p. 70).

teóricos sobre a concepção de empreender no século XX. De acordo com o economista austríaco, o empreendedor é:

[...] o produtor que, via de regra, inicia a mudança econômica, e os consumidores, se necessário, são por ele 'educador'; eles são, por assim dizer, ensinados a desejar novas coisas, ou coisas que diferem de alguma forma daquelas que têm o hábito de consumir. (SCHUMPETER, 1997, p. 76 *apud* VALENTIM; PERUZZO, 2017, p. 104).

Desse modo, a atividade empreendedora consiste em inovar constantemente com produções que atendam ao desejo do consumidor, que por sua vez, tem seus gostos e comportamentos modificados para ser um sujeito insaciável, sempre à procura por novos produtos. Esse processo é qualificado por Schumpeter (1997) como a “destruição criadora”, na qual há substituição de antigos produtos e hábitos de consumos por novos”, movimento caracterizado como o alicerce por meio do qual a sociedade capitalista se desenvolve economicamente.

A partir dessa perspectiva, o empreendedor, portanto, é um agente de inovações, comprometido com a criação de novas mercadorias, responsável pela:

1) Introdução de um novo bem – ou seja, um bem com que os consumidores ainda não estejam familiarizados – ou de uma nova qualidade de um bem. 2) Introdução de um novo método de produção, ou seja, um método que ainda não tenha sido testado pela experiência no ramo próprio da indústria de transformação, que de modo algum precisa ser baseado na descoberta cientificamente nova, e pode consistir também em nova maneira de manejar comercialmente uma mercadoria. 3) Abertura de um novo mercado, ou seja, de um mercado em que o ramo particular da indústria de transformação do país em questão não tenha ainda entrado, quer esse mercado tenha existido antes, quer não. 4) Conquista de uma nova fonte de oferta de matérias-primas ou de bens semimanufaturados, mais uma vez, independentemente do fato de que essa fonte já existia ou teve que ser criada. 5) Estabelecimento de uma nova organização de qualquer indústria, como a criação de uma posição de monopólio (por exemplo, pela trustificação) ou a fragmentação de uma posição de monopólio. (SCHUMPETER, 1997, p. 76 *apud* VALENTIM; PERUZZO, 2017, p. 105).

Para Schumpeter (1997), o empresário, o qual é movido pelo ato de empreender, impulsionador de coisas novas, não é assimilado com a figura de capitalista. Enquanto o primeiro é dotado de aptidões que trazem inovações em sentido lato, tanto em métodos de gestão, produção como na criação de novos

produtos, o segundo é aquele que detém os meios de produção, o financiador, que corre risco no lugar dos empresários, os quais dificilmente utilizam recursos próprios para consolidar seus projetos.

Sob o prisma de uma análise subjetivista, o autor sinaliza que “os comportamentos e aptidões orientados para a realização de novas combinações – o empreendedorismo”, que explica ascensão de uma determinada classe, isto é, o envolvimento com o mundo dos negócios e a capacidade para promover mudanças avassaladoras por meio de inovações é o que possibilita a conquista de grandes fortunas por uma família. (VALENTIM; PERUZZO, 2017, p. 106).

Por outro lado, se a riqueza é resultado de ações subjetivas debitadas ao empenho do cidadão que conseguiu atender satisfatoriamente às necessidades do consumidor ou, se preciso for, criar desejos por certos produtos, no caso da pobreza a culpabilização recai sobre o sujeito que por ser carente de tais aptidões, as quais, segundo o economista “são desigualmente distribuídas, independentemente da questão social”, não conseguiu lograr sucesso na economia de mercado. (VALENTIM; PERUZZO, 2017, p. 110).

Dado o contexto atual, testemunha-se uma reivindicação do empreendedorismo como uma qualidade necessária para o ser humano incorporar em sua subjetividade. A terminologia, apesar de ter sofrido modificações em face ao momento histórico do capitalismo, continua tendo uma funcionalidade ideológica de conservação, velando a luta entre as classes e colocando todos os cidadãos em um mesmo patamar, independentemente de sua posição no mundo produtivo.

A concepção do sujeito como um empreendedor é referenciado em muitas linhas teóricas, dentre as quais o neoliberalismo se destaca como um grande difusor. O viés basilar de tal defesa é tornar o homem dotado de virtudes e habilidades do mundo dos negócios. Para Mises (2015), no capitalismo concorrencial é desenvolvido um modelo de homem universal, conceituado como o empreendedor, cujas qualidades o possibilitam extrair informações do mercado para tirar proveitos da troca realizada. Conforme o neoliberal, o empreendedor desenvolve o espírito “da especulação que mistura risco e previsão”, agindo em situações de incertezas, cujo sucesso depende de sua capacidade de prever e administrar os riscos:

Como todo homem na posição de ator, o empreendedor é sempre

um especulador. Ele prevê agir em função de situações futuras e incertas. Seu sucesso ou seu fracasso dependem da exatidão com que prevê acontecimentos incertos. [...] A única fonte de onde saem os lucros do empreendedor é sua aptidão para prever melhor do que os outros, qual será a demanda dos consumidores. (MISES, 1995, p. 307 *apud* DARDOT; LAVAL, 2014, p. 145).

De acordo com Mises (2015), a melhor escola para formar o sujeito empreendedor é o mercado, “concebido, portanto, como um processo de autoformação do sujeito econômico, um processo subjetivo autoeducador e autodisciplinador, pelo qual o indivíduo aprende a se conduzir”. Esboça-se assim, que o mercado equipara os agentes econômicos para ter condições de competir no capitalismo em busca de vantagens. Por isso, os neoliberais pregam que “não há necessidade de intervenção, porque os indivíduos são os únicos capazes de fazer cálculos a partir das informações que possuem”. (DARDOT; LAVAL, 2014, p. 143).

Desse modo, o homem empreendedor é uma concepção carregada de um viés ideológico associado à corrente liberal e atualizada pelo pensamento austríaco neoliberal para fornecer elementos teóricos que corroboram uma formação do sujeito fundamentada no mercado. A concepção de mercado, juntamente com a de empreendedorismo, é ajustada à contemporaneidade. Portanto, o mercado não é mais visto como um mero espaço de troca, mas de realizações, sonhos, criação e oportunidades. (PUELLO-SOCORRÁS, 2008).

O empreendedor é um novo espírito do capital, combustível para manter o sistema de mercado em funcionamento, tomando novas conotações que são funcionais na fase avançada do capitalismo. O empreendedorismo se ajusta aos parâmetros da sociabilidade burguesa atual, na qual se intenciona lograr o consenso sobre uma suposta superação da dicotomia entre capital e trabalho, conceituando o empreendedor “como um indivíduo que se coloca acima da questão de classe – de ser um trabalhador, ou de ser um capitalista”, de modo a “construir a figura de empresário desvinculado das classes sociais”, como se todo o empreendedor fosse empresário e, por sua vez, não pertencesse à classe capitalista. (VALENTIM; PERUZZO, 2017, p. 110).

Cabe sinalizar que, para Marx, o empresário não está acima e nem distante da classe capitalista, é definido como um sujeito “‘ávido pelos negócios’, que corre em busca da mais-valia, só alcançada sob a exploração da força de trabalho”. Em linhas gerais, sob o prisma marxista, o “empresário se apresenta vinculado à

classe capitalista e seus interesses”, portanto, “tanto o capitalista como o empresário pertencem a uma mesma classe”. (VALENTIM; PERUZZO, 2017, p. 117).

Por isso, o empreendedor não pode ser assimilado apenas com o empresário, conforme escreveu Schumpeter, mas contempla ainda “consultores altamente qualificados, com contratos temporários e/ou por projetos, ou sem contrato algum, chegando até os trabalhadores em atividades precárias como ambulantes, camelôs” (LIMA, 2010, p. 161 *apud* VALENTIM; PERUZZO, 2017, p. 120).

No entanto, os aparelhos privados de hegemonia burguesa vêm atuando na divulgação da história de grandes empresários, que tiveram uma origem humilde, mas por atuarem como empreendedores, conseguiram alcançar um caminho de sucesso, a fim de convencer a população face ao contexto de altas taxas de desemprego que basta empreender novas formas de prover sua renda para ser bem-sucedido.

Essas ações educativas adquirem contornos significativos, considerando o cenário em que não há estabilidade e nem garantias trabalhistas, postos de trabalho são reduzidos, ocorre o desmonte dos direitos sociais, prevalecendo um quadro de incertezas e instabilidade. A solução proposta é a assunção pessoal dos riscos, por meio da criatividade e autonomia para solucionar problemas considerados como individuais.

Com isso, tem-se a expansão de pequenos empreendedores e microempreendedores individuais, sob a ilusão de alcançar sucesso, liberdade e autonomia, já que não precisará seguir ordens, pois será o patrão. Este fato não se valida, pois sob o ponto de vista marxista, tais empreendedores continuam a pertencer à classe trabalhadora, “uma vez que no processo de acumulação sua produção é subordinada/expropriada pelo grande capital”. (VALENTIM; PERUZZO, 2017, p. 120).

Não obstante, o empreendedor não é somente aquele que abre o seu negócio, é uma ideologia que molda a maneira de ser e o comportamento dos trabalhadores assalariados. Dessa monta, o empreendedor que atua dentro de uma corporação, fábrica ou setor público é tipificado por Dias (2019, p. 108) como o intraempreendedor, o qual deve ser conduzido a “pensar como se fosse o dono’, passando a ter responsabilidades de um empreendedor, mas não os ganhos que ele tem”.

No Brasil, o SEBRAE, vem atuando como um aparelho privado de hegemonia, educando o trabalhador conforme os referenciais empreendedores, promovendo a cultura empreendedora em diferentes espaços, dentre os quais, a educação escolar vem sendo requerida “para desempenhar um papel determinante na difusão desse novo modelo de homem genérico”. (DARDOT; LAVAL, 2014, p. 152).

As atividades que envolvem o empreendedorismo nas escolas ocorrem de modos variados, “vão desde o oferecimento de uma educação de uma disciplina de empreendedorismo, palestras, oficinas até o desenvolvimento de projetos práticos”. (COAN, 2011, p. 152).

Em se tratando do município de Londrina, o desenvolvimento das competências empreendedoras nos alunos é materializado por intermédio do Programa Jovens Empreendedores Primeiros Passos (JEPP), do SEBRAE, ofertado para as escolas de ensino fundamental I, da rede pública de ensino, considerando o quinto pilar da educação “aprender a empreender” como um guia para formar as futuras gerações desde a mais tenra idade.

6.4 CARACTERIZAÇÃO DO PROGRAMA JOVENS EMPREENDEDORES PRIMEIROS PASSOS EM LONDRINA

A partir dos anos 90, conforme já redigido anteriormente nessa dissertação, ocorre um esvaziamento do caráter público das instituições outrora consideradas como públicas. Esse movimento é viabilizado com a disseminação de que o Estado não serve para atuar diretamente na prestação das atividades sociais. Por outro lado, o mercado é concebido como o detentor da eficiência, qualidade e baixo custo, mas por ter uma essência pautada na busca desenfreada por lucros, deve se limitar a determinadas áreas. Com isso, disseminam-se ideias de unir esses dois campos numa espécie de público não-estatal, popularmente identificado como o terceiro setor, preservando a eficiência a custo reduzido.

Essa retórica passa a ser adotada por forças sociais a favor da privatização, adquirindo capilaridade no seio estatal por meio de apoio legal e financeiro, promovendo a extensão do terceiro setor, como parceiro na prestação da

educação, seja de forma direta ou por meio da elaboração de materiais pedagógicos, que é caso do SEBRAE. Por isso, Baal e Youdell (2014) utiliza o termo privatizações para se referir as inúmeras formas que o setor privado tem interferido nas escolas públicas para que essas passem a incorporar os interesses do capital. Dessa forma, “a destruição do sistema público se dá paulatinamente pela introdução dos objetivos e processos das organizações empresariais no interior das instituições públicas”. (FREITAS, 2018, p. 55).

Nesse sentido, ocorre uma verdadeira colonização do campo escolar, submetendo tal espaço aos desígnios do mercado. No entanto, a forma como se materializa notadamente em Londrina não suscita desconforto a muitos profissionais comprometidos com a democratização da educação, visto que oculta os reais promotores da cultura empreendedora, utilizando-se da figura de uma entidade aparentemente preocupada com a inserção nas crianças de valores que promovem a autonomia para gerenciar suas vidas, ensinando a sobreviver num mundo onde não há empregos formais para todos. Além disso, essa pseudo-ajuda se apresenta despida de qualquer interesse lucrativo, como se o SEBRAE se voluntariasse para fornecer o Programa e os materiais sem angariar nenhum recurso público, já que no termo firmado com o município de Londrina é expresso que não “haverá transferência de recursos financeiros entre os partícipes para a execução do presente convênio de cooperação técnica, ou seja, não haverá ônus para o município”. (CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA ENTRE O MUNICÍPIO DE LONDRINA E O SEBRAE, 2016, p. 9).

É no esteio desse movimento que o JEPP é disseminado na Educação Básica⁵⁸, denominado pelo SEBRAE (2018) como um produto criado com base no Programa Nacional de Educação Empreendedora (PNEE), que, por sua vez, contemplou mais de 5,5 milhões de estudantes e capacitou 165 mil professores até o momento.

O JEPP começou a ser aplicado no município de São Paulo em 2001 e, a partir de 2002 foi se expandindo para as cidades brasileiras, cujo objetivo

⁵⁸ Em 2016, a Secretaria de Educação do Paraná firmou um termo de cooperação técnica com o SEBRAE “para levar a educação empreendedora a alunos do Ensino Fundamental II e Médio de escolas públicas do Estado”. Esse acordo foi firmado com base na implementação do JEPP nas escolas municipais de Londrina, que desde o início foi vista como excepcional. (OLTRAMARI, 2016b, s/p). A matéria intitulada “Cooperação entre Sebrar/OR e Seed assegura educação empreendedora na rede estadual”, podendo ser lida na íntegra em <[<ASN - Cooperação entre Sebrae/PR e Seed assegura educação empreendedora na rede estadual \(agenciasebrae.com.br\)>](http://ASN - Cooperação entre Sebrae/PR e Seed assegura educação empreendedora na rede estadual (agenciasebrae.com.br))>

é propagar a cultura empreendedora e o espírito empreendedor nas crianças e adolescentes do país:

O JEPP tem apresentado, ao longo de sua existência, excelentes resultados entre os clientes participantes, tanto para o corpo docente, quanto para os alunos. Em função desses resultados, o SEBRAE apresentou interesse em nacionalizá-lo e viabilizar a sua utilização em todos os estados brasileiros, para atingir um número significativamente maior de clientes. (FUNDAMENTOS BÁSICOS DO JEPP, [200-]).

A fim de efetivar os objetivos propostos, a saber: “o desenvolvimento de competências empreendedoras e a possibilidade de inserção sustentada no mundo do trabalho”, o SEBRAE (2018, n. p.) expõe o apoio de seus parceiros, especialmente do TPE, o qual vem produzindo diretrizes para esse campo, que se firmam em políticas educacionais concernentes às demandas da classe empresarial.

Desde fevereiro de 2016, o JEPP vem sendo processado nas oitenta e cinco escolas da rede pública de Londrina que atendem os alunos do 1º ao 5º ano do ensino fundamental. Conforme sinalizado na página eletrônica do SEBRAE, a instituição abre um edital para que as Secretarias Municipais de Educação ou Instituição de Ensino manifestem o seu interesse em atuar com o JEPP e, assim, negociem a parceria com o SEBRAE mais próximo de sua localidade. Para selar o acordo, é assinado um documento entre o SEBRAE e o município requerente intitulado “convênio de cooperação técnica” que, no caso de Londrina, foi formalizado sob a gestão pública de um empresário e renovado pelo prefeito subsequente, sendo validado até 31 de janeiro. (SEBRAE, 2018).

No momento em que se firmou o convênio, segundo informações da página do SEBRAE⁵⁹, estavam presentes o presidente da Associação Comercial e Industrial de Londrina (ACIL), o qual fez a seguinte exclamação: “eu sou empresário e acredito que nosso País precisa disso, de jovens estimulados a empreender”, também a então secretária de educação de Londrina, afirmou que “o Programa envolve os professores da rede pública, que estão ‘apaixonados’ pelo projeto”. (OLTRAMARI, 2016, n. p.)

O documento versa que o objetivo da materialização do Programa é melhorar a qualidade do ensino ofertado pelas escolas municipais através do incentivo a comportamentos empreendedores, “estimulando o protagonismo juvenil e

⁵⁹ ⁵⁹ Para mais informações ver: < [ASN - 30 mil estudantes da rede pública de Londrina são atendidos](#)

a iniciativa futura na busca de possibilidades de inserção no mercado de trabalho por meio de uma postura empreendedora ou da criação de negócios próprios”. (CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA ENTRE O MUNICÍPIO DE LONDRINA E O SEBRAE, 2016, p. 8).

No termo são constatadas ainda, as responsabilidades dos envolvidos, delimitando incumbências para as escolas, professores e o SEBRAE. Em relação às escolas, o compromisso se destoa em assinar “um termo de adesão concordando com as condições do Programa e assumindo as obrigações decorrentes de sua execução”, quais sejam: indicar juntamente com a Secretaria de Educação os professores a serem capacitados pelo SEBRAE, garantindo que somente esses aplicam o JEPP. Além disso, as escolas devem fornecer as salas e materiais necessários para o desenvolvimento do Programa, bem como “fornecer ao SEBRAE/PR, as informações solicitadas nos momentos de avaliação e monitoramento”. (CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA ENTRE O MUNICÍPIO DE LONDRINA E O SEBRAE, 2016, p. 8).

Apesar das expectativas dos envolvidos e das cláusulas pactuadas no termo de adesão ao JEPP, entende-se que existem divergências entre a formulação e a execução de um Programa Educacional, visto que os objetivos dos formuladores nem sempre são os mesmos dos atores comprometidos com aplicação do Programa, pois os responsáveis pela elaboração o projetam sem calcular todas as variantes possíveis relacionadas com a materialização do mesmo, por outro lado, os agentes sociais que o concretizam, o interpretam de outra forma, colocando-o em prática de acordo com o contexto social e histórico no qual atuam.

No caso específico do JEPP, projetamos entrevistar: a assessora pedagógica da Secretaria Municipal de Educação responsável pelo Programa, dois coordenadores pedagógicos, dois diretores e dois professores que ensinam o empreendedorismo. Entretanto, a pesquisa aconteceu em um cenário pandêmico de Covid-19, causado pelo vírus SARS-CoV-2 que trouxe repercussões e impactos não apenas de ordem biomédica e sim no modo com as interações sociais se formalizavam, bem como na conduta dos trabalhadores envolvidos com a pesquisa na educação escolar. Nessa conjuntura, muitos profissionais da educação

começaram a desenvolver a suas atividades laborais de forma remota, o que causou exaustão em decorrência das inúmeras reuniões via plataforma digital que perduraram para além do horário destinado ao trabalho formal. Com isso, tivemos muitas dificuldades em realizar as entrevistas com os atores envolvidos. Por isso, entrevistamos apenas uma diretora e coordenadora pedagógica e duas professoras. A outra diretora respondeu as perguntas via e-mail.

Conforme a fala dos diretores entrevistados⁶⁰, o JEPP foi aderido pela Secretaria de Educação, sem consultar a equipe gestora da escola a respeito da viabilidade do Programa, fato expresso pela seguinte fala: “não existiu essa consulta, vocês querem? É viável ou não é viável? Chegou já pronto!” (DIRETORA 1). A outra diretora expressou que somente após a assinatura do convênio foram “realizadas reuniões com diretores e coordenadores das escolas municipais para explicação de como seria a implantação do programa” (DIRETORA 2).

No que diz respeito às obrigações legais do SEBRAE, estas se desdobram em: promover a formação para os professores que irão desenvolver a educação empreendedora, fornecer os materiais didáticos do Programa tanto para os professores como aos alunos e monitorar as ações das instituições de ensino mediante reuniões periódicas em companhia com a Secretaria da Educação.

Segundo informações coletadas na página da internet da Prefeitura de Londrina, as unidades escolares desenvolvem, semanalmente, as atividades teóricas e práticas em sala de aula durante o período regular. Em relação ao tempo destinado ao Programa, conforme relato de uma professora entrevista, variava de acordo com a realidade de cada escola, sendo que a média destinada “era de 50 a 60 minutos por semana”. (PROFESSORA 2).

O desenvolvimento das atividades com os alunos é efetuado pelos professores das escolas que aderiram ao Programa e receberam capacitação junto ao SEBRAE. Os professores entrevistados que participaram da capacitação relataram que o curso foi ofertado nas horas destinadas à realização dos planejamentos das aulas (hora atividade) e ministrados pelos técnicos do SEBRAE, os quais, por sua vez, não tinham formação acadêmica na área de licenciatura. Ainda, segundo a entrevistada não há bonificação no salário para os professores que ministram o Programa. (PROFESSORA 1).

⁶⁰ Os entrevistados serão identificados por segmento (coordenador pedagógico, professores e diretores), e dentro destes por numeração (entrevistado 1, 2, 3...).

Essa capacitação, com duração de 28 horas, é firmada com base na metodologia descrita como semiaberta, que possibilita uma possível adaptação em decorrência das peculiaridades local. Todavia, no próprio material didático do JEPP é feita a seguinte declaração: “orientamos não suprimir nenhuma das atividades programadas” (SEBRAE, 2020a, p. 9). A esse respeito, compreendemos que o sistema apostilado torna o trabalho do professor engessado em relação à organização e seleção de conteúdos, buscando reduzir a prática docente a “um trabalho prescrito, comprometendo a função da escola”. (CASTRO, 2019, p. 126).

Conforme consta no livro didático disponibilizado pelo SEBRAE, o professor “é de extrema importância neste curso, porque ele (a) será o(a) mediador(a) entre a visão empreendedora proposta e os alunos”, por isso é necessário que esse profissional “compre a ideia, veja o curso como um empreendimento e, assim, contribua com suas experiências e sua criatividade”. (SEBRAE, 2020a, p. 10). Dessa forma, o JEPP, primeiramente, busca “realizar a assimilação dos professores para transformá-los em agentes da organização da chamada cultura empreendedora”. (CASTRO, 2019, p. 126).

Uma das professoras entrevistadas relatou que a capacitação do SEBRAE possibilitou uma reflexão sobre sua utilidade para a sociedade e a respeito de sua escolha de ser professora, a qual deve ser ponderada pelo amor e não pelo retorno financeiro. Com isso, afirma que: “não era só uma capacitação para aplicar o projeto, contudo foi válido para a minha vida pessoal”:

É por isso que eu gostei muito do projeto e acredito muito no projeto porque realmente tem um momento em que você também reflete sobre a sua vida. Eu estou fazendo aquilo que eu gosto de fazer, aquilo que eu nasci para fazer, não fazer por retorno financeiro. A minha experiência com os cursos de capacitação é nota 10! É ótimo! Excelente. Muito professores viraram empreendedores.
[...] nós também tivemos um momento de produzir né, tivemos que fazer uma produção e sair para a rua para vender então assim a gente vivenciava aquilo que iria aplicar. (PROFESSORA 1).

Em contraposição, a outra professora relata que a forma que o SEBRAE conduz os cursos é bem sedutora: “é um projeto para quem não tenha uma leitura crítica, eu só consigo perceber todas essas relações, porque eu tenho uma formação que as discute” (PROFESSORA 2). A partir dessa afirmação, podemos inferir que o SEBRAE utiliza de retóricas que falam aos corações dos professores,

declarando sua importância para o processo de formação empreendedora. No entanto, as pretensões de tal entidade são converter o professor “em um difusor e organizador do empreendedorismo como princípio de vida e de trabalho para si e para seus alunos, transformando-o em um intelectual orgânico da classe empresarial responsável pela difusão de seu projeto”. (CASTRO, 2019, p. 126).

O SEBRAE determina que os professores a serem habilitados para ministrar o curso predisponham de um perfil que contemple as seguintes características: “iniciativa; atitude positiva e dinamismo; habilidade na comunicação oral; criatividade; habilidade de escuta – saber ouvir; atitude flexível, aberta e receptiva a inovações; predisposição ao novo; capacidade de persuasão e comprometimento”. Nessa perspectiva, pode-se afirmar que tais condutas servem para que as primícias empreendedoras sejam assumidas pelos professores de modo a maquiar suas contradições. (SEBRAE, 2011, p. 5).

Essa preposição coaduna-se com o relato da professora entrevistada, no que concerne às demandas introduzidas por meio do JEPP ao professor. Segundo a entrevistada, “o professor precisa ter uma condição de autocriação e uma organização muito precisa”, tendo em vista que as atividades exigem a confecção constante dos produtos delineados, os quais por sua vez necessitam de materiais que não são disponibilizados pela escola nem pelo SEBRAE. (PROFESSORA 2).

De acordo com os entrevistados, tal falta de materiais é o maior empecilho para o desenvolvimento das oficinas propostas nos livros didáticos do SEBRAE, além da infraestrutura da escola que contribui para o desgaste físico e emocional do professor responsável por aplicar o JEPP, pois o mesmo tem que se envolver constantemente na promoção de eventos organizados pelos próprios alunos, como feirinhas e rifas para angariar fundos que possibilitam comprar os insumos necessários para a elaboração dos produtos delimitados. Em muitos casos, o professor utiliza recursos financeiros próprios, fato que o desmotiva a dar seguimento ao Projeto no ano seguinte. Por isso, “nenhum professor continuou o projeto no outro ano porque é bem puxado”. (COORDENORA PEDAGÓGICA).

Portanto, exige-se que esse profissional vista uma capa de “superprofessor”, pois além de se comprometer com a formação do aluno empreendedor, atua na mobilização de recursos que possibilitem a consolidação do projeto do capital de forma exitosa. Diante disso, concordamos com Evangelista e

Triches (2014, p. 68) quando fazem o seguinte destaque: “contraditoriamente, ao se constituir como superprofessor, ele é constituído como professor-instrumento [...]”, cujo objetivo seria o de transformá-lo em colaborador para “a manutenção da hegemonia burguesa”. Esse tipo de qualificação responsabiliza tal profissional por questões além de sua função.

A conclamação desse tipo de professor é condizente com as orientações dos organismos internacionais, assim como o conteúdo do JEPP, os quais são elaborados em associação aos cinco pilares da educação proposto pela UNESCO, que são descritos pelo SEBRAE como: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver juntos, aprender a ser, e, por fim, aprender a empreender. A justificativa posta é que a educação empreendedora deve incentivar o sujeito a buscar o autoconhecimento, novas aprendizagens e o espírito de coletividade. (SEBRAE, 2020b).

Pelo prescrito, a formação empreendedora leva em consideração “o aprender a aprender”, a qual, por sua vez, “encontra-se articulada à noção de competências, muito divulgada nos últimos tempos”, atribuindo ao sujeito a responsabilidade por seus processos formativos que devem ocorrer ao longo de toda a vida. (COAN, 2014).

No entanto, as entrevistadas em sua maioria não estão cientes da teoria pedagógica que norteia a educação empreendedora, já que ao serem questionadas, a coordenadora pedagógica, diretora 1 e professora 1 responderam que a base conceitual e ideológica do Programa é histórico-crítica, caso contrário “não seria adotado pela Secretaria de Educação”, tendo em vista que tal pedagogia é elencada no Projeto Político da escola, o qual foi construído pela coletividade. (DIRETORA 1).

Essa visão expressa a falta de criticidade e desconhecimento dos profissionais no que se refere à concepção histórico-crítica que é norteadora da prática escolar, bem como do viés ideológico sustentador da educação empreendedora baseada na pedagogia do aprender a aprender. Sendo que a primeira é caracterizada por Saviani (1992) como uma proposta pedagógica direcionada à transformação da sociedade, isto é superar o modo de produção atual com o auxílio de uma pedagogia voltada para os trabalhadores que priorize o saber sistematizado e torne evidentes as contradições sociais.

Desse modo, as informações coletadas mediante as entrevistas nos

permitem afirmar que o JEPP entra em contradição com a concepção norteadada da Proposta Pedagógica da escola a qual é prevista pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9.394/96 como responsabilidade de cada estabelecimento de ensino, expressando a vontade de todos os atores da comunidade local e escolar sobre o tipo de educação pretendido para alcançar o cidadão almejado.

De encontro à perspectiva histórico-crítica, conforme expõe Duarte (2003), as pedagogias pautadas no slogan “aprender a aprender” se destinam a “municar os trabalhadores na luta por postos de trabalho”, isto é, o trabalhador lutando contra o outro, tal como selvagens que precisam eliminar o adversário para sobreviver. No entanto, num “contexto de desemprego estrutural, as oportunidades de trabalho formal não são suficientes”. Dessa monta, o empreendedorismo se converte em solução para o desemprego, isto é, “nos termos de Nassif, Ghobril e Amaral (2009) em empreendedorismo por necessidade” (*apud* CASTRO, 2019, p. 131).

Ainda sobre o material do JEPP, o tópico “justificativas, objetivos e competências” discrimina que “todas as atividades do curso JEPP têm o propósito pedagógico e são alicerçadas na premissa da educação empreendedora que busca promover a prática e o aprender, fazendo como estratégia educacional” visando “estimular atitudes empreendedoras nos alunos”. (SEBRAE, p. 8). A partir de tal orientação, compreendemos que a análise conceitual de Freitas (2011) a respeito do neotecnicismo⁶¹ é válida para os Programas de formação empreendedora que invadem o “chão da escola”, cujo objetivo “é organizar a educação como os negócios são organizados: o que é bom para mercado é bom para a educação”. (FREITAS, 2011, p. 3).

É diante de tal configuração que os slogan aprender a aprender e aprender a fazer são divulgados como a solução para a qualidade educacional com vistas a atender as novas demandas do capital. Nesse esteio, passa a serem exaltadas as dimensões experimentais/instrumentais em contraposição ao saber sistematizado, inclusive na formação dos professores que atuam com o Programa de empreendedorismo, pois a capacitação fornecida pelo SEBRAE envolve técnicos

⁶¹ Para Freitas (2011), o tecnicismo foi completamente reformulado, por isso o denomina como neotecnicismo, mas conceitualmente utiliza-se a formulação de Saviani definida no início dos anos 80, que de modo resumido tem-se como premissa o “pressuposto da neutralidade científica e inspirado nos princípios da racionalidade, eficiência e produtividade”. (SAVIANI, 1983, p. 16 *apud* FREITAS, 2011, p. 2).

que não têm formação acadêmica na área de licenciatura. Além disso, capacitam os professores tendo como parâmetro os conhecimentos práticos do mundo do negócio.

Desse modo, as especificidades do modelo empresarial são transferidas para as instituições escolares, seja por meio da privatização que, por sua vez, possui diferentes faces e/ou mediante os conceitos de meritocracia e responsabilização que norteiam as concepções pedagógicas do empreendedorismo, a fim de educar a subjetividade das crianças sob uma suposta igualdade de oportunidades para justificar a desigualdade de resultados que é ancorada no discurso de meritocracia, isto é, dadas as oportunidades cabe a cada um empreender esforços para vencer na vida. Já a responsabilização é no sentido de assumir como seu o dever de aliviar a pobreza dos que foram incapazes de aproveitar as virtudes do mercado.

Tais questões também trazem à tona a concepção de uma pedagogia baseada nas competências, cuja formação se direciona para o emprego. Conforme Falleiros, Pronko e Oliveira (2010, p. 92), o foco nas competências tem a intenção de direcionar os currículos escolares a uma (con)formação “dos novos homens às condições sociais e profissionais que marcam o início desse milênio”. Por conseguinte, as competências requeridas são caracterizadas por Ramos como:

[...] saber agir e reagir com pertinência; saber combinar os recursos e mobilizá-los num contexto; saber transferir, saber aprender e aprender a aprender; saber se engajar. Portanto, são as capacidades de ordem psicológicas, muito mais que as de ordem técnica, aquelas intensamente solicitadas. (RAMOS, 2006, p. 249-250).

Nesse modelo de competências, são priorizados conhecimentos e habilidades que tenham uma "utilidade prática e imediata— tendo em vista os objetivos e missão da empresa –, e a qualidade da qualificação passa a ser avaliada pelo produto final” (DELUIZ *apud* CAMARGO, 2018, p. 67). Em vista disso, tem-se a priorização de uma educação direcionada para a profissionalização de crianças e adolescentes, deixando em segundo plano a transmissão do saber historicamente produzido pela humanidade, a fim de construir na população uma consciência histórica dos conflitos de classe social.

Desse modo, a escola privilegia a instrumentalização do aluno para se familiarizar com os determinantes do mundo empresarial. Esse processo é

consolidado pelo JEPP, uma vez que simula na sala de aula as relações que compõem o cotidiano de uma empresa, conforme constado na descrição do Programa apreciado pelo SEBRAE:

Os alunos desenvolvem a atividade empreendedora de montar um negócio que, embora funcione como simulação, envolve aspectos da realidade do mundo dos negócios, como a produção e a venda de produtos, por exemplo. (SEBRAE, 2011, p. 13).

Pode-se afirmar, de acordo com o relato dos entrevistados, que o ensino do empreendedorismo não tem como objetivo formar empresários, mas moldar a mente dos alunos para assumir uma conduta condizente com a daqueles, de modo que possam empreender a sua própria vida, isto é, nos dizeres da entrevistada o objetivo é fazer com que o aluno “enxergue uma fonte de renda no futuro a partir do que ele tem ali no seu dia a dia”. (DIRETORA 1). Tal fala é propositiva no contexto atual, no sentido de velar as contradições das relações sociais que culminam no desemprego estrutural, atribuindo assim a responsabilidade ao pobre em prover meios básicos para o seu sustento. Por isso, as palavras de ordem se destoam em buscar constantes qualificações e se reinventar caso não consiga encontrar uma vaga em postos de trabalhos formais.

Assim, o epicentro das propostas da Terceira Via tem como lema o investimento em educação, a fim de formar nos cidadãos valores cosmopolitas, habilidades e capacidades para atender um mercado de trabalho cada vez mais exigente.

Dessa monta, a educação é “o principal investimento público que pode estimular a eficiência econômica e coesão cívica”. Para tal, a educação precisa ser redefinida de forma a se concentrar nas capacidades geradoras de resiliência, assunção de risco, flexibilidade, criatividade, memória e comunicação, habilidades analíticas, colaborativas e de resolução de problemas que não contemplem a causa, mas os efeitos a fim de velar os reais determinantes da crescente pauperização. (GIDDENS, 2001a, p. 78).

Nesse sentido, apresentaremos a seguir um quadro com a descrição dos conteúdos contidos nos livros didáticos fornecidos pelo SEBRAE, os quais são elaborados especificamente, para o Programa, trazendo diferentes temas para cada uma das séries do 1º a 5º ano, dentro da concepção de educação para o

empreendedorismo.

Quadro 2 – Jovens Empreendedores Primeiros Passos

SÉRIE	TEMA	DESCRIÇÃO
1ºANO	O mundo das ervas aromáticas	Os alunos são instigados, a partir de uma história, a desenvolver o comportamento empreendedor e vivenciar as etapas de um plano de negócios, por meio da montagem de uma loja de ervas aromáticas.
2ºANO	Temperos naturais	A partir da ideia de interação com a natureza, propõe-se o plantio e a montagem de uma loja de temperos naturais para vender, por exemplo, mudas de cebolinha e salsinha. Com jogos e brincadeiras cooperativas, a ideia é desenvolver comportamentos empreendedores, necessários para vivenciar as etapas de um plano de negócios.
3ºANO	Oficina de brinquedos ecológicos	A proposta é a montagem de uma oficina de brinquedos ecológicos, elaborados com material reciclável. Nesse espaço, os alunos venderão os brinquedos e jogos elaborados por eles e também poderão ensinar aos clientes como produzi-los. Além disso, no momento da brincadeira incentiva o autoconhecimento e a percepção do outro, aspectos necessários ao desenvolvimento dos comportamentos empreendedores.
4ºANO	Locadora de produtos	Incentiva a diversidade de leitura e de outras formas de entretenimento, sensibilizando as crianças sobre o empreendedorismo por meio da montagem de uma locadora de livros, gibis, brinquedos, games ou vídeos. Durante os encontros, as crianças têm oportunidade de vivenciar o processo de planejamento bem como efetivo funcionamento de uma empresa de prestação de serviços.
5ºANO	Sabores e cores	Os alunos montam uma empresa de produtos alimentícios, priorizando produtos naturais, e aprendem sobre clientes, concorrentes e produtos. O tema sabores e cores têm como pano de fundo a atenção voltada para a saúde, a correta e adequada manipulação de alimentos, a educação ambiental e a utilização consciente dos recursos da natureza, tendo em vista o desenvolvimento sustentável.

Elaboradora pela autora. Fonte: Materiais Didáticos fornecidos pelo SEBRAE (2020b).

De forma resumida, a partir de tais descrições é perceptível que a temática a ser trabalhada por meio do JEPP ocorre de modo encantador, trazendo

elementos práticos que inovam a sala de aula e conquistam a atenção dos alunos. Assim, é unânime entre os entrevistados a percepção que o Programa produz entusiasmo e aprovação dos alunos, conforme relatado pela entrevistada:

As crianças amam, porque é uma produção mais prática, não tem aquela rigurosidade do conteúdo curricular, têm vários momentos dinâmicos e também é muito legal, porque as crianças têm a produção delas, então assim o pano de fundo do JEPP é muito cruel, se você não tem essa percepção de qual é o objetivo do Projeto você se encanta. (PROFESSORA 2).

Esses dados revelam que o processo formativo do JEPP contempla os elementos principais contidos no mundo empresarial, como gerenciar um negócio por meio do qual os alunos são desafiados a “raciocinarem e a buscarem aprender de forma sólida conceitos, conhecimentos e técnicas que os ajudem a resolver problemas, aproximando, dessa forma, o conhecimento ‘teórico’ do ‘mundo real’”. (COAN, 2011, p. 142). Por isso, no material analisado, o SEBRAE expressa que a premissa do JEPP é disseminar o comportamento empreendedor com base na ideia de “Plano de Negócios”:

Em cada encontro, o aluno realiza uma sequência de atividades que auxiliarão na construção de conceitos, procedimentos e atitudes relacionados ao plano de negócios e ao comportamento empreendedor, os dois eixos temáticos principais do curso Jovens Empreendedores Primeiros Passos. (SEBRAE, 2001a, p. 14).

Entretanto, conforme a fala da professora entrevistada, a intenção do JEPP não é estimular “as crianças a tornarem-se empresárias”, e sim se apropriarem de comportamentos que contribuem para a expansão das empresas, tendo os objetivos correlatos a de um burguês, a fim de trabalharem como se fossem proprietárias. (PROFESSORA 1). Essa informação é confirmada pelo SEBRAE, visto que em sua página eletrônica consta que a formação empreendedora oportuniza que o estudante decida entre “fazer parte de um negócio (intraempreendedor) ou ser o seu próprio negócio (empreendedor)”.

O sujeito requerido passa de dotado de direitos para cumpridor de deveres, isto é, qualifica-se como o “indivíduo-microempresa:Você S/A”, portador de capital, e portanto, em tal condição, se percebe como entidade que “funciona sob o imperativo permanente de fazer investimentos em si mesmo - ou que retornem, a médio e/ou longo prazo, em seu benefício - e a produzir fluxos de renda, avaliando

racionalmente as relações de custo/benefício que suas decisões implicam”(COSTA, 2009, p. 177 *apud* COAN, 2011, p. 103). Sob tal ótica, a educação assentada no Programa da Terceira Via contribui para o “fortalecimento da face positiva do risco e o fornecimento de recursos que permitem que os riscos sejam assumidos”. (GIDDENS, 1999, p. 105).

Disto desprende-se que a empresa é vista como um referencial a ser copiada, uma “atitude que deve ser valorizada na criança e no aluno, uma energia potencial que deve ser solicitada no assalariado, uma maneira de ser que é produzida pelas mudanças institucionais e, ao mesmo tempo, produz melhorias em todos os domínios”. (DARDOT; LAVAL, 2014, p. 326).

Por isso, os conteúdos e a metodologia do JEPP são direcionados para incluir o aluno em todo o processo de confecção do produto delimitado, contemplando o levantamento de informações, a realização do planejamento para a execução, o cálculo de riscos, a venda do produto, a tomada de decisões sobre o lucro arrecadado e responsabilização pelas consequências que são concebidas como frutos da decisão do aluno:

Assim, o curso Jovens Empreendedores Primeiros Passos, aliado a um ambiente propício à aprendizagem, favorece o envolvimento do (a) aluno(a) no próprio ato de fazer, pensar e aprender, características fundamentais dos comportamentos empreendedores. (SEBRAE, 2020b, p. 7).

Disso decorre que os comportamentos e habilidades empreendedoras a serem desenvolvidos são o otimismo, a capacidade de administrar os riscos e enfrentar os desafios, identificar e aproveitar as oportunidades, influenciar pessoas, traçar objetivos e metas, persistência em meio a recursos parcos e se inovar constantemente.

Tais orientações se aproximam dos postulados descritos por Giddens (1998, p.65) sobre “a maneira como devemos viver depois do declínio da tradição e dos costumes” para “restabelecer a continuidade e melhorar a coesão social num mundo de mudanças erráticas”. A solução consiste em mudar o estilo de vida das pessoas para que aceitem os riscos do mundo contemporâneo de modo positivo. Dentre os valores, destacam-se a inovação, responsabilidade, criatividade, pró-atividade, empatia e sensibilidade para com os problemas sociais de sua comunidade. Agindo assim, as políticas sociais estariam preparando as pessoas

para serem aptas a assumirem os riscos da nova sociabilidade, já que os cidadãos “têm de ter capacidade material e imoral para enfrentar os períodos críticos de transição nas suas vidas”. (GIDDENS, 1996, p. 92).

De modo resumido, o SEBRAE sintetiza tais valores no documento intitulado como “fundamentos básicos do JEPP”, no qual elenca quatro temas para serem trabalhados de forma transversal:

Cultura da cooperação – trabalhos em equipe e busca de soluções conjuntas. Cultura da inovação – criar, renovar, aperfeiçoar. Ecosustentabilidade – desenvolver convivência e consciência ecológica. Ética e cidadania – propiciar convivência e estímulo ao olhar crítico e consciente da realidade, para que os alunos se fortaleçam eticamente e como cidadãos. (FUNDAMENTOS BÁSICOS DO JEPP, [200-], p. 4).

Com base em tais temáticas, o novo tipo de homem requerido é descrito por Giddens (1996) como um cidadão que cumpre suas obrigações para com a sociedade no que tange ao alívio da pobreza e problemas ecológicos. Também busca constantemente se inovar ante as demandas da era do conhecimento, e, por fim, busca resolver seus conflitos por meio do diálogo, bem como ter uma postura crítica no que se refere à transparência das ações do Estado.

Desse modo, a Terceira Via, além de mantém a premissa básica do liberalismo acerca do individualismo como valor moral radical, atribui-lhe um requinte de amor ao próximo, isto é, o trabalhador do novo tipo deve ser “competitivo quando isso fizer sentido, mas cooperativo quando fizer; protetor do meio ambiente [...] e disposto a defender os direitos dos desconhecidos quanto os seus próprios”. (EDWARDS, 2007, p. 557-558). Portanto, “o ‘novo individualismo’ que acompanha a globalização não é refratário à cooperação e à colaboração – a cooperação (em vez da hierarquia) é positivamente estimulada por ele”. Em claras palavras, tal sujeito ao mesmo tempo em que é competidor, também possui um espírito solidário que se direciona para mitigar a desigualdade social. (GIDDENS, 2001a p. 82).

Outro aspecto a ser considerado diz respeito às habilidades socioemocionais que podem ser compreendidas como a resiliência, autoestima e persistência, as quais são compreendidas pelo SEBRAE como características de um comportamento empreendedor. Nesse sentido, a entrevistada ressaltou que as habilidades e competências empreendedoras desenvolvidas pelo JEPP, contempla ainda o trato com as emoções, ou seja, ensinar o aluno a ser persistente e se

reinventar, pois:

[...] quando estabelece o objetivo e não consegue atingir é frustrante, mas temos que trabalhar com a parte emocional dentro da gente para poder buscar uma solução. Daí entra a criatividade que a pessoa tem que ter para buscar novas ferramentas e novos objetivos. (COORDENADORA PEDAGÓGICA).

As competências socioemocionais conforme relato da entrevistada, incluem também a autoconfiança para que o aluno empreenda os meios necessários para consolidar os seus sonhos e, caso não dê certo, calcule com precisão as ações e instrumentos que impossibilitaram o alcance dos objetivos, a fim de voltar a sonhar. (COORDENADORA PEDAGÓGICA). Nesse viés, a dimensão emocional ocupa lugar de destaque na educação empreendedora, visto que para Giddens (1996, p. 218) os “bens relevantes da felicidade” não se assentam nas mudanças de eventos externos, e sim de fatores internos relacionadas ao amor-próprio e auto-realização, os quais incluem um “engajamento ativo nas tarefas da vida, envolvendo prazer no emprego de capacidades e habilidades” com a intenção de enfrentar os desafios, “sejam estes auto-induzidos ou de origem externa”.

Ademais, a professora entrevistada expressou uma intensa satisfação ao mencionar a realização das feiras de culminâncias, que ocorrem no findar do ano letivo, para exposição e comercialização das produções dos alunos. A entrevistada contou que a comunidade escolar e local se empenharam, demasiadamente, com a venda de pastéis, por meio do qual foi possível comprar óculos de realidade virtual para os alunos, a realização de uma festa tropical, bem como uma cadeira de rodas adaptada para um aluno deficiente físico, cuja condição financeira era deplorável (PROFESSORA 1).

A esse respeito o SEBRAE afirma que o JEPP:

[...] favorece a participação da comunidade na escola, ao mesmo tempo em que contribui com o contexto social e ambiental local. A participação pode acontecer de diferentes formas: a comunidade escolar pode auxiliar os professores no desenvolvimento das atividades, com os alunos, na confecção dos produtos das respectivas oficinas propostas em cada ano do Ensino. Podem ainda contribuir com a doação de diversos materiais que, em boa parte dos locais, são descartados como lixo, tais como: garrafas PET, retalhos de tecido, entre outros. (FUNDAMENTOS BÁSICOS DO JEPP, [200-], p. 6).

Essas ações vão ao encontro dos anseios de Giddens (1996) a respeito do estímulo ao empreendedorismo social, no sentido de solucionar as demandas da comunidade, o qual é visto como o caminho necessário para fomentar o ativismo individual e também componente que fortalece os laços de solidariedade na sociedade destradicionalizada. Portanto, na linha proposta pela Terceira Via, as políticas de combate à pobreza devem ser pautadas em programas que geram autonomia e solidariedade local para que os cidadãos promovam o desenvolvimento econômico de suas comunidades. Assim, o SEBRAE compactua com essa visão e conceitua o empreendedorismo social como:

[...] prática empreendedora no cotidiano, gera significativos impactos na sociedade, tendo como foco o desenvolvimento humano, sustentabilidade e a superação da exclusão social. Visa a equidade, o envolvimento institucional e a interação entre diferentes atores envolvidos com ações sociais. (SEBRAE, 2011, p.9).

Compreendemos que o chamado empreendedorismo social visa fortalecer o movimento conhecido como desprivatização do Estado, pela qual é transferida a responsabilidade de provisão das questões sociais para a população mediante sua participação com o reparo, pintura e venda de produtos para angariar fundos destinados a amenizar a pobreza. Ao mesmo tempo, convida o empresariado para elaborar, ditar normativos e executar as atividades sociais por meio de suas instituições de caráter filantrópico, afirmando assim o modelo de Estado gerencial.

Em 2019, ocorreu no Parque de Exposição Ney Braga, o maior evento educacional da região sul do Brasil, intitulado “Londrina Mais”⁶², realizado pela Prefeitura de Londrina, por meio da Secretaria Municipal de Educação, e diversos parceiros, dentre eles o SEBRAE, a fim de expor para a comunidade em geral as produções dos alunos durante o ano letivo, inclusive os produtos feitos por meio do JEPP. (HEDLER, 2019).

No tocante a esse evento, ocorreu uma roda de conversa na qual estavam presentes os principais veículos de comunicação da cidade para ouvir sobre a avaliação do Programa feito por pais e alunos. Um dos pais destacou que desde que o JEPP foi materializado sua filha aprendeu a poupar a mesada e trabalhar em equipe com os colegas da escola. A satisfação também é estendida aos alunos, uma vez que a assessora pedagógica da Secretaria Municipal de

⁶² Para mais informações acessar o < [Londrina Mais se consagra como maior evento educacional da](#)

Educação afirmou que as aulas sobre o empreendedorismo são suas preferidas.

Esses feitos fortalecem o discurso construído pelo SEBRAE, o qual apresenta o JEPP de modo sedutor e convincente para a comunidade escolar, ajustando-se ao cenário caótico e proporcionando um toque de esperança para os alunos que carecem dos meios básicos de sobrevivência. No entanto, tal enredo não prevalece ao crivo da crítica, já que a concepção de homem empreendedor, antes de ser ingênua, é carregada de um viés ideológico liberal se ajustando às mutações do capitalismo. A proposta central é ensinar o aluno a empreender meios criativos para sobreviver no mundo capitalista.

A partir do que foi exposto, não nos posicionamos contrários ao trabalhador empreendedor, que por sua vez necessita utilizar os meios que possui para amenizar as condições de miserabilidade posta pelo capitalismo, mas criticamos o empreendedorismo tal como é materializado na sociedade burguesa, o qual serve de estratégia para velar as contradições expressas pela divisão de classes, apropriação dos meios de produção e centralização da riqueza nas mãos de poucos indivíduos em detrimento da classe trabalhadora que explorada.

Desse modo, as crises do capitalismo que intensificam a pobreza dos trabalhadores passam a ser responsabilidade de cada indivíduo que sofre pela falta de emprego em postos formais, já que é disseminada a ideia de que para sobreviver é necessário ter as qualidades empreendedoras que são encontradas nos empresários, os quais são vistos como portadores de um espírito inventivo, inovador e criador capaz de solucionar os problemas de ordem financeira.

Isso nos leva a afirmar que os sujeitos empreendedores possuem certos comportamentos que se adaptam ao contexto de risco causado pelas “flutuações do mercado, pela diminuição das proteções e das solidariedades coletivas”, graças ao sentimento assentado na autorrealização associada à superação dos obstáculos gerados pelas condições deletérias do capitalismo por méritos próprios (DARDOT; LAVAL, 2014, p. 324). Com isso, na concepção do SEBRAE, o “empreendedor é aquele que sonha com bons resultados e tem atitudes que o levam ao alcance desses sonhos, sem prejudicar a humanidade e a natureza, aproveitando oportunidades ou superando necessidades”. (SEBRAE, 2016, p. 36

apud CASTRO, 2019, p. 52).

Tal discurso não se valida ao ser confrontado com a realidade, visto que num sistema animalesco no qual ocorre a busca desenfreada por lucros sem futuras preocupações com a preservação da humanidade, torna-se incoerente a utilização da palavra sustentabilidade pelos indivíduos e/ou classe social que defendem a permanência do capitalismo, visto que pedem cidadãos com atitudes responsáveis para com a natureza, mas ao mesmo tempo elaboram produtos com pouca durabilidade, estimulando assim o descarte e o conseqüente apetite por novas mercadorias.

Ao ser questionado a respeito da concepção de ser humano e trabalho evidenciado nos materiais do JEPP, uma das entrevistadas respondeu que o Programa visa desenvolver um cidadão crítico, que assume como suas as responsabilidades sociais e ambientais.

A fala da entrevistada em relação ao desenvolvimento de um cidadão crítico tem como base os ditos momentos de reflexão que o JEPP proporciona ao findar de cada aula, haja vista que, ao termino de cada encontro, “o professor constrói, juntamente ao grupo, um resumo das atividades mais importantes que foram realizadas”, sendo que essa atividade é elucidada como um exercício que impulsiona o aluno a expressar suas concepções por meio de estratégias lúdicas que fogem do tradicionalismo praticado em muitas salas de aulas brasileiras. No entanto, o próprio SEBRAE esclarece que “cada encontro já apresenta um resumo elaborado, o que deve servir de base para construção verbal ou textual do resumo com os alunos, a partir da percepção e entendimento deles”, isto é, o aluno é induzido a utilizar os vocabulários propostos pelo SEBRAE tendo como parâmetro o mundo dos negócios. (SEBRAE, 2011a, p. 17).

Já em relação à perspectiva de qualificação para o trabalho, a entrevistada afirma o seguinte: “eu penso que seja uma pessoa responsável, consciente, determinada e que seja proativa. Um sujeito empoderado”. (COORDENADORA PEDAGÓGICA).

Isso nos revela que o SEBRAE não conquistou apenas os professores que passaram pelas capacitações, e sim, neste caso específico, a equipe gestora que vê o JEPP como um meio de melhorar a qualidade do ensino das escolas públicas, bem como treinar o sujeito desde cedo para ser explorado por seu patrão. Desse modo, concordamos com Evangelista e Shiroma (2014, p. 12) ao

afirmarem que o “educador precisa ser educado”, pois as ideias pelas quais a classe burguesa se valida para mascarar as contradições do capitalismo se apresentam com vestes que seduzem e invadem a “nossa capacidade de inteligência” com a intenção de “inviabilizar nossa compreensão do mundo”.

Além disso, o SEBRAE por meio do JEPP estimula a competição entre os colegas de trabalho ao promover concursos de âmbito nacional a respeito das atividades desenvolvidas com os alunos com base no empreendedorismo. Segundo informações coletadas no site da Prefeitura de Londrina, o objetivo do concurso é:

[...] parabenizar e reconhecer o trabalho que vem sendo realizado pelas professoras e técnicas da rede municipal de ensino, em prol da ruptura do modelo prático-pedagógico focado na transmissão estática e na falta de estímulo a reflexões ou à aplicação dos saberes para ações transformadoras. (HEDLER, 2019).

Desse modo, é enfraquecida a solidariedade entre os professores, viabilizando que se depreendam com questões individualistas relacionadas à promoção ao ego em substituição a um sentimento de pertencimento de classe com vistas a elaborar projetos revolucionários.

Dando seguimento a análise, no início do Programa é solicitado para que os alunos escrevam um sonho que gostariam de realizar para posteriormente traçar as condutas necessárias para concretizar os seus desejos, haja vista que:

Sonhar é importante, pois quando sonhamos e desejamos algo de verdade, nos dispomos a agir no caminho de conquistar o que esperamos. Não é mágica; é esforço! E assim são os empreendedores, sonham, planejam o que é preciso fazer e se esforçam para realizar o que desejam. (SEBRAE, 2020b, p. 7).

Pode-se afirmar que a atividade evidenciada é análoga à teoria dos sonhos proposta por Fernando Dolabela⁶³, considerado um dos intelectuais orgânicos do capital, comprometido com a sistematização e disseminação da proposta empreendedora nas escolas brasileiras. De acordo com Dolabela, “o caráter primeiro de uma educação empreendedora seria possibilitar às pessoas a realização do seu sonho”. A busca pelo sonho é o que move cada sujeito, sendo o

⁶³ Tal autor é um dos principais intelectuais referenciados nos materiais didáticos do JEPP.

responsável por dar sentido à vida e viabilizar uma formação pautada em aspectos criativos, de inconformismo e rebeldia. (DOLABELA, 2016, p. 16 *apud* DIAS, 2019, p. 195).

Coan (2011, p. 234) adverte que a pedagogia empreendedora é impregnada de um caráter ideológico muito forte “e se apresenta como muito sedutora, pois opera com o sonho de vencer, de empreender, de se autorrealizar”, entretanto, seu mecanismo místico opera no sentido de enaltecer a sociedade capitalista liberal como responsável por tornar o “trabalhador livre e desvencilhado das amarras do nefasto trabalho assalariado (diga-se, cada vez menos oportunizado), apregoa esse discurso que mascara a realidade e apresenta a necessidade da formação de um novo perfil de trabalhador autônomo” que se move em busca de interesses pessoais, desfrutando das consequências de suas escolhas, sejam essas agradáveis ou não.

Sendo assim, o Programa Jovens Empreendedores Primeiros Passos divulga a ideia da responsabilização do sujeito pelo seu sucesso ou fracasso, desconsiderando que as condutas humanas são frutos “das relações sociais de produção da existência e das relações de poder”, indicando que as ações de cada indivíduo são soberanas ante as determinações mais amplas da sociedade. Esse discurso é utilizado para validar a concepção de que a riqueza é resultado do esforço individual. Por outro lado, a pobreza seria consequência das pessoas que são preguiçosas as quais não se atualizam diante do dinamismo de um mercado cada vez mais exigente. (COAN, 2011, p. 234).

Desta forma, o propósito da pedagogia empreendedora é formar no trabalhador determinadas subjetividades que são necessárias para manutenção da ordem capitalista, como é o caso da pretensa ideia do sujeito ser o protagonismo de sua história, gerenciando sua vida análoga a uma empresa. Nessa direção, o SEBRAE traz a seguinte concepção em seus livros didáticos:

O curso Jovens Empreendedores Primeiros Passos pretende fomentar a cultura empreendedora, apresentando práticas de aprendizagem que considerem a autonomia do(a) aluno(a) para aprender e o desenvolvimento de atributos e atitudes necessários para a gerência da própria vida (pessoal, profissional e social). (SEBRAE, 2020b, p. 7).

O vocabulário utilizado expressa a lógica do mundo dos negócios

para o chão escolar em que cada aluno é uma empresa recebendo as capacitações necessárias para gerenciá-la. Esse sujeito é tipificado como empresarial, definido como “uma entidade em competição e que, por isso, deve maximizar seus resultados, expondo-se a riscos e assumindo inteira responsabilidade por eventuais fracassos”. Esse novo tipo de homem é fruto da racionalidade neoliberal, que produz uma lógica em que o sujeito se idealiza como uma empresa de si mesmo, movimentando-se para atingir os objetivos propostos, necessitando controlar os danos, calcular os riscos e elaborar estratégias que se adequem ao contexto em que se relaciona. (DARDOT; LAVAL, 2014, p. 322).

Nesse sentido, Coan (2011, p. 103) sinaliza que o homem moderno se desloca de um sujeito qualificado como de direitos “para o “indivíduo-microempresa:Você S/” o qual deve ser “especialista de si mesmo, empregador de si mesmo, inventor de si mesmo, empreendedor de si mesmo”. É como se todos nós fossemos um capital, cabendo a cada um expandi-lo para que seja valorizado ante a uma sociedade em que os mais esforçados são os vitoriosos e conquistam seu espaço no mercado. (DARDOT; LAVAL, 2014, p. 324).

Isso nos leva a pontuar que tanto a pedagogia das competências como a do empreendedorismo tecem novas roupagens que confluem na renovação da Teoria do Capital Humano no seio escolar, a qual se torna um dos pilares teóricos utilizados para robustecer os argumentos dos defensores da formação empreendedora. A concepção “defendida consiste em afirmar que, ao educar-se, o indivíduo estaria valorizando a si próprio, pois sua força de trabalho estaria mais preparada para atender as exigências do mercado”. (COAN, 2011, p. 98).

É com base no exposto que nos materiais do JEPP é redigido que o espírito empreendedor “tem como objetivo que o (a) aluno (a) aprenda a empreender a própria vida” para além dos muros da escola, se comprometendo com uma formação continuada, no sentido de se responsabilizar pela aquisição de habilidades e competências necessárias para “sobreviver e ascender socialmente, contribuindo assim para o desenvolvimento do seu país”. (MELO, 2003, 126).

Assim, o SEBRAE define que a escola deve “propiciar que o aluno, por meio de atividades lúdicas, assuma riscos calculados, tome decisões e perceba, ao seu redor, oportunidades e inovações, mesmo em situações desafiadoras”. (SEBRAE, 2020a, p. 7). Posto isso, a organização escolar não apenas adota as terminologias do mundo empresarial, como também “traz novamente, de forma

implícita, a ideia de ‘educar para sobreviver’, nos termos de Motta (2009), uma vez que o trabalhador deve sempre estar apto a encarar o que o SEBRAE denomina de ‘situações desafiadoras’”, ou seja, viver em um ambiente no qual os direitos se esvanecem, pois tudo fica à mercê do mercado, gerando incerteza e instabilidade. (*apud* CASTRO, 2019, p. 131).

Com isso, é reduzida a função social da escola, que passa a ser um ambiente de formação segundo os objetivos de uma classe, nos termos gramscianos é “‘uma escola interessada’, visto que tem um interesse imediato”: formar os trabalhadores “para o processo produtivo, mantendo a hegemonia da classe dominante”. (FLACH; SCHLESENER, 2018, p. 783).

Nessa linha de argumentação, enfatizamos que a formação empreendedora faz parte da nova pedagogia da hegemonia em associação com a Terceira Via, tal como descrito por Neves (2005), cuja intenção se desdobra em no mínimo dois objetivos que são entrelaçados.

O primeiro diz respeito à aparente solução do conflito entre trabalhadores e capitalistas, na medida em que a subjetividade dos primeiros é moldada para se projetarem como empresários, empreendedores ou colaboradores, distanciando o trabalhador da apropriação da consciência histórica de classe em vistas de transformações.

Desse modo, o espírito do confronto é substituído pela colaboração com vistas a obter o consenso de que não há mais antagonismos entre as classes, já que todos são dotados de um capital, quer seja pela apropriação da propriedade privada ou pela aquisição “de conhecimentos e de capacidades que possuem valor econômico” (SCHULTZ, 1973, p. 35). Dado o enredo, Algebaile (2005, p. 212) afirma que “a anunciação do fim da luta de classes revela-se uma das poderosas estratégias de desarticulação do movimento dos trabalhadores e de reforço à hegemonia capitalista”.

Em segundo, os princípios e práticas da cidadania colaboracionista, conhecida também como ativa, fazem parte da missão da educação empreendedora; a exemplo, destacamos os temas transversais abordados pelo JEPP como a cultura da cooperação e inovação, ecossustentabilidade, ética e cidadania, de modo a formar um tipo de sujeito comprometido com as causas de preservação ambiental e por atenuar uma parte da miséria em seu país, envolvido com os problemas de sua comunidade e doador de parte do seu tempo para as

atividades sociais.

Consoante a isso, o SEBRAE (2020b, p. 11) apresenta a seguinte formulação: “a educação empreendedora incentiva que o sujeito busque o autoconhecimento, novas aprendizagens, além do espírito de coletividade”. Ao destacar o desenvolvimento de tal espírito, objetiva-se tanto fomentar o capital social quanto intensificar o processo de repolitização da política, nos termos da Terceira Via, pelo qual o indivíduo é convidado a empreender ações para atenuar os estragos do mercado, desde que não questione “a essência do funcionamento da lógica capitalista de produção”. (FALEIROS, 2005, p. 210 *apud* COAN, 2011, p. 56).

Esse sujeito deve ser guiado por um espírito solidário, preocupado com a situação de miserabilidade e simultaneamente manter acesa a chama competitiva para enfrentar os desafios postos pela sociedade contemporânea.

Portanto, a competitividade e a meritocracia são facetas do empreendedorismo, as quais se constituem em táticas formadoras que vão ao encontro do processo de desmonte dos direitos sociais e de tudo que é público, já que ensina “desde cedo, o sujeito a se virar sozinho, não depender de ninguém, se alienar politicamente e construir sua própria história de fracasso ou de sucesso”, acreditando que tudo que vem do mercado gera eficiência e riqueza. Por isso, o movimento de privatização de si é acompanhado por um processo que torna todas as instâncias sociais próximas do modelo empresarial. (CUNHA, 2020, p. 3).

A partir desse feito, a forma de prestação dos serviços públicos é modificada, não inclui apenas a atuação da esfera estatal, contudo contempla, ainda, o protagonismo do terceiro setor, o qual adquire papel fundamental na suposta solução da dicotomia entre Estado e mercado. Tal espaço tipificado como público não-estatal é funcional para “legitimar os interesses do bloco hegemônico”, possibilitando que as práticas de mercado adquiram maior capilaridade no ambiente público, mediante vocabulários que se aparentam com um toque de neutralidade. (COAN, 2011, p. 55).

Esse movimento privatizador que ocorre nas instituições públicas, notadamente nas escolas, nem sempre implica na modificação da propriedade, ou seja, na mercantilização explícita desse espaço, o que inclui a abertura para cobranças de mensalidade a fim de extrair a lucratividade. Em muitos casos, passa a abranger as parcerias entre as instituições públicas e privadas “onde o privado acaba definindo o público; ou, ainda, aquilo que permanece como propriedade

estatal, mas passa a ter a lógica de mercado, reorganizando principalmente os processos de gestão e redefinindo o conteúdo da política educacional brasileira”. (PERONI, 2015, p. 16).

Assim, ocorre nas escolas municipais de Londrina com o Programa Jovens Empreendedores Primeiros Passos, em que o SEBRAE se comprometeu a melhorar a qualidade no ensino mediante a oferta de um “curso voltado ao desenvolvimento da capacidade empreendedora nas crianças”. (CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA ENTRE O MUNICÍPIO DE LONDRINA E O SEBRAE, 2016, p. 7).

Sob a denominação técnica, essa parceria assume um caráter apartidário, acima dos jogos de interesses e poder entre as classes, porém, por trás da aparência, expressa a correlação das forças sociais que buscam a qualquer custo se infiltrarem na educação pública através da produção de conteúdos, avaliações e direcionamento da formação dos professores, a fim de que as escolas, ainda nos anos iniciais, estimulem não somente as competências laborais requeridas pelo mercado, mas também comportamentos, modos de pensar e valores que atendam à sociedade burguesa do presente século.

Essa ação do SEBRAE, longe de ser um fenômeno particular, é parte de uma rede de atores privados com ou sem fins lucrativos que se organizam através de redes para universalizar os interesses da classe burguesa na educação pública. Nesse sentido, essa iniciativa local é conectada a um movimento global que conta com apoio de sujeitos políticos coletivos para implementar os projetos do capital, tal como, o Instituto Empreender Endeavor (IEE), tipificado como um *think tank* que se direciona a fomentar o empreendedorismo em regiões com alta vulnerabilidade social. No Brasil, o Instituto passou atuar nos anos 2000 com a cooperação do SEBRAE.

Boa parte da credibilidade do discurso desses atores é que sua intervenção nas instituições é no sentido de produzir eficiência e proporcionar modernidade a baixo custo. Decorrente disso, o termo de convênio de adesão ao JEPP menciona que o firmamento da parceria não implica repasse financeiro por parte do município ao SEBRAE, reforçando o discurso de que as parcerias elevam a qualidade a dispêndio reduzido ou zerado, como se a atuação dessa organização ocorresse por um espírito solidário. Contudo, não é o que os dados revelam, pois ao se analisar o montante anual de repasse do governo às entidades paraestatais, tem-

se que em média os valores ultrapassam a 17 bilhões reais, mesmo em cenários de cortes de gastos com as atividades sociais. (WETERMAN, 2019, n. p.).

Por conseguinte, compreendemos que o Programa do SEBRAE que visa consolidar a cultura empreendedora nas escolas municipais de Londrina está inserido no bojo de um movimento global que pretende mercantilizar não somente a educação pública, mas todas as relações sociais no sentido de torná-las um reflexo das práticas neoliberais.

E, por isso, as parcerias público-privadas não ocorrem de forma homogênea em todas as localidades, mas conforme postula Robertson (2012, p. 5) “é um guarda-chuva semântico que pode cobrir fenômenos bastante heterogêneos”. Nesse sentido, acreditamos que a privatização endógena, que inclui a definição pelo privado do que será ensinado nas instituições públicas, geralmente é uma etapa inicial do processo de privatização exógena que envolve “a abertura dos serviços da educação pública para a participação do setor privado em bases lucrativas”, no sentido de produzir consenso perante a população de que o mercado é a solução para todos os problemas. (BALL; YOUDELL, 2008, p. 22).

Portanto, a materialização do JEPP em Londrina suscita um contentamento por parte dos familiares e profissionais da educação por envolver discursos de esperanças em cenários de pauperização e de condições deploráveis causadas pela limitação do gasto público. Logo, uma proposta inovadora e contextualizada que foge das formas tradicionais de ensino e carrega um discurso repleto de esperança aos que nada possuem, fazendo-os acreditarem que o JEPP envolve um rol de capacidades, habilidades, valores e conhecimentos para terem a chance de vencer na vida, isto é, conquistar um emprego ou abrir um negócio e sair da situação de miséria em que se encontram, conquistando os corações e mentes daqueles que não são munidos de uma perspectiva revolucionária em vista da substituição desse modo de produção.

7 CONCLUSÃO

O esforço realizado nesta pesquisa se direcionou para compreender o modo como a educação escolar brasileira é impactada pelas relações político-ideológicas e econômicas na qual é partícipe. Esse processo foi possível em decorrência dos referenciais metodológicos escolhidos, que nos auxiliaram a apreender o movimento do capitalismo no decorrer do processo histórico, bem como as diferentes ferramentas utilizadas pela classe no poder para obter o consenso sobre sua visão particularista de representar o mundo.

Diante disso, apresentaremos um panorama dos capítulos aqui redigidos que possibilitaram compreender o objeto de pesquisa proposto em sua concretude e de modo relacional com a totalidade social do qual faz parte.

No primeiro capítulo, trouxemos o percurso trilhado para que fosse possível analisar o fenômeno que nos propomos a estudar. Através das escritas de Marx e Engels no livro “Ideologia Alemã”, sabemos que os modos de produção sob o qual uma sociedade está organizada são construídos pelos homens. Portanto, não é um dado natural, mas sujeito às interferências dos sujeitos, os quais são concebidos como ator e autor da história.

Posto isto, os autores asseveram que o modo de pensar e agir são determinados pela realidade objetiva. Logo, as produções da consciência compreendidas como pensamento, fala, representações, formulações teóricas devem ser analisadas a partir da maneira pela qual os homens “produzem seus meios de vida”. (MARX; ENGELS, 2005, p. 45). Nesse sentido, a compreensão de concepções tão difundidas, atualmente, como meritocracia, competição e empreendedorismo, as quais se corporificam nas políticas educacionais guiando o conteúdo e forma de ensinar, foram analisadas em consonância com o movimento do capital, que, por sua essência, é gerador de crises cíclicas, produzindo destruição ao meio ambiente e aos humanos que são privados de condições mínimas de sobrevivência.

No entanto, esse dado não é revelado e sim ocultado pela classe que se enriquece às custas de milhões de trabalhadores. O velamento dos reais motivos das condições deletérias em que o trabalhador se encontra é realizado por um processo que envolve coesão e obtenção de consenso da população a respeito dos interesses particulares da classe no poder.

Dado o exposto, através do segundo capítulo, percebemos que as ideias burguesas são organizadas e sistematizadas adquirindo validade em produções teóricas e/ou se valendo de elaborações científicas já existentes para se manter como classe no poder. Mediante a exposição do percurso trilhado pela burguesia, contemplando sua luta contra o sistema feudal e a consequente conquista no poder, é possível perceber que o lema que acompanhará como classe revolucionária, sintetizado nas palavras liberdade, igualdade e fraternidade, sofrem mutações e adquirem capilaridade em proposições científicas com a clara finalidade de conservar o seu domínio.

Assim, a organização das ideias burguesas que expressam sua visão de mundo pode ser identificada na doutrina liberal, conceituada por Alves (2014) como a alma filosófica da classe burguesa em seu alvorecer. Desse modo, o liberalismo acompanha o movimento do capitalismo e, assim como esse, se diversifica para velar as contradições do capital. Em sua expressão clássica, o liberalismo ganhou notoriedade por meio de Adam Smith, o qual afirmava que a transformação das produções de uma nação em mercadoria é o que gera riqueza e inclusão de todos os cidadãos nas práticas de comércio.

Além disso, a liberdade viabilizada pelo sistema de mercado resultava em uma sociedade justa, pela qual todo cidadão era recompensado por suas escolhas individuais, sejam positivas ou negativas. Nesse sentido, a regulação desse sistema era realizada pela mão invisível do mercado, que dispensava a mão visível do Estado, o qual passaria a limitar-se em apenas três funções envolvendo a segurança interna e externa e a provisão de atividades não lucrativas.

Apesar de o liberalismo demonizar e empreender esforços para limitar a máquina estatal, sabemos que tais ações são carregadas de um viés mistificador, já que o Estado burguês foi e é necessário para validar, legalizar e educar a massa em torno dos elementos que possibilitam a manutenção do capital. Por isso, com a crise de 1929 causada pela discrepância entre o número de mercadorias em relação à quantidade de consumidores, exigiu-se uma nova forma de intervir do Estado, sendo direcionado pelos pressupostos keynesianos.

Essa vertente partiu da crítica às concepções dos liberais clássicos, por sua incapacidade de assegurar a estabilidade do capitalismo. Desse modo, Keynes defendia a ação positiva do Estado na economia para conter uma possível autodestruição do capitalismo. Tais ações consistiram em mitigar as condições

objetivas de superação desse modo de produção, mediante a implantação de políticas sociais que atenuassem a pobreza, conseqüentemente aumentando o consumo por parte da população carente.

As orientações de Keynes adquiriram densidade nos Estados de capitalismo avançado, que passaram a ser tipificados como Estado de bem estar social, visto que empreende um “conjunto de serviços e benefícios sociais de alcance universal” com a finalidade “de garantir uma certa ‘harmonia’ entre o avanço das forças de mercado e uma relativa estabilidade social” (GOMES, 2006, p. 203).

No entanto, não podemos perder de vista o contexto de luta entre as classes, dado que os direitos sociais não foram uma benfeitoria da burguesia, pelo contrário, é considerado fruto de luta em que a classe detentora dos meios de produção teve que ceder para manter a coesão e coerção social.

Todavia, como tais conquistas envolvem o “estágio da organização da produção” e a correlação de forças existentes, com o cenário de reestruturação produtiva decorrente da crise de 1973, as forças sociais representantes da extrema direita começaram a intensificar o discurso contra os direitos conquistados pelos trabalhadores, cujo objetivo foi tornar o Estado em sua face social, o causador da grande recessão econômica.

A faceta liberal da vez é identificada como neoliberalismo, cujos expoentes discursavam contra as organizações trabalhistas e a intervenção do Estado na economia. A liberdade individual era o mantra sob o qual os neoliberais se validavam para referenciar os esforços, a fim de consolidar a reforma estatal por meio de um extenso processo de privatizações. Desse modo, é preciso fazer o seguinte questionamento: liberdade para que e/ou para quem? Tal resposta se encontra nos primórdios do capitalismo, período em que o feudalismo é derrotado e a burguesia toma o poder. Com o triunfo do capitalismo, a burguesia tem a liberdade de comprar e vender, portar os meios de produção, bem como extrair o excedente da força de trabalho, no sentido de gerar lucro e acumular riquezas. Por outro lado, o trabalhador livre das amarras feudais, passa a ter como propriedade sua força de trabalho, sendo livre para negociar com os burgueses.

Os neoliberais afirmam essa tese e acrescentam que numa sociedade de mercado todos os cidadãos são livres para ser o que quiserem, isto é, hoje pode dormir empregado e acordar um capitalista, basta ter cérebro e força de vontade, segundo Mises. Desse modo, verificamos que os neoliberais utilizam o

discurso de meritocracia para explicar a existência de uma minoria riquíssima e do outro lado uma população majoritária na extrema pobreza.

Apesar de conseguir êxito no campo ideológico, o projeto neoliberal ortodoxo fracassou por não “conseguir recuperar as taxas de crescimento do conjunto da economia” e, também, “não foi capaz de gerar os determinantes objetivos e subjetivos necessários à consolidação de uma base de apoio político dentro e fora da classe dominante”. (MARTINS, 2009, p. 59).

Isto é, além dos neoliberais não cumprirem com a promessa de recuperação das taxas de lucro semelhante ao período da Era de Ouro do Capitalismo, também gerou um contingente de pessoas pobres deixadas à mercê da sorte, que poderiam desestabilizar a ordem social.

Dada à complexidade da situação, a classe burguesa empreendeu esforços para a manutenção do consenso por meio da construção de uma sociabilidade pautada no projeto político da Terceira Via, o qual é uma revisão do neoliberalismo, com um viés humanitário.

A Terceira Via emerge como uma doutrina de superação da social-democracia clássica e do neoliberalismo ortodoxo, por meio da diluição dos seus principais valores, buscando consolidar justiça social numa plataforma de economia de mercado. A Terceira Via afirma que o seu programa é o que resta para a humanidade, já que não existem mais doutrinas ideológicas divergentes e sim um único caminho que é o da conciliação e superação dos antagônicos.

Procuramos comprovar que a Terceira Via é uma ideologia que busca consolidar as reformas neoliberais de desmantelamento dos direitos sociais e privatização sob a falácia de ampliação da democracia, materialização da eficiência nas instituições públicas e fomentação da solidariedade social. E também desorganiza a classe trabalhadora na medida em que empreende esforços para formar uma subjetividade que a responsabiliza por suas condições deletérias e molda os seus pensamentos para se projetarem como uma empresa.

Nessa esteira, os valores que a Terceira Via compartilha com os neoliberais ortodoxos consistem em um mercado soberano, Estado mínimo no campo social, capitalismo como única saída para a humanidade, liberdade de iniciativa privada e igualdade de oportunidades. Esse último preceito baliza a renovação da justiça social, a qual não é identificada como distribuição de riquezas, mas sim de oportunidades. A respeito da sociedade civil, diferente do neoliberalismo,

a Terceira Via caracteriza esse espaço como um *lócus* em que florescem sentimentos de amor ao próximo, por isso o Estado deve fomentar o empreendedorismo civil como forma de compartilhar suas responsabilidades para com as pessoas que carecem de meios básicos para sobreviver, bem como possibilitando que as empresas interfiram na elaboração e execução de políticas públicas mediante seus braços filantrópicos sob o discurso de responsabilidade social.

Esse processo se dá pela nova dinâmica da relação entre Estado e sociedade civil, na qual essa adquire uma aparência neutra, supostamente apartidária, espaço em que os opostos se unem para agir com solidariedade em prol do bem coletivo. Tal movimento de ocultamento da sociedade civil, como espaço em que os projetos societários divergentes lutam para a obtenção da hegemonia e a consequente demonização de tudo que vem do Estado como ineficiente e corrupto, abre precedentes para a intensificação de um novo tipo de privatização, pela qual transfere as atividades sociais para o terceiro setor, conceituado como uma plataforma do mercado voltado para os interesses públicos.

No Brasil, esses dados indicam que as diretrizes da Terceira Via se transformaram em referência política para a reforma do aparelho do Estado no governo de FHC, sendo também adotada pelo governo precedente, dirigido por Lula da Silva, de cunho esquerdista com uma base eleitoral composta por trabalhadores.

A dinâmica de transformação dentro do Partido Trabalhista é comparada ao processo de *transformismo* descrito por Gramsci em suas análises a respeito do contexto da Itália no século XIX. Nesse sentido, Coelho (2005) concluiu que o PT, após o processo de *transformismo*, atua como intelectual da classe dominante, realizando pequenos ajustes que não confrontem com os interesses da burguesia. Acreditamos que esse evento é similar ao que aconteceu com a social-democracia no decorrer do seu processo histórico, no qual foi abandonando, aos poucos, a sua finalidade de socializar os meios de produção em prol de pequenas conquistas aos trabalhadores.

O problema de lutar contra o capitalismo nos limites desse sistema é que no decorrer do confronto nós encontraremos “na mesma situação que o caçador que não só falhou em matar o veado, mas também perdeu sua arma no processo”. (LUXEMBURGO, 1898 *apud* MORO, 2014, p. 14-15). Foi isso que aconteceu com o partido dos trabalhadores ao analisar o seu percurso no poder. Apesar de alimentar

o capital financeiro com taxas de juros altíssimas e, também, contentar o capital industrial nacional com políticas que lhes possibilitam intensificar a extração de lucro, em tempos de crise para que o trabalhador não fosse totalmente afetado pelas reformas ortodoxas, Dilma Rousseff contrariou publicamente o capital financeiro, fato que culminou na arquitetura de um golpe político e ideológico.

Julgamos que o processo de reforma estatal com a clara finalidade de mercantilizar esse espaço somado ao desmantelamento do Partido dos Trabalhadores acusado de corrupção faz parte de um movimento educativo que ao mesmo tempo em que organiza a classe burguesa também desorganiza a classe trabalhadora.

Por fim, compreendemos que o triunfo da Terceira Via foi contribuir para que todos os espaços fossem colonizados pelo mercado, inclusive a educação escolar. Primeiramente, com o terceiro setor muitas organizações representantes da classe empresarial ganharam voz dentro do espaço escolar, culminando em transformação de suas diretrizes em políticas educacionais, que tem a finalidade de educar a massa trabalhadora em consonância com as mudanças eclodidas pelo capital em sua fase mundializada que por meio de suas organizações representativas, como o Banco Mundial e UNESCO produzem documentos que conclamam a formação de um espírito empreendedor, desde a mais tenra idade para educar a subjetividade das crianças de acordo com os parâmetros da cidadania ativa.

A título de exemplo, analisamos o Programa Jovens Empreendedores Primeiros Passos, materializado nas escolas municipais de Londrina em parceria com o SEBRAE. Antes de verificar os pressupostos do Programa, analisamos o caminhar histórico do SEBRAE e sua relação com o capital. Por isso, afirmamos que tal instituição atua como aparelho privado de hegemonia na educação dos trabalhadores em prol da formação de um novo homem coletivo que atenda às expectativas da sociabilidade capitalista em sua forma histórica mundial “sob a hegemonia do capital financeiro (CHESNAIS, 1995); ou, ainda, o capitalismo sob a dominância do neoliberalismo como bloco histórico que condiciona e constrange as políticas do Estado político do capital”. (*apud* ALVES, 2014, p. 13).

Esse novo homem, que denominamos de trabalhador-empreendedor, é referenciado nos valores da Terceira Via, a qual formula parâmetros renovados de ética, cidadania e política. Nesse sentido, o JEPP coaduna

com tais objetivos ao adotar como premissa a cultura empreendedora, educando não apenas o sujeito tecnicamente para um dado trabalho, mas também transmitindo modos de pensar e agir coerentes aos anseios da classe dominante. Por isso, procuramos comprovar os pressupostos básicos de tal Programa como uma materialização do projeto da Terceira Via na educação por pelo menos três motivos que citaremos a seguir.

Em primeiro lugar, concluímos que o termo de convênio entre a prefeitura e o SEBRAE representa uma nova forma de privatização enaltecida pela Terceira Via, que é viabilizada mediante as parcerias entre as instituições públicas e privadas, pela qual o terceiro setor assume as responsabilidades que outrora eram do Estado, reproduzindo os interesses burgueses nas esferas estatais com recursos públicos. Esse movimento faz parte de um amplo processo que pretende tornar todas as instituições e relações sociais a imagem e semelhança do mercado.

Em segundo, podemos afirmar que a adoção da cultura empreendedora nas escolas coincide com o cenário de desemprego estrutural, avanço tecnológico e científico, desregulamentação trabalhista, desmantelamento dos direitos sociais e realinhamento da força de trabalho aos parâmetros toyotistas. Exigindo então que o trabalhador se projete como um empresário, proprietário de capital, nesse caso, de capital humano em busca de constantes qualificações para sua expansão e assumindo as responsabilidades por eventuais fracassos ou pela escassez de postos de trabalhos formais, sendo induzido a empreender meios criativos e inovadores para conseguir sobreviver. Tal fenômeno intensifica o enfraquecimento da consciência histórica de classe, já que o antagonismo, assim como postulou Giddens (1996) não mais existe, pois todos são portadores de capital, isto é, não há trabalhadores e sim empreendedores tipificados como empresários.

Em terceiro lugar, os cidadãos são induzidos a amenizarem os problemas gerados pelo capitalismo, os quais são concebidos como isolados e decorrentes de outros motivos. Nesse sentido, tal como orientou Giddens (1996) sobre os cidadãos não esperarem pelo Estado ou pelas empresas e sim agirem por conta própria para solucionar os problemas de sua comunidade. É o que o JEPP prega quando convida a comunidade escolar a participar de promoções para cobrir as carências da escola ou comunidade local, como a compra de óculos de realidade virtual e a aquisição da cadeira de rodas para um aluno sem condições financeiras. Para a Terceira Via, essas ações são denominadas como política de gerativa “que

busca permitir os indivíduos e grupos fazerem as coisas acontecerem, e não esperarem que as coisas lhe aconteçam”. (GIDDENS, 1996, p. 23).

A forma de estimular tais comportamentos se dá pelo estabelecimento do modelo de proteção social identificado de *Welfare* positivo em que o Estado ao invés de prover políticas universais, direciona-se para extrair sustento da sociedade civil, fomentando o empreendedorismo civil no qual os grupos cívicos são convidados a produzirem estratégias criativas e enérgicas para resolver os problemas sociais. Em claras palavras, trata-se de responsabilizar os cidadãos pelas condições deletérias pelas quais perpassa.

Acreditamos que esse movimento de consolidação da sociabilidade burguesa só é possível em decorrência do velamento de suas intenções, cujos discursos são repletos de sutilezas que encantam os corações e conquistam as mentes dos trabalhadores. Além disso, os aparelhos privados de hegemonia não agem isoladamente, contudo, fazem parte de uma rede de atores privados, com ou sem fins lucrativos, que se organizam através de redes para universalizar os interesses da classe burguesa na educação pública, dando consistência, coerência e uma suposta neutralidade às diretrizes do capital para a educação escolar.

Com isso, compreendemos que esse trabalho não pôde esclarecer de modo aprofundado como e quais são os sujeitos políticos coletivos que se organizam em âmbito global para interferir na educação escolar pública com base na cultura empreendedora, a qual faz parte da nova pedagogia da hegemonia. Sabemos que esses atores os quais se articulam em redes, contam com a participação de grandes empresas, especialmente do ramo tecnológico e instituições do terceiro setor e vem disseminando discursos com viés humanitário, dificultando o desvelamento de suas intenções. Esse movimento consiste em um empresariamento da educação seja através da privatização direta, ou por meio da compra de softwares, programas e apostilas que determinam os conteúdos a serem ensinados na escola.

Portanto, a educação empreendedora não é limitada ao município de Londrina e nem ocorre somente por meio do Programa Jovens Empreendedores Primeiros Passos, mas é partícipe de uma totalidade de atores sociais, como a instituição Junior Achievement (JA) fundada no início do século XX com a intenção de materializar os interesses do mundo do negócio nas escolas públicas e privadas. Tal instituição pretende consolidar o empreendedorismo em todos os níveis e

modalidade da educação a fim de tornar o sujeito a imagem e semelhança do mercado, e ao mesmo tempo velar as relações sociais de produção.

Dessa forma, tais projetos do capital vêm adquirindo vitalidade no chão da escola e conquistando os profissionais da educação com a intenção de adormecer a possibilidade de construção de projetos contra hegemônicos por meio do slogan “aprender fazendo” que expressa um viés pragmático e instrumental de educação, ludibriando os trabalhadores com a ideia de que basta ser dotado do espírito empreendedor para ter o seu lugar no mercado de trabalho.

Por fim, concluímos a respeito da importância de aprofundar estudos acerca do empreendedorismo como norteador da formação da subjetividade dos sujeitos de diferentes idades, tendo em vista que o contexto em que tal pesquisa é realizada é de calamidade social, econômica e política, tendo em vista que as medidas de isolamento contribuíram para fortalecer os discursos de demissão em massa, fazendo com que muitos trabalhadores tenham que se reinventar para ter o pão de cada dia.

Assim, a figura do empreender passa a ser exaltada como solução para os males atuais. Antes mesmo do cenário pandêmico, o presidente atual, Jair Messias Bolsonaro, eleito por uma plataforma ultraliberal já evocava o empreendedorismo como solução para o crescente número de desempregados, afirmando categoricamente que o empreendedorismo deve ser ensinado na educação superior a fim de formar empresários: “o jovem precisa sair da faculdade pensando em como transformar o conhecimento obtido em enfermagem, engenharia, nutrição, odontologia, agronomia, etc., em produtos, negócios, riqueza e oportunidades”. (BOLSONARO, 2018, p. 49). Portanto, o empreendedorismo vem sendo aclamado não apenas por forças que se dizem progressistas, mas também por forças conservadoras que realizam um verdadeiro massacre dos direitos trabalhistas de forma explícita.

REFERÊNCIAS

ADRIÃO, Theresa. Escolas *charters* nos EUA: contradições de uma tendência proposta para o Brasil e suas implicações para a oferta da educação pública. **Educação e Filosofia**, Uberlândia, v.28, n.1, p.263-282, 2014.

ALGEBAILLE, Maria Emilia Bertino. Mecanismos regulatórios como elementos constitutivos da nova pedagogia da hegemonia. *In*: NEVES, Lúcia Maria Wanderley (org.). **A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso**. São Paulo: Xamã, 2005, p. 192-206.

ALVES, Gilberto Luiz. O liberalismo e a produção da escola pública moderna. *In*: LOMBARDI, José Claudinei; SANFELICE, José Luís (orgs.). **Liberalismo e educação em debate**. Campinas: Autores associados, 2007, p. 61-87.

ALVES, Antonio Sousa. **As parcerias público/privadas e as feições da gestão gerencial na educação**. 2015. Tese (Doutorado em educação) – Universidade Federal do Pará, Pará, 2015.

ALVES, Andressa Gomes de Rezende. **Gestão escolar para resultados na educação: uma análise da parceria entre o instituto Unibanco e o ministério da educação na execução do projeto jovens do futuro**. 2018. Tese (Doutorado em Educação) – Fundação Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Mato Grosso do Sul, 2018.

AMAZONAS, João. A social-democracia, instrumento do capitalismo. **Princípios**, São Paulo, n.2, p. 5-12, jun. 1981.

ANDERSON, Perry. O balanço do neoliberalismo. *In*: SADER, Emir; GENTILI, Pablo. (Orgs.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p.9-23.

ANDRADE, Joana El Jaick. As origens da social-democracia alemã e seu processo de unificação. **Plural**, São Paulo, n. 14, p.77-102, 2007.

ANDRADE, Fabrício Fontes de. Reestruturação produtiva: dos novos padrões de acumulação capitalista ao novo parâmetro de políticas sociais. **Urutágua**, Maringá, n.10, p.1-9, ago./nov. 2004.

ANGELI, Eduardo. Os usos do individualismo por James Buchanan. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 28, n.1, p.53-70, jan./abr. 2019.

ALCOFORADO, Fernando. **Legado econômico dos governos neoliberais De FHC, Lula E Dilma Roussef**. 2014. Disponível em: <http://pt.slideshare.net/falcoforado/legado-econmico-dos-governos-neoliberais-de-fhc-lula-e-dilma-roussef>>. Acesso em: 10 de setembro de 2020.

ALTMANN, Helena. Influências do Banco Mundial nas políticas educacionais brasileiras. **Educação e Pesquisa**: São Paulo, v.28, n.1, p. 77-89, jan./jun. 2002.

- ANDERSON, Perry. O Brasil de Lula. **Novos Estudos**, São Paulo, v. 33, n. 7, p. 23-52, mar. 2011.
- ALBUQUERQUE, D. Londrina Mais se consagra como maio evento educacional da região. **Blog Londrina**, Londrina. 22 ago.2019.
- ALVES, Giovanni. **Trabalho e neodesenvolvimento**: choque de capitalismo e nova degradação do trabalho no Brasil. 1. ed, Bauru: Praxis, 2014, p. 216.
- ANTUNES, Ricardo. Inglaterra e Brasil: duas rotas do social-liberalismo em duas notas. **Currículo sem Fronteiras**, v. 13, n. 2, p. 204-212, mai./ago. 2013.
- ANTUNES, Ricardo, **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez. 1995.
- ANTUNES, Ricardo (org.). **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.
- ARRETCHE, Marta Tereza da Silva. Uma contribuição para fazermos avaliações menos ingênuas. *In*: BARREIRA, Maria Cecília Roco Nobre; CARVALHO, Maria do Carmo Brant de (Orgs). **Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais**. São Paulo: IEE/PUC-SP, 2001. p. 43-56.
- ARRETCHE, Marta Tereza da Silva. Emergência e desenvolvimento do Welfare State: teorias explicativas. **Bib**: Rio de Janeiro, n.39, p.3-40, set. 1995.
- BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2006. 193 p.
- BAKUNIN, Mikhail. **Escritos contra Marx**. São Paulo: Imaginário, 1920.54p.
- BALL, Stephan J.; YOUDELL, Deborah. *Privatización encubierta en la educación pública*. *In*: **V Congreso Mundial de la Internacional de la Educación 2008**. Bruselas, Internacional de la Educación, 2008.
- BALL, Stephen J. **Educação global S.A**: novas redes políticas e o imaginário neoliberal. Ponta Grossa: UEPG, 2014.
- BANCO MUNDIAL, **Competências e Empregos**: uma Agenda para a Juventude. 2017. Disponível em:< [Emprego e Crescimento: a Agenda da Produtividade / Competências e Empregos: uma Agenda para a Juventude \(worldbank.org\)](http://www.worldbank.org/pt/competencias-e-empregos-uma-agenda-para-a-juventude)>. Acesso em: 01 fev.2020.
- BANCO MUNDIAL. **Relatório sobre o desenvolvimento mundial – 1997**: o Estado num mundo em transformação. Washington, DC: Banco Mundial, 1997.
- BARALDI, F. **Jovens Empreendedores Primeiros Passos em Londrina**. Entrevista realizada por Lorena Mariane Santos Rissi em 01 de outubro de 2020.

BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. Ascensão e crise do governo Dilma Rousseff e o golpe de 2016: poder estrutural, contradição e ideologia. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, p. 1-63, 2017.

BARBIERI, Aline Fabiane. **Políticas para a educação básica no Brasil a partir dos anos de 1990**: a conformação de uma agenda globalmente estruturada para a educação. 2018. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2018.

BARUCO, Grasiela Cristina da Cunha. **Do Consenso Keynesiano ao Pós-Consenso de Washinton**. 2005.105f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2005.

BERNARDO, João. O toyotismo: exploração e controle da força de trabalho. *In*: BERNARDO, João. **Democracia totalitária**: teoria e prática da empresa soberana. São Paulo: Cortez, 2004. p. 77- 137.

BERTOSSE, Ana Paula. **Jovens Empreendedores Primeiros Passos em Londrina**. Entrevista realizada por Lorena Mariane Santos Rissi em 01 de outubro de 2020.

BLOG LONDRINA. Projeto Jovens Empreendedores é apresentado em Curitiba. 21 de dezembro de 2020. Disponível em: < <https://blog.londrina.pr.gov.br/?p=23201> >. Acesso em: 22 dez. 2020.

BOCHINNI, Bruno. FEBRABAN elogia escolha de nova equipe econômica. **Revista Exame**, 2014. Disponível em <https://exame.com/economia/febraban-elogia-escolha-de-nova-equipe-economica>. Acesso em: 10 de setembro de 2020.

BOLSONARO, Jair Messias. **O caminho da Prosperidade** – Proposta de Plano de Governo. Disponível em: <https://abrilveja.files.wordpress.com/2018/10/plano-de-governo-jair-bolsonaro.pdf> .Acesso em: 10 jan.2020.

BORGES, André. Democracia vs. eficiência: a teoria da escolha pública. **Lua Nova**, São Paulo, n. 53, p. 159-206, 2001.

BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.p. 705.

BRASIL, Ministério da Administração e Reforma do Estado (MARE). **Plano Diretor da Reforma do Aparelho de Estado**. Brasília, 1995.

BRASIL. LDB – **Lei de Diretrizes e Bases da Educacional**. Lei 9394/96

BRASIL. Lei nº6.094 de abril de 2007. **Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação**.

BRASIL, Ministério da Educação. **PDE**: encontro com novos prefeitos. Brasília, 2009.

BUCHANAN, James M; TULLOCK, Gordon. *The Calculus of Consent: Logical Foundations of Constitutional Democracy*. 3 ed. Indianapolis: Liberty Fund, 1999.

CAETANO, Maria Raquel. **Relações entre o público e o privado: a gestão pedagógica da educação no programa circuito campeão do instituto Ayrton Senna (2007-2010)**. 2013. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2013.

CAMARGO, Gabrieli Boenke. **O Programa Jovens Empreendedores Primeiros Passos do SEBRAE e a divulgação do empreendedorismo na educação**. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2018.

CARDOSO, Marianna Palace. **O programa mineiro “acelerar para vencer” (PAV): a formação docente e discente no contexto de reforma estatal em Minas Gerais**. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Minas Gerais, 2016.

CARINHATO, Pedro Henrique. Neoliberalismo, Reforma do Estado e Políticas Sociais nas últimas décadas do século XX no Brasil. *Aurora*, Marília, v.1, n.1, p.37-47, dez. 2008.

CASIMIRO, Flávio Henrique Calheiros. **A nova direita: aparelhos de ação política e ideológica no Brasil contemporâneo**. 1ed. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

CASTRO, Luiger Franco. **“Aprender a empreender”**: o projeto de educação do SEBRAE para a educação básica pública. Dissertação (Mestrado Acadêmico) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação, Juiz de Fora, 2019.

CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia**. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 2008. 61 p.

CHAUÍ, Marilena. Fantasia da Terceira Via. *Folha de São Paulo*, São Paulo, . p.1-9, 9 dez. 1999.

CHAUÍ, Marilena. A nova classe trabalhadora brasileira e a ascensão do conservadorismo. *In: JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo (orgs.). Por que gritamos golpe: para entender o impeachment e a crise política no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2016, p. 16-21.

CHESNAIS, François. A globalização e o curso do capitalismo de fim-de-século. **Economia e Sociedade – Revista do Instituto de Economia da Unicamp**, Campinas, n. 5, p 1-30, Dez. 1995.

COAN, Marival. **Educação para o empreendedorismo: implicações epistemológicas, políticas e práticas**. 2011. 540 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Florianópolis, 2011.

COAN, Marival. Educação para o empreendedorismo como slogan do capital. *In*: EVANGELISTA, Olinda (org.). **O que revelam os slogans na política educacional**. 1.ed. Araraquara, SP: Junqueira&Marin, 2014, p. 141-173.

COGGIOLA, Osvaldo. A primeira internacional operária e a comuna de Paris. **Aurora**, Marília, n.8, p. 165-183, ago. 2011.

COGGIOLA, Osvaldo. **A crise de 1929 e a Grande Depressão da década de 1930**. 2011, p.1-43. Disponível em:

<https://www.researchgate.net/publication/287205265_A_Crise_de_1929_e_a_Grande_Depressao_da_Decada_de_1930>. Acesso em: 20 abr. 2020

CÓSSIO, Maria de Fátima; SCHERER, Susana Schneid. Governança em rede e parcerias público-privadas em educação no Estado do RS. **Contrapontos**, Itajaí, v. 19, n.2, jan./dez, 2019. Disponível em: < <https://siaiap32.univali.br//seer/>>. Acesso em 10 nov. 2020.

COSTA, Amanda Cristina. **A participação social expressa na política educacional brasileira na primeira década do século XXI**: uma análise das novas estratégias de educação para o consenso. 2012. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal Juiz de Fora, 2012.

COELHO, Eurelino. **Uma esquerda para o capital**: crise do marxismo e mudanças nos projetos políticos dos grupos dirigentes do PT (1979-1998). Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.

COSTA, Petra. Democracia em vertigem. Disponível na Netflix. 2019.

CORSI, Francisco Luiz. A política econômica do governo Dilma: baixo crescimento e recessão. **Novos Rumos**, Marília, v.53, n.9, p.1-13, jun.2016.

CUNHA, Otávio Augusto. Sob a lógica empreendedora todos devem ser empresas de si mesmos aptos para atuar em uma sociedade pautada pela tragédia social. **A terra é redonda**, 2020. Disponível em: < https://aterraeredonda.com.br/critica-do-empreendedorismo/?utm_source=rss&utm_medium=rss&utm_campaign=critica-do-empreendedorismo&utm_term=2020-09-27>. Acesso em: 10 dez. 2020.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Educação e Contradição**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2000.134 p.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2014.

DERMEVAL, Saviani. **Sistema Nacional de Educação e Plano Nacional de Educação**: significado controvérsias e perspectivas. Campinas: Autores Associados, 2014.

DIAS, Edmundo Fernando. Traição ou lógica? **Revista Universidade e Sociedade**, Brasília, n. 32, p. 9-21, mar. 2004.

DIAS, Marco Antonio. James Buchanan e a “política” da escolha pública. **Estratégica**, v.10, n.1, p.32-45, jun.2010.

DIAS, Maria Carolina Nogueira; GUEDES, Patricia Mota. Modelo de escola de *charter*: a experiência de Pernambuco. São Paulo: **Instituto Fernand Braudel de Economia Mundial**: Fundação Itaú Social, 2010. Disponível em: < [09-escola-charter-artigo_1510163083.pdf\(itausocial.org.br\)](http://09-escola-charter-artigo_1510163083.pdf(itausocial.org.br))>. Acesso em 10 nov. 2020.

DIAS, Marco Antonio. James Buchanan e a “política” na escolha pública. **Ponto e Vírgula**, São Paulo, n.6, p.201-217. 2009.

DIAS, Graziany Penna. **Empreendedorismo, educação e sociabilidade**: a radicalização do indivíduo como sócio majoritário de si. 2019. 566 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação, Juiz de Fora, 2019.

DONÁRIO, Arlindo Alegre; SANTOS, Ricardo Borges do. Keynes e o keynesianismo: uma visão crítica. **Universidade Autônoma de Lisboa**, Lisboa, p. 1-38, jan. 2016.

DOURADO, L.F. PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO: **Política de Estado para a educação brasileira**. Brasília: Inep, 2016.

DRIVER, Stephen; MARTELL, Luke. A esquerda, a direita e a terceira via. *In*: GIDDENS, Anthony (Org.). **O debate global sobre a terceira via**.1.ed.São Paulo: Unesp, 2007.p.65-81.

DUARTE, Newton. Humanização e alienação. *In*: DUARTE, Newton. **A individualidade para si**: contribuição a uma teoria histórico-social da formação do indivíduo. 3. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2013.

DUARTE, Newton. **Vigotski e o “aprender a aprender”**: crítica às apropriações neoliberais e pós-modernas da teoria vigotskiana. 2ed. Campinas: Autores Associados, 2001.

EDWARDS, Michael.Humanizando o capitalismo global: qual caminho tomar? In: GIDDENS, Anthony (Org.). **O debate global sobre a terceira via**.1.ed.São Paulo:Unesp, 2007, p.555-569.

ETHOS, Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social; SEBRAE, Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequenas Empresas. **Responsabilidade social empresarial para micro e pequena empresas**: passo a passo. São Paulo, out. 2003.

EVANGELISTA, Olinda; SHIROMA, Eneida Oto. Educação para o alívio da pobreza: novo tópico na agenda global. **Revista de Educação PUC**, Campinas, n.20, p.43-54, jun.2006.

EVANGELISTA, Olinda. Apontamentos para o Trabalho com Documentos de Política Educacional. *In*: ARAÚJO, R, M. de L.RODRIGUES, D.S. **A Pesquisa em Trabalho, Educação e Políticas Educacionais**. Campinas: Alínea, 2012. p.51-71.

EVANGELISTA, Olinda; SHIROMA, Eneida Oto. Todos pela Educação e o episódio Costin no MEC: a pedagogia do capital em ação na política educacional brasileira. **Trabalho Necessário**, v.10, n. 15, p. 1-22, 2012.

EVANGELISTA, Olinda; TRICHES, Jocemara. Professor: a profissão que pode mudar um país?. *In*: EVANGELISTA, Olinda (Org.). **O que revelam os slogans na política educacional**. 1.ed. Araraquara, SP: Junqueira&Marin, 2014, p. 47-82

FALLEIROS, Ialê; PRONKO, Marcela Alejandra; OLIVEIRA, Maria Teresa Cavalcanti. Fundamentos históricos da formação/ atuação dos intelectuais da nova pedagogia da hegemonia. *In*: NEVES, Lúcia Maria Wanderley (org.). **Direita para o social e esquerda para o capital**: intelectuais da nova pedagogia da hegemonia no Brasil. São Paulo: Xamã, 2010, p. 40-95.

FEIJÓ, F. **Jovens Empreendedores Primeiros Passos em Londrina**. Entrevista realizada por Lorena Mariane Santos Rissi em 25 de setembro de 2020.

FEIJÓ, Ricardo. **Economia e Filosofia na Escola Austríaca**: Menger, Mises e Hayek. São Paulo: Nobel. 2000.

FERRAZ, Cibele Maria. **Veja x Lula**: a mudança da representação de Lula na revista Veja. 2004. Monografia (Especialização em Comunicação Social) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2004.

FELIPPE, Marcio Sotelo. Fascismo no Brasil hoje. **EMRJ**, Rio de Janeiro, v.18, n.67, p.453-458, jan./fev, 2015.

FERREIRA, N.S. A. As pesquisas denominadas “estado da arte”. **Educação & Sociedade**, Campinas, n. 79, ago. 2002.

FERRERA, Maurizio; HEMERIJCK, Anton; RHODES, Marthin. O futuro da Europa social: remodelando o trabalho e o bem-estar social na nova economia. *In*: GIDDENS, Anthony (Org.). **O debate global sobre a terceira via**. São Paulo: Unesp, 2007, p.225-245.

FERNANDES, Katya Lacerda. **Orientação política do plano nacional de educação (2014-2024)**: implicações para a gestão da educação. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação) –Universidade Federal do Tocantins, Tocantins, 2015.

FLACH, Simone Fátima; SCHLESENER, Anita Helena. Educação desinteressada e a análise de políticas educacionais. **HISTEDBR**, Campinas, v.18, n.3, jul./set, p. 780-797, 2018.

FLEURY, Sonia. O Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social do Governo Lula – Texto entregue aos conselheiros em agosto de 2005. *In*: **BRASIL, Secretaria de Relações Institucionais**. 2006.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. Keynes: o liberalismo econômico como mito. **Economia e Sociedade**, Campinas, v.19, n.3, p. 425-447, dez. 2010.

FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história.** 2.ed. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010.

FREITAS, Luiz Carlos de. **A reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias.** 1ed. São Paulo: Expressão Popular, 2018. 160 p.

FREITAS, Luiz Carlos de. Responsabilização, meritocracia e avaliação: conseguiremos escapar ao neotecnicismo? In: **Seminário de Educação Brasileira**, 2011. Anais... SP, Campinas, fevereiro, 2011.

FRIEDMAN, Milton. **Capitalismo e Liberdade.** 1. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2014.208 p.

FRIEDMAN, Milton; FRIEDMAN, Rose D. **Liberdade de escolher.** Rio de Janeiro: Editora Record, 1980. 317 p.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Fundamentos Científicos e Técnicos da Relação Trabalho e Educação no Brasil de Hoje. In: LIMA, Júlio César França (Org.). **Fundamentos da educação escolar do Brasil Contemporâneo.** Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006, p. 241-289.

FRIGOTTO, Gaudêncio. O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. In: FAZENDA, Ivone (org.). **Metodologia da pesquisa educacional.** São Paulo: Cortez, 1989, p.71-89.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Estruturas e sujeitos e os fundamentos da relação trabalho e educação. In: LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Demerval; SANFELICE, José Luís (orgs.). **Capitalismo, trabalho e educação.** Campinas: Autores associados, 2002, p. 61-77.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a crise do capitalismo real.** 6ed. São Paulo: Cortez. 2010. 240 p.

FUNDAMENTOS BÁSICOS DO PROGRAMA JOVENS EMPREENDEDORES
PRIMEIROS PASSOS. SEBRAE. [200-]. Disponível em:

[https://bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/3390d6de90c8840a91d901f4f4980857/\\$File/9915.pdf](https://bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/3390d6de90c8840a91d901f4f4980857/$File/9915.pdf). Acesso em 10 de janeiro de 2021.

GAMBOA, Silvio Ancízar Sanchez. A dialética na pesquisa em educação: elementos de contexto. In: FAZENDA, Ivone (org.). **Metodologia da pesquisa educacional.** São Paulo: Cortez, 1989, p.93-115.

GARCIA, Jeferson Diogo de Andrade. **Política educacional a partir dos anos 1990: uma análise dos fundamentos e a função social da formação para a cidadania ativa.** Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2015.

GENTILI, Pablo. **A falsificação do consenso: simulacro e imposição na reforma educacional do neoliberalismo.** Petrópolis RJ: Vozes, 1998.141 p.

- GENTILI, Pablo. Três teses sobre a relação trabalho e educação em tempos neoliberais. *In*: LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Demerval; SANFELICE, José Luís (orgs.). **Capitalismo, trabalho e educação**. Campinas: Autores Associados, HISTEDBR, 2002.
- GIDDENS, Anthony. **A terceira via**. 1. ed. Rio de Janeiro: Record, 1999.173 p.
- GIDDENS, Anthony (Org.). **O debate global sobre a terceira via**.1.ed.São Paulo: Unesp, 2007.615 p.
- GIDDENS, Anthony. **Para uma terceira via**. 1ed. Lisboa: Presença, 1999, 141 p.
- GIDDENS, Anthony. **A terceira via e seus críticos**. Rio de Janeiro: Recorde, 2001a, 190p.
- GIDDENS, Anthony. **A terceira via: reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da social-democracia**. Tradução de Maria Luiza X de A. Borges. 4 ed. Rio de Janeiro: Record, 2001b.
- GIDDENS, Anthony. **Para além da esquerda e da direita**. São Paulo: Editora Unesp da Fundação para o Desenvolvimento da Universidade Estadual Paulista, 1996, 296 p.
- GOMES, Ciro. Por que o golpe acontece. *In*: JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo (orgs.): **Por que gritamos golpe: para entender o impeachment e a crise política no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2016, p. 31-37.
- GOMES, Fábio Guedes. O conflito social e Welfare State: Estado e desenvolvimento social no Brasil. **Rev. Adm. Pública**, Rio de Janeiro, v. 40, n.2, p.201-236, mar./abril, 2006.
- GONÇALVES, Suzane da Rocha Vieira. Interesses mercadológicos e o “novo” ensino médio. **Revista Retratos da Escola**. Brasília, v.11, n.20, p.131-145, jan./jun.2017.
- GONÇALVES, Alcindo. **O conceito de governança**. *In*: XIV Congresso Nacional do Conpedi – Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito, Fortaleza, 2005. p.1-16.
- GROPPO, L. A.; MARTINS, M. F. Terceira Via e políticas educacionais: um novo mantra para a educação. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, Goiânia, v. 24, n. 2, p. 215-233, 2008.
- GUIOT, André Pereira. **Dominação burguesa no Brasil – Estado e sociedade civil no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) entre 2003 e 2010**. 2015. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015.
- GUIMARÃES, Cátia. Educar para o setor produtivo: Pronatec é carro-chefe das

parcerias público-privadas na Educação Profissional. **EPSJV/Fiocruz**. 28 mai. 2013. Disponível em <http://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/reportagem/educar-para-o-setor-productivo>. Acesso em: 10 set. 2020.

HARVEY, David. **O neoliberalismo história e implicações**. São Paulo: Loyola, 2005.124p.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Loyola. 1992.

HAYEK, Friedrich August von. **O caminho da servidão**. Rio de Janeiro: Vide Editorial, 2013. 221 p.

HAYEK, Friedrich August von. **O caminho da servidão**. 5 ed. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1990. 221 p.

HEDLER, A.P. Servidores de Londrina participam de concurso sobre Educação Empreendedora. **Blog Londrina**, Londrina. 01 jan.2019.

HEDLER, A.P. Servidores de Londrina participam de concurso sobre Educação Empreendedora. **Blog Londrina**, Londrina. 01 jan.2019.

HOBBSAWN, Eric. **A Era dos Extremos: o breve século XX**, São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IORIO, Ubiratan. As três escolas liberais do século XX. **Instituto Mises Brasil**, 2011. Disponível em: <<https://www.mises.org.br/article/1064/as-tres-escolas-liberais-do-seculo-xx>>. Acesso em: 20 dez. 2020.

IAONINI, Marcos. Políticas Públicas e Estado: o Plano Real. **Lua Nova**, São Paulo, v.78, p. 143-183.2009.

ISMÁLIA, Afonso. Ampliação do Pronatec aumenta produtividade da indústria e estimula crescimento do país, avalia presidente da CNI. **Agência CNI e notícias**, 2014. Disponível em: <<https://noticias.portaldaindustria.com.br/noticias/educacao/ampliacao-do-pronatec-aumenta-productividade-da-industria-e-estimula-crescimento-do-pais-avalia-presidente-da-cni/>>. Acesso em: 10 set. 2020.

JINKINGS, Ivana. O golpe tem vergonha de ser chamado de golpe. *In*: JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo (orgs.): **Por que gritamos golpe: para entender o impeachment e a crise política no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2016, p. 12-14.

KANAAN, Hanen Sarkis. O fim da história e o último homem. **Percursos**: Florianópolis, v.6, n.1, p.1-10. 2005

KEYNES, John Maynard. **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. São Paulo: Nova Cultural Ltda, 1996, p. 328.

KLEIN, Naomi. **A doutrina do choque**. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 2008, 590p.

KUENZER, Acacia Zeneida. Trabalho e escola: a flexibilização do ensino médio no contexto do regime de acumulação flexível. **Educ. Soc**, Campinas, v.38, n.139, p. 331-354, 2017.

KONDER, Leandro. **O que é dialética**. 28.ed. São Paulo: Brasiliense, 2008.

KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto**. 1 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

KUENZER, Acacia Zeneida. Exclusão includente e inclusão excludente. *In*: LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Demerval; SANFELICE, José Luís (orgs.). **Capitalismo, trabalho e educação**. Campinas: Autores associados, 2002, p. 77-97.

KUENZER, A. Z. **Ensino médio e profissional: as políticas do estado neoliberal**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

KUENZER, Acacia Zenaide. A formação de professores para o ensino médio: velhos problemas, novos desafios. **Educação e Sociedade**, Campinas, v.32, n. 116, p.667-688, jul./set, 2011.

LAMARAO, Marco Vinicius Moreira. **O conselho do FUNDEB no município de Itaboraí e a democracia da terceira via: uma análise crítica**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

LATHAM, Mark. Uma ou mais terceiras vias?. *In*: GIDDENS, Anthony (Org.). **O debate global sobre a terceira via**. 1.ed. São Paulo: Unesp, 2007, p.51-65.

LASSALLE, Ferdinand. **Manifesto operário e outros textos**. Brasília: Instituto Teótonio Vilela, 1999.

LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público**. São Paulo: Boitempo, 2019.

LEHER, Roberto. Uma penetrante perspectiva teórica para compreender como os dominantes dominam. *In*: NEVES, Lúcia Maria Wanderley ; MARTINS, André Silva. **A direita para o social e a esquerda para o capital: intelectuais da nova pedagogia da hegemonia no Brasil**. São Paulo: Xamã, 2010, p. 11-18.

LEKACHMAN, Roberto. **Teoria geral de Keynes**. São Paulo: Ibrasa, 1968.

LIBERATO, Antonio Carlos Teixeira. Empreendedorismo na escola pública: despertando competências, promovendo a esperança!. **Biblioteca Interativa**, Rio de Janeiro. SEBRAE. 2007.

LIMA, Kátia Regina de Souza; MARTINS, André Silva. Pressupostos, princípios e estratégias. *In*: NEVES, Lúcia Maria Wanderley (org.). **A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso**. São Paulo: Xamã, 2005, p. 43-67.

LIMA, Kátia Regina de Souza. Governo Lula – “neoliberalismo requeitado e requintado”. Elementos políticos da reforma da educação superior. *In*: **Revista**

Universidade e Sociedade, Brasília, n. 32, p. 59-68, mar.2004.

LIMA, Kátia. Plano Nacional de Educação 2014-2024: nova fase do privatismo e da certificação em larga escala. *In: Revista Universidade e Sociedade*, Brasília, n.55, p.32-44, mar. 2015

LIMA, Francisca Gomes. **Os programas de transferência de renda no governo Dilma Rousseff: uma análise a partir do Plano Brasil sem Miséria**. 2015. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2015.

LUIZ, Jessica Martins Marques. **Políticas públicas para a educação básica nos anos de 1990: a redefinição de valores**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2017.

LOMBARDI, José Claudinei; SANFELICE, José Luís (Orgs). **Liberalismo e educação em debate**. Campinas: Autores Associados, 2007.

MANCIBO, Deise. Crise político-econômica no Brasil: breve análise da educação superior. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 38, nº. 141, p.875-892, out./ dez. 2017.

MARINGONI, Gilberto; SICSÚ, João. Avaliando o desempenho do PT e do governo Lula. Quem perdeu? Quem ganhou?. *In: PAULA, João Antonio de (Org.). Adeus ao desenvolvimento: a opção do governo Lula*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.p.105-125.

MARTINS, André Silva. A relação Estado e sociedade civil no governo Lula. *In: Revista Universidade e Sociedade*, Brasília, n.32, p. 32-42, mar. 2004.

MARTINS, André Silva. Estratégias burguesas de obtenção do consenso nos anos de neoliberalismo da Terceira Via. *In: NEVES, Lúcia Maria Wanderley (org.). A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso*. São Paulo: Xamã, 2005, p. 127-175.

MARTINS, André Silva. A educação básica no século XXI: o projeto do organismo "Todos pela Educação". **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v.4, n.1, p. 21-28, jan./jun, 2009.

MARTINS, Erika Moreira. **Empresariamento da educação básica na América Latina: redes empresariais prol educação**. 2019. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2019.

MATTEI, Lauro. Gênese e agenda do novo desenvolvimentismo brasileiro. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v.33, n.1, p. 41-59, jan./mar. 2013.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARI, Cezar Luiz de. Algumas questões relativas à proposição sociedade do conhecimento. *In*: EVANGELISTA, Olinda (Org.). **O que revelam os slogans na política educacional**. 1.ed. Araraquara, SP: Junqueira&Marin, 2014, p. 83-101.

MARSHALL, Francisco. Os pseudo-liberais brasileiros. **Sul 21**. 25 dez. 2016. Disponível em: <https://www.sul21.com.br/opiniaopublica/2016/12/os-pseudo-liberais-brasileiros-por-francisco-marshall/>. Acesso em: 04 fev.2019.

MARTINS, André Silva. **A direita para o social**: a educação da sociabilidade no Brasil contemporâneo. Juiz de Fora: Editora da UFJF, 2009.

MARTINS, Lucas Vinicius Bueno. Pac: o new deal brasileiro? Faculdade Getúlio Vargas, São Paulo, p. 1-40, 2011.

MARTINS, Lígia Marcia. Da concepção de homem à concepção de psiquismo. *In*: MARTINS, Lígia Marcia. **A formação social da personalidade do professor**: um enfoque vigotskiano. 2.ed Campinas: Autores Associados LTDA, 2015, p. 30-74.

MARTINS, André Silva; NEVES, Lúcia Maria Wanderley. A nova pedagogia da hegemonia e a formação/ atuação de seus intelectuais orgânicos. *In*: NEVES, Lúcia Maria Wanderley ; MARTINS, André Silva. **A direita para o social e a esquerda para o capital**: intelectuais da nova pedagogia da hegemonia no Brasil. São Paulo: Xamã, 2010, p. 12-20.

MARX, Karl. **Crítica do Programa de Gotha**. São Paulo: Boitempo, 2012.

MARX, Karl. **Formações econômicas pré-capitalistas**. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1975.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **O manifesto do Partido Comunista**. Porto Alegre, L&PM, 2016.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**: Feuerbach - a oposição entre as cosmovisões materialista e idealista.1.ed. São Paulo: Martin Claret, 2005. 148 p.

MEDEIROS, Islayne Monalisa da Silva. **A atuação do instituto natura na educação pública brasileira (2011-2013)**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraíba, João Pessoa, 2015.

MELO, Adriana Almeida Sales de et al.. Mudanças na educação básica no capitalismo neoliberal de Terceira Via no Brasil. *In*: MARTINS, André Silva; NEVES, Lúcia Maria Wanderley. **Educação básica**: tragédia anunciada. São Paulo: Xamã, 2015, p. 21-43.

MELO, Marcelo Paula de; FALLEIROS, Ialê. Reforma da aparelhagem estatal: novas estratégias de legitimação social. *In*: NEVES, Lúcia Maria Wanderley (org.). **A nova pedagogia da hegemonia**: estratégias do capital para educar o consenso. São Paulo: Xamã, 2005, p. 175-193.

- MELO, Adriana Almeida Sales de. **A mundialização da educação: o projeto neoliberal de sociedade e de educação no Brasil e na Venezuela.** 2003. 266f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.
- MENDES, Áquilas; MARQUES, Rosa MARIA. Desvendando o social do governo Lula: a construção de uma nova base de apoio. *In: PAULA, João Antonio de (Org.). Adeus ao desenvolvimento: a opção do governo Lula.* BeloHorizonte: Autêntica, 2005.p.125-143.
- MENGER, Carl. **Princípios da economia política.** São Paulo: Victor Civita, 1983.
- MERKEL, Wolfgang.As terceiras vias da democracia social. *In: GIDDENS, Anthony (Org.). O debate global sobre a terceira via.*1.ed.São Paulo:Unesp, 2007, p.83-113.
- MÈSZÁROS, István .**Para além do capital.**São Paulo:Boitempo, 2005.
- MEZAROBA, Gilson. **Imperialismo e educação: a relação entre a educação pública e as fundações e institutos empresariais no Brasil (1990-2014).** 2017. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2017.
- MIDGLEY, James. Crescimento, redistribuição e bem-estar: rumo ao investimento social. *In: GIDDENS, Anthony (Org.). O debate global sobre a terceira via.* São Paulo: Unesp, 2007, p.225-245.
- MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL REFORMA DO ESTADO (MARE). **O Conselho de Reforma do Estado.** Brasília: MARE, 1997. 38p. Cadernos MARE da Reforma do Estado; volume 8.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Plano de Ações Articuladas – PAR: **Caderno de estudos / Programa Nacional de Formação Continuada a Distância nas Ações do FNDE.** 1. ed. Brasília : MEC, FNDE, 2019.
- MINTO, Lalo Watanabe. A educação da “miséria”: particularidade capitalista e educação superior no Brasil. **Germinal: marxismo e educação em debate,** São Paulo, v.6, n.1, p. 270-278, jun. 2014.
- MISES, Ludwig von. **A mentalidade anticapitalista.** 2. ed. Campinas, SP:Vide Editorial, 2015. 158 p.
- MOISÉS, José Álvaro. Eleições participações e cultura política: mudanças e continuidades. **Lua Nova,** São Paulo, n.22, p. 133-187, dez. 1990.
- MONTAÑO, Carlos. **Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social.** 5 ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- MOTTA, Vânia Cardoso. **Plano Nacional de Educação 2014: o lugar da democracia, da escola pública e da autonomia institucional.** *In: VII Jornada Internacional de Políticas Públicas.* São Luís, Universidade Federal do Maranhão, 2015, p. 1-13.

- MORO, Ana Elisa Ferreira. **O modelo de Welfare State social-democrata de Esping-Andersen: uma reconstituição de seus princípios.** 2014. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 2014.
- MORAES, Reginaldo C.Corrêa de. Liberalismo Clássico: notas sobre sua história e alguns de seus argumentos. **Textos Didáticos**, Campinas, n.40, p.1-42, jan.2000.
- MORAES, Reginaldo C. **Neoliberalismo** - de onde vem, para onde vai? São Paulo: editora Senac, 2001. 88p.
- NAVARRO, Vicente. Produção e estado de bem-estar. O contexto político das reformas. **Lua Nova**, São Paulo, n.28, p.1-19, abr.1996.
- NETO, Otávio Cruz. O trabalho de campo como descoberta e criação. *In*: MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** 21.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003, p.51-66.
- NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia Política: uma introdução crítica.** 8 ed. São Paulo: Cortez, 2012. 271 p.
- NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx.** 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- NETTO, José Paulo. **Crise do socialismo e ofensiva neoliberal.** 2.ed. São Paulo: Cortez, 1995. 93 p.
- NEVES, Lúcia Maria Wanderley. A sociedade civil como espaço estratégico de difusão da nova pedagogia da hegemonia. *In*: NEVES, Lúcia Maria Wanderley (org.). **A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso.** São Paulo: Xamã, 2005, p. 85-125.
- NEVES, Lúcia Maria Wanderley; SANT'ANNA, Ronaldo. Introdução: Gramsci, o Estado educador e a nova pedagogia da hegemonia. *In*: NEVES, Lúcia Maria Wanderley (org.). **A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso.** São Paulo: Xamã, 2005, p. 19-39.
- NETO, José Batista de Queirós. **Neoliberalismo e o bloco no poder no Brasil durante o governo Lula.** *In*: Anais do V Simpósio Internacional Lutas Sociais na América Latina. 2013. Campina Grande. p.1-15.
- NETO, João Machado Borges. Governo Lula: uma opção neoliberal. *In*: PAULA, João Antonio de (Org.). **Adeus ao desenvolvimento: a opção do governo Lula.** Belo Horizonte: Autêntica, 2005. p.69-93.
- NETO, José Batista de Queirós. **O bloco no poder no Brasil durante o governo Lula (2003-2010).** 2015. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2015.
- NEVES, Lúcia Maria Wanderley. A sociedade civil como espaço estratégico de difusão da nova pedagogia da hegemonia. *In*: NEVES, Lúcia Maria Wanderley (org.).

A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso. São Paulo: Xamã, 2005, p. 85-125.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley; OLIVEIRA, Marcos Marques de. O que querem os empresários educacionais do governo Lula? *In: Revista Universidade e Sociedade*, Brasília, n. 32. Brasília, p. 43-50, mar. 2004.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. Sociedade civil, entre o político-estatal e o universo gerencial. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*: São Paulo, v.18, n. 52. p.186-202. jun, 2003.

O' Connor, James. **EUA: a crise fiscal do Estado.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

OLIVEIRA, Fernanda Silvia de; MORENO, Felipe Thiago; DEBERTIS, Mariane Bruzon; NALIN, André Luiz; FLORENCIO, Marcio Ferreira. **TEORIA KEYNESIANA, John Maynard Keynes: "O Gênio de um artista rebelde"**. [200-]. 24f. Trabalho de curso (curso de ciências contábeis) – Universidade Paulista. Instituto de Ciências Sociais e Comunicações. São Paulo.

OLIVA, Aloizio Mercadante. **As bases do Novo Desenvolvimentismo no Brasil: análise do governo Lula (2003-2010).** 2010. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

OLIVEIRA, Miguel Darcy de. **Discursos selecionados do presidente Fernando Henrique Cardoso.** Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009. 92 p.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. As políticas educacionais no governo Lula: rupturas e permanências. *A Revista Brasileira de Política e Administração da Educação (RBPAE)*, São Paulo, v.25, n.2, p. 197-209, mai./ago. 2009.

OLIVEIRA, Guilherme. Aécio Neves promete oposição 'incansável e intransigente'. **Agência Senado**, 2014. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2014/11/05/aecio-neves-promete-oposicao-201cincansavel-e-intransigente201d>. Acesso em: 10 set. 2020.

OLIVEIRA, Ana Paula de; OLIVEIRA, Dirce Benedita de; NERY, Miriã Barbosa; SILVA, Thiago Ferreira da. TQC – Controle de qualidade total. **Faef**, Garça, [200-]. p. 1-5.

OLIVEIRA, Antonio Cardoso. **As parcerias público-privadas na educação profissional: um estudo sobre o PRONATEC no município de Pelotas.** 2018. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2018.

OLTRAMARI, Adriano. 30 mil estudantes da rede pública de Londrina são atendidos pelo Educação Empreendedora. **Agência SEBRAE de notícias**. Londrina 04 jul.2016a. Disponível em :< [< ASN - 30 mil estudantes da rede pública de Londrina são atendidos pelo Educação Empreendedora \(agenciasebrae.com.br\)>](http://ASN - 30 mil estudantes da rede pública de Londrina são atendidos pelo Educação Empreendedora (agenciasebrae.com.br))>. Acesso em: 20 de janeiro de 2020.

OLTRAMARI, Adriano. Cooperação entre Sebrae/PR e Seed assegura educação empreendedora na rede estadual. **Agência SEBRAE de notícias**. Londrina 04 jul.2016b. Disponível em <[ASN - Cooperação entre Sebrae/PR e Seed assegura educação empreendedora na rede estadual \(agenciasebrae.com.br\)](http://ASN - Cooperação entre Sebrae/PR e Seed assegura educação empreendedora na rede estadual (agenciasebrae.com.br))>. Acesso em: 20 de janeiro de 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. **Educação: um tesouro a descobrir: relatório para a Unesco da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI**. Brasília, DF: UNESCO, 2010.

ORIKASA, M. Londrina Mais tem programação até sábado no Ney Braga. **Folha de Londrina**, Londrina. 22 ago. 2019.

ORSO, José Paulino. Neoliberalismo: equívocos e consequências. *In*: LOMBARDI, José Claudinei; SANFELICE, José Luís. **Liberalismo e educação em debate**. Campinas: Autores e Associados, 2007, p. 163-185.

PAIM, Antônio. **Do socialismo à social-democracia**. Rio de Janeiro: Rio, 2001, 89p.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. **A reforma do estado nos anos 90: lógica e mecanismos de controle**. Brasília, Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, 1997.

PEREIRA, João Marcio Mendes. Poder política e dinheiro: a trajetória do Banco Mundial entre 1980 e 2013. *In*: PEREIRA, João Marcio Mendes; PRONKO, Marcela. (org.). **A demolição de direitos: um exame das políticas do Banco Mundial para a educação e a saúde (1980-2013)**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2015.p. 19-65.

PERONI, Vera Maria Vidal. A centralização/ descentralização da política educacional nos anos 90 no contexto da proposta e reforma do Estado no Brasil. **Revista do Mestrado em Educação**, Mato Grosso, v. 3 n. 6, p. 67-74, p. 1997.

PERONI, Vera Maria; CAETANO, Maria Raquel. Redefinições no papel do Estado: Terceira Via, Novo Desenvolvimentismo e as parcerias público-privadas na educação. **Revista Educação e Contemporaneidade**, Salvador v.21, n.38, p. 57-67, jul/dez.2012.

PERONI, Maria Vidal. **Redefinições das fronteiras entre o público e o privado: implicações para a democratização da educação**. Brasília: Liber Livro, 2013.

PERONI, Maria Vidal; AMARAL, Josiane Carolina Soares Ramos do; COMERLATTO, Luciani Paz; SUSIN, Maria Otilia Kroeff. Terceira Via, Terceiro Setor e a parceria IAS/sistemas de ensino público no Brasil. **Educação teoria e prática**, Rio Claro, v.19, n. 32, p.17-35, jan./jun, 2009.

PERONI, Vera Maria Vidal. Múltiplas formas de materialização do privado na educação básica pública no Brasil: sujeitos e conteúdo da proposta. **Currículo sem fronteiras**, v. 18, n. 1, p. 212-238, jan./mar. 2018. 020.

PERONI, Vera Maria Vidal. Implicações da relação público-privado para a democratização da educação no Brasil. *In*: PERONI, Vera Maria Vidal (Org.). **Diálogos sobre as redefinições no papel do Estado e nas fronteiras entre o público e o privado na educação**. São Leopoldo: Oikos, 2015, p. 14-35.

PIO, C. **Jovens Empreendedores Primeiros Passos em Londrina**. Entrevista realizada por Lorena Mariane Santos Rissi em 14 de setembro de 2020.

PICOLI, Daphnae Helena. **O pensamento de John Maynard Keynes na década de 50: crise e recuperação nos EUA (1933-1942)**. 2013. Monografia (Instituto de Economia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.

PINA, Leonardo Docena. **“Responsabilidade Social” e educação escolar: o projeto de educação básica da “direita para o social” e suas repercussões na política educacional do Brasil contemporânea**. 2016. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2016.

PINA, Leonardo Docena. A nova pedagogia da hegemonia e a inclusão social. **Revista HISTEDBR**, Campinas, n.43, p. 237-253, set. 2011.

PIRES, Daniela de Oliveira. **A configuração jurídica e normativa da relação público-privada no Brasil na promoção do direito à educação**. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

POULANTZAS, Nicos. As classes sociais e sua reprodução ampliada. *In*: POULANTZAS, Nicos. **As classes sociais no capitalismo de hoje**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. p. 11- 38.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LONDRINA. **Convênio de cooperação técnica que entre si celebram o município de Londrina e o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do estado do Paraná – SEBRAE/PR**. Londrina, 30 de janeiro de 2016.

PRZEWORSKI, Adam. **Capitalismo e social-democracia**. 2 ed. São Paulo: Companhia das letras, 1995. 330 p.

PUELLO-SOCORRÁS, José Francisco. **Nueva gramática del neo-liberalismo: itinerários teóricos, trayectorias intelectuales, claves ideológicas**. 1.ed. Colombia: Digiprint Editores, 2008.

QUEIROZ, Felipe. Crise política no governo Dilma Rousseff: uma análise a partir do conflito de classes. **Revista Eletrônica de Ciências Sociais**, Juiz de Fora, n. 27, p. 136-153, 2018.

RAMOS, Marise Nogueira. **A pedagogia das competências: autonomia ou adaptação?**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2006.

RIBEIRO, Andressa de Freitas. Taylorismo, fordismo e toyotismo. **Lutas Sociais**, São Paulo, v. 19, n. 35, p.65-79, jun./dez, 2015.

RISSI, Lorena Mariane Santos. **Neoliberalismo e a política educacional: de Collor, FHC ao governo Lula**. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina. 2017.

RISSI, Lorena Mariane Santos. A reforma do ensino médio sob a lógica de trabalho do sistema toyotista. *In: Congresso Internacional de Educação*, Londrina, p. 1-12. 2019.

RODRIGUES, Ronir de Oliveira. **O programa de expansão e melhoria do ensino médio no Rio Grande do Sul (1999/2002): a afirmação do público na construção das políticas educacionais**. 2006. Dissertação (Mestre em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2006.

RODRIGUES, Marilda Merência. Matrizes e repercussões da educação ao longo da vida como política educacional. *In: EVANGELISTA, Olinda (Org.). O que revelam os slogans na política educacional*. 1.ed. Araraquara, SP: Junqueira&Marin, 2014, p. 203-245.

ROMANOSWKI, Joana Paulin; ENS, Romila Teodora. As pesquisas denominadas do tipo “Estado da Arte” em educação. **Diálogos Educacionais**, Curitiba, v.6, n. 19, p.37-50.set./dez. 2006.

ROSA, Sanny Silva. Entrevista com Stephen J. Ball – Privatizações da educação e novas subjetividades: contornos e desdobramentos das políticas (pós) neoliberais. **Revista Brasileira de Educação**, Campinas, v. 18, n. 53, p. 457- 466, abr./jun. 2013.

ROBERTSON, Susan; VERGER, Antony. A origem das parcerias público-privada na governança global da educação. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 33, n. 121, p. 1133-1156, dez. 2012.

RUIZ, Maria José Ferreira; CZERNISZ, Eliane Cleide da Silva; FERNANDES, Tânia da Costa. Políticas para a educação superior nos limites da democracia liberal. **Reflexão e Ação**, Santa Cruz do Sul, v.26, n.3,p. 123-135. Set/dez, 2008.

RUSSI, Ana Claudia Rodrigues. **Política de reconhecimento e valorização da diversidade a partir da década de 1990: uma nova forma de fomento ao individualismo**. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2017.

SAES, Décio. **Estado e Democracia**: ensaios teóricos. 2 ed. Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 1998.

SALDANHA, Letícia de Luca Wollmann. **Pronatec e a proclamada política de democratização da educação profissional técnica de nível médio**: acesso, abandono e permanência a partir de um estudo de caso. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2016.

SANTANA, L. C. **Liberalismo, Ensino e Privatização**: um estudo a partir dos clássicos da economia política. Tese de Doutorado (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1996.

SAUL, Renato P. Giddens: da ontologia social ao programa político, sem retorno. **Dossiê Sociologias**, Porto Alegre, v.5, n.9, p.142-173, jan./jun, 2003.

SARTORATO, Diego. Novo livro de FHC requebra ideia de “terceira via” dos anos 90. **Brasil de Fato**, Brasília, 24 mai.2018.

SAVIANI, Dermeval. **Sobre a natureza e especificidade da Educação**. Pedagogia Histórico-crítico: primeiras aproximações. 3. ed. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1992 , p.19-30.

SAVIANI, Demerval. O Plano de Desenvolvimento da Educação: análise do projeto do MEC. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 28, n. 100. p. 1231-55, out. 2007.

SAVIANI, Demerval. O Plano de Desenvolvimento da Educação: análise do projeto do MEC. **Educação e Sociedade**, Campinas, v.28, n.100, p. 1231-1255, out.2007.

SANTIAGO, Frederico Marcio Leandro. **Educação e desenvolvimento em Pernambuco entre 2004 e 2014**: desvelando os nexos do Programa de Educação Integral com o rejuvenescimento da Teoria do Capital Humano. 2014. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014.

SANTOS, Mauricio Ivan dos. **Parceria público-privada na educação**: a proposta da educação para o empreendedorismo do instituto empreender Endeavor. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

SCHEFFER, Fernando. Esquerda e direita: velhos e novos temas. *In*: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 38. 2014, Caxambu. **Anais...** Caxambu, 2014.

SEBRAE. **Resolução CDN N°. 354/2020**. Brasília, DF, out 2020a.. Disponível em <<https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/Estatuto%20Social%20Sebrae.pdf>>. Acesso em 10 de novembro de 2020a.

SEBRAE. **Jovens Empreendedores Primeiros Passos**: O mundo das ervas aromáticas: 1° série/ Livro do Professor. Brasília: SEBRAE, 2020 b.

SEBRAE. **Jovens Empreendedores Primeiros Passos**: Temperos naturais 2° série/ Livro do Professor. Brasília: SEBRAE, 2020 c.

SEBRAE. **Jovens Empreendedores Primeiro Passos**: Eco papelaria: 6º ano/ Livro do Professor. Brasília: SEBRAE, 2011.

SEBRAE, **PROGRAMA JOVENS EMPREENDEDORES PRIMEIROS PASSOS: FUNDAMENTAÇÃO METODOLÓGICA MANUAL DO PARTICIPANTE**, Brasília: SEBRAE, 2012.

SEBRAE. **Programa Nacional da Educação Empreendedora**. Out. 2018. Disponível em: < <https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/sebraeaz/educacao-empreendedor-no-ensino-medio.358aa15d81d36410VgnVCM2000003c74010aRCRD>>. Acesso em: 10 nov. 2020.

SHIROMA, Eneida Oto; EVANGELISTA, Olinda. Luzes que desiluminam: uma análise dos slogans na política educacional. *In*: EVANGELISTA, Olinda (Org.). **O que revelam os slogans na política educacional**. 1.ed. Araraquara, SP: Junqueira&Marin, 2014. p. 11-28

SHIROMA, Eneida Oto; MORAES, Maria Célia Marcondes; EVANGELISTA, Olinda. **Política Educacional**. 3.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

SHIROMA, Eneida Oto; MORAES, Maria Célia Marcondes; EVANGELISTA, Olinda. Estado, capital e educação: reflexões sobre hegemonia e redes de governança. **Revista Educação**: Dourado, v.4, n.11, p. 21-38, p. 21-38, mai./ago.2014.

SCHULTZ, Theodoro W. **O capital humano**: investimentos em educação e pesquisa. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973

SILVA, Mayra Goulart da; LOURENÇO, Beatriz Soares; CARVALHO, Julio César Pereira de. Hegemonia, fração de classe e financeirização do capital: elementos para uma abordagem marxista e sistêmica sobre a crise política brasileira. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v.49, n. 1, p.166-201, mar./jun. 2018.

SILVA, Ana Maria Clementino Jesus e. **As tensões e contradições das políticas educacionais brasileiras dos governos de Lula e Dilma Rousseff**: o Ideb e o Programa Mais Educação. 2019. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Uberlândia. 2019.

SILVA, Yasmin La Manna Marques. **Do neoliberalismo ao neodesenvolvimentismo**: a trajetória brasileira nas últimas décadas. 2015. Dissertação (Mestrado em Economia) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. 2015.

SILVEIRA, Laura Carvalho. **Relações entre a CNI e o Pronatec**. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016.

SIMÕES, André. A centralidade das políticas sociais no modelo de desenvolvimento britânico do Novo Trabalhismo. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 23, n.3 (52),

p. 669-696, dez, 2014.

SINGER, André. Classes e ideologias cruzadas. **Novos Estudos**, São Paulo, Novos, n.97, p. 23-4, nov.2013.

SINGER, A. Cutucando onças com varas curtas: o ensaio desenvolvimentista no primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014). **Novos Estudos**, São Paulo, v.1, n.102, p. 39-67, 2015.

SEMERARO, Giovanni. **Gramsci e a sociedade civil: cultura e educação para a democracia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

SCHMIDT, Felipe Jose. **Concepção de cidadania no programa de educação cooperativa “a união faz a vida” da fundação Sicredi: adaptação ou emancipação**. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2017.

SCHUMPETER, Joseph Alois. **Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico**. São Paulo: Nova Cultural, 1997.

SKS, Flavia do Canto. **Busca Booleana: teoria e prática**. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Gestão da Informação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2005.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. Origem e desenvolvimento do *welfare state*, **Política Públicas**, Maranhão, v.1, n.1, p.1-23, 1995.

SILVA, Sabrina Diamantino da. **A influência neoliberal na educação**. 2010. 45f. Monografia (Licenciatura em Pedagogia) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2011.

SILVA, Domingos Pereira da. **O Plano de Desenvolvimento da Educação no contexto do neoliberalismo reconfigurado**. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2016.

SILVA, Domingos Pereira. **Planejamento e gestão escolar: concepções e implicações**. 2011. 99f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica, Goiás, 2011.

SIQUEIRA, Angelade. Reformas da educação superior no Chile: no período 1970-2000. *In*: ADRIÃO, Theresa; GIL, Juca (Org.). **Educação no Chile: olhares do Brasil**. São Paulo: Xamã. 2009, p.33-59.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações: investigando sobre sua natureza e suas causas**. 2 ed. São Paulo: Nova Cultural LTDA, 1996.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações (compêndio)**. 1 ed. São Paulo: Hunter Books, 2014.

SOUZA, Camila Azevedo. Mundialização da educação e responsabilidade social. **Trabalho Necessário**, Rio de Janeiro, n. 17, v. 11, p. 1-29, 2013.

SOUZA, Celina; CARVALHO, Inaiá M.M. Reforma do Estado, descentralização e desigualdades. **Lua Nova**, São Paulo, n.48, p. 187-244, dez.1990.

SOUZA, André Portela de. Políticas de distribuição de renda no Brasil e o Bolsa Família. *In*: BACHA, Edmar Lisboa; SCWARTZMAN, Simone (Org.). **Brasil a nova agenda social**. Rio de Janeiro: LTC, 2011.p.166-185.

SOUZA, Vilma Aparecida de. **O plano de metas “Compromisso Todos pela Educação”**: desdobramentos na gestão educacional local e no trabalho docente. 2014. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2014.

SOUZA, Fábio Araujo de; FLORES, Maria Marta Lopes. Uma análise sobre a Implementação das Organizações Sociais nas escolas de Goiás: os recursos públicos em questão. **Revista Eletrônica de Educação**, São Carlos, v.11, n.1, p.217-2229, jan./maio, 2017.

SOUZA, Marcela Braga. **Reforma do Estado, gerencialismo e parcerias público-privadas na educação básica**: uma análise a partir de instituições escolares filantrópicas de Volta Redonda/RJ.2017. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

SOUZA, Silvia Cristina de. **Mecanismos de quase-mercado na educação escolar pública brasileira**. 2010. 149 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2010.

STRASBURG, Quenia Renee. **O programa mais educação na arena da prática**: um estudo de caso sobre a perspectiva dos gestores e professores da rede municipal de São Leopoldo. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2014.

SUBTIL, Maria José Dozza. Reflexões sobre marxismo e perspectiva teórico-metodológica para a pesquisa em políticas educacionais. **Germinal: Marxismo e educação em debate**, Salvador, v. 8, n. 2, p. 153-162, dez. 2016.

UNESCO. **Declaração mundial sobre educação para todos e plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem**. Jomtien, Tailândia: UNESCO, 1990.

UNESCO. **Marco da educação 2030**: Declaração de Incheon. Incheon, Coréia do Sul: UNESCO, 2015.

UNESCO. **Educação para todos**: o compromisso de Dakar. Dakar, Senegal: UNESCO, 2000.

UNESCO/PRELAC. **A UNESCO e a educação na América Latina e Caribe 1987-1997**. Santiago, Chile, 1998.

- TOLEDO, Enrique de La Garza. Neoliberalismo e Estado. *In*: LAURELL, Asa Cristina (Org.). **Estado e políticas sociais no neoliberalismo**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2002. p.71-91.
- TONETO JÚNIOR, Rudinei. Buchanan e a análise econômica da política. **Lua Nova**, São Paulo, v.38, p.125-145, 1996.
- TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.
- TRISTÃO, Ellen. **A opção neoliberal do primeiro mandato do governo Lula**. *SER Social*, Brasília, v. 13, n. 28, p. 104-128, jan./jun. 2011.
- TURMINA, Adriana Cláudia. “Aprender a ser”: princípios da autoajuda na política educacional. EVANGELISTA, Olinda; TRICHES, Jocemara. Professor: a profissão que pode mudar um país?. *In*: EVANGELISTA, Olinda (Org.). **O que revelam os slogans na política educacional**. 1.ed. Araraquara, SP: Junqueira&Marin, 2014, p. 173-203.
- VALADÃO, M. **Jovens Empreendedores Primeiros Passos em Londrina**. Entrevista realizada por Lorena Mariane Santos Rissi em 22 de agosto de 2015.
- VALENTIM, Erika Cordeiro do Rêgo Barros; PERUZZO, Juliane Feix. A ideologia empreendedora: ocultamento da questão de classe e sua funcionalidade ao capital. **Temporalis**, Brasília, v. 17, n. 34, jul/dez, 2017, p. 101-126.
- VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. **Sobre a Alienação em Marx**. *In*: VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. *Filosofia da práxis*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968. p. 433-454.
- VELOSO, Fernando. A evolução recente e propostas para a melhoria da educação no Brasil. *In*: BACHA, Edmar Lisboa; SCWARTZMAN, Simon (Org.). **Brasil a nova agenda social**. Rio de Janeiro: LTC, 2011. p.215-252.
- VIANA, Thais Alves. **A primeira mulher presidente do Brasil**: a construção da imagem de Dilma Rousseff pela revista veja e o jornal folha de São Paulo. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Comunicação Social) – Universidade Estadual Paulista, Bauru, 2017.
- VOSS, Dulce Mari da Silva. **Os movimentos de recontextualização da política Compromisso Todos pela Educação na gestão do Plano de Ações Articuladas (PAR) e seus efeitos**: um estudo de caso no município de Pinheiro Machado (RS). 2012. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2012.
- VOSS, Dulce Mari da Silva. O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE): contextos e discursos. **Cadernos de Educação**, Pelotas, v.38, n.1, p. 43-67, jan/abr. 2011.
- WETERMAN, Daniel. Senadores articulam reduzir recursos do Sistema S para

bancar programa Verde Amarelo. **Estadão**, 12 de nov 2019. Disponível em: <[Senadores articulam reduzir recursos do Sistema S para bancar programa Verde Amarelo - Economia - Estadão \(estadao.com.br\)](http://www.estadao.com.br/economia/senadores-articulam-reduzir-recursos-do-sistema-s-para-bancar-programa-verde-amarelo)>. Acesso em 10 de janeiro de 2020.

WOOD, Ellen Meiksins. **Democracia contra o capitalismo**: a renovação do materialismo histórico. 1 ed. São Paulo: FTD, 2018.

APÊNDICE

APÊNDICE A - Quadro 1 - Levantamento de Teses e dissertações sobre a Terceira Via e seus reflexos para as políticas educacionais

Grupo	Ano	Nível	Título	Instituição	Autor
4	2006	Dissertação	Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Médio. Reforma do ensino Financiamento da educação Ensino médio Rio Grande do Sul Política educacional	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Paixão, Thaylla Soares
4	2011	Dissertação	Planejamento e gestão escolar: concepções e implicações	Pontifícia Universidade Católica de Goiás	SILVA, Domingos Pereira da
2	2012	Dissertação	A participação social expressa na política educacional brasileira na primeira década do século XXI: uma análise das novas estratégias de educação para o consenso	Universidade Federal Juiz de Fora	COSTA, Amanda Cristina Bastos
4	2012	Dissertação	A ação do Instituto Ayrton Senna na rede municipal de educação de Joinville/SC (2001-2008): subordinação da escola pública a princípios e métodos da gestão empresarial	Universidade Federal de Santa Catarina	SOARES, Luana Bergmann

4	2013	Dissertação	O programa gestão nota 10: parceria público-privado na educação	Universidade Federal de Alagoas	COSTA, Maria Fabiana da Silva
3	2013	Tese	Relações entre o público e o privado: a gestão pedagógica da educação no programa circuito campeão do instituto Ayrton Senna (2007-2010)	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	CAETANO, Maria Raquel ^C
4	2013	Dissertação	O programa mais educação na arena da prática um estudo de caso sobre a perspectiva dos gestores e professores da Rede Municipal de São Leopoldo/RS	Universidade do Vale do Rio dos Sinos	STRASBURG, Quenia Renee
5		Dissertação	Educação e desenvolvimento em Pernambuco entre 2004 e 2014: desvelando os nexos do programa de educação integral com o rejuvenescimento da teoria do capital humano	Universidade de Pernambuco	SANTIAGO, Frederico Marcio Leandro
4	2015	Dissertação	Orientação política do plano nacional de educação (2014-2024): implicações para a gestão da educação	Universidade Federal de Tocantins	FERNANDES, Katya Lacerda
3	2015	Dissertação	Atuação do instituto natura na educação pública brasileira (2011-2013)	Universidade Federal de Pernambuco	MEDEIROS, Islayne Monalisa da Silva
3	2015	Tese	As parcerias público/privadas e as feições da	Universidade Federal de Paraíba	ALVES, Antonio Sousa ^A

			gestão gerencial na educação		
2	2015	Dissertação	Política educacional a partir dos anos 1990: uma análise dos fundamentos e a função social da formação para a cidadania ativa	Universidade Estadual de Maringá	G GARCIA, Jeferson Diogo de Andrade
5	2016	Tese	O plano de desenvolvimento da educação no contexto do neoliberalismo reconfigurado	Universidade de Campinas	SILVA, Domingos Pereira da
3	2016	Tese	Responsabilidade social e educação escolar: o projeto de educação básica da “direita para o social” e suas repercussões na política educacional do Brasil contemporâneo	Universidade Federal de Juiz de Fora	PINA, Leonardo Docena
5	2017	Dissertação	Política de reconhecimento e valorização da diversidade a partir da década de 1990: uma nova forma de fomento ao individualismo	Universidade Estadual de Maringá	RUSSI, Ana Claudia Rodrigues
3	2017	Dissertação	Concepção de cidadania do programa de educação cooperativa “a união faz a vida” da fundação Sicredi: adaptação ou emancipação	Universidade Estadual do Oeste do Paraná	SCHMIDT, Felipe José
3	2017	Dissertação	Reforma do estado, gerencialismo e parcerias público-privadas na educação básica: uma análise a partir de instituições	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro	SOUZA, Marcela Braga de

			escolares filantrópicas de volta redonda/RJ		
3	2017	Tese	Imperialismo e educação: a relação entre a educação pública e as fundações e institutos empresariais no Brasil (1990 - 2014)	Universidade Tuiuti do Paraná	MEZAROBBA, Gilson
3	2017	Tese	Parceria público- privada na educação: a proposta da educação para o empreendedorismo do instituto empreender Endeavor	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	SANTOS, Mauricio Ivan dos
1	2017	Dissertação	Políticas públicas para a educação básica nos anos de 1990: a redefinição de valores	Universidade Estadual de Maringá	LUIZ, Jessica Martins Marques
3	2018	Tese	As parcerias público-privadas na educação profissional: um estudo sobre o Pronatec no município de pelotas	Universidade Federal de Pelotas	OLIVEIRA, Antonio Cardoso
1	2018	Tese	Políticas para a educação básica no Brasil a partir dos anos de 1990: a conformação de uma agenda globalmente estruturada para a educação	Universidade Estadual de Maringá	BARBIERI, Aline Fabiane
4	2018	Tese	Gestão escolar para resultados na educação: uma análise da parceria entre o instituto Unibanco e o ministério da educação na execução do projeto jovens do futuro	Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	ALVES, Andressa Gomes Rezende

1	2006	Dissertação	O programa de expansão e melhoria do ensino médio no Rio Grande do Sul (1999/2002): a afirmação do público na construção das políticas educacionais	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	RODRIGUES, Romir de Oliveira
---	------	-------------	---	---	------------------------------

Fonte: própria autora

APÊNDICE B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

PESQUISA: A INTERFERÊNCIA DA TERCEIRA VIA NAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS A PARTIR DE 1990

Prezado(a) Senhor(a):

Gostaríamos de convidá-lo(a) para participar da pesquisa “A interferência da terceira via nas políticas educacionais brasileiras a partir de 1990”. O objetivo da pesquisa é conhecer as principais características e os fundamentos do Programa Jovens Empreendedores Primeiros Passos implantado nas escolas municipais de Londrina. Sua participação é muito importante e ela se daria da seguinte forma: Preenchimento da ficha de identificação (a identidade na pesquisa só será revelada com sua autorização) e entrevista, que será registrada por meio de gravador.

Esclarecemos que sua participação é totalmente voluntária, podendo o(a) senhor(a): recusar-se a participar, ou mesmo desistir a qualquer momento, sem que isto acarrete qualquer ônus ou prejuízo à sua pessoa. **Esclarecemos, também, que as informações coletadas serão utilizadas para esta e pesquisas futuras, e que sua identidade só será revelada, caso autorize.** Os registros gravados serão utilizados para análise acadêmica, podendo ser utilizados também em futuras pesquisas. Ficarão arquivados por um tempo e depois serão descartados. Esclarecemos ainda, que o(a) senhor(a) não pagará e nem será remunerado(a) por sua participação.

Os benefícios esperados são: levantamento, apresentação e discussão de dados que possam trazer elementos para se propor e avaliar as políticas públicas para a educação e contribuir na formação daqueles que participam do processo educativo, de modo a compreender os valores difundidos pela educação empreendedora a fim de identificar as implicações na formação dos alunos dos anos iniciais do ensino fundamental, bem como se estas contribuem ou não para uma formação humana integral.

Os riscos são mínimos, no entanto, ao expor informações durante a entrevista se o(a) senhor(a) se sentir constrangido(a), se a entrevista não estiver de acordo com os objetivos apresentados e lhe trazer alguma situação de dúvida, ou ainda se lhe trazer a lembrança de algo que não queira revelar, a mesma será interrompida e o(a) senhor (a) poderá desistir de participar da pesquisa.

Caso o(a) senhor(a) tenha dúvidas ou necessite de maiores esclarecimentos poderá me contatar (Lorena Mariane Santos Rissi, Rua Nilo Gonzales Vicente, 551, Cafezal 2- Londrina/PR. Telefone - 43 –98431-5182 - e e-mail: lorena.peduel@gmail.com), ou procurar o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Estadual de Londrina, situado junto ao LABESC – Laboratório Escola, no Campus Universitário, telefone 3371-5455, e-mail: cep268@uel.br.

Este termo deverá ser preenchido em duas vias de igual teor, sendo uma delas devidamente preenchida, assinada e entregue ao (à) senhor(a).

Londrina _____ de _____ de 2019.

Eu _____, tendo sido devidamente esclarecido sobre os procedimentos da pesquisa, concordo em participar **voluntariamente** da pesquisa descrita anteriormente.

Assinatura (ou impressão dactiloscópica): _____

Data: _____

APÊNDICE C – Termo de Autorização para realização da pesquisa**Termo de Autorização para realização da pesquisa**

Londrina, 25 de novembro de 2019.

À Secretaria Municipal de Educação de Londrina

A/C Secretária da Secretaria Municipal

Pela presente, apresento-lhe Lorena Mariane Santos Rissi, estudante regular do Curso de Mestrado em Educação pela Universidade Estadual de Londrina que realizará a pesquisa **“A interferência da terceira via nas políticas educacionais a partir de 1990”**.

Solicitamos a V.S.^a autorização para acesso a documentos oficiais de arquivo da Secretaria Municipal de Educação e realização de entrevista, preferencialmente, nas Escolas Municipais Norman Prochet e Zumbi dos Palmares com os seguintes servidores: diretor, pedagogo e professor. Contudo, informamos que, caso seja preciso ou necessário, poderemos realizar a pesquisa em outras escolas municipais. Considerando que o objetivo geral da pesquisa é conhecer as principais características e os fundamentos do Programa Jovens Empreendedores Primeiros Passos implantado nas escolas municipais de Londrina. A pesquisa utilizará como procedimentos a pesquisa bibliográfica, a análise documental e entrevistas com o intuito de compreender o processo de implantação e os impactos do Programa Jovens Empreendedores Primeiros Passos nas escolas supracitadas. A análise documental permitirá a consulta a documentos oficiais (físicos ou virtuais) emitidos pela Secretaria Municipal de Educação e outros órgãos.

Esclarecemos que os dados da pesquisa são para objetivo único de estudo. Certa de poder contar com vossa colaboração, antecipamos agradecimentos.

Atenciosamente,



Profª. Dra. Maria José Ferreira Ruiz

Contatos: mjfruiz@gmail.com

(43) 99680-67-38

APÊNDICE D – Roteiro da entrevista semiestruturada

ROTEIRO A SER UTILIZADO NA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA:

EIXOS 1- DADOS GERAIS SOBRE O PROGRAMA E SEUS MATERIAIS (DIRETOR)

1. O que é o programa jovens empreendedores primeiros passos? Como e quando foi pactuado o acordo com o SEBRAE para a implementação desse programa?
2. Antes de pactuar esse acordo, houve uma reunião com a equipe pedagógica a fim de decidir a viabilidade desse programa na escola?
3. A escola tem liberdade para aplicá-lo de acordo com sua organização pedagógica ou vem uma equipe do SEBRAE a fim de orientar como deve ser aplicado?
4. Houve mudanças na organização da escola para aplicação desse programa? Quais?
5. O SEBRAE fornece materiais para os professores e alunos para condução desse programa? Que tipo de materiais?
6. O SEBRAE acompanha a efetivação do programa nas escolas? De que forma é feito esse acompanhamento? Qual é a periodicidade?

EIXO 2- ASPECTOS POLÍTICO-IDEOLÓGICOS (VALORES) (PEDAGOGO)

1. Qual é a teoria pedagógica norteadora do JEPP?
2. O que é uma formação empreendedora? Qual concepção teórica está alicerçada? Quais impactos produzem na vida dos alunos?
3. Qual é a relevância de ensinar empreendedorismo para os alunos?
4. Qual é a concepção de ser humano, trabalho e educação evidenciados nos materiais do JEPP?
5. O programa incentiva o desenvolvimento de comportamentos e valores nos alunos de forma a torná-los flexíveis diante das mudanças ocorridas na sociedade? De que maneira são desenvolvidos?
6. Qual é a concepção de cidadão elencada pelo programa? De que forma essa concepção é desenvolvida nos alunos?
7. Qual é a relevância de ensinar empreendedorismo para os alunos?
8. A ênfase do programa é direcionada nas ações individuais? A ação individual é atrelada com o contexto social, político e econômico? De que forma?

EIXO 3- ASPECTOS DIDÁTICOS-PEDAGÓGICOS (PROFESSOR)

1. Nos materiais fornecidos pelos professores, há conteúdos, objetivos, procedimentos e modelo de avaliações para o professor usar a fim de aplicar o programa? O professor é obrigado a seguir os materiais?

2. Qual é a concepção do SEBRAE sobre o trabalho dos professores envolvidos com o seu projeto?
3. Os professores recebem treinamentos para ministrar os conteúdos do programa? Qual a periodicidade dos treinamentos? Quem são os responsáveis por ministrar esses treinamentos? Os treinamentos são presenciais? É no horário de trabalho do professor? São fornecidos materiais?
4. Quais são os principais eixos temáticos elencados pelo programa?
5. Nos materiais do JEPP como é ensinado o percurso para que o indivíduo tenha sucesso profissional?

A entrevista foi realizada com um pedagogo, dois diretores e professores e a mesma foi gravada, exceto de um diretor que ocorreu por questionário via e-mail.

ANEXO

ANEXO A- Autorização da Secretaria Municipal da Educação para realização da pesquisa

 PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA
ESTADO DO PARANÁ
Secretaria Municipal de Educação

Ofício nº 1855/19 – GEF/AP/SME

Londrina, 28 de novembro de 2019.

Ilma Sra. Profa. Dra. Maria José Ferreira Ruiz
Departamento de Educação
Universidade Estadual de Londrina

ASSUNTO: Termo de Consentimento

Prezada Senhora,

Informamos que somos favoráveis ao desenvolvimento do Projeto de Pesquisa “A INTERFERÊNCIA DA TERCEIRA VIA NAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS A PARTIR DE 1990”, sob responsabilidade da mestrandia Lorena Mariane Santos Rissi, da Universidade Estadual de Londrina.

Estamos cientes que as unidades de análises serão entrevista com o diretor, coordenador e professor das unidades escolares e análise e consulta de documentos oficiais emitidos pela Secretaria Municipal de Educação. Solicitamos que comunique a esta Secretaria as escolas selecionadas durante a pesquisa.

O presente trabalho deve seguir a Resolução 466/2012 do CNS e complementares. Lembramos que esta pesquisa tem fins pedagógicos e as informações deverão ser utilizadas única e exclusivamente para concluir seu trabalho. Solicitamos a devolutiva do trabalho desenvolvida à Secretaria Municipal de Educação, após a finalização da pesquisa.

Atenciosamente,


Maria Tereza Paschoal de Moraes
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Página 1 de 1
smc/pr/mosk

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
Rua Mar Verzeleto, 35 – Jardim Claudia – CEP 86050-420
FONE: 3375-0022 - Site: www.londrina.pr.gov.br/educacao - e-mail: adagab@londrina.pr.gov.br